



# Proposta da Lei Orçamentária de 2014

# MENSAGEM





**GOVERNADOR DO ESTADO**  
Tarso Fernando Herz Genro

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO**  
Jorge Alberto Duarte Grill

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL**  
Carlos Pestana Neto

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR**  
Cel. Oscar Luis Moiano

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**  
Carlos Henrique Kaipper

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,  
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**  
João Constantino Pavani Motta

**SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO**  
Vinicius Gomes Wu

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**  
Mauro Knijnik

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**  
Marcelo Tuerlinckx Danéris

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO  
E INCLUSÃO DIGITAL**  
João Ferrer

**SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS  
E RELAÇÕES FEDERATIVAS**  
Afonso Antunes Motta

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
José Clóvis de Azevedo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**  
Ciro Carlos Enerim Simoni

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**  
Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
Airton Aloisio Michels

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Odir Alberto Pinheiro Tonollier

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
E DOS RECURSOS HUMANOS**  
Alessandro Pires Barcellos

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA**  
Maurício Alexandre Dziedricki



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

Marcel Martins Frison

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

Fabiano Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO**

**E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Luís Augusto Barcellos Lara

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Ariane Leitão

**SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO**

Dílce Abgail Rodrigues Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER**

Kalil Sehbe Neto

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Luiz Carlos Ghiorzzi Busato

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Neio Lúcio Fraga Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,**

**PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

Luiz Fernando Mainardi

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,**

**PESCA E COOPERATIVISMO**

Ivar Pavan

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Caleb Medeiros de Oliveira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Cleber Cristiano Prodanov

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RS**

Des. Marcelo Bandeira Pereira

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS**

Dep. Pedro Westphalen

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS**

Cons. Cezar Miola

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RS**

Eduardo de Lima Veiga

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS**

Nilton Leonel Arnecke Maria



<b>1. A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>11</b>
1.1 A CRISE INTERNACIONAL E AS PERSPECTIVAS DOS PAÍSES EMERGENTES .....	11
1.2 O BRASIL E SEUS VIZINHOS .....	14
1.3 A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL .....	17
1.3.1 AS FORÇAS SOCIAIS E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA .....	18
1.3.2 O DESAFIO DESENVOLVIMENTISTA DA ECONOMIA BRASILEIRA .....	21
1.4 A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	26
<b>2. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>38</b>
2.1 O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	38
2.2 O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO .....	40
2.3 A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E ORÇAMENTÁRIO.....	41
2.4 OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA.....	44
2.4.1 ICMS .....	46
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO AO ESTADO.....	49
2.4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS PÚBLICAS .....	52
2.5 OS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA.....	53
2.5.1 O GRUPO “PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS”.....	55
2.5.2 O GRUPO “OUTRAS DESPESAS CORRENTES”.....	59
2.5.3 O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	60
2.5.4 OS INVESTIMENTOS AMPLOS.....	64
2.6 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO.....	66
2.7 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM SAÚDE.....	67
2.8 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM SEGURANÇA .....	68
2.9 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR FUNÇÃO PÚBLICA .....	69
2.10 A RIGIDEZ DO ORÇAMENTO ESTADUAL .....	70
2.11 AS PERDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM O FUNDO DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.....	71
<b>3. A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS.....</b>	<b>73</b>
3.1 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATUALIZADA JUNTO À UNIÃO .....	73
3.2 OS ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA DO ESTADO CONTRATADA JUNTO À UNIÃO.....	75
3.3 AS CONCLUSÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATADA JUNTO À UNIÃO .....	77
<b>4. O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>79</b>
4.1 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS .....	79
4.2 O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES E O SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO .....	81



4.3	O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DO ATUAL SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES .....	82
<b>5.</b>	<b>A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2014 .....</b>	<b>86</b>
5.1	A ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2014 .....	87
5.2	A FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2014 .....	89
<b>6.</b>	<b>A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL .....</b>	<b>91</b>
<b>7.</b>	<b>OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS.....</b>	<b>92</b>
<b>8.</b>	<b>AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2014.....</b>	<b>98</b>
<b>9.</b>	<b>AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>102</b>
9.1	A CLASSIFICAÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS .....	105
9.2	AS TABELAS DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS EM 2012.....	108
9.3	A EVOLUÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS .....	120
<b>10</b>	<b>ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>125</b>
<b>11</b>	<b>A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013.....</b>	<b>128</b>
11.1	A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO.....	129
11.2	A REGIONALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL.....	136
11.3	A REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ESTADUAL.....	141
11.3.1	AS DESPESAS TOTAIS.....	141
11.3.2	AS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	146
11.3.3	AS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CUSTEIO DA MÁQUINA PÚBLICA .....	152
11.3.4	AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS .....	157
11.4	A REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AMPLOS.....	161
11.4.1	OS INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSOLIDADA.....	161
11.4.2	INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS EM R\$ .....	165
11.5	RECURSOS DA VOTAÇÃO DE PRIORIDADES DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ .....	169
11.6	RELAÇÃO ENTRE O VALOR ARRECADADO (VA) E O VALOR RETORNADO (VR).....	173
11.6.1	ANÁLISE DO TERÇO SUPERIOR, TERÇO MÉDIO E TERÇO INFERIOR.....	175
11.6.2	CONCLUSÃO .....	175

OF.GG/SJL/UAL – 159

Porto Alegre, 13 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **PEDRO WESTPHALEN**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: **Proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014**

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, envio a essa egrégia Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014, em cumprimento ao disposto no art. 152, § 8º, III, da Constituição Estadual.

A peça orçamentária reflete a determinação deste Governo em promover o crescimento do Rio Grande do Sul, com ênfase na reestruturação do Estado, no desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão social e no aumento da capacidade de investimento.

Apresenta-se a previsão das receitas e a fixação das despesas em um orçamento equilibrado. Os programas contidos na proposta do orçamento de 2014 demonstram o compromisso com a transparência na aplicação dos recursos públicos, em obediência ao princípio da publicidade. Desde que assumimos o governo gaúcho, em 1º de janeiro de 2011, são nossos objetivos promover o crescimento econômico com a criação de empregos e aumento da renda, impulsionar o desenvolvimento regional, elevar a qualidade de vida, erradicar a pobreza extrema e aprimorar a cidadania. Por isso, aportou-se o maior volume possível de recursos e de ações para a Educação, a Segurança e Saúde. Um bom exemplo desses aportes é o cumprimento da destinação dos 12% constitucionais da receita líquida do Estado alocados para o orçamento da Saúde.

A proposta considerou o peso da execução do serviço da dívida junto à União, que vincula 13% da Receita Líquida Real. Há a preocupação com o déficit previdenciário que, em 2014, ultrapassará R\$ 7 bilhões, uma vez que se gasta mais com os proventos de inativos do que com os vencimentos de ativos. Ademais, o Estado contribui com a parte patronal para o fundo de capitalização dos servidores admitidos a partir de 15/07/2011.

O caixa do Tesouro estadual apresenta dificuldade de aportar a quantidade de recursos próprios necessários para investimentos em infraestrutura, contudo, buscará soluções para o problema. As operações de crédito com organismos internos e internacionais ajudam a atender demandas setoriais. As estatais gaúchas são parceiras potenciais de aplicação de recursos em investimentos. É importante também destacar os investimentos das empresas privadas feitos por conta dos incentivos fiscais dos Programas do Novo FUNDOPEM e do Integrar/RS, do Governo do Estado.

Não se pode deixar de evidenciar os resultados da harmonia e do alinhamento das ações entre os Governos Federal e Estadual. Em 2013, o Governo Federal deverá repassar mais de R\$ 60 bilhões ao Rio Grande do Sul somente para o Plano Safra, para o PRONAF e para investimentos em saneamento, em rodovias e em energia elétrica. Para 2014, os repasses serão ainda maiores.

A União tem, no Estado do Rio Grande do Sul, uma série de obras, algumas em estudo, outras em execução ou em fase de finalização, das quais podemos citar: a Rodovia do Parque; a duplicação da BR-392 entre Pelotas e Rio Grande; a extensão das operações do TRENSURB até Novo Hamburgo; as obras de saneamento na Região Metropolitana; e as obras do Polo Naval de Rio Grande; a ampliação da capacidade produtiva da Refinaria Alberto Pasqualini, da Usina Presidente Médici e da pista e terminais do Aeroporto Internacional Salgado Filho; o projeto da nova ponte do Guaíba e do novo trecho de trem de passageiros (em direção à zona norte de Porto Alegre); a construção das barragens Taquarembó e Jaguari; as obras de duplicação da BR-116 entre Eldorado do Sul e Pelotas; as obras de duplicação da BR-290 entre Eldorado do Sul e Pantano Grande; as obras viárias na BR-116 entre Canoas e Sapucaia do Sul; a linha do Aeromóvel em Porto Alegre. Além dessas obras, temos investimentos significativos na habitação, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e diversos projetos com recursos originários do PAC I, do PAC II e da Copa do Mundo de 2014.

Este governo está desenvolvendo uma política de valorização dos serviços e dos servidores públicos. Dessa política, destacamos as diversas medidas para atender as reivindicações históricas dos servidores públicos, como, por exemplo, a adequação de quadros de pessoal e de seus respectivos salários, especialmente nas áreas da Educação, da Saúde e da Segurança.



Aos professores foi garantido um aumento real de mais de 40% até 2014, sendo que nenhum professor recebe remuneração básica inferior ao Piso Nacional. Garantimos ainda a promoção de 10 mil servidores, nomeação de 5.500 professores e concurso para 10 mil novas vagas. Aos quadros da Segurança, elaboramos um plano de recomposição salarial que se estende até 2018.

No aspecto econômico, apesar da crise que perdura desde 2008, percebemos melhoras, como a dos indicadores dos Estados Unidos que apresentam uma gradativa recuperação. Porém, o PIB da China, segunda economia do mundo, dá sinal de fraqueza, cujos desdobramentos contaminam o crescimento brasileiro que, em 2012, foi inferior ao do ano anterior. Contudo, em 2013, há a previsão de que o PIB brasileiro seja maior do que o de 2012.

Em 2012, o Estado do Rio Grande do Sul foi penalizado pelo baixo crescimento econômico causado pela crise internacional e brasileira e, principalmente, pelas perdas no campo e no agronegócio, ocorridas devido à forte estiagem que assolou 40% da produção agrícola. Em 2013, vislumbra-se franca recuperação na atividade primária e agroindustrial do Estado, o que vai nos diferenciar positivamente na taxa de crescimento em relação à média brasileira. A desvalorização do real frente ao dólar e a alta das commodities agrícolas no mercado internacional animam o campo gaúcho.

Apesar dos percalços da atividade econômica, espriando pessimismo aos mercados globalizados, pode-se dizer que a arrecadação de impostos de competência estadual apresenta uma trajetória satisfatória. O ICMS, principal tributo estadual, crescerá nominalmente, em média, 10% anuais, entre os anos de 2011 e 2013. O bom desempenho deve-se aos empregos solidamente estabelecidos no Estado, à manutenção do poder de compra, à intensificação do combate à sonegação e ao desenvolvimento de novas ferramentas de fiscalização e de controle da arrecadação pelo órgão fazendário estadual.

O Estado é pioneiro no orçamento participativo, onde se consolidou a cultura da participação dos cidadãos nas decisões dos programas governamentais como instrumento de democracia. Prova disso foi o reconhecimento que o Governo do Estado obteve da ONU, quando foi classificado, em primeiro lugar, no Prêmio Nações Unidas ao Serviço Público, dirigido a "melhorar a participação cidadã nos processos de decisões públicas através de mecanismos inovadores". A participação popular é o ponto fundamental do nosso plano de prioridades da proposta orçamentária de 2014. Temos ainda o exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que tem o propósito de democratizar a gestão estadual, envolvendo a sociedade civil nas discussões de políticas públicas importantes.



A proposta orçamentária de 2014 visa recolocar o Estado nos patamares de crescimento econômico e social e de qualidade de vida que tivemos no passado. São iniciativas firmes, inovadoras e adequadas aos novos tempos.

Com determinação, vamos em frente, vencendo cada desafio e ouvindo os anseios das pessoas e dos diferentes grupos sociais que representam a sociedade rio-grandense. Nesse sentido, o apoio do Poder Legislativo, como representante do povo, é fundamental para alcançarmos essas conquistas e para mantermos uma relação aberta e cooperativa com todas as forças políticas e sociais, fazendo prevalecer os consensos necessários à paz, ao diálogo e ao desenvolvimento de nosso Estado.

Termino transmitindo à Presidência da Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, aos Deputados e aos cidadãos gaúchos minhas mais sinceras e cordiais saudações.

**TARSO GENRO,**  
Governador do Estado.

## **1. A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL**

A economia mundial ainda vive à sombra dos episódios de 2007 e 2008, quando o coração das finanças internacionalizadas entrou em colapso, em sequência à falência do banco Lehman Brothers, em Nova Iorque. A paralisia do sistema de crédito levou a uma forte desaceleração da produção, ao crescimento do desemprego e empobrecimento das famílias largamente endividadas nos EUA e também a uma grande contração do comércio mundial. Na sequência, as conexões da rede financeira global logo estenderam a crise a seu segundo elo, a Europa, dessa vez sob a forma de uma crise do endividamento público, muito em função das operações de salvamento dos bancos, feitas em 2008 e 2009. O próximo elo rompido foi o das cadeias produtivas mundiais, que perderam dois grandes polos com a recessão europeia e norte-americana, estendendo a crise à Ásia, exportadora de manufaturas para os países desenvolvidos, e à América Latina, exportadora de produtos básicos para os centros industriais do mundo.

### **1.1 A crise internacional e as perspectivas dos países emergentes**

A crise financeira internacional, ainda longe de encontrar solução definitiva, tem suas origens na própria natureza da globalização que a precedeu e em seu aspecto mais importante, a financeirização da economia capitalista. A hegemonia financeira sobre a sociedade é um fenômeno complexo que se desdobra em dois planos, um macro e outro microeconômico. No plano macro se desenvolveu, em primeiro lugar, o predomínio, enormemente majoritário, da forma financeira na composição em valor da riqueza. Em segundo lugar, houve um crescimento dos lucros auferidos em ações extraoperacionais, como aplicações em títulos e recebimento de juros, tornando sua proporção também maior do que os rendimentos da produção e fazendo da atividade rentista a mais bem remunerada entre os usos possíveis do capital. Em terceiro lugar, em decorrência de seu peso na riqueza, a aproximação entre dinheiro e poder mudou a composição do bloco dominante, guindando a finança à posição de direção da classe capitalista e, em decorrência, modificando a política econômica para favorecer seus interesses. É o primado da estabilidade e do cumprimento dos contratos de dívida sobre o crescimento e o emprego.

No que respeita ao plano microeconômico, trata-se do fenômeno da financeirização das empresas e das famílias trabalhadoras. No caso das empresas, concomitantemente ao predomínio dos lucros extraoperacionais e em decorrência da hegemonia da diretoria financeira sobre as de engenharia e produção, instalou-se em sua gestão a modalidade do

“primado do acionista”, que modificou os objetivos da atividade empresarial para a valorização dos ativos em detrimento do crescimento e da conquista de mercado. A distribuição de lucros e dividendos aos proprietários passou a consumir a quase totalidade dos resultados econômicos, em detrimento do investimento. Modificaram-se os critérios de remuneração de executivos e mesmo dos trabalhadores, com o pagamento de bônus proporcionais ao crescimento do valor de mercado da firma.

Com isso, uma parcela crescente da população trabalhadora foi tendo suas condições de vida influenciadas pelos movimentos dos mercados financeiros. Outro lado desse processo foi a extensão do crédito, com consequente endividamento das famílias, e a expansão e subsunção de fundos de pensão, seguradoras e cooperativas de crédito criadas pelos trabalhadores à lógica da valorização financeira, trazendo para o interior da classe a contradição entre capital e trabalho.

Os resultados econômicos da globalização respondem por uma diminuição das taxas de crescimento da produção e da renda em todo o planeta. Mesmo no período antes de 2008, um momento positivo da economia mundial, o ritmo de sua expansão foi significativamente menor do que as médias históricas de fases virtuosas anteriores no século XX. Outra característica é a distribuição geográfica desigual dos momentos de crescimento desde o início da globalização neoliberal. Parecem-se mais a espasmos localizados do que a ciclos generalizados de boom sistêmico. À exceção do Sudeste Asiático, a duração dessas fases expansivas dos ciclos foi sempre breve, respondendo às movimentações do capital especulativo em sua ciranda mundial em busca de mais renda.

A singularidade asiática tem a ver com um fenômeno novo dessa fase da economia internacional, a transferência, pela primeira vez na história, da indústria propulsora do avanço da produção do centro hegemônico desenvolvido para uma zona periférica e retardatária, a ponto de colocar em cheque a secular liderança anglo-saxônica na manufatura capitalista. Os países do polo maduro da economia mundial vêm experimentando uma transformação de suas estruturas produtivas em direção a atividades de serviços ou terceirizadas, muito embora ainda mantenham o comando sobre boa parte da produção industrial deslocada para a Ásia. Nesse novo polo de expansão, no entanto, o capital estrangeiro faz frente a Estados com mais poder, o que lhe obriga a conceder e negociar bem mais do que tradicionalmente aconteceu na América Latina e em outras regiões do globo.

A crise é, principalmente, uma crise de superprodução. Essa nova circunstância alimenta uma componente negligenciada, geralmente vista como um fenômeno da esfera monetária e financeira. A demanda mundial corrente, da qual os países desenvolvidos formam a maior parte em razão de sua renda média elevada, é insuficiente para ocupar

plenamente a capacidade produtiva instalada no mundo. Esse é um fenômeno crônico que se arrasta desde a década de 80, cobrindo toda a era da globalização neoliberal, e que foi agravando na medida em que às estruturas industriais em declínio da Europa e da América do Norte, crescentemente ociosas, vieram se somar as recentes capacidades manufatureiras de alta produtividade do novo polo manufatureiro indo-chinês. E foi também se aprofundando em razão da crescente desigualdade internacional da renda, geradora de empobrecimento na América Latina, África, boa parte da Ásia e para parcelas crescentes da população dos países desenvolvidos, ocorrida a partir de 1980 até o presente.

A expansão desenfreada do crédito, gerada pelo fenômeno da financeirização, permitiu uma combinação de superávits comerciais por parte do novo coração industrial do mundo, a Ásia, com déficits crescentes dos Estados Unidos. Em escala continental, o mesmo fenômeno se realizou na União Europeia, superávits alemães e déficits dos países do sul, tudo financiado pela multiplicação de capital fictício operada pelos bancos internacionalizados.

Como já visto em outros episódios na história do capitalismo, essa expansão desenfreada de créditos e dívidas gestou a crise financeira nos EUA, iniciada em 2007, sendo que seus desdobramentos ainda seguem em marcha para deprimir a economia mundial. Até mesmo o motor produtivista chinês perdeu ritmo desde então, levando sua liderança política a definir uma nova estratégia de desenvolvimento, que deverá ser implementada pelo presidente recém-empossado Xi Jinping, priorizando o consumo interno como mola do crescimento.

As circunstâncias atuais da crise internacional, de forma análoga ao que ocorreu na década de 1930, deram oportunidade ao renascimento de planos de desenvolvimento nacional, similares a estratégias mercantilistas: defesa do mercado interno, incluídos os mercados regionais dos blocos de integração; política comercial agressiva e protecionista; uso dos instrumentos de política monetária como arma competitiva, com seus efeitos sobre os fluxos de capital e as taxas de câmbio; opção por acordos bilaterais de comércio em detrimento das instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC). A própria criação do G-20, aparentemente um avanço no sentido de uma governança global mais democrática, revelou-se um instrumento a mais de diversionismo das finanças globalizadas, em sua tática de evitar uma recomposição de instrumentos eficazes de sua regulação e continuar usando os tesouros nacionais como refinanciadores e garantidores de seus créditos irrecuperáveis.

O pior aspecto da retomada de poder das finanças globalizadas é o que se pode definir como processo de acumulação por despossessão. Diante da redução do ritmo de crescimento em escala global, a valorização da riqueza do polo dominante da economia mundial passou a se viabilizar por meio da aquisição a baixo preço da propriedade alheia, seja de empresas privadas em processos de fusão e aquisição, seja de mercadorias e recursos naturais cuja exploração

e comércio passam a seu controle, ou seja, dos próprios tesouros públicos, sequestrados de sua soberania e de seus compromissos sociais pelo acúmulo de dívidas que consomem cada vez maiores proporções de suas receitas tributárias.

Essa circunstância do crescimento das dívidas públicas provocada pelo esforço de refinanciamento dos bancos e fundos investidores nacionais intoxicados de ativos irrecuperáveis traz, mais uma vez, ecos da década de 1930. A intenção de manter a qualquer custo os pagamentos das dívidas está disfarçada na pregação da ortodoxia econômica e sua busca do orçamento equilibrado, implicando drásticas reduções de gastos dos governos, comprometendo salários de servidores, serviços de saúde e educação, entre outros. As convulsões políticas dos anos 1930, que propiciaram a ascensão do nazi-fascismo e da II Guerra Mundial, servem como alerta da história a essas políticas de sustentação dos interesses das finanças mundializadas à custa das condições de vida da maioria da população.

As perspectivas para 2013 e os anos logo a seguir são bastante negativas. A continuidade do poder das finanças nos EUA e na União Europeia indica o prosseguimento da recessão nos dois lados do Atlântico Norte. Há um impasse político em ambos os governos para a retomada do investimento, da produção e do emprego, pois essa opção precisa da direção do Estado para se concretizar. Não há geração espontânea de otimismo capitalista sem ser provocado pelo governo com seu gasto. E o que se vê é mais austeridade. Mesmo na Ásia deverá haver uma maior endogeneização do desenvolvimento, com consequente redução dos estímulos originados naquele continente sobre outras regiões.

Há pela frente a possibilidade de novas crises financeiras. Em razão da injeção de liquidez em sucessivas operações de tesouros e bancos centrais dos países desenvolvidos, muitos bancos e fundos especulativos encontram-se novamente de posse de enormes ativos necessitando de valorização. Sua mobilização em um futuro próximo deverá produzir, novamente, bolhas e crashes.

## **1.2 O Brasil e seus vizinhos**

A América do Sul vivenciou, na primeira década do século XXI, um momento de crescimento inédito em sua história. Pela primeira vez nos duzentos anos de independência, para a maior parte do continente, o aumento da renda

veio combinado com melhoria na sua distribuição e redução da pobreza. Essa conjuntura permitiu uma onda de expansão econômica puxada pelo consumo, que gerou um fenômeno oposto ao do resto do mundo, uma grande ocupação da capacidade e um elevado nível de emprego.

Na esteira dessa recuperação do crescimento, após as duas décadas perdidas de 1980 e 1990, houve uma substancial redução da fragilidade financeira externa e o fim de outro fantasma secular do continente, a dívida internacional. Os balanços de pagamentos tornaram-se mais bem financiados, e a região absorveu um expressivo volume de investimento direto externo. Ao crescimento do mercado interno veio se somar uma forte expansão das exportações, principalmente em direção à Ásia, mas também dentro de um mercado regional cada vez mais integrado. Também uma novidade histórica, o processo de integração regional iniciado na última década do século passado vem avançando em uma direção original que responde pela construção de um novo projeto de desenvolvimento alicerçado nas relações entre os países vizinhos.

O MERCOSUL e a UNASUL são os dois eixos por onde se estrutura o bloco sul-americano e que têm por finalidade a construção de um processo de desenvolvimento compartilhado por meio da integração regional. Desde a aproximação com a Argentina, ao final das ditaduras em 1986, a política externa brasileira tem sido capaz de conduzir o objetivo de mudança na modalidade de inserção internacional do país sob a mediação das relações com os vizinhos. Esse passo constituiu-se em uma verdadeira bifurcação na trajetória histórica do desenvolvimento regional, pela qual as relações além-mar vão sendo superadas por um giro mediterrâneo. O que estava oposto e isolado vai se tornando comum e partilhado.

Esse movimento é decorrente de um processo de mudança política iniciado no começo do século XXI, apenas comparável em abrangência geográfica, sincronia temporal e efeito transformador com o de independência, 200 anos atrás. Seu ponto de partida foi a eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1998, seguida por, em 2002, Lula no Brasil; em 2003, Néstor Kirchner na Argentina; em 2005, Tabaré Vázquez no Uruguai; em 2006, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua; pontos iniciais de uma sequência de eleições que levantaram uma onda esquerdista na maior parte da América Latina e Caribe.

Dois aspectos desse movimento transformador retomam temas presentes: a autodeterminação e a integração política e econômica. De certa forma, o que está ocorrendo é um passo adiante na concretização de algo já percebido como necessário nos idos de 1810, principalmente pelas ideias premonitórias de Bolívar, de afastar-se dos Estados Unidos e construir uma comunidade latino-americana e caribenha.

A perseguição desses objetivos veio sendo liderada, em um primeiro momento, de maneira paralela, por iniciativas de Brasil e Venezuela, como a criação da ALBA e o fortalecimento do MERCOSUL. Entretanto, de forma natural, e ao arripio de quantos falavam em uma disputa de liderança, esses movimentos foram se alinhando em uma convergência que não apenas anulou a proposta norte-americana de uma zona de livre comércio continental, a ALCA, como se consolidou com o ingresso da Venezuela no MERCOSUL e a criação da UNASUL, do Conselho de Defesa Sul-Americano, do Banco do Sul e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Integração e autonomia são desígnios que se combinaram com a retomada do crescimento econômico, redistribuição de renda, redução da pobreza e melhorias sociais, que têm caracterizado a atual conjuntura. Essas novas realidades deram oportunidade à abertura de uma via alternativa de desenvolvimento que se poderia descrever como regionalista e endógena, tendo como centro dinâmico a ampliação do mercado interno propiciada pela expansão da renda das classes populares.

Oposto ao neoextrativismo, cuja dinâmica é dada pelo crescimento das exportações de produtos naturais, o regionalismo endógeno seria um modelo baseado na expansão do consumo de massa, avanço da indústria, elevação de produtividade e ganhos de complementaridade, através da integração das economias da região. Esses objetivos são viabilizados pela realocação do excedente e redirecionamento do investimento com um novo padrão de financiamento, em lugar do recurso ao endividamento externo, redistribuição da renda do setor extrativista e mudança do padrão de gasto público.

Há duas vias na construção desse novo modelo latino-americano, cujos casos típicos são Brasil e Venezuela. Por razões que vão da tradição histórica distinta ao modo como o enfrentamento político veio acontecendo e o resultado da mudança na correlação de forças entre as classes sociais e forças organizadas em cada caso, houve uma maior ou menor permanência dos interesses das oligarquias tradicionais e seus aliados no sistema financeiro e nas grandes corporações empresariais e multinacionais. Inclui-se a grande mídia, que influencia as decisões dos novos governos. Manifestando seu usual reducionismo, os conservadores falam em "radicalismo" e "moderação" e os atribuem à personalidade das lideranças.

Essas diferenças resultam do padrão da luta de classes em cada país e são condicionadas por especificidades geográficas e históricas. Para alguns países, uma nova modalidade de apropriação da renda dos recursos naturais, como petróleo na Venezuela ou gás na Bolívia e Equador e de excedentes de exportação possibilitaram a redistribuição de renda intermediada pelo Estado, que elevou o padrão de vida de uma parcela significativa da população e viabilizou a



expansão do consumo. Para outros, caso do Brasil, foi a redução do rentismo financeiro com a solução do problema do endividamento e melhoria da situação fiscal que deram lugar ao redirecionamento do gasto público na promoção de políticas sociais. E ainda houve espaço para uma combinação dos dois movimentos, como na Argentina, com as retenções, o canje da dívida externa e a reestatização da previdência.

Uma indefinição permanece. O novo papel do Estado ou avançará no sentido de iniciar uma transição ao socialismo ou ficará restrito a uma reforma do capitalismo que fortaleça a autonomia de suas burguesias nacionais e promova sua ascensão à situação de competidoras no cenário mundial a partir da consolidação, com o apoio de seus governos, da condição de “campeões” empresariais regionais.

A nova inserção internacional da América do Sul buscada por seus instrumentos de integração foi se tornando nítida na primeira década deste século. Em 2009, sofreu o sobressalto dos efeitos da crise econômica mundial. Naquele ano, o crescimento foi negativo. O MERCOSUL, a UNASUL e os governos dos países-membros reagiram com uma série de iniciativas de defesa econômica e social, a fim de sustentar a renda interna e estimular a atividade econômica via crédito, incentivos fiscais, redução de juros, ampliação das políticas sociais e outras medidas de intervenção para impedir a deterioração da situação do balanço de pagamentos, evitar o desemprego e reverter a desaceleração. Em 2010, o crescimento do subcontinente foi 6,5%, segundo a CEPAL, taxa que atingiu 5,9% para toda a América Latina e Caribe.

Entretanto, os anos subsequentes viram uma perda de fôlego da retomada do crescimento, tendo as taxas caído no Brasil para 4,5% e 2,7%, em 2011 e 2012. Na América do Sul, 4,3% e 3,1%, respectivamente, em toda a área de atuação da CEPAL. Uma parte desse movimento pode ser explicada pela continuidade da recessão mundial e seus efeitos sobre as exportações, amplificados pela reversão dos fluxos de capitais, o que gerou dificuldades nos balanços de pagamentos de diversos países. Mas foram as desacelerações da atividade industrial e dos investimentos os causadores desse resultado. A mudança da conjuntura do próximo período estará dependente das ações de política econômica dos governos nacionais.

### **1.3 A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL**

### **1.3.1 As forças sociais e a política econômica brasileira**

A partir de 2003, um novo balanceamento de poder se estabeleceu na sociedade brasileira. Nos ombros dos movimentos sociais organizados, o Presidente Lula e o PT lideraram uma coalizão de esquerda eleitoralmente vitoriosa e formam um novo governo inaugurado sob o signo de um compromisso com as classes dominantes e sua direção, a finança globalizada. A singularidade desse equilíbrio político fez com que, até 2006, as ações do governo em muito se assemelhassem ao social-liberalismo: preservação da ortodoxia neoliberal na condução da política econômica, de um lado, e políticas sociais compensatórias, de outro.

Na verdade, essa primeira impressão era falsa, pois a combinação de metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal, no plano econômico – inclusive o compromisso de preservação dos “contratos” (privatizações, liberalização comercial e financeira, etc.) – com um programa de políticas de inclusão social universal era reveladora de um movimento do tipo varguista, com o objetivo de trazer para dentro do aparelho de Estado as contradições da sociedade. As políticas sociais implementadas, desde o início, não foram meramente compensatórias dos efeitos adversos do neoliberalismo, tiveram o objetivo de modificar a distribuição da renda, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e reduzir a pobreza.

Nesse sentido, a natureza do governo sempre foi híbrida, embora essa característica tenha assumido distintos contornos, antes e depois de 2006. Na primeira fase, a hegemonia neoliberal sobre a política econômica foi total, com o controle direto por parte da grande finança (Fazenda e Banco Central), garantindo a continuidade das enormes transferências de renda aos detentores do capital fictício, através das políticas monetária e fiscal. Ao mesmo tempo, o presidente arbitrava em favor de um aumento do orçamento da seguridade social para assegurar o financiamento das políticas sociais.

A crise política de 2005 abriu espaço para uma mudança e permitiu que uma nova orientação fosse gradativamente implementada na política econômica, a partir do ano seguinte. Um conjunto de iniciativas que se organizavam de forma um tanto dispersa nas áreas de infraestrutura e do planejamento foi articulado e anunciado como Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007. É quando tem início a segunda fase do governo, a coincidir com o segundo mandato do Presidente Lula. Embora os ganhos dos rentistas tenham sido mantidos em

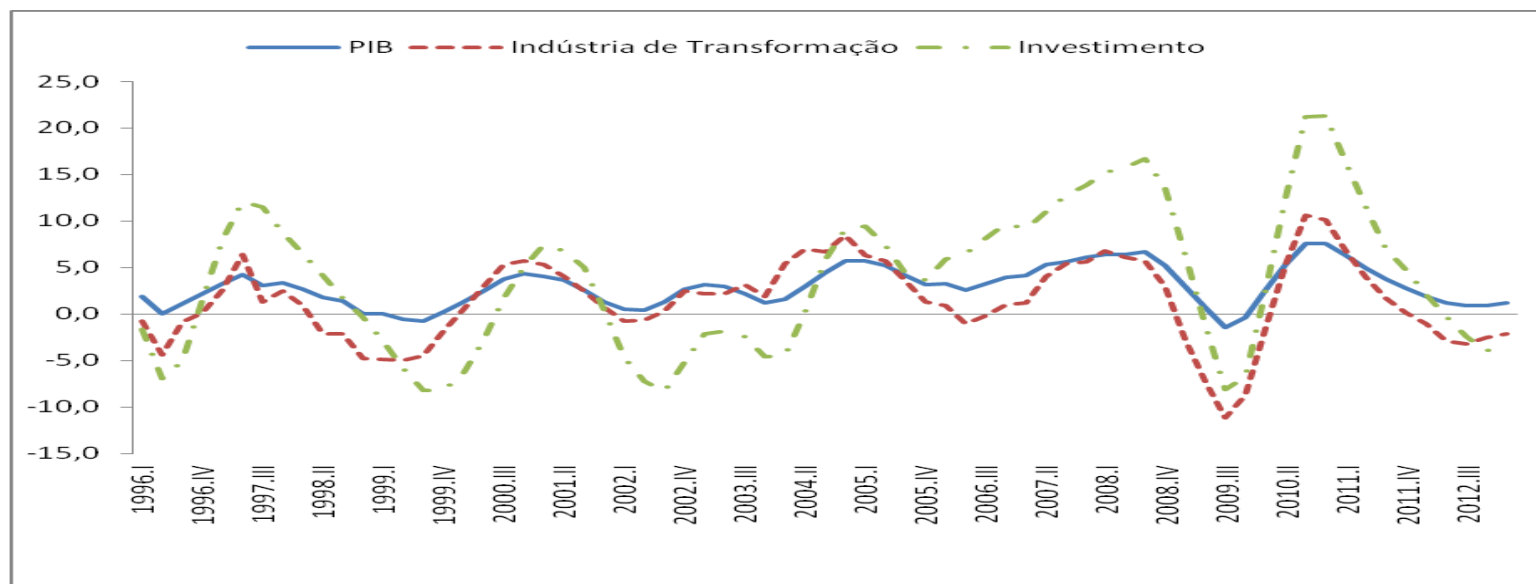
patamar elevado, a disputa dentro do governo entre neoliberais e novo-desenvolvimentistas começa a se decidir em favor dos últimos, mas em um ritmo de transição bastante lento e pouco visível, bem ao estilo “getulista”.

O gráfico adiante ilustra os resultados dessa transição. Uma retomada do crescimento, iniciada em fins de 2004, foi obstruída pela rigidez da política monetária, fazendo cair a produção industrial e o investimento no ano seguinte, em resposta à elevação dos juros, então implementada em razão da elevação da inflação. Entre 2006 e 2008, com auxílio da política fiscal reorientada para dar suporte ao PAC, um ciclo de expansão se estabelece, até ser interrompido pelo choque financeiro da crise mundial, em 2009. Mais decisiva do que a queda das exportações para explicar a contração foi a paralisação da corrente do crédito privado na economia e a reversão das expectativas empresariais, conduzindo a uma queda na produção industrial e no investimento. O gráfico refere-se à taxa percentual acumulada em quatro trimestres.

Frente a essa situação, a reação do governo foi no sentido de implementar uma política anticíclica, com vistas à preservação do emprego e da renda. Um conjunto de medidas foi então tomado: (i) a redução da meta de superávit primário, a fim de proporcionar a continuidade do gasto público; (ii) em consonância com o novo patamar de superávit, desonerações tributárias para vários dos setores mais sensíveis, na forma de isenções do IPI e de desoneração de encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento; (iii) o crédito foi estimulado através da ampliação de sua oferta a custos reduzidos pelos bancos públicos; (iv) medidas de proteção comercial em acordo com os membros do MERCOSUL; (v) os gastos com as políticas sociais não só foram mantidos como suas metas ampliadas; e (vi) também os investimentos do PAC foram preservados e tiveram seus cronogramas acelerados na medida do possível. Por seu lado, a política monetária permaneceu alheia à crise, tendo continuado sua orientação para as metas de inflação perseguidas via taxa de juros. No entanto, no plano da regulação do crédito, várias medidas de flexibilização e alargamento de sua oferta por parte do setor privado, que já vinham do período anterior, foram expandidas.



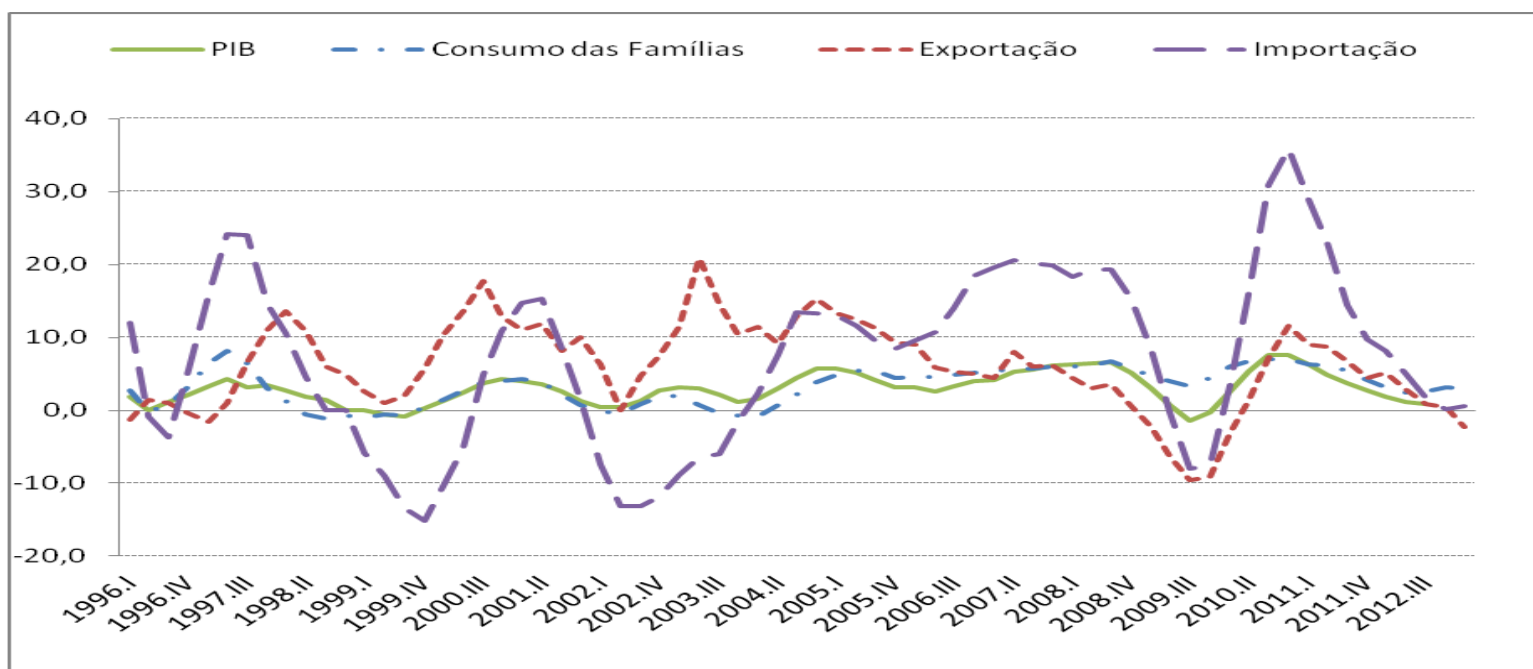
PIB, Produto Industrial e Investimento – Brasil - 1996/2013



Fonte: IBGE.

O resultado foi uma imediata recuperação, em 2010, na medida em que a ação do governo teve êxito em preservar as fontes do crescimento anterior. Conforme se pode observar no gráfico seguinte, foi o consumo privado o grande impulsionador da fase de expansão, quando crescia acima do PIB, bem como foi a variável a impedir uma queda ainda maior na recessão, ao permanecer em um nível mais elevado do que o do produto. As variáveis do comércio exterior tiveram comportamento contrário à tendência central da economia na fase expansionista, com queda relativa das exportações e ampliação das importações. Apenas na desaceleração o movimento do comércio exterior foi pró-cíclico. O gráfico refere-se à taxa percentual acumulada em quatro trimestres.

PIB, Consumo, Exportação e Importação – Brasil – 1996/2013



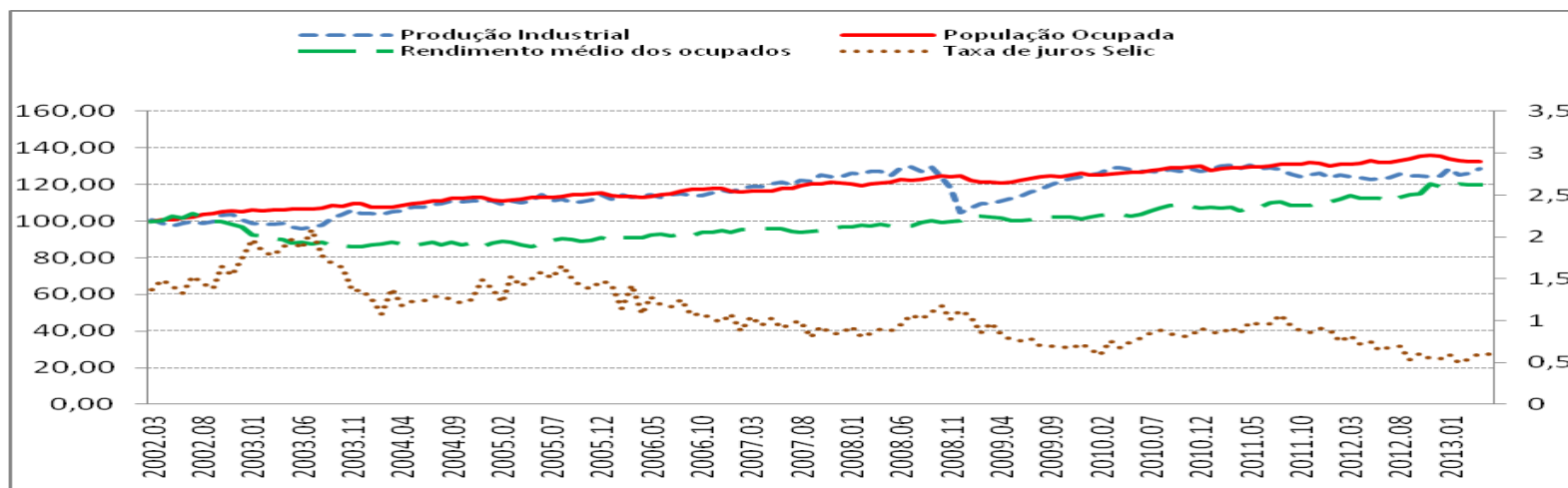
Fonte: IBGE.

### 1.3.2 O desafio desenvolvimentista da economia brasileira

Desafortunadamente, nos anos seguintes, o que se viu foi uma persistente desaceleração do crescimento. A taxa do PIB, após alcançar uma variação de 7,5%, em 2010, caiu para 2,7%, em 2011 e para 0,9%, até o terceiro trimestre de 2012. Novamente, assim como antes da crise e em 2010, a indústria e o investimento são as variáveis mais importantes na explicação desse movimento, já que o comércio exterior, embora tenha tido a mesma tendência, na verdade seguiu um movimento iniciado bem antes da crise.

As razões dessa parada no desenvolvimento da produção industrial e da formação bruta de capital fixo não são facilmente identificáveis nem têm uma causalidade simples. O gráfico adiante apresenta a relação entre a produção da indústria de transformação, o nível de emprego, a remuneração dos trabalhadores e a taxa de juros, no sentido de ilustrar as dificuldades do desenvolvimento. Refere-se à taxa percentual acumulada em quatro trimestres.

Índices mensais da produção industrial, da população ocupada, do rendimento médio e da taxa de juros – Brasil 2002/2013



Fonte: IPEADATA, IBGE e Banco Central.

A forte contribuição do consumo ao crescimento no período pré-crise revela-se em seu elemento mais importante. A expansão do emprego e o crescimento do valor real dos salários ampliaram a renda disponível dos trabalhadores e, portanto, sua capacidade de gasto. Parte do movimento é resultado da dinâmica do mercado de trabalho, e parte é explicada pela política de aumento do salário mínimo. A isso se somaram as transferências de renda das políticas sociais, a ampliação do acesso ao crédito e outros mecanismos que implicaram essa melhora substancial na capacidade de consumo da população.



O notável é o que se passou no período pós-crise, quando o emprego sofreu uma pequena redução logo superada, enquanto os salários continuaram a se valorizar. Mesmo assim, a produção industrial só alcançou a recuperação do nível de julho de 2008, entre fevereiro e março de 2011, a partir de então, estacionou, com pequenas oscilações, um pouco abaixo desse patamar. O equívoco da política monetária, ao decidir um período de aumento da taxa de juros, entre o final de 2010 e agosto de 2011, exagerou a tendência inflacionária de então, tendo seu efeito negativo sobre as expectativas das empresas industriais. Entretanto, o que mais chama a atenção é o fato de a massa salarial continuar em ascensão durante essa fase e seguir a mesma tendência crescente até o final de 2012, sem que isso representasse um estímulo eficaz para a atividade manufatureira.

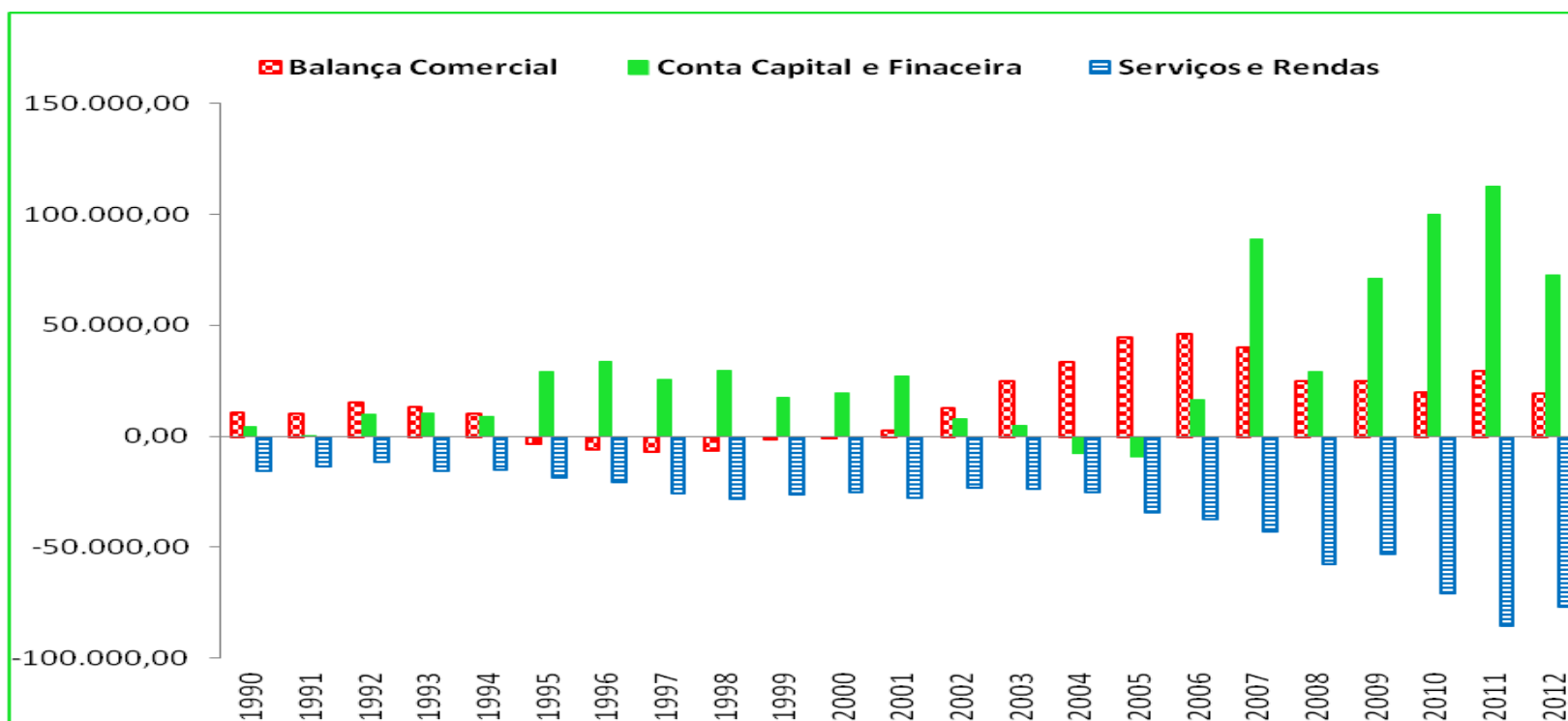
Outro aspecto que precisa ser considerado é a recomposição da equipe econômica realizada no início de 2011, quando a Presidenta Dilma assumiu seu mandato. A nova direção do Banco Central tem demonstrado uma compreensão mais sofisticada da macroeconomia brasileira do que seus antecessores, além de pouca disposição para dar ouvidos às vozes do mercado financeiro. A flexibilização da preocupação monotemática com a inflação permitiu uma maior coerência entre as ações da Fazenda e do Planejamento e a condução da política monetária. É nesse contexto que se explica o processo de redução da taxa de juros a um patamar sem precedente nas últimas décadas e que proporcionou não apenas um estímulo à atividade econômica como uma considerável redução na pressão pela valorização do câmbio, propiciando uma melhora considerável em sua cotação desde agosto de 2012.

No entanto, a combinação de renda pessoal disponível crescente, taxa de juros menor e câmbio mais competitivo não foi suficiente para reverter a estagnação da indústria e do investimento. Um dado incomum é revelado pelas estatísticas das associações industriais ao longo de 2012, o fato de o faturamento das empresas ter evoluído e em um ritmo superior ao da produção. Muito provavelmente, uma parcela considerável dos estabelecimentos industriais tenha sido excessivamente otimista diante dos sinais da política econômica de enfrentamento da crise, em 2010, e ampliada a produção além da capacidade de absorção do mercado. As vendas correntes seriam a desova desse excesso de produção estocada. Se isso é verdade, haveria razão para otimismo em relação ao futuro.

Às dificuldades de uma retomada consistente do crescimento econômico veio se somar um velho fantasma brasileiro, a restrição externa traduzida em uma piora do Balanço de Pagamentos. Como mostra o gráfico seguinte, houve uma redução substancial do saldo da Balança Comercial, negativamente combinado com um grande aumento das remessas ao exterior na conta de serviços e rendas (remessa de lucros, viagens, seguros, etc.). O nível de reservas, em torno de US\$ 370 bilhões, é uma garantia segura, mas dada a volatilidade dos investimentos de curto prazo, agravada pela crise sem fim na Europa e nos EUA, a continuidade dessa tendência torna-se preocupante.



Contas externas selecionadas do Brasil – 1990/2012 – US\$ milhões



Fonte: IPEADATA.

Durante o segundo semestre de 2012, a frustração do Governo Federal diante do baixo nível de atividade econômica levou a formulação de um conjunto de ações com vistas a assegurar um desenvolvimento mais sustentado e protegido do ambiente internacional negativo. As novas medidas envolvem diversos programas articulados de estímulo à economia em curto, médio e longo prazo e enfrentam tanto problemas conjunturais como estruturais que entravam o crescimento.



Um conjunto de medidas foi destinado a surtir efeito em curto prazo, a começar, em primeiro lugar, no estímulo ao consumo, que compreende uma nova rodada de desoneração fiscal, tanto do IPI como de contribuições sociais, além de uma ampliação da fronteira de cobertura dos programas sociais como a meta de erradicação da pobreza extrema ou o Programa Brasil Carinhoso. Em segundo lugar, as iniciativas voltadas à ampliação e redução do custo do financiamento, do qual faz parte, além da redução da taxa SELIC, o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES, cujas taxas foram ainda mais reduzidas. E, em terceiro lugar, as ações direcionadas a incrementar a competitividade das empresas nacionais, a ação do Banco Central levando à desvalorização do câmbio e as iniciativas de defesa comercial tarifária e não-tarifária.

O segundo agrupamento de iniciativas foi voltado a efeitos de médio e longo prazo e destinado a enfrentar insuficiências de infraestrutura e logística e também elevar a produtividade da economia nacional. Em um primeiro momento, ampliação dos investimentos em energia, transportes, comunicações, melhorias urbanas e habitação e saneamento com vistas a ampliar sua oferta e reduzir seus custos. A redução das tarifas de energia faz parte desse plano, bem como os investimentos programados em estradas, portos e ferrovias. Em um segundo momento, os programas de longo prazo na área de Educação e de apoio à inovação.

A mudança da política econômica é reveladora de uma nova acomodação da correlação de forças no interior do governo. A hegemonia passa às mãos do novo-desenvolvimentismo, espelhando a perda de influência da grande finança, cuja liderança sobre o conjunto da classe dominante se enfraquece. A intervenção do governo em processos de fusões e aquisições, com largo apoio do BNDES, tem por objetivo a criação de empresas nacionais com capacidade de participar do processo de concorrência capitalista em escala mundial, importante pilar na estratégia de nova inserção internacional do País como potência média emergente. Nesse sentido, a integração sul-americana, especialmente o MERCOSUL, tem por objetivo consolidar uma base regional desse projeto.

O primeiro semestre de 2013, entretanto, revelou um recrudescimento da luta de classes no País. Uma intensa campanha, motivada por um aumento da inflação para patamares próximos a 6,5% ao ano, o teto da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, pressionou insistentemente a direção do Banco Central para que aumentasse a taxa de juros. Acuado pela alta de preços e sem conseguir lograr uma recuperação mais consistente do crescimento do PIB, o Governo recuou elevando a SELIC em duas oportunidades até o valor de 8% ao ano. Na primeira reunião do COPOM, no segundo semestre de 2013, a taxa de juros foi aumentada para 8,5% ao ano. O êxito dessa manobra repõe na ordem do dia os interesses da alta finança e sua influência sobre a política econômica.

Para alívio dos partidários de uma nova equação macroeconômica, os indicadores do PIB, da indústria e dos investimentos começaram a melhorar no primeiro trimestre. Entretanto, a estratégia de protagonismo do Estado na promoção do desenvolvimento depende do sucesso dos investimentos em curso e de sua capacidade de emular o setor privado. Como é necessário no capitalismo, será preciso que os empresários da esfera produtiva, especialmente aqueles da indústria de transformação, leiam corretamente os sinais das iniciativas do Estado que se dirigem à implementação desse projeto. E, para isso, será imprescindível retomar a disputa política para alcançar a derrota da hegemonia das finanças na sociedade e sua liderança no seio da classe capitalista.

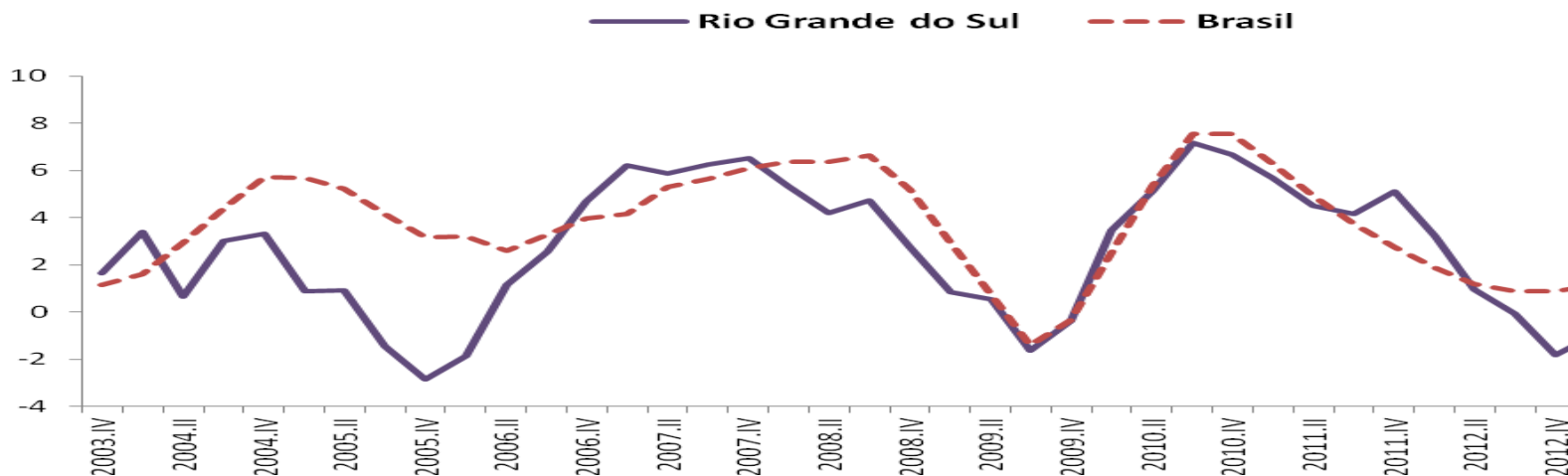
#### **1.4 A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Em 2012, a economia do Rio Grande do Sul enfrentou uma série de adversidades. As dificuldades de recuperação da economia brasileira, em grande medida associadas à crise internacional, adquiriram contornos mais graves no Estado, em virtude da forte estiagem que atingiu as principais lavouras de verão e da importância das exportações para a matriz produtiva regional, especialmente aquelas destinadas à Argentina. Ao final de 2012 e início de 2013, os principais indicadores mostraram sinais de recuperação, aumentando as perspectivas de bom desempenho da economia do Estado, em 2013.

Em geral, os ciclos da economia gaúcha acompanham os da economia brasileira. Esse movimento não surpreende, uma vez que o Estado está sujeito à mesma política econômica e às mesmas condições de inserção externa observadas em nível nacional, e que a indústria aqui instalada possui profundas relações de compra e venda com a indústria brasileira. Em que pese alguma autonomia do Governo do Estado para a realização de investimentos públicos e para a concessão de incentivos fiscais, a economia gaúcha responde aos mesmos estímulos monetários, creditícios e fiscais conduzidos pelo Governo Federal. Ao mesmo tempo, a indústria estadual enfrenta as mesmas condições de competitividade externa que a sua congênere nacional, traduzidas pela evolução da taxa de câmbio, carga tributária e custos em geral. Nesse contexto, uma parte importante do desempenho do Estado, em 2012, pode ser explicada pela desaceleração também observada na economia brasileira, conforme pode ser observado no gráfico seguinte.



Produto Interno Bruto do Brasil e do RS – Variação % acumulada em quatro trimestres



Fontes: FEE/NCR e IBGE/CNT.

Na última década, o ritmo de crescimento da economia gaúcha acompanhou o dinamismo observado na economia brasileira, à exceção dos anos em que ocorreram estiagens (que resultaram em desempenho do PIB regional inferior ao nacional), ou safras muito positivas (que resultaram em desempenho do PIB regional superior ao nacional). A taxa média de crescimento do PIB gaúcho em 2003, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011 – anos em que a agricultura gaúcha acompanhou ou superou o desempenho nacional – foi de 4,0%, contra 3,5% na economia brasileira.

Por outro lado, a taxa média de crescimento do PIB gaúcho em 2004, 2005 e 2008 – anos de perdas na agricultura do Estado – foi de 1,0%, contra 4,7% na economia brasileira. Em 2012, mais uma estiagem atingiu as principais lavouras do Rio Grande do Sul, reduzindo em cerca de 50,0% a produção de soja e impondo perdas importantes para a produção de arroz, fumo, trigo e milho, conforme pode ser observado na tabela adiante. Em 2013, as estimativas apontam para uma safra muito positiva, com destaque para o crescimento de 114,8% da produção de soja e 69,0% da produção de milho.



Produção de grãos – 2011/2013

PRODUTOS	SAFRA (t)			VAR. (%)	
	2011	2012	2013	2012/2011	2013/2012
Soja	11.717.548	5.945.243	12.768.493	-49,3	114,8
Arroz	8.940.432	7.692.223	8.084.179	-14,0	5,1
Fumo	499.455	396.861	430.627	-20,5	8,5
Milho	5.772.422	3.155.061	5.332.758	-45,3	69,0
Trigo	2.744.936	1.866.254	2.427.620	-32,0	30,1

Fonte: IBGE/LSPA.

Em consequência da quebra de safra em 2012, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária do Estado acumulou queda de 27,6% no ano, o pior resultado concentrado no segundo trimestre, período da colheita da soja. A tabela seguinte mostra que, no primeiro semestre do ano, também exibiu o pior resultado do PIB (queda de 3,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior). Devido à recuperação observada no terceiro e quarto trimestres, o PIB do Estado apresentou redução de 1,8% no acumulado do ano<sup>1</sup>.

No primeiro trimestre de 2013, o PIB estadual já apresentou crescimento de 2,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, à recuperação da agropecuária, que registrou alta de 10,2% na mesma base de comparação, devido ao crescimento da produção de arroz e fumo, principais culturas colhidas no início do ano. Tendo em vista as estimativas da safra, espera-se que o resultado do segundo trimestre, período no qual se concentra a colheita da soja e do milho, seja ainda mais favorável. No primeiro trimestre, também se observou uma redução no ritmo de queda da indústria de transformação (-1,6%) e crescimento de 2,3% dos serviços, com destaque para a expansão de 3,3% do comércio.

Considerando-se que a agropecuária representa cerca de 9,0% do VAB no Estado, o impacto direto da redução dessa atividade para o resultado de 2012 foi de 2,5 pontos percentuais negativos. O desempenho do setor de serviços, que representa cerca de 60% do VAB, compensou, parcialmente, apenas a contribuição negativa da agropecuária, enquanto a indústria também apresentou desempenho negativo.

<sup>1</sup>A partir de 2012, a FEE passou a divulgar os resultados do PIB gaúcho trimestralmente, em linha com o calendário do PIB trimestral brasileiro divulgado pelo IBGE. Essa novidade resultou em uma maior precisão no acompanhamento conjuntural da economia do Estado ao longo do ano.

A rigor, além do impacto direto da redução da atividade no setor primário no PIB, há também o impacto indireto dessa redução nas atividades da agroindústria, que envolvem desde o processamento de produtos primários (óleo e farelo de soja, carnes, beneficiamento do fumo e do arroz) à produção de insumos e bens de capital para a agropecuária e o setor de serviços (comércio, transportes, instituições financeiras, etc.). Nesse contexto, em 2013, espera-se que a recuperação da agropecuária tenha um impacto positivo nos resultados da indústria e dos serviços.

Um ponto importante a ser destacado é que os impactos indiretos da estiagem de 2012 foram relativamente menos intensos do que os observados na estiagem de 2005. Conforme se observa na tabela adiante, os serviços em geral apresentaram um bom resultado, em 2012, com um crescimento de 2,6%, contra um crescimento de 1,7%, em nível nacional. Em 2005, esse setor cresceu apenas 0,2% no Estado, enquanto na média nacional o crescimento foi de 3,7%.

Por outro lado, apesar da queda de 4,5% na indústria de transformação gaúcha, em 2012, ter sido maior do que a queda de 2,5% registrada em nível nacional, a construção civil apresentou um desempenho relativamente melhor, o que reduziu a distância do desempenho do agregado da indústria no Estado (queda de 2,3%), em relação ao observado em nível nacional (queda de 0,8%). Em 2005, enquanto a indústria nacional cresceu 2,1%, a indústria gaúcha reduziu 4,1%. Esses dados indicam que, apesar da forte redução da atividade agropecuária, em 2012, o desempenho dos demais setores ficou próximo do observado nacionalmente.

Taxas de crescimento do PIB e dos setores da atividade - períodos selecionados

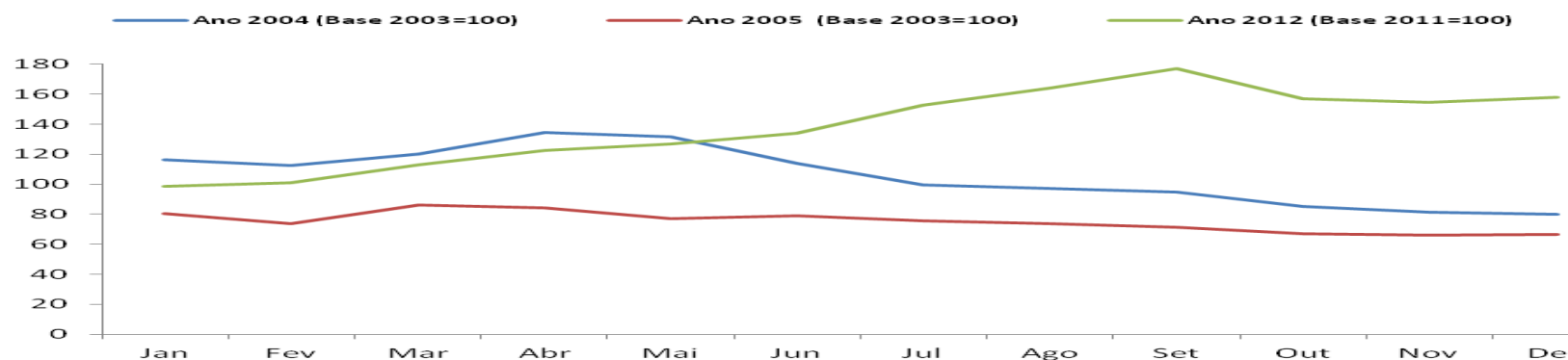
Especificação	2004/2003		2005/2004		2012/2011	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS
<b>PIB</b>	<b>5,7</b>	<b>3,3</b>	<b>3,2</b>	<b>-2,8</b>	<b>0,9</b>	<b>-1,8</b>
Agropecuária	2,3	-10,6	0,3	-17,4	-2,3	-27,6
Indústria	7,9	7,1	2,1	-4,1	-0,8	-2,3
Transformação	8,5	7,0	1,2	-5,2	-2,5	-4,5
Construção civil	6,6	7,7	1,8	-0,3	1,4	2,3
Serviços	5,0	4,2	3,7	0,2	1,7	2,6
Comércio	7,5	7,6	3,5	-2,2	1,0	1,3

Fontes: FEE/NCR e IBGE/CNT.

O comportamento favorável dos preços agrícolas explica, em parte, o impacto relativamente menor da estiagem sobre a indústria e os serviços. Se, em 2004 e 2005, a redução nas quantidades produzidas foi seguida de uma queda nos preços, em 2012, os preços dos principais produtos sustentaram-se em níveis bastante elevados. O gráfico seguinte mostra a evolução comparada do preço da soja, em 2004, 2005 e 2012. A dinâmica dos preços contribuiu para reduzir a perda de renda dos produtores, em 2012, apesar da forte retração na quantidade produzida.

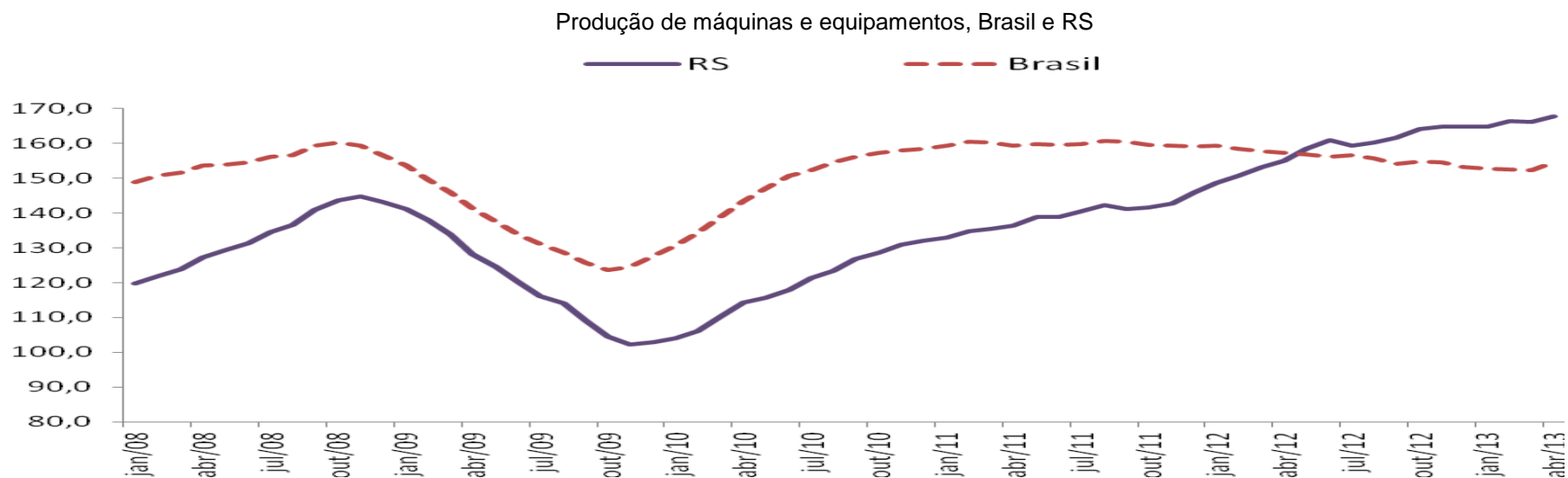
Ademais, a estiagem de 2012 sucedeu a safra recorde alcançada em 2011, de modo que os produtores, em sua maioria, ainda contavam com alguma capitalização. Essa situação assemelha-se ao ocorrido em 2004, quando a estiagem se seguiu à boa safra de 2003, contrasta com o ocorrido em 2005, quando, além da redução da produção e nos preços, os produtores enfrentaram o segundo ano consecutivo de perdas.

Índice nominal de preços recebidos pelos produtores de soja



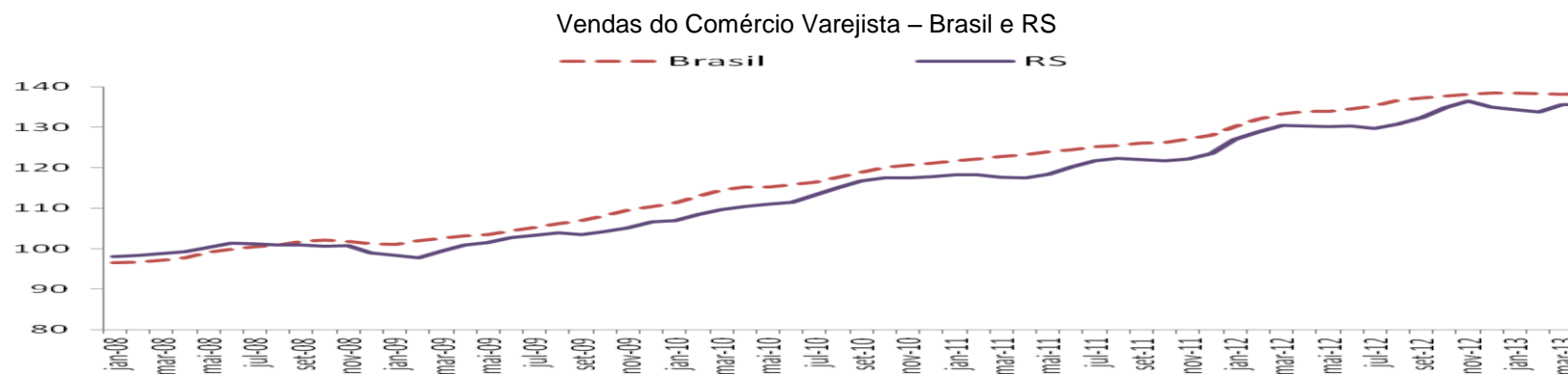
Fonte: EMATER/RS.

A preservação da renda no setor refletiu-se também no desempenho do segmento de máquinas e equipamentos, cuja principal atividade no Estado é a produção de tratores e máquinas agrícolas. Enquanto, em 2005, esse setor apresentou queda de 19,1%, em 2012, registrou crescimento de 12,9%, bastante acima do observado em nível nacional, movimento evidenciado pelo gráfico adiante. Refere-se ao volume mensal, sem ajuste sazonal, em médias móveis de 12 meses (Base 2002 = 100).



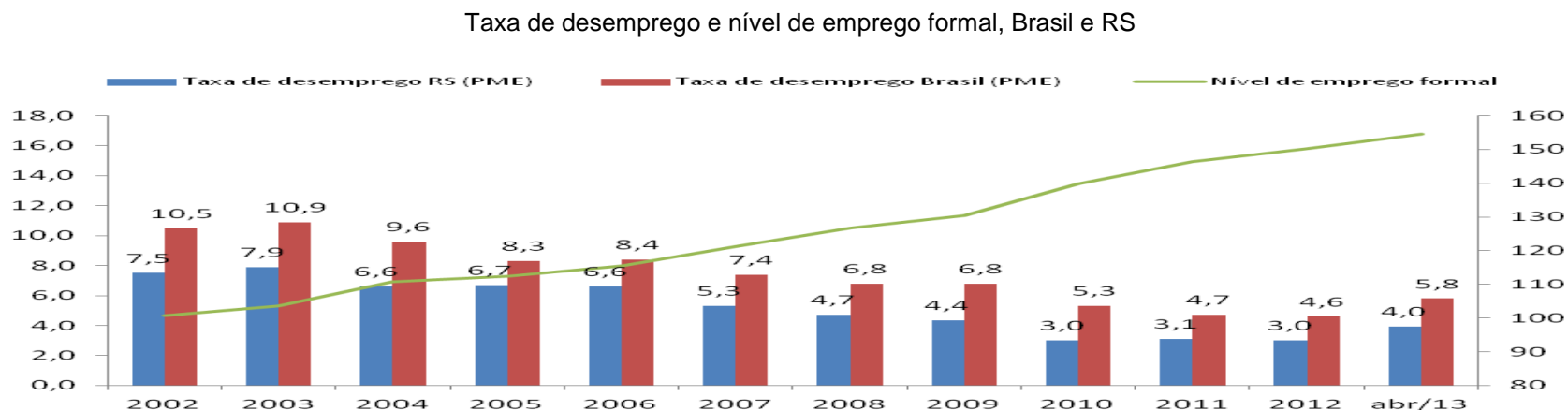
Fonte: IBGE/PIM-PF.

Apesar do resultado frustrante do PIB, as políticas adotadas pelo governo federal para a sustentação da demanda cumpriram papel importante na manutenção do emprego e da renda. Entre as medidas, destaca-se a redução dos juros e do spread bancário, a expansão do crédito para o consumo e a construção civil, a continuação do Programa Minha Casa, Minha Vida e a redução do IPI incidente sobre bens de consumo duráveis. Como resultado, a demanda continuou crescendo, como fica claro a partir do comportamento das vendas do comércio varejista, conforme mostra o gráfico seguinte. Refere-se ao índice de volume com ajuste sazonal, em médias móveis trimestrais (Base 2008 = 100).



Fonte: IBGE/PMC.

Por outro lado, a taxa de desemprego aberto permaneceu próxima do mínimo histórico ao final de 2012 (3,5% segundo a PME/IBGE), enquanto a criação de emprego formal continuou em trajetória ascendente, conforme demonstra o gráfico seguinte. Refere-se ao final de período.

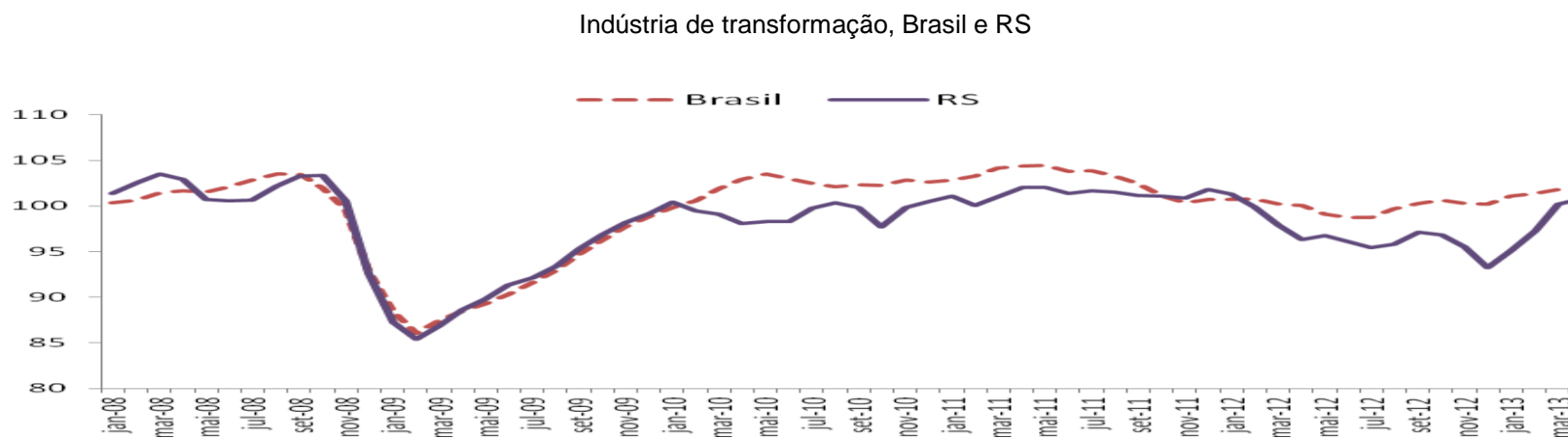


Fonte: IBGE/MME e MTE.



Também merecem destaque as medidas voltadas à redução de custos e aumento da competitividade na indústria, como a sustentação da taxa de câmbio em nível mais depreciado, a redução do custo da energia elétrica, a desoneração da folha de salários, a ampliação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e das condições favoráveis do BNDES para a compra de bens de capital, no âmbito do PSI (Programa de Sustentação do Investimento). Ainda que não tenham alcançado o efeito desejado em 2012, essas medidas, em conjunto com a aceleração das obras de infraestrutura, devem se refletir em um aumento importante dos investimentos em 2013. O crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo no primeiro trimestre de 2013, bem como os dados de produção de bens de capital e desembolsos do BNDES no primeiro quadrimestre, são evidências de que os investimentos já começam a mostrar reação.

O fraco desempenho da indústria gaúcha, em 2012, embora guarde alguma relação com a estiagem, também se deve a outros fatores, como a desaceleração da indústria em nível nacional e a queda das exportações, com destaque para a redução das vendas para a Argentina e Rússia. Nota-se, no gráfico adiante, que a queda do setor foi superior à observada em nível nacional. Por outro lado, os primeiros meses de 2013 já mostram sinais claros de recuperação. O nível de produção da indústria, porém, ainda se encontra no mesmo patamar de 2008. Refere-se ao índice de volume com ajuste sazonal, em médias móveis trimestrais (Base 2008 = 100).



Fonte: IBGE/PIM-PF.

Conforme se observa na tabela seguinte, enquanto a produção nacional da indústria sofreu uma redução de 1,0%, nos doze meses encerrados, em abril de 2013, a produção da indústria gaúcha teve uma redução de 3,3%. Parte da explicação para esse fraco desempenho pode ser encontrada no setor de alimentos, que detém o maior VAB da indústria no Estado, registrando queda de 8,3% no período (contra queda de 1,7% em nível nacional), refletindo a estiagem. O setor de fumo, cuja produção nacional se concentra no Estado, também foi afetado, com redução de 9,9%. Já o desempenho de outros segmentos, com destaque para aqueles relacionados à produção de insumos industriais e bens de capital (metalurgia, produtos de metal, borracha e plástico, químicos e celulose) refletiram a queda da demanda externa e, principalmente, a desaceleração da produção nacional.

O setor de veículos automotores, que inclui veículos de passeio, reboques, carrocerias e autopeças, também foi afetado pela queda das exportações e da demanda interna, especialmente aquela destinada aos investimentos na renovação da frota. Além disso, observou-se, em 2012, uma redução da produção de caminhões e peças associadas à adequação dos motores ao sistema Euro 5, menos poluente e mais caro. Já há evidências, porém, de normalização da produção desse segmento no início de 2013.

Por fim, o desempenho do setor calçadista refletiu as dificuldades competitivas do setor, acrescidas, em 2012, da queda das vendas para a Argentina, destino importante das exportações estaduais do produto. Os destaques positivos na indústria são os setores de máquinas e equipamentos, refino de petróleo e mobiliário. Este último se beneficiou do bom momento da construção civil, que mostrou uma boa resposta à redução do IPI. No primeiro quadrimestre de 2013, especialmente no mês de abril, a maior parte dos setores registrou taxas de crescimento elevadas, o que reforça as expectativas de recuperação da indústria ao longo do ano.

Produção física industrial – Indústria de Transformação, Brasil e RS  
Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior

Especificação	Brasil			RS		
	abr/13	Acumulado no ano até abr/13	12 meses encerrados em abr/13	abr/13	Acumulado no ano até abr/13	12 meses encerrados em abr/13
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>9,4</b>	<b>2,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>11,2</b>	<b>2,9</b>	<b>-3,3</b>
Alimentos	7,7	-0,6	-1,7	12,8	-0,9	-8,3
Calçados e couros	17,6	4,5	-1,1	7,3	-4,1	-8,9
Automóveis	23,9	15,1	-3,8	13,9	17,3	-8,1
Refino de Petróleo	11,7	8,4	6,1	26,8	18,4	6,0
Químicos	4,2	0	1,8	-11,5	-11,1	-8,6
Fumo	15,5	-8,5	-12,3	30,3	-8,2	-9,9
Máquinas e equipamentos	18,1	2,7	-1,8	12,9	5,5	8,2
Mobiliário	20,0	9,2	3,1	5,8	4,9	2,5

Fonte: IBGE/PIM-PF.

Em 2012, as exportações do Estado refletiram, de um lado, a redução na oferta de produtos básicos provocada pela estiagem, e, de outro, a redução na demanda provocada pela crise internacional e pelos embargos impostos pela Rússia e pela Argentina. Em 2012, houve uma redução de US\$ 2,0 bilhões, em relação ao total exportado no ano anterior. A queda mais forte ocorreu nas exportações da agropecuária, que sofreram uma redução de 28,2%, devido, principalmente, à queda na produção de soja. As vendas externas da indústria de transformação também caíram 7,6%.

Com esse desempenho, o Rio Grande do Sul caiu para a 5ª posição entre os maiores estados exportadores, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Não obstante, como a diferença entre as exportações gaúchas e do Paraná foi pequena (US\$ 17,4 bilhões no Estado contra US\$ 17,7 bilhões no Paraná) é esperado que, no próximo ano, com a recuperação da safra de soja, o Rio Grande Sul recupere a quarta posição, a qual o Estado tem conseguido manter nos últimos anos.

Conforme a tabela seguinte, contribuíram para esse resultado a queda das exportações de produtos alimentícios, com destaque para a redução das vendas de óleo e farelo de soja e de carnes, especialmente suínos, devido aos embargos adotados pela Rússia. O setor de fumo mostrou um bom desempenho nas exportações, apesar da queda na produção. Já os setores químicos, máquinas e equipamentos, veículos automotores e calçados e couros tiveram o seu desempenho afetado pela queda da demanda e adoção de restrições às compras externas adotadas pela Argentina, pelos atrasos na concessão de licenças não automáticas.

As vendas para esse país, que é o segundo maior destino das exportações do Estado, atrás apenas da China, foram reduzidas em 22,1%, em 2012. No primeiro quadrimestre de 2013, as exportações do Estado já registram crescimento, principalmente devido à recuperação da safra, que resultou em crescimento de 63,8% das exportações agropecuárias. No agregado, as vendas externas do Estado cresceram 3,1%, contra uma queda de 4,1% em nível nacional.

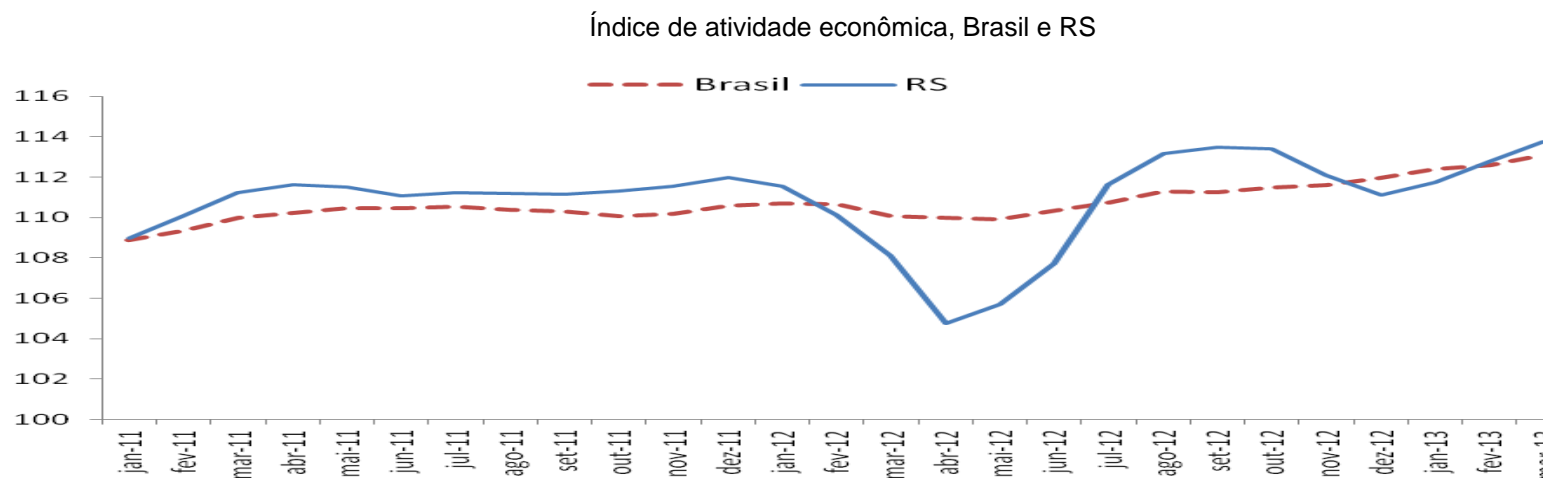
Demonstrativo de exportação, Brasil e RS

Especificação	US\$ bilhões		VAR. %		
	2011	2012	Valor	Volume	Preço
<b>Brasil</b>	<b>256,0</b>	<b>242,6</b>	<b>-5,3</b>	<b>1,0</b>	<b>-6,2</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>19,4</b>	<b>17,4</b>	<b>-10,5</b>	<b>-11,1</b>	<b>0,6</b>
Agropecuária	3,6	2,7	-25,6	-28,2	3,6
Indústria	15,6	14,4	-7,6	-7,4	-0,2
Alimentos	4,9	4,5	-8,2	-9,6	1,4
Fumo	1,9	2,2	18,0	16,8	1,1
Químicos	2,3	2,0	-12,5	-5,9	-7,0
Máquinas e equipamentos	1,6	1,4	-11,3	-14,5	3,8
Veículos	1,3	1,2	-7,1	-5,2	-2,0
Calçados	1,2	0,9	-26,3	-25,6	-1,0

Fonte: FEE/NIC.

Em conjunto, os indicadores de nível de atividade apontam para um bom desempenho da economia gaúcha, em 2013. O índice de atividade calculado pelo Banco Central para o Estado (IBCR-RS), que corresponde a uma síntese dos indicadores mensais da produção agrícola, indústria e serviços – pode ser interpretado como um indicador antecedente do PIB –, confirma essa percepção. De acordo com esse índice, a economia gaúcha cresceu 4,4% no primeiro trimestre de 2013, em relação ao mesmo período do ano passado, sendo que o crescimento observado na economia brasileira foi de 1,8%. Espera-se que a tendência de recuperação da economia do Estado se intensifique ao longo do ano, tendo em vista os resultados da safra e a recuperação recente da produção industrial. Em um cenário conservador, de crescimento de 30% do VAB da agropecuária no ano e de expansão moderada da indústria e dos serviços, entre 2% e 3%, respectivamente, a taxa de crescimento do PIB estadual se situaria entre 5% e 6%, em 2013. Caso a recuperação se mostre mais forte, esse intervalo pode ser superado.

Adiante, gráfico que mostra o índice de atividade econômica. Refere-se ao índice de volume com ajuste sazonal, em médias móveis trimestrais (Base 2008 = 100).



Fonte: Banco Central do Brasil / IBC-BR e IBCR-RS.

## **2. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **2.1 O Quadro Geral das Finanças Públicas**

O capítulo anterior mostrou os cenários das economias mundial, brasileira e gaúcha. Nesse contexto de enorme preocupação e incerteza, as finanças do Estado do Rio Grande do Sul apresentam um quadro, por um lado, de resultados satisfatórios obtidos através da gestão sobre a receita; por outro, de dificuldades estruturais na execução das contas públicas, que apresentam déficits fiscais continuados há, pelo menos, quatro décadas.

Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os encargos de seus inativos. Por causa dos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro suportou, em 2012, um déficit previdenciário de R\$ 5,5 bilhões; em 2013, a previsão é de R\$ 6,2 bilhões. Em 2014, o déficit previdenciário ultrapassará R\$ 7,0 bilhões, um quarto de toda a Receita Corrente Líquida.

Outro importante fator de engessamento fiscal das finanças é a imposição onerosa do termo da dívida estadual contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.996/97. A atualização do estoque, pelo IPG-DI mais 6% ao ano, criou ao longo do tempo um sistemático resíduo, fazendo com que o montante da dívida continuasse a crescer mesmo com os elevados pagamentos realizados, visto que o percentual de 13% da Receita Líquida Real não era suficiente para acompanhar a evolução verificada do IGP-DI acrescida de encargos de 6% ao ano. Em agosto de 2013, pela primeira vez, o Estado alcançou receita suficiente que permitiu o pagamento integral da parcela e não gerou resíduo no estoque da dívida. Como parte de uma solução menos onerosa com relação ao contrato firmado com a União, torna-se imprescindível a votação, pelo Congresso Nacional, do PLP 238/2013, projeto do Governo Federal que altera a atualização do estoque, com a saída do IPG-DI mais 6% ao ano pela Taxa SELIC ou pelo IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. A aprovação deste projeto traz ao estado a perspectiva de um equacionamento para a questão da dívida.

Adiante, faz-se uma pequena explanação sobre a evolução das contas públicas. A situação fiscal do Estado agravou-se no final da década de noventa, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através do endividamento mobiliário pela emissão de títulos públicos e da venda de bens, e impôs um austero regime de ajustamento orçamentário.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal passou a ser perseguido, mas a própria mudança do espectro das políticas públicas. E a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, forçou os gestores públicos a severas restrições orçamentárias em áreas estratégicas.

O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera estadual, tais como a Saúde, a Educação, a Segurança e a Infraestrutura, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de realocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscaram otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de gastos, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou em deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, tudo isso sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

Entre os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal está a busca por novas fontes de financiamento, que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pela contratação de operações de crédito internas e externas para investimento, até o reforço de arrecadação, através da permanente qualificação do Fisco.

O atual Governo tem o objetivo de resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza haverá condições de consolidar um patamar de financiamento que minimize o processo de abrandamento da escassez de recursos públicos estaduais do cotidiano da gestão financeira. Por fim, não há soluções fáceis no combate aos problemas estruturais das contas estaduais, engessadas de tal forma que as despesas fixas comprometem a totalidade das receitas. É necessário, então, incorporar na economia gaúcha um alto padrão de inovação, dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativa sem a qual não é possível imaginar as melhorias necessárias nos instrumentos de políticas públicas.

## **2.2 O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo**

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreram-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores, de Requisição de Pequeno Valor (RPV) e de precatórios, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação ao final de 2004, de lei com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, o parcelamento de salários e o empréstimo para o pagamento do décimo-terceiro dos servidores do Poder Executivo. Os últimos governos se utilizaram de saques do caixa único e dos depósitos judiciais para cobrir as despesas mais prementes de pessoal e custeio.

Apesar do uso desse conjunto variado de fontes de financiamento, não se conseguiu estancar a gradativa diminuição da capacidade de investimento do Estado.

É importante ressaltar que a securitização da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos de 1990, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social, no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado do Rio Grande do Sul não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, sem outros recursos extraordinários como a inflação, a venda de ativos e o aumento de impostos, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor, além da recomposição dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais.



### 2.3 A Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário.

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida. As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na tabela a seguir, são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1971 e 2012, conforme fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados negativos. A partir do início de 2000, as contas sofreram forte regime de ajustamento, traduzidas em melhores resultados.

Convém mencionar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Pública Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério da Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Anual, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.



Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1971	(128.103.065)	(41.333.995)	-0,19%	-0,06%	9,66%	9,85%
1972	(236.201.438)	(270.475.861)	-0,32%	-0,36%	9,65%	9,97%
1973	(438.809.395)	(506.929.190)	-0,44%	-0,50%	8,71%	9,14%
1974	(368.395.806)	(923.063.330)	-0,34%	-0,86%	8,59%	8,93%
1975	(618.901.439)	(1.194.476.895)	-0,53%	-1,02%	9,40%	9,93%
1976	(1.299.047.050)	(1.313.494.397)	-1,04%	-1,05%	7,83%	8,88%
1977	(477.131.960)	(25.337.175)	-0,35%	-0,02%	7,81%	8,16%
1978	220.610.025	(570.275.561)	0,16%	-0,41%	8,58%	8,42%
1979	(362.167.202)	(861.447.482)	-0,27%	-0,65%	8,13%	8,40%
1980	(396.781.938)	(471.708.160)	-0,30%	-0,35%	7,75%	8,05%
1981	(442.026.085)	(1.080.335.456)	-0,34%	-0,82%	9,12%	9,46%
1982	(1.131.920.438)	(1.446.047.614)	-0,87%	-1,12%	10,70%	11,58%
1983	(3.531.082.896)	(1.096.561.933)	-3,17%	-0,98%	7,91%	11,08%
1984	(1.547.931.283)	(885.470.218)	-1,36%	-0,78%	8,82%	10,19%
1985	(5.982.123.223)	(1.475.160.119)	-5,09%	-1,25%	9,89%	14,98%
1986	(2.574.286.030)	(1.564.922.548)	-1,40%	-0,85%	11,13%	12,53%
1987	(574.391.885)	(521.709.181)	-0,48%	-0,43%	10,96%	11,43%
1988	(303.773.267)	(539.733.434)	-0,33%	-0,59%	9,56%	9,89%
1989	100.195.985	(1.206.518.650)	0,12%	-1,40%	9,79%	9,68%
1990	(583.418.075)	(1.818.683.504)	-0,55%	-1,71%	12,35%	12,90%
1991	(214.143.963)	(218.003.581)	-0,22%	-0,23%	10,34%	10,57%
1992	(410.581.743)	(1.753.336.479)	-0,45%	-1,94%	11,52%	11,97%
1993	(127.944.337)	(916.596.088)	-0,16%	-1,12%	11,23%	11,39%
1994	(505.040.551)	(563.009.916)	-0,34%	-0,38%	11,94%	12,28%
1995	(1.811.396.108)	(785.285.766)	-0,82%	-0,36%	11,39%	12,22%
1996	(104.464.176)	(2.633.068.793)	-0,04%	-1,10%	13,29%	13,33%
1997	1.973.216.100	(1.805.839.684)	0,81%	-0,74%	14,76%	13,94%
1998	1.292.711.550	(4.821.919.429)	0,53%	-1,98%	18,79%	18,26%
1999	(2.217.929.320)	(1.183.532.201)	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	(1.471.276.821)	(1.103.599.583)	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%



Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI de 31/12/2012	Resultado Primário IGP-DI de 31/12/2012	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2001	(1.309.724.670)	(695.063.258)	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	(473.286.666)	(123.446.291)	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	(110.000.363)	(173.325.677)	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	(1.171.954.315)	55.803.212	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	(1.400.755.949)	872.671.353	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	(1.324.468.940)	669.298.274	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	860.564.690	1.317.801.579	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	549.723.359	2.671.023.926	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	13.137.112	2.300.783.871	0,00%	0,84%	10,98%	10,98%
2010	(178.640.139)	1.809.540.267	-0,06%	0,63%	11,34%	11,40%
2011	(527.100.231)	1.571.933.319	-0,17%	0,52%	10,55%	10,73%
2012	(732.246.094)	804.579.810	-0,25%	0,27%	11,00%	11,21%

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2012 estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se a nova série do PIB.

Nota 3: Os PIBs de 2011 e 2012 são preliminares, sujeito a alterações.

Nota 4: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias, visto serem uma dupla contagem contábil.

O resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em vários anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, as operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida pública.

## 2.4 Os Principais Agregados da Receita Pública

A tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, atualizada pelo IGP-DI, em valores de 31/dez/2012. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, visto que estas representam uma dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que deve ser expurgado.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.641</b>	<b>22.615</b>	<b>25.083</b>	<b>26.568</b>	<b>26.750</b>	<b>28.508</b>	<b>29.494</b>	<b>32.817</b>	<b>32.088</b>	<b>32.617</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.792	17.632	19.245	20.208	20.271	21.908	22.471	25.500	25.027	25.802
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.234	1.395	1.430	1.513	1.590	1.498	1.608	1.656	1.809	1.838
RECEITA PATRIMONIAL	598	312	392	583	443	682	845	707	677	634
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	1	1	1	4	1	2
RECEITA INDUSTRIAL	5	9	4	3	1	1	0	0	1	0
RECEITA DE SERVIÇOS	287	264	263	246	253	268	286	276	268	278
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.237	4.667	5.056	5.598	5.915	6.473	6.647	7.115	7.076	6.815
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.156	935	918	677	816	760	1.058	1.389	1.100	1.195
DEDUÇÕES AO FUNDEB	(2.670)	(2.601)	(2.227)	(2.261)	(2.541)	(3.082)	(3.420)	(3.829)	(3.871)	(3.946)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>756</b>	<b>705</b>	<b>284</b>	<b>501</b>	<b>1.949</b>	<b>1.629</b>	<b>301</b>	<b>1.239</b>	<b>409</b>	<b>1.114</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	496	371	193	45	-	1.481	(0)	935	270	954
ALIENAÇÃO DE BENS	231	273	44	340	1.855	5	38	5	5	43
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	9	17	19	78	49	32	21	41	42	17
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	21	44	27	38	46	111	241	258	92	101
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>24.397</b>	<b>23.320</b>	<b>25.367</b>	<b>27.069</b>	<b>28.700</b>	<b>30.137</b>	<b>29.795</b>	<b>34.056</b>	<b>32.497</b>	<b>33.731</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Como se pode observar, as receitas tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite. Já em 2011 e 2012, contrataram-se diversas operações de crédito avalizadas pelo Governo Federal, direcionadas para investimentos nas áreas sociais e em infraestrutura, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

Adiante, tabela que discrimina as operações de crédito: em 2011, foram realizadas quatro operações de crédito (três internas e uma externa), totalizando R\$ 247,6 milhões; em 2012, cinco operações de crédito (três internas e duas externas), totalizando R\$ 943,7 milhões.

Operações de crédito contratadas em 2011 e 2012 – R\$ 1.000,00

Especificações		Contratações em 2011	Contratações em 2012	Finalidade das Operações Contratadas
Operações de Crédito Internas	BNDES - PEF	94.192	0	Infraestrutura e segurança pública
	BNDES - PMAE TRIBUTÁRIO	2.750	7.833	Administração tributária e gestão pública
	BNDES - PEF II	139.512	0	Infraestrutura
	BNDES - PROINVESTE	0	300.000	Infraestrutura
	BNDES - PROREDES	0	314.032	Desenvolvimento e modernização do setor produtivo, inovação tecnológica, infraestrutura, habitação, segurança pública e ampliação do crédito
Operações de Crédito Externas	BID - PROFISCO	11.151	0	Administração tributária
	BIRD - PROREDES	0	65.744	Gestão pública e ambiental, educação, infraestrutura, desenvolvimento do setor privado
	BID - PROCONFIS	0	256.050	Infraestrutura e aumento do capital da PROCERGS
<b>Total</b>		<b>247.605</b>	<b>943.659</b>	<b>Total: R\$ 1.191.264</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/DECAP.

### **2.4.1 ICMS**

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

Pode-se afirmar que não há uma relação direta entre a arrecadação do ICMS e o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, em época de ótimo crescimento econômico, coincide com boa arrecadação. O contrário nem sempre é verdadeiro. Em 2012, por exemplo, apesar de o PIB gaúcho ter sido negativo em 1,8%, o ICMS cresceu 9,6%, nominalmente, e 3,4%, em valores reais pelo IGP-DI.

Diversas são as variáveis que impactam a arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada e a inflação presente, principalmente o IGP-M e o IGP-DI; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.

A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade de consumo das famílias, mas também a inflação presente e passada embutida nos preços de produtos e serviços.

No intuito de demonstrar a origem da arrecadação do ICMS, a tabela adiante mostra o desempenho de cada setor econômico. Pode-se constatar que, em 2012, o setor primário respondeu por apenas 0,5% da arrecadação de ICMS; o setor secundário por 35,4%; o setor terciário por 31,9%; o setor de energia elétrica por 9,9%; o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes por 16,7%; a recuperação de valores em Dívida Ativa teve peso de 2,3%, e outras fontes foram responsáveis por 3,2% da arrecadação total de ICMS.

ICMS Total Arrecadado por Setor Econômico – R\$ 1.000,00

ICMS TOTAL	2011		2012		2013 (Jan-Jun)	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico
<b>Setor Primário</b>	<b>86.371</b>	<b>0,4</b>	<b>96.718</b>	<b>0,5</b>	<b>62.339</b>	<b>0,5</b>
<b>Setor Secundário</b>	<b>6.789.964</b>	<b>34,8</b>	<b>7.570.103</b>	<b>35,4</b>	<b>4.095.425</b>	<b>35,6</b>
<b>Setor Terciário</b>	<b>6.349.895</b>	<b>32,6</b>	<b>6.830.147</b>	<b>31,9</b>	<b>3.776.507</b>	<b>32,8</b>
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8	2.678.615	12,5	1.571.652	13,7
Comércio Varejista	2.102.404	10,8	2.039.727	9,5	1.078.157	9,4
Serviços de Transporte	164.980	0,8	195.794	0,9	105.594	0,9
Serviços de Comunicação	1.789.412	9,2	1.909.088	8,9	1.013.786	8,8
Outros	0	0,0	6.923	0,0	7.318	0,1
<b>Energia Elétrica</b>	<b>1.877.010</b>	<b>9,6</b>	<b>2.107.467</b>	<b>9,9</b>	<b>932.856</b>	<b>8,1</b>
Setor Secundário	71.758	0,4	79.043	0,4	34.385	0,3
Setor Terciário	1.805.252	9,3	2.028.424	9,5	898.471	7,8
<b>Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>3.419.713</b>	<b>17,5</b>	<b>3.580.799</b>	<b>16,7</b>	<b>2.025.279</b>	<b>17,6</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>341.303</b>	<b>1,8</b>	<b>501.429</b>	<b>2,3</b>	<b>159.240</b>	<b>1,4</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>638.670</b>	<b>3,3</b>	<b>691.546</b>	<b>3,2</b>	<b>455.114</b>	<b>4,0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>19.502.926</b>	<b>100,0</b>	<b>21.378.210</b>	<b>100,0</b>	<b>11.506.760</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

Tendo em vista o fato de o Governo Federal ter diminuído o preço da energia elétrica, é importante dizer que, ao se comparar o 1º semestre de 2013 com o mesmo período de 2012, houve uma queda de participação de arrecadação nominal de ICMS de 2,4 pontos percentuais, passando de 10,5% para 8,1%. Isso significa que, nos primeiros seis meses de 2013, o Estado arrecadou R\$ 135 milhões a menos de ICMS, em valores nominais, em relação ao mesmo período do ano anterior.



A tabela apresentada a seguir analisa a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), no período entre 2000 e 2012. Verifica-se um crescimento nominal de 278,6%, passando de R\$ 5.647 milhões, em 2000, para R\$ 21.378 milhões, em 2012. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 44,5%. Na comparação de 2012 com 2011, o crescimento nominal do ICMS foi de 9,6% e, pelo IGP-DI, de 3,4%. A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 6,9%, em 2000, chegou a 7,9%, em 2005, e a 7,2%, em 2012. A média do período, entre 2000 e 2012, é de 7,2% do PIB.

Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

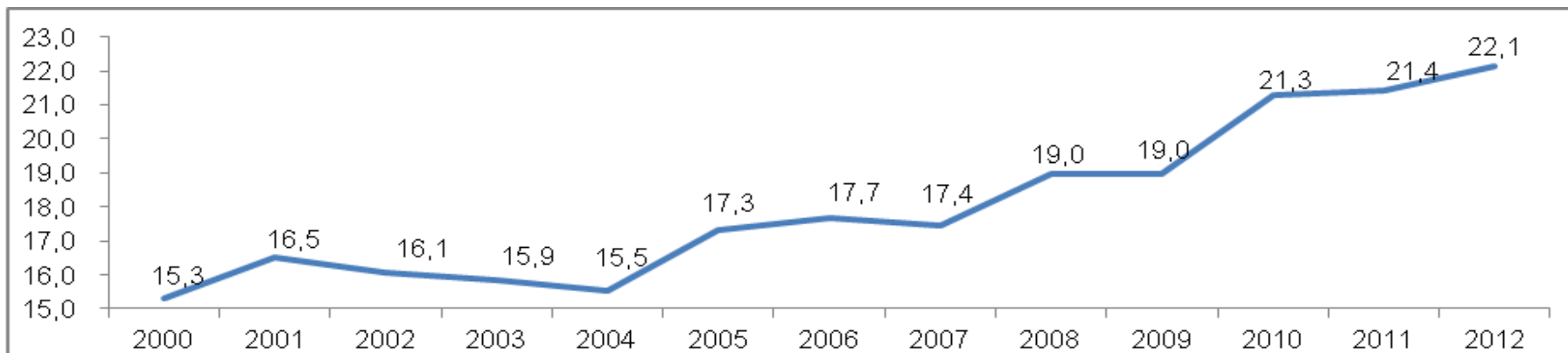
Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre o ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI – Atualização até 31/12/2012	Variação pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2000	5.647	-	15.320	-	6,9
2001	6.706	18,8	16.496	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	16.080	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	15.861	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	15.524	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	17.338	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	17.682	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	17.448	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	18.984	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	18.985	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	21.314	12,3	7,1
2011	19.503	9,0	21.409	0,4	7,0
2012	21.378	9,6	22.139	3,4	7,2
<b>% 2012/2000</b>	<b>278,6</b>	<b>-</b>	<b>44,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB de 2011 é estimativa preliminar. O PIB de 2012 não foi divulgado.



Evolução do ICMS arrecadado atualizado pelo IGP-DI – R\$ bilhões



Fonte: Sistema Cubo DW da SEFAZ/RS.

#### **2.4.2 Transferências Constitucionais da União ao Estado**

Com o domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a profundas distorções, devido ao incremento da carga fiscal estar concentrado na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, a antiga CPMF, a CIDE, o PIS/PASEP, a COFINS e a CSLL, não repartidas com os demais entes federativos. A partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com Estados e Municípios. Atualmente, a cobrança está zerada, tendo em vista que o Governo Federal, por duas oportunidades, não promoveu o aumento do preço dos combustíveis ao consumidor final, compensando com a diminuição desse tributo.

Outro ponto a ser destacado é a prática pelo Governo Federal de políticas anticíclicas, com o objetivo de promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses aos Estados. Ainda, a desoneração de tributos da conta da energia elétrica fez despencar a arrecadação de ICMS nos Estados.



As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação, Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à variação da Receita Corrente Líquida. Entre os anos 2003 e 2012, houve uma variação negativa de 2,9% da RCL. Em 2003, as transferências federais representavam o equivalente a 11,6% da RCL e, em 2012, essa participação recuou para 8,7% da RCL. A perda na comparação de 2012 em relação a 2003, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à variação da RCL, é da ordem de R\$ 688 milhões anuais (RCL de 2012 foi de R\$ 23.711 milhões x 2,9% = perda de R\$ 688 milhões).

Transferências Constitucionais e Legais da União ao RS – Em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
COTA-PARTE DO FPE	511	564	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415	1.459
COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO	293	310	352	377	392	432	335	440	483	361
LEI KANDIR (LCF 87/96)	320	256	256	147	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	-	51	82	153	122	174	134	118	112	96
<b>TOTAL</b>	<b>1.124</b>	<b>1.181</b>	<b>1.395</b>	<b>1.457</b>	<b>1.565</b>	<b>1.858</b>	<b>1.681</b>	<b>1.853</b>	<b>2.157</b>	<b>2.062</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711
<b>% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL</b>	<b>11,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>	<b>9,8</b>	<b>8,7</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A próxima tabela mostra o percentual da carga tributária bruta total, em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 1998 e 2011. Denota-se que, em 1998, a União detinha uma carga tributária de 18,9% do PIB, a qual saltou para 24,7%, em 2011. Os Estados passaram de 7,3% do PIB, em 1998, para 8,6%, em 2011. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,4% do PIB, em 1998, a qual passou para 2,0% em 2011. Assim, no período, a União cresceu 5,8 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 1,3 ponto percentual sobre o PIB; e os Municípios, 0,6 ponto percentual do PIB.

Demonstrativo da evolução da carga tributária total sobre o PIB – em %

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União	18,9	19,9	20,5	21,3	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	24,1	24,0	23,0	23,1	24,7
Estados	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,6	8,7	8,5	8,5	8,6
Municípios	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0
<b>Carga Tributária Total sobre o PIB</b>	<b>27,6</b>	<b>28,7</b>	<b>29,9</b>	<b>31,0</b>	<b>32,0</b>	<b>31,4</b>	<b>32,2</b>	<b>33,4</b>	<b>33,3</b>	<b>34,5</b>	<b>34,5</b>	<b>33,3</b>	<b>33,5</b>	<b>35,3</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

A tabela seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 1998, a União arrecadou 68,5% da totalidade dos tributos e, em 2011, esse percentual cresceu para 70,0%. Já os Estados, que em 1998 detinham 26,4%, tiveram sua arrecadação diminuída para 24,5%, em 2011. No mesmo período, os Municípios passaram de 5,1% para 5,5%.

Demonstrativo do percentual de arrecadação por esfera de Governo

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União	68,5	69,3	68,6	68,7	69,4	68,8	68,9	70,1	70,0	70,1	69,5	68,9	69,0	70,0
Estados	26,4	25,8	26,8	26,8	26,3	26,8	26,7	26,0	25,8	24,8	25,4	25,6	25,5	24,5
Municípios	5,1	4,9	4,7	4,5	4,4	4,5	4,3	3,9	4,2	5,1	5,1	5,5	5,5	5,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

O Rio Grande do Sul e os demais Estados exportadores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná) estão sendo penalizados desde a entrada em vigor da Lei Kandir (LCF 87/96), sem que houvesse uma compensação satisfatória por parte da União. A Lei Kandir excluiu da tributação do ICMS os produtos exportados. Por um lado, é salutar para a economia e para os exportadores terem seus produtos competitivos no mercado internacional, contudo, esvai-se uma fatia substancial de recursos, tão necessários para fazer frente às diversas demandas sociais e de infraestrutura. A compensação por essas perdas é ínfima, agravada pelo fato de que a União vem diminuindo os repasses ano a ano.

Discorre-se para fins de argumentação, caso a alíquota de ICMS a ser cobrada sobre os produtos exportados fosse fixada, em tese, em 8,0%, somente em 2012, a perda do Estado alcançaria R\$ 2,4 bilhões, conforme se pode observar na tabela adiante. No período entre 2003 e 2012, o Estado deixaria de arrecadar o montante de R\$ 20,4 bilhões, em valores nominais. Ao atualizar esses valores pelo IGP-DI até 31/12/2012, a perda aproximada é de R\$ 26,7 bilhões.



Perdas do Estado com a desoneração de ICMS sobre produtos exportados (Lei Kandir) – R\$/US\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Valores Exportados pelo RS (em US\$)	8.027	9.902	10.476	11.802	15.018	18.385	15.236	15.382	19.427	17.386	141.041
Valor Médio Dolar Anual (R\$)	3,08	2,93	2,44	2,18	1,95	1,83	2,00	1,76	1,67	1,91	2,06
<b>Valores Exportados pelo RS (em R\$)</b>	<b>24.725</b>	<b>29.013</b>	<b>25.561</b>	<b>25.729</b>	<b>29.284</b>	<b>33.645</b>	<b>30.472</b>	<b>27.072</b>	<b>32.443</b>	<b>33.207</b>	<b>291.150</b>
Alíquota de Exportação (Em tese: 8,0%)	1.978	2.321	2.045	2.058	2.343	2.692	2.438	2.166	2.595	2.657	23.292
(-) Compensação das Exportações	320	307	338	300	269	320	281	264	259	242	2.900
<b>Perdas da Lei Kandir (valores nominais)</b>	<b>1.658</b>	<b>2.014</b>	<b>1.707</b>	<b>1.759</b>	<b>2.074</b>	<b>2.371</b>	<b>2.157</b>	<b>1.901</b>	<b>2.336</b>	<b>2.414</b>	<b>20.392</b>
<b>Perdas da Lei Kandir (valores IGP-M)</b>	<b>2.873</b>	<b>3.105</b>	<b>2.600</b>	<b>2.580</b>	<b>2.823</b>	<b>2.939</b>	<b>2.720</b>	<b>2.153</b>	<b>2.518</b>	<b>2.414</b>	<b>26.725</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

### 2.4.3 Considerações sobre as Receitas Públicas

O Estado está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora, tendo à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, fortes aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da “Nota Fiscal Eletrônica”, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a “Substituição Tributária”, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido nas operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que tem a obrigação de recolher o tributo devido.

Também é utilizado o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico. O programa “Nota Fiscal Gaúcha” distribui milhares de prêmios mensais como incentivo para que os cidadãos exijam a emissão do documento fiscal no momento da compra. Em suma, as ações da Administração Estadual buscam permanentemente apresentar a melhor *performance* possível de arrecadação tributária, tão necessária para fazer frente ao conjunto de demandas de áreas vitais do setor público. Tão importante quanto racionalizar o gasto e apropriá-lo da maneira mais eficaz possível é empreender esforços para a promoção de uma melhor receita pública.

## **2.5 Os Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para um estudo mais aprofundado da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na tabela a seguir.

### Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

---

#### **Receitas Correntes Totais**

- (-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
- (-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos Servidores

---

#### **Receita Corrente Líquida**

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

Adiante, apresenta-se tabela na qual são transcritos do Balanço Geral do Estado os valores da Receita Corrente Líquida (RCL). No período entre 2003 e 2012, a RCL cresceu, em média, 10,6% nominais.



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - R\$ 1.000,00

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Corrente Líquida	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>Crescimento nominal (%)</b>	-	<b>11,1</b>	<b>15,0</b>	<b>7,8</b>	<b>5,1</b>	<b>19,1</b>	<b>4,4</b>	<b>16,7</b>	<b>8,0</b>	<b>8,1</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.

A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2003, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, são expurgadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Note-se que as despesas totais vêm gradativamente convergindo para um patamar mais baixo, em relação à RCL. Em 2003, os valores executados (empenhados) ultrapassaram em 22,6% da variação da RCL. Já em 2012, os empenhos anuais passaram 9,5% da variação da RCL.

Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS – R\$ milhões

Especificação do Grupo da Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal e Encargos Sociais	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	6.725.821	7.616.664	8.426.288	16.615.811
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382	0
<b>Pessoal e Encargos Sociais Ajustados</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>	<b>15.133.670</b>	<b>16.615.811</b>
Outras Despesas Correntes	4.535.205	5.442.807	6.703.568	7.004.211	7.136.232	8.327.563	14.173.851	16.271.681	18.069.365	12.707.824
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425	5.867.269	6.404.080
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382	0
(-) Gestão Plena do SUS	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219	824.646	873.526
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>	<b>4.670.068</b>	<b>5.430.217</b>
Serviço da Dívida	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751	2.504.159	2.685.518
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	1.192.010	0	786.825	0	0
<b>Serviço da Dívida Ajustado</b>	<b>1.423.762</b>	<b>1.459.007</b>	<b>1.714.304</b>	<b>1.775.460</b>	<b>1.830.379</b>	<b>1.990.574</b>	<b>2.112.321</b>	<b>2.168.926</b>	<b>2.504.159</b>	<b>2.685.518</b>
<b>Investimentos Amplos</b>	<b>772.194</b>	<b>658.227</b>	<b>615.367</b>	<b>664.375</b>	<b>400.542</b>	<b>660.801</b>	<b>661.899</b>	<b>1.936.885</b>	<b>1.104.504</b>	<b>1.223.230</b>
<b>Total do Grupo da Despesa</b>	<b>11.842.286</b>	<b>12.537.837</b>	<b>13.846.022</b>	<b>15.073.956</b>	<b>15.407.444</b>	<b>17.040.772</b>	<b>18.345.144</b>	<b>21.862.512</b>	<b>23.412.400</b>	<b>25.954.777</b>
Receita Corrente Líquida - RCL	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>% do Total do Grupo da Despesa / RCL</b>	<b>122,6</b>	<b>116,8</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>102,3</b>	<b>105,5</b>	<b>107,7</b>	<b>106,8</b>	<b>109,5</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A Tabela adiante mostra a evolução dos grupos de despesa, tomando o ano de 2003 como base 100, em relação à variação da Receita Corrente Líquida. Verifica-se que o total dos grupos apresenta declínio de 10,7% da RCL. Considerando cada grupo, isoladamente, constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 9,7% da RCL; o de Outras Despesas Correntes cresceu 2,9% da RCL; o do Serviço da Dívida decresceu 23,1% da RCL; e o de Investimentos Amplos decresceu 35,5% da RCL. Note-se que, em 2011 e 2012, nos três primeiros grupos, os números mostram aumentos de gastos, em relação a 2010. No grupo de Investimentos Amplos, em 2011 e 2012, os gastos foram maiores em relação ao período entre 2005 e 2009. Em 2010, o percentual de investimento foi relativamente alto, devido à apropriação de valores do fundo previdenciário, recursos originários da venda de ações do BANRISUL.

Grupo de Despesas em relação à RCL – Ano 2003, como base 100

Grupo da Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	94,0	89,1	92,5	93,6	85,1	89,3	86,2	88,9	90,3
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	108,4	108,2	103,8	97,0	91,4	91,0	92,4	95,7	102,9
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	92,2	94,2	90,5	88,8	81,1	82,4	72,5	77,5	76,9
Investimentos Amplos	100,0	76,7	62,3	62,4	35,8	49,6	47,6	119,4	63,0	64,5
<b>Total do Grupo da Despesa</b>	<b>100,0</b>	<b>95,3</b>	<b>91,5</b>	<b>92,4</b>	<b>89,8</b>	<b>83,5</b>	<b>86,1</b>	<b>87,9</b>	<b>87,1</b>	<b>89,3</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

### 2.5.1 O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”

Conforme mostra a tabela abaixo, do ponto de vista quantitativo, entre 2000 e 2012, as matrículas do Estado do Rio Grande do Sul (ativos, inativos e de pensionistas) cresceram 7,0%, enquanto a população do Estado cresceu 5,7%. O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha; em 2012, os ativos perfaziam 50,4% do total e 1,85% da população. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2012, o quadro de inativos cresceu 27.350 matrículas, um aumento de 22,8%.



Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

<b>Órgãos</b>	<b>Matrículas</b>	<b>2000</b>	<b>2012</b>	<b>2012 - 2000</b>	<b>% 2012 / 2000</b>
Administração Direta	Ativos	165.180	166.767	1.587	1,0
	Inativos	108.417	140.375	31.958	29,5
	Pensionistas	1.927	944	-983	-51,0
	<b>Total</b>	<b>275.524</b>	<b>308.086</b>	<b>32.562</b>	<b>11,8</b>
Fundações	Ativos	4.943	5.278	335	6,8
	Inativos	0	5	5	-
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>5.283</b>	<b>340</b>	<b>6,9</b>
Autarquias	Ativos	4.305	3.548	-757	-17,6
	Inativos	6.277	5.066	-1.211	-19,3
	Pensionistas	53.992	47.765	-6.227	-11,5
	<b>Total</b>	<b>64.574</b>	<b>56.379</b>	<b>-8.195</b>	<b>-12,7</b>
Sociedade de Economia Mista	Ativos	18.636	23.306	4.670	25,1
	Inativos	5.200	1.798	-3.402	-65,4
	Pensionistas	157	180	23	14,6
	<b>Total</b>	<b>23.993</b>	<b>25.284</b>	<b>1.291</b>	<b>5,4</b>
<b>GERAL</b>	Ativos	193.064	198.899	5.835	3,0
	Inativos	119.894	147.244	27.350	22,8
	Pensionistas	56.076	48.889	-7.187	-12,8
	<b>Total</b>	<b>369.034</b>	<b>395.032</b>	<b>25.998</b>	<b>7,0</b>
População do Estado do RS		10.187.798	10.770.603	582.805	5,7
<b>% de Matrículas sobre a População do RS</b>		<b>3,62</b>	<b>3,67</b>		
<b>% de Ativos sobre a População do RS</b>		<b>1,90</b>	<b>1,85</b>		

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda, em 2012, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 100.919 matrículas ativas, de um total de 152.622 do Poder Executivo, ou seja, dois terços do total das matrículas ativas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 138.876, 91,0% do total das matrículas ativas. Os dois órgãos aglutinam 88,0% das matrículas inativas (119.833 matrículas) e 89,6% do total das matrículas (ativas e inativas) do Poder Executivo (258.709 matrículas).



A tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 2000 e 2012. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, já em 2000, as despesas com a remuneração dos inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassavam as dos ativos.

Em 2012, foram empenhados 45,7% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,3%, com aposentados e pensionistas. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal e em relação à RCL. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Adiante, em capítulo especial, será tratado o tema do déficit previdenciário.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% gasto com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9	45,7
% gasto com a remuneração do pessoal inativo (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1	54,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Sob o ângulo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre os anos de 2003 e 2012, verifica-se que há um comportamento declinante. Em 2003, gastava-se 77,6% da RCL; já em 2012, o gasto caiu para 70,1% da RCL. É importante salientar o fato de que somente o grupo "Pessoal e Encargos Sociais" consome em torno de 70% da Receita Corrente Líquida.

Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A tabela adiante processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, incluíram-se as despesas com os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais (precatórios e RPVs), constantes do Instituto de Previdência do Estado, do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal.

Despesas com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

PODERES / ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905	2.484.105	2.523.970
MINISTÉRIO PÚBLICO	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795	544.693	575.860
PODER EXECUTIVO	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983	9.887.058	11.088.059
PODER JUDICIÁRIO	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422	1.617.411	1.753.287
PODER LEGISLATIVO	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434	600.403	674.635
<b>TOTAL GASTO COM O GRUPO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>	<b>15.133.670</b>	<b>16.615.811</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os gastos com os pensionistas estão alocados diretamente na Administração Indireta (IPERGS).

A tabela seguinte demonstra a evolução do percentual gasto pelos Poderes e Órgãos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, tomando-se o ano de 2003, como base 100. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos declinantes, sendo que, no período, nenhum Poder e Órgão teve gasto maior que a variação da RCL do período.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2003, como base 100

PODERES / ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	100,0	91,3	84,8	90,7	83,4	74,6	74,7	74,1	77,3	72,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	102,0	104,4	105,8	104,7	92,4	94,9	88,6	87,8	85,8
PODER EXECUTIVO	100,0	92,9	86,3	89,2	93,8	85,3	92,7	89,8	92,8	96,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	103,7	105,9	108,2	106,5	100,5	95,7	88,7	90,1	90,3
PODER LEGISLATIVO	100,0	91,2	95,9	99,7	92,8	85,1	84,1	79,0	81,8	85,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>94,0</b>	<b>89,1</b>	<b>92,5</b>	<b>93,6</b>	<b>85,1</b>	<b>89,3</b>	<b>86,2</b>	<b>88,9</b>	<b>90,3</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



### 2.5.2 O Grupo “Outras Despesas Correntes”

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. Entre 2009 e 2011, o grupo apropriou os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS.

A tabela a seguir mostra a evolução do grupo Outras Despesas Correntes, que foi ajustado com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas de transferências intraorçamentárias); das transferências constitucionais e legais aos municípios; das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS; e das despesas com a gestão plena do SUS.

Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos – em valores nominais empenhados – R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103	1.943.426	2.112.751
MINISTÉRIO PÚBLICO	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901	64.010	98.077
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238	2.366.923	2.906.942
PODER JUDICIÁRIO	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504	238.275	252.089
PODER LEGISLATIVO	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416	57.434	60.358
<b>TOTAL</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>	<b>4.670.068</b>	<b>5.430.217</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>% TOTAL ODC / RCL</b>	<b>22,3</b>	<b>24,1</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>	<b>21,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,6</b>	<b>21,3</b>	<b>22,9</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos, em relação à RCL, tendo o ano de 2003, como base 100. Em relação à RCL, em 2012, comparativamente a 2003, o gasto com a manutenção e o custeio da máquina pública aumentou, em função de maior quantidade de recursos aplicados nas áreas sociais.



Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2003 com base 100

ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	100,0	107,2	112,8	106,2	114,2	101,8	108,3	105,2	115,0	115,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,7	98,8	101,2	122,7	93,8	111,0	96,6	102,4	145,1
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	111,0	107,8	103,7	87,3	86,7	80,8	86,0	85,6	97,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	90,5	88,8	97,9	90,3	88,7	100,1	96,9	99,1	97,0
PODER LEGISLATIVO	100,0	100,0	97,7	87,0	76,1	55,5	55,7	48,9	47,7	46,4
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>108,4</b>	<b>108,2</b>	<b>103,8</b>	<b>97,0</b>	<b>91,4</b>	<b>91,0</b>	<b>92,4</b>	<b>95,7</b>	<b>102,9</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

### 2.5.3 O Serviço da Dívida Pública

A tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada interna e externa da Administração Direta, com vencimento de longo prazo, a partir do final do Governo Peracchi (1971) e o final do segundo ano do governo Tarso Genro (2012). Entre 1971 e 2012, a dívida cresceu 28,2 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constata-se que, a partir do final do governo Britto, a dívida atualizada manteve-se praticamente estável.

Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa - R\$ milhões

<b>Governo</b>	<b>Final de Governo</b>	<b>Estoque Dívida Atualizada IGP-DI</b>	<b>Referência</b>	<b>Varição Anual</b>
Peracchi	1971	1.733	1,0	-
Triches	1974	3.797	2,2	119,1
Guazelli	1978	6.949	4,0	83,0
Amaral	1982	12.445	7,2	79,1
Jair	1986	17.274	10,0	38,8
Simon	1990	17.299	10,0	0,1
Collares	1994	21.354	12,3	23,4
Britto (2)	1998	47.477	27,4	122,3
Olívio	2002	47.351	27,3	-0,3
Rigotto	2006	46.585	26,9	-1,6
Yeda Crusius (3)	2010	47.239	27,3	1,4
Tarso Genro	2012	48.920	28,2	3,6

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI até 31/dez/12.

Nota 2: Inclui-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), feita em 1998 que, atualizada pelo IGP-DI até 31/dez/12, atinge o montante de R\$ 8,800 bilhões. Fonte: Pg. 115, do Balanço Geral do Estado de 1998.

Nota 3: Incluíram-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 787 milhões, contratadas com o objetivo de substituir dívida extralimite junto à União. Esses valores passaram a fazer parte da dívida externa.

A tabela adiante analisa a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Constata-se que, em 1995, o estoque total representava 14,0% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar máximo de 23,3% do PIB, em 2002. Já em 2012, a equação recuou para 16,5% do PIB.



Dívida Fundada Interna e Externa da Administração Direta, em relação ao PIB gaúcho – R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna Nominal	Dívida Externa Nominal	Total Dívida Nominal	PIB do RS	% Dívida sobre o PIB/RS
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	49.879.355	14,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	58.807.375	15,1
1997	10.761.096	252.275	11.013.371	64.991.309	16,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	67.673.125	19,8
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	74.015.782	21,0
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	81.814.714	21,2
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	92.310.078	21,5
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.494.246	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.863.879	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	252.482.597	16,5
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	280.578.742	15,9
2012	46.014.703	2.905.734	48.920.437	296.342.566	16,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIB's, de 2011 e 2012 são preliminares, sujeitos a alterações.

A próxima tabela mostra os valores empenhados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, entre 2003 e 2012. Em 2003, foram comprometidos 14,7% da RCL. Já em 2012, essa participação atingiu 11,3% da RCL. No período entre 2003 e 2012, em média, despendeu-se com o serviço da dívida o equivalente a 12,6% da RCL.

Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL – R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159	2.685.518
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>% SERVIÇO DÍVIDA / RCL</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>11,9</b>	<b>12,1</b>	<b>10,7</b>	<b>11,4</b>	<b>11,3</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Não constam as contratações com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), que objetivou mudar o perfil da dívida extralimite.



Se o tamanho da dívida consolidada líquida, ao final de 2012, de mais de R\$ 50 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal despendido para o pagamento dos encargos. Entre 2003 e 2012, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 20 bilhões a título de serviço da dívida pública. Nesse mesmo período, foram investidos menos de R\$ 9,0 bilhões.

A tabela a seguir faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e 2012, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento, que é de duas vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida estava em 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF. Ao final do ano de 2012, a relação passou para 2,18 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento fixado é de 2,19 vezes a RCL. Após a execução do primeiro quadrimestre de 2013, a dívida representava 2,1341 vezes a RCL, abaixo do limite de 2,1454 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-Abr)
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14 vezes	2,18 vezes	2,1341 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes	2,19 vezes	2,1454 vezes

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/CAGE (Relatório de Gestão Fiscal).

O Estado comprometeu-se a pagar mensalmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida contratada com a União, considerada intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS. A dívida com a União constitui um problema estrutural sério para as finanças públicas estaduais. Tendo em vista sua importância, o tema da dívida com a União será tratada em um capítulo exclusivo.

O contrato de empréstimo firmado pelo Estado do RS junto ao Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão – US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de

2010 – objetivou unicamente a reestruturação do perfil de 60% da dívida que não foi objeto de securitização com a União, através da Lei nº 9.496/97. Dessa forma, melhorou-se o fluxo de pagamento com desembolsos anuais menores, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de parcelas mensais, quitando-se por completo em 2038.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, a ser paga pela conversão em dólares, é equivalente à taxa LIBOR mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial. Uma nova operação está sendo preparada junto ao Banco Mundial, através do PROCONFIS II, com a finalidade exclusiva de reestruturar o restante da dívida extralimite com a União, também pela taxa LIBOR.

#### 2.5.4 Os Investimentos Amplos

A crise estrutural das finanças estaduais teve reflexo direto sobre os investimentos. A próxima tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalentes a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 6,0% e 5,4% da RCL, e 0,5% e 0,4% do PIB.

Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos sobre a RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos sobre o PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Fundação de Economia e Estatística do RS.





A tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2003 e 2012. Não obstante as crescentes dificuldades do erário estadual, os investimentos dos primeiros dois anos do atual Governo (2011/2012) foram quase 50% maiores do que os do Governo anterior (2007/2008).

Investimentos Amplos empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INVESTIMENTOS AMPLOS	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504	1.223.230
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>% INVESTIMENTOS / RCL</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>2,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>9,5</b>	<b>5,0</b>	<b>5,2</b>

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado em 2011, de 9,5% da RCL, muito acima da média dos últimos anos, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09), originados na venda de ações do BANRISUL.

O Estado está com dificuldades de aportar a quantidade de recursos necessários para investimentos em infraestrutura. Contudo, além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida e de convênios, o Governo do Estado conta com recursos de suas estatais, a exemplo da CEEE, CORSAN, BANRISUL, BADESUL e SULGÁS. As operações de crédito com organismos internos e internacionais também ajudam a regar os setores demandados. Além disso, há os investimentos privados feitos no Estado por conta dos incentivos fiscais dos Programas do Novo FUNDOPEM e do Integrar/RS. É fundamental destacar o alinhamento das ações entre os Governos Federal e Estadual, que contribui para que mais investimentos sejam feitos no Estado. Em 2013, somente com o Plano Safra, o PRONAF e os aportes em saneamento, rodovias e energia elétrica, o Governo Federal deverá repassar mais de R\$ 60 bilhões ao Rio Grande do Sul.

A União tem no Estado uma série de obras, algumas em estudo, outras em execução ou em fase de finalização, como por exemplo: a Rodovia do Parque; a duplicação da BR-392, entre Pelotas e Rio Grande; a extensão das operações do TRENSURB até Novo Hamburgo; as obras de saneamento na Região Metropolitana; e as obras do Polo Naval de Rio Grande. Ainda, a ampliação da capacidade produtiva da Refinaria Alberto Pasqualini, da Usina Presidente Médici e da pista e terminais do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção da nova Ponte do Guaíba e das Barragens Taquarembó e Jaguari; as obras de duplicação da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas; as obras de duplicação da BR-290, entre Eldorado do Sul e Pantano Grande; as obras viárias na BR-116, entre Canoas e Sapucaia do Sul; a linha do Aeromóvel em Porto Alegre; além de investimentos significativos do Programa Minha Casa Minha Vida e de diversos projetos com recursos originários do PAC I, do PAC II e da Copa do Mundo de 2014.

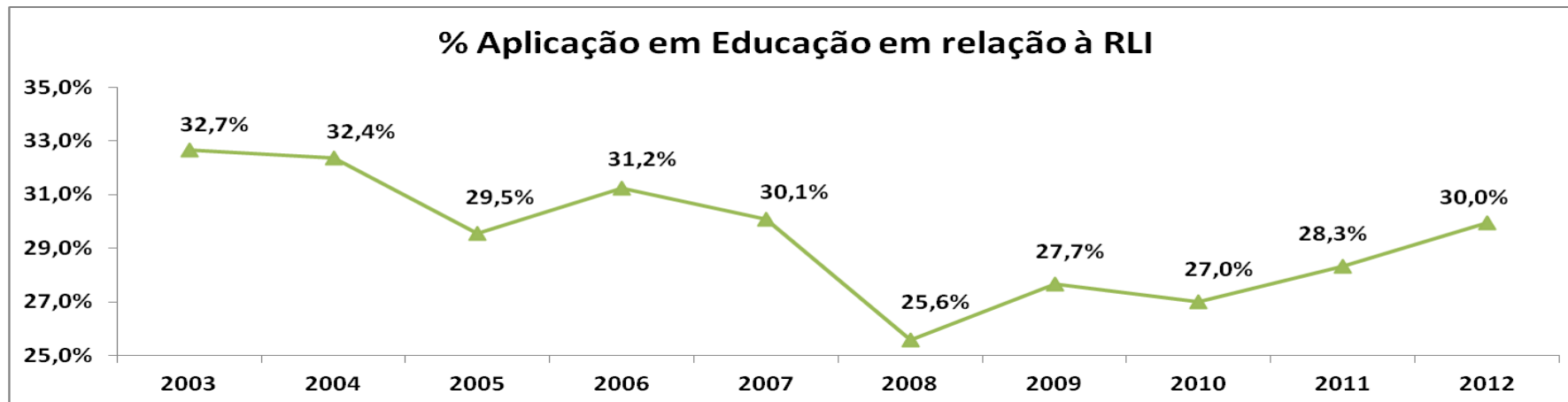
## 2.6 A Evolução dos Gastos em Educação

A Tabela abaixo mostra a evolução dos gastos em Educação, em relação à Receita Líquida de Imposto (RLI). Apesar dos sérios problemas orçamentários, há claros sinais de recuperação dos valores aportados pelo atual Governo. Ao se verificar os recursos aplicados em Educação, em 2009 e 2010 (últimos dois anos do Governo anterior), em média, foram de 27,3% da RLI. Já, em 2011 e 2012 (dois primeiros anos do atual Governo), 29,2% da RLI.

Percentuais aplicados em Educação em relação à Receita Líquida de Impostos

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Total dos Recursos Aplicados na Educação (liquidado)	2.824.961	2.968.381	3.133.821	3.458.970	3.544.823	3.612.013	4.018.443	4.801.032	5.297.197	6.073.188
Receita Líquida de Impostos - RLI	8.646.037	9.175.064	10.611.517	11.072.124	11.787.782	14.123.286	14.523.872	17.787.592	18.710.678	20.274.272
<b>Percentual de Aplicações com a Educação</b>	<b>32,7%</b>	<b>32,4%</b>	<b>29,5%</b>	<b>31,2%</b>	<b>30,1%</b>	<b>25,6%</b>	<b>27,7%</b>	<b>27,0%</b>	<b>28,3%</b>	<b>30,0%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.





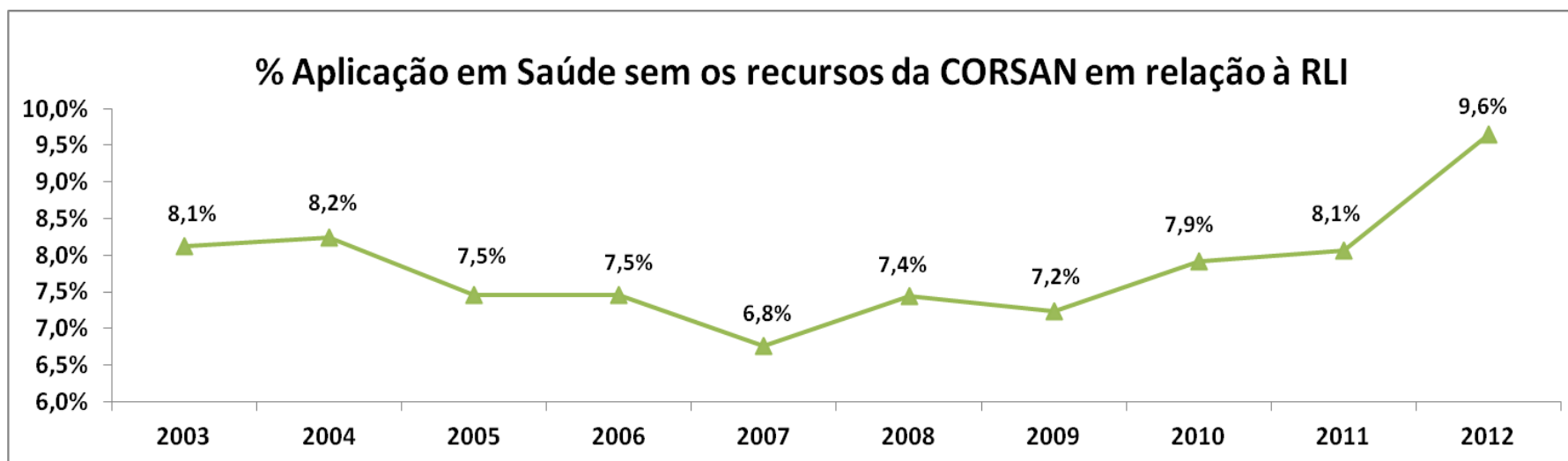
## 2.7 A Evolução dos Gastos em Saúde

A tabela adiante mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2003 e 2012, em relação à Receita Líquida de Impostos (RLI). Como demonstram os números abaixo, há uma retomada gradual importante de recursos drenados para a área da Saúde. Em 2012, foram aplicados 9,6% da RLI, já se extraídos da conta os valores do Saneamento da CORSAN. Esse percentual é o maior da série. Comparando-se 2012 com 2007, houve um incremento de 2,8% da RLI, aproximadamente, R\$ 570 milhões a mais de recursos para a Saúde.

Percentual de aplicação de gastos em Saúde em relação à Receita Líquida de Impostos

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN (liquidado)	702.092	755.613	790.716	825.075	796.336	1.051.671	1.051.331	1.408.056	1.509.295	1.955.621
Receita Líquida de Impostos	8.646.037	9.175.064	10.611.517	11.072.124	11.787.782	14.123.286	14.523.872	17.787.592	18.710.678	20.274.272
<b>% Aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN</b>	<b>8,1%</b>	<b>8,2%</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,5%</b>	<b>6,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>7,2%</b>	<b>7,9%</b>	<b>8,1%</b>	<b>9,6%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.



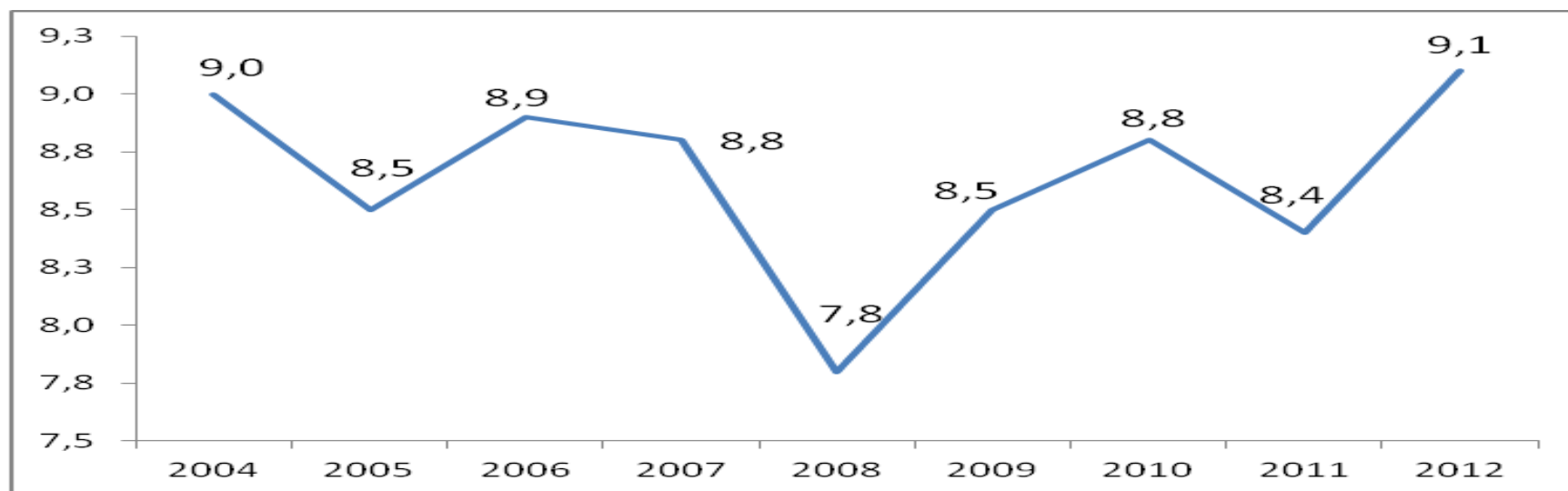
## 2.8 A Evolução dos Gastos em Segurança

A tabela adiante mostra os gastos efetuados em Segurança em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Nota-se que, em 2012, os recursos aplicados na área da Segurança são os maiores da série, ou seja, 9,1% da RCL.

Percentual aplicado na Segurança em relação à Receita Corrente Líquida – R\$ milhões

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos Aplicados em Segurança (liquidado)	969	1.044	1.191	1.235	1.304	1.472	1.794	1.851	2.152
Receita Corrente Líquida	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711
<b>Percentual de Aplicação em Segurança</b>	<b>9,0</b>	<b>8,5</b>	<b>8,9</b>	<b>8,8</b>	<b>7,8</b>	<b>8,5</b>	<b>8,8</b>	<b>8,4</b>	<b>9,1</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.





**2.9 A evolução dos gastos por Função Pública**

A tabela adiante discrimina os gastos por Função Pública. Após os encargos financeiros e previdenciários, os repasses para a Saúde, Educação e Segurança foram os mais demandados. Importante salientar que, em 2011 e 2012 (dois primeiros anos do Governo atual), em comparação a 2007 e 2008 (dois primeiros anos do Governo anterior), houve um aumento de gastos empenhos de 17,6%, em valores atualizados pelo IGP-DI. Comparando-se os gastos com Saúde, a evolução real foi de 40,0%.

Despesas empenhadas alocadas por Função Pública – Atualizadas pelo IGP-DI – R\$ mil

FUNÇÕES PÚBLICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	% 2011-2012 / 2007-2008
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	6.914.540	6.888.040	8.567.694	8.904.205	8.619.378	10.556.048	9.518.953	11.196.838	10.010.943	10.439.232	6,65
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.570.285	6.278.868	6.215.118	6.817.507	7.133.725	6.984.865	7.543.527	8.004.945	8.474.437	8.695.640	21,61
10 – SAÚDE	1.432.602	2.134.429	2.275.875	2.301.041	2.384.904	2.549.490	2.788.337	3.259.941	3.349.816	3.535.914	39,55
12 - EDUCAÇÃO	2.831.312	2.778.250	2.667.976	2.864.072	2.737.955	2.665.454	2.693.284	2.732.213	2.732.889	3.016.834	6,41
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.045.358	1.603.443	1.960.758	2.166.504	2.184.952	1.764.422	1.885.591	2.174.796	2.062.223	2.284.996	10,07
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.038.918	1.073.881	794.431	865.842	790.742	1.258.610	1.275.626	1.450.351	1.599.608	1.758.815	63,88
02 - JUDICIÁRIA	1.282.329	1.259.983	1.352.499	1.489.841	1.432.990	1.465.339	1.536.823	1.687.683	1.623.925	1.596.760	11,12
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	506.882	554.911	624.268	673.630	646.261	597.708	662.397	715.744	706.610	752.552	17,3
26 - TRANSPORTE	913.847	615.495	704.062	826.510	529.465	511.552	570.246	1.500.699	754.572	639.044	33,87
20 - AGRICULTURA	495.475	431.574	412.269	363.077	295.163	266.665	304.101	352.666	379.859	499.696	56,55
01 - LEGISLATIVA	441.705	425.639	483.157	516.020	474.732	449.290	458.677	471.343	478.461	497.815	5,66
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	201.467	202.139	195.992	208.738	182.050	198.156	213.034	219.565	224.245	194.697	10,19
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	87.180	87.312	103.836	73.285	72.813	68.737	73.977	145.226	161.419	123.326	101,16
18 - GESTÃO AMBIENTAL	75.787	62.723	58.716	58.792	52.290	66.456	56.246	98.829	92.949	104.128	65,96
13 - CULTURA	69.609	55.720	56.483	54.177	45.541	44.380	46.781	49.070	52.177	60.018	24,77
11 - TRABALHO	38.029	70.406	95.351	85.880	70.025	50.786	53.493	65.821	63.768	47.044	-8,28
17 - SANEAMENTO	25.554	24.997	27.795	30.804	17.919	9.806	35.221	20.519	161.684	28.378	585,53
22 - INDÚSTRIA	15.920	6.971	11.984	3.198	555	1.540	1.125	3.198	29.316	27.221	2.598,66
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.578	14.665	21.282	14.568	12.318	13.459	16.144	18.425	12.074	24.122	40,42
27 - DESPORTO E LAZER	5.862	11.140	8.965	5.789	5.067	5.734	7.530	19.114	11.172	21.454	202,09
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	948	61.936	62.162	67.731	64.525	22.689	26.702	17.930	20.419	20.786	-52,75
16 - HABITAÇÃO	16.348	22.471	10.383	12.567	7.239	14.373	17.385	76.202	11.584	15.588	25,73
15 - URBANISMO	302	3.314	1.971	6.017	1.647	5.417	1.103	23.502	10.927	12.031	224,99
24 - COMUNICAÇÕES	-	-	11	-	-	-	-	-	6.409	8.015	-
25 - ENERGIA	1.822	8.612	2.416	9.483	1.351	11.444	4.763	87	24	49	-
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-	41.664	45.682	24.389	10.538	7.499	2.540	3.840	4.358	-	-
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	366	5	7	7	-	31	53	41	12	-	-
<b>Total geral</b>	<b>25.030.025</b>	<b>24.718.588</b>	<b>26.761.141</b>	<b>28.443.674</b>	<b>27.774.144</b>	<b>29.589.951</b>	<b>29.793.661</b>	<b>34.308.588</b>	<b>33.035.881</b>	<b>34.404.155</b>	<b>17,6</b>

Fonte de dados brutos: Sistema Cubo DW da SEFAZ/RS.

## **2.10 A Rigidez do Orçamento Estadual**

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem de enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação, causando efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, fazem com que a soma das despesas ultrapasse a das receitas. Para exemplificar, as despesas com Educação e Saúde, desde 1999, na média, têm crescido em termos reais. Mesmo assim, não se alcançou o que prescreve a Constituição Estadual, de 35% com Educação sobre a Receita Líquida de Impostos (RLI) e 12% com Saúde sobre a RLI. Caso se atingisse o percentual estabelecido em Educação e Saúde, os resultados orçamentários acusariam enorme déficit orçamentário.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit insustentável ao cumpri-la. No primeiro caso, o gestor fica sujeito aos severos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado. No segundo caso, a configuração de contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional, sempre irão ferir algum dispositivo legal. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

## **2.11 As perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação – FUNDEB**

O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. É um Fundo de natureza contábil, instituído pela EC nº 53, de 19/dez/2006 e regulamentado pela MP nº 339, de 28/dez/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/jun/2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29/nov/2007. Teve sua implantação a partir de 1º/jan/2007, alcançando sua plenitude em 2009, com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançando o patamar de 20% de contribuição. A Emenda Constitucional que criou o FUNDEB estabeleceu o prazo final do programa em 2020.

O FUNDEB promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da Constituição Federal).

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados, dos Municípios e da União. Esta poderá complementar com 10% do valor total do Fundo, caso haja insuficiência de recursos. Os Municípios participam com 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do Imposto proporcional às Exportações (IPIexp); da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC 87/96); da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); do Imposto Territorial Rural (ITR); e das Receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os Estados participam com 20% do Fundo de Participação dos Estados (FPE); do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do Imposto proporcional às Exportações (IPIexp); da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC 87/96); do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD); e das Receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (zona urbana, zona rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

A aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica.

Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB, com base na proporção do número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os Estados, com base na proporção do número de alunos do ensino fundamental e médio, sendo o mínimo de 60% direcionado para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública, o restante dos recursos, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública.

Somente para fins ilustrativos, a tabela adiante levanta as perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação. As perdas são decorrentes do fato de que o Estado vem apresentando aumentos reais nas receitas contributivas, contudo há uma involução anual na quantidade de novas matrículas. Dessa equação, registram-se perdas crescentes para o FUNDEB. Em 2012, o Estado aportou ao fundo R\$ 719 milhões a mais do que recebeu de retorno. Estima-se que, em 2013 e 2014, a perda do Estado será de R\$ 1,84 bilhão.

Valores repassados para o Fundo da Educação, os valores retornados e as perdas para o Fundo – Em valores nominais - R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 Previsão</b>	<b>2014 Previsão</b>
Deduções para formação do FUNDEB/FUNDEF	-1.513	-1.615	-1.462	-1.511	-1.785	-2.406	-2.719	-3.214	-3.526	-3.808	-3.389	-3.715
Transferência do FUNDEB/FUNDEF ao Estado	967	1.006	1.174	1.188	1.478	2.129	2.416	2.717	2.961	3.088	4.274	4.670
<b>Perdas do Estado com o Fundo da Educação</b>	<b>-546</b>	<b>-609</b>	<b>-288</b>	<b>-323</b>	<b>-307</b>	<b>-277</b>	<b>-303</b>	<b>-497</b>	<b>-565</b>	<b>-719</b>	<b>-885</b>	<b>-955</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O FUNDEB passou a vigorar a partir de 01/jan/2007. Antes, existia o FUNDEF.

Nota 2: As previsões das perdas do FUNDEB de 2013 e 2014 foram feitas pelo Departamento de Orçamento e Finanças da SEPLAG/RS.



### **3. A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS**

#### **3.1 A situação da dívida pública estadual contratualizada junto à União**

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida consolidada foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, que é em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, a partir de abril de 2028 até março de 2038.

A tabela a seguir discrimina o valor original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>Refinanciamento Principal</b>	<b>PROES</b>	<b>Refinanciamento Resíduo</b>	<b>Fundação BANRISUL Contrapartida PROES</b>	<b>FINAME</b>	<b>BNDES</b>	<b>TOTAL</b>
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS, de 1999, fl. 97.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta dois grupos distintos de dívida com a União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação com a receita, sendo amortizada mensalmente e, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar.

A dívida extralimite representa cerca de 2,0% do total da dívida contratada com a União. É composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque. Uma nova operação está sendo preparada com o mesmo organismo financeiro internacional para liquidar a totalidade desse estoque.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual com a União foram as seguintes: (i) taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) sistema de amortização pela Tabela *Price*; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Na média, desde a data contratual, a atualização do estoque pelo IGP-DI mais 6% ao ano tem sido superior ao pagamento de 13% da RLR. Esse fato justifica o crescimento exponencial do estoque da dívida, mesmo em um cenário pós-2001, de ausência de endividamento por novas operações de crédito.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União, entre 1998 e 2012. Observa-se que, em 31/12/1999, o estoque da dívida era de R\$ 11,8 bilhões. Em 31/12/2012, o principal da dívida era de R\$ 22,5 bilhões, já os valores de juros não pagos no período foram de R\$ 19,3 bilhões, totalizando um estoque de R\$ 41,8 bilhões, representando 14,1% do PIB gaúcho.



Demonstrativo do estoque da dívida do Estado contratada junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Total Estoque da Dívida União / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	-
1998	9.244	322	9.566	14,1
1999	10.908	873	11.781	15,9
2000	11.426	1.099	12.525	15,3
2001	12.499	1.736	14.235	15,4
2002	15.128	1.785	16.913	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	14,9
2010	21.361	14.884	36.245	14,4
2011	21.790	16.823	38.613	13,8
2012	22.496	19.285	41.781	14,1

Fonte: Balanço Geral do Estado de 2012, fl. 103.

### 3.2 Os encargos financeiros da dívida do Estado contratada junto à União

Como já se disse acima, os encargos da dívida contratada junto à União são o IGP-DI mais 6% ao ano. A tabela a seguir apresenta a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2012. No período, a variação acumulada foi de 242,38%, ou seja, o IGP-DI mais do que triplicou. No período, a variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,4%. Observe-se que, em 2012, em relação a 2011, o estoque da dívida cresceu R\$ 3,2 bilhões, mesmo após o pagamento de 13% da RLR.



Esses dados, por si mesmos, já mostram a gravidade do problema para o Estado que refinanciou sua dívida com base no IGP-DI, por ser um indexador de atualização extremamente instável. Ainda mais prejudicial é a combinação entre o IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Por esse motivo, conclui-se que, todos os pagamentos efetuados foram suficientes somente para amortizar os juros de 6% ao ano. Assim, o estoque atual acumula o principal mais toda a atualização pelo IGP-DI.

Demonstrativo da variação do IGP-DI, entre 1999 e 2011

<b>Especificação</b>	<b>Variação Anual do IGP-DI</b>	<b>Índice do IGP-DI</b>	<b>Índice Acumulado do IGP-DI</b>	<b>Percentual Acumulado IGP-DI</b>
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62
2011	5,00	1,0500	3,1670	216,70
2012	8,11	1,0811	3,4238	242,38

Fonte de dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

A tabela adiante demonstra a diferença entre o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A). Entre 1999 e 2012, caso o contrato firmado com a União tivesse adotado o IPC-A, no lugar do IGP-DI, a economia no período para o Estado seria de R\$ 11 bilhões.



Diferença de valores entre o IPCA e o IGP-DI

<b>Especificação</b>	<b>Estoque (Principal + Residual)</b>	<b>Varição Anual do IGP-DI</b>	<b>Varição Anual do IPCA</b>	<b>Diferença entre IGP-DI e IPCA</b>	<b>Economia Anual com o uso do IPCA</b>	<b>Atualização Acumulada da Economia pelo IPCA</b>
Em 31/dez/1998	9.566	-	-	-		
1999	11.781	19,99	8,94	11,05	1.303	1.303
2000	12.525	9,80	5,97	3,83	481	1.982
2001	14.235	10,54	7,67	2,87	410	2.571
2002	16.913	26,41	12,53	13,88	2.349	5.394
2003	19.944	7,67	9,30	(1,63)	(324)	5.550
2004	22.779	12,13	7,60	4,53	1.033	7.072
2005	24.382	1,23	5,69	(4,46)	(1.086)	6.318
2006	26.222	3,80	3,14	0,66	174	6.701
2007	28.527	7,90	4,45	3,45	985	8.048
2008	32.332	9,11	5,90	3,21	1.039	9.630
2009	32.260	(1,44)	4,31	(5,75)	(1.854)	8.071
2010	36.245	11,30	5,90	5,40	1.958	10.632
2011	38.613	5,00	6,50	(1,50)	(579)	10.053
2012	41.781	8,11	5,84	2,27	947	11.000
<b>Total economia, caso se tivesse optado pelo uso do IPCA</b>						<b>11.000</b>

Fonte de dados brutos: IBGE, CAGE/RS e FGV.

### 3.3 As conclusões sobre a dívida pública estadual contratada junto à União

O Rio Grande do Sul securitizou junto à União, em um período pós-inflação galopante, o refinanciamento de quase a totalidade de sua dívida de longo prazo. Os indexadores acordados no contrato foram a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Mesmo após as constantes amortizações mensais, o estoque da dívida cresceu, em média, na proporção da mesma variação do percentual do IGP-DI.



Alerta-se para o fato de que os Estados e Municípios que aderiram à Lei nº 9.496/97, caso não haja uma repactuação em patamares mais vantajosa, terão suas finanças comprometidas para as futuras gerações. A realidade do País, quando da assinatura do contrato, já era de crescimento sustentável e inflação controlada e, mesmo assim, para a época, entende-se que as cláusulas apresentavam-se insustentáveis e abusivas, ainda mais quando aplicadas a entes federados. Portanto, urge uma nova fórmula de atualização da dívida, que seja menos onerosa aos cofres estaduais e que viabilize a gestão dos governos vindouros.

## 4. O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 4.1 O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)** – art. 201, da Constituição Federal – gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)** – art. 40, da Constituição Federal – geridos pelos entes federados (União, Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, sistemas de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) **Regimes de Previdência Complementar (RPC)** – art. 202, da Constituição Federal – também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas incidiu somente sobre o que exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo

2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Após algumas controvérsias judiciais, a partir de abril de 2013, as contribuições passaram em definitivo para 13,25% (Leis Complementares nºs 14.015 e 14.016, de 21/06/2012).

De 2004 a 2008, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei Estadual nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, a partir de 2009, as Leis de Diretrizes Orçamentárias passaram a disciplinar aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, foram incorporadas alterações significativas na forma de registro das operações relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal.

Nos orçamentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas também como receitas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada "dupla-contagem contábil", que são as transferências intraorçamentárias.



#### 4.2 O Sistema de Repartição Simples e o Sistema de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul está organizado mediante o **sistema de repartição simples**, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. O que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custeio dos benefícios dos aposentados e pensionistas é transferido para os segurados que ainda estão na ativa, ao passo que, no segundo, cada integrante é responsável pela formação de fundo destinado ao financiamento de sua própria aposentadoria. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário.

As Leis Complementares nºs 13.757 e 13.758, de 15/07/2011, criaram para os novos servidores civis e militares o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Também foram instituídos os Fundos Previdenciários (FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR), regidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.

Pelo **sistema de capitalização**, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição que fez ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR são depositados em conta específica e exclusiva em Banco Oficial, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único. As aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos referidos Fundos atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pelas Políticas Anuais de Investimento dos Fundos, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida do Estado em igual valor àquela contribuição descontada do servidor, formará os fundos destinados exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar, no futuro, déficit previdenciário ao Estado, visto que, em tese, haverá um fundo que suportará a totalidade dos dispêndios. Entretanto, o Estado continua cumprindo com a função de garantidor dos benefícios nesse regime capitalização independente do resultado do FUNDOPREV e do FUNDOPREV-MILITAR.

### 4.3 O Déficit Previdenciário do atual Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com os aposentados e pensionistas de hoje. A diferença é aportada pelo Tesouro. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos e os pensionistas.

Em 2000, o Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta, Fundações, Autarquias e Sociedade de Economia Mista) possuía 193 mil matrículas ativas contra 176 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ao final de 2012, havia 199 mil matrículas ativas contra 196 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ressalta-se que, nos últimos 7 anos, em média, aposentaram-se 3.200 novas matrículas anuais. Os gastos com os vencimentos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com o pessoal ativo.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os aposentados e pensionistas, pois as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio.

A tabela seguinte mostra o déficit previdenciário, que, em 2003, atingiu R\$ 2,41 bilhões e, em 2012, alcançou R\$ 5,53 bilhões, em valores nominais. Em 2003, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriam 29,5% do gasto previdenciário total; já em 2012, essa participação subiu para 32,0%. Estima-se, para 2013, um déficit previdenciário de R\$ 6,2 bilhões e, em 2014, R\$ 7,0 bilhões.

Déficit Previdenciário – Em valores nominais empenhados – R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Gasto com Aposentadorias e Reformas	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335
Gasto com Pensões	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806
<b>Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)</b>	<b>3.421</b>	<b>3.669</b>	<b>4.013</b>	<b>4.454</b>	<b>4.866</b>	<b>5.229</b>	<b>5.793</b>	<b>6.493</b>	<b>7.238</b>	<b>8.141</b>
Contribuição Pessoal Previdenciária ao RPPS	336	429	476	544	608	614	657	715	857	869
Contribuição Patronal (2 vezes a Contribuição Pessoal)	673	857	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.714	1.738
<b>Total de Contribuições = Pessoal mais Patronal (B)</b>	<b>1.009</b>	<b>1.286</b>	<b>1.427</b>	<b>1.631</b>	<b>1.824</b>	<b>1.842</b>	<b>1.972</b>	<b>2.145</b>	<b>2.570</b>	<b>2.607</b>
<b>Déficit Previdenciário = (B - A)</b>	<b>(2.411)</b>	<b>(2.383)</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(2.822)</b>	<b>(3.042)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(3.821)</b>	<b>(4.347)</b>	<b>(4.668)</b>	<b>(5.534)</b>
<b>% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)</b>	<b>29,5%</b>	<b>35,0%</b>	<b>35,6%</b>	<b>36,6%</b>	<b>37,5%</b>	<b>35,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>33,0%</b>	<b>35,5%</b>	<b>32,0%</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A tabela adiante registra a previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que faz parte dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (LDO 2014), acerca da evolução das contas com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado previdenciário negativo de R\$ 4,56 bilhões, em 2013. Ressalva-se o fato da conta patronal ter a mesma proporção da contribuição pessoal (1 x 1).

Déficit Previdenciário, conforme cálculo atuarial patrocinado pelo Instituto de Previdência do Estado

<b>Exercício</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Resultado Previdenciário Acumulado</b>
2013	3.278.139.693,03	7.842.496.400,07	-4.564.356.707,04	-4.564.356.707,04
2014	3.251.216.438,64	7.798.222.045,09	-4.547.005.606,45	-9.111.362.313,49
2015	3.223.347.543,04	7.750.813.399,28	-4.527.465.856,24	-13.638.828.169,73
2016	3.192.918.157,39	7.701.957.707,55	-4.509.039.550,16	-18.147.867.719,89
2017	3.159.271.798,48	7.656.029.924,60	-4.496.758.126,12	-22.644.625.846,01
2018	3.122.294.600,50	7.612.583.705,28	-4.490.289.104,78	-27.134.914.950,79
2019	3.084.930.725,55	7.564.868.856,49	-4.479.938.130,94	-31.614.853.081,73
2020	3.041.369.090,74	7.526.458.816,74	-4.485.089.726,00	-36.099.942.807,73
2021	2.994.608.969,41	7.488.580.607,89	-4.493.971.638,48	-40.593.914.446,21
2022	2.945.068.588,16	7.445.982.931,70	-4.500.914.343,54	-45.094.828.789,75
2023	2.893.996.012,53	7.399.305.320,95	-4.505.309.308,42	-49.600.138.098,17
2024	2.841.196.563,07	7.351.294.197,79	-4.510.097.634,72	-54.110.235.732,89
2025	2.785.542.595,96	7.301.189.316,61	-4.515.646.720,65	-58.625.882.453,54
2026	2.727.031.697,21	7.248.861.669,22	-4.521.829.972,01	-63.147.712.425,55
2027	2.667.260.778,87	7.187.947.104,09	-4.520.686.325,22	-67.668.398.750,77
2028	2.601.264.926,00	7.133.617.305,59	-4.532.352.379,59	-72.200.751.130,36
2029	2.535.240.031,35	7.070.870.662,43	-4.535.630.631,08	-76.736.381.761,44
2030	2.463.086.641,78	7.012.817.742,87	-4.549.731.101,09	-81.286.112.862,53
2031	2.383.201.440,70	6.959.309.575,79	-4.576.108.135,09	-85.862.220.997,62
2032	2.299.730.336,56	6.902.839.110,45	-4.603.108.773,89	-90.465.329.771,51
2033	2.216.171.087,78	6.837.848.269,77	-4.621.677.181,99	-95.087.006.953,50
2034	2.130.681.920,87	6.772.119.711,93	-4.641.437.791,06	-99.728.444.744,56
2035	2.048.110.002,98	6.693.691.716,29	-4.645.581.713,31	-104.374.026.457,87
2036	1.970.538.325,06	6.600.008.224,13	-4.629.469.899,07	-109.003.496.356,94
2037	1.893.513.151,63	6.502.651.620,96	-4.609.138.469,33	-113.612.634.826,27
2038	1.821.664.763,83	6.393.126.557,17	-4.571.461.793,34	-118.184.096.619,61
2039	1.753.869.132,01	6.272.022.813,33	-4.518.153.681,32	-122.702.250.300,93
2040	1.689.046.285,20	6.144.044.097,59	-4.454.997.812,39	-127.157.248.113,32
2041	1.626.505.359,38	6.008.247.138,32	-4.381.741.778,94	-131.538.989.892,26
2042	1.560.830.162,60	5.873.943.401,06	-4.313.113.238,46	-135.852.103.130,72
2043	1.494.346.684,14	5.736.229.754,55	-4.241.883.070,41	-140.093.986.201,13



Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Resultado Previdenciário Acumulado a partir de 2013
2044	1.431.953.000,97	5.587.843.861,06	-4.155.890.860,09	-144.249.877.061,22
2045	1.366.503.012,95	5.443.160.534,03	-4.076.657.521,08	-148.326.534.582,30
2046	1.301.965.020,48	5.291.312.946,05	-3.989.347.925,57	-152.315.882.507,87
2047	1.238.635.179,36	5.133.961.180,92	-3.895.326.001,56	-156.211.208.509,43
2048	1.177.104.837,70	4.972.485.762,42	-3.795.380.924,72	-160.006.589.434,15
2049	1.119.101.665,98	4.804.090.572,92	-3.684.988.906,94	-163.691.578.341,09
2050	1.054.105.294,73	4.642.489.219,39	-3.588.383.924,66	-167.279.962.265,75
2051	991.393.082,87	4.477.514.256,87	-3.486.121.174,00	-170.766.083.439,75
2052	933.211.084,50	4.304.540.089,74	-3.371.329.005,24	-174.137.412.444,99
2053	880.059.293,66	4.124.143.490,56	-3.244.084.196,90	-177.381.496.641,89
2054	830.804.663,82	3.938.968.689,69	-3.108.164.025,87	-180.489.660.667,76
2055	783.462.761,77	3.752.975.312,91	-2.969.512.551,14	-183.459.173.218,90
2056	740.191.199,24	3.563.596.455,88	-2.823.405.256,64	-186.282.578.475,54
2057	698.917.909,30	3.374.367.108,57	-2.675.449.199,27	-188.958.027.674,81
2058	658.853.134,15	3.186.792.137,29	-2.527.939.003,14	-191.485.966.677,95
2059	619.334.028,32	3.002.119.474,36	-2.382.785.446,04	-193.868.752.123,99
2060	580.443.649,94	2.820.602.979,32	-2.240.159.329,38	-196.108.911.453,37
2061	542.204.071,44	2.642.362.238,21	-2.100.158.166,77	-198.209.069.620,14
2062	504.773.881,65	2.467.836.595,06	-1.963.062.713,41	-200.172.132.333,55
2063	468.227.426,53	2.297.363.215,19	-1.829.135.788,66	-202.001.268.122,21
2064	432.706.605,32	2.131.430.868,50	-1.698.724.263,18	-203.699.992.385,39
2065	398.287.247,55	1.970.377.418,32	-1.572.090.170,77	-205.272.082.556,16
2066	365.107.616,56	1.814.775.928,66	-1.449.668.312,10	-206.721.750.868,26
2067	333.309.864,66	1.665.178.025,27	-1.331.868.160,61	-208.053.619.028,87
2068	303.024.161,07	1.522.114.067,97	-1.219.089.906,90	-209.272.708.935,77
2069	274.301.258,41	1.385.909.318,51	-1.111.608.060,10	-210.384.316.995,87
2070	247.202.090,72	1.256.956.198,62	-1.009.754.107,90	-211.394.071.103,77
2071	221.802.000,18	1.135.502.289,66	-913.700.289,48	-212.307.771.393,25
2072	198.135.821,41	1.021.619.611,04	-823.483.789,63	-213.131.255.182,88
2073	176.111.893,32	915.095.842,94	-738.983.949,62	-213.870.239.132,50
2074	155.741.244,29	815.863.937,93	-660.122.693,64	-214.530.361.826,14
2075	136.998.760,43	723.738.630,66	-586.739.870,23	-215.117.101.696,37
2076	119.757.382,32	638.212.602,74	-518.455.220,42	-215.635.556.916,79
2077	104.058.841,31	559.381.836,64	-455.322.995,33	-216.090.879.912,12
2078	89.859.153,02	487.225.721,54	-397.366.568,52	-216.488.246.480,64
2079	77.109.114,96	421.615.651,42	-344.506.536,46	-216.832.753.017,10
2080	65.703.145,86	362.306.466,12	-296.603.320,26	-217.129.356.337,36
2081	55.686.218,82	309.426.123,21	-253.739.904,39	-217.383.096.241,75
2082	46.823.148,56	262.322.737,95	-215.499.589,39	-217.598.595.831,14
2083	39.108.010,77	221.033.838,32	-181.925.827,55	-217.780.521.658,69
2084	32.462.416,08	185.224.315,63	-152.761.899,55	-217.933.283.558,24
2085	26.796.513,42	154.338.895,21	-127.542.381,79	-218.060.825.940,03

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com a criação das Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, através da implementação do sistema de capitalização. Nesse caso, os servidores admitidos a partir de 15/07/2011 têm um sistema previdenciário diferenciado e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas.

Por fim, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. É lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria daqui a 10/15 anos – o Tesouro estadual não contará com as receitas das contribuições dos servidores ativos, sendo o pagamento suportado exclusivamente com as contribuições dos inativos e a patronal, visto que os novos servidores já ingressaram no sistema de capitalização. Dessa forma, o déficit com inativos e pensionistas aumentará significativamente. Contudo, no longuíssimo prazo (20/25 anos), serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro será menos pressionado, embora o equilíbrio previdenciário só seja possível na metade deste século.

## 5. A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2014

A Proposta Orçamentária de 2014 (PLOA 2014) foi montada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.266, de 18/07/2013 (Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2014 – LDO 2014), conforme a Tabela seguinte:

Previsão de PIB e de inflação, no período entre 2014 e 2016

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
PIB REAL	4,5%	5,0%	4,5%
INFLAÇÃO (IPCA)	4,5%	4,5%	4,5%

Fonte: LDO 2014.

Para a elaboração da PLOA 2014, o art. 10 da LDO 2014 determinou o percentual de 5,8% de acréscimo sobre os grupos das “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, em relação às dotações de 30 de abril de 2013, conforme teor adiante transcrito:

Art. 10. Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos **grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras**; em 2014, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2013, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2013, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 5,8%** (cinco inteiros e oito décimos por cento) de correção.

Para a elaboração da PLOA 2014, o art. 32 da LDO 2014 determinou o percentual de 8,3% de acréscimo sobre o grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2013, conforme o seguinte teor:

Art. 32. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2014, para o **grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais**, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2013, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2013, **acrescidos de 8,3%** (oito inteiros e três décimos por cento) de correção, considerando incluída nessa correção o crescimento vegetativo e o disposto nos arts. 36 e 37 desta Lei.

### 5.1 A Estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2014

A previsão de arrecadação para o exercício de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, apresentada de forma sucinta na Tabela adiante, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Previsão das Receitas Públicas Consolidadas para o exercício de 2014

RECEITAS ESTIMADAS NA PLOA 2013	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	37.114.878.409	12.102.205.967	151.234.359	49.368.318.735
RECEITAS DE CAPITAL	1.603.299.732	9.203.763	39.010.257	1.651.513.752
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>38.718.178.141</b>	<b>12.111.409.730</b>	<b>190.244.616</b>	<b>51.019.832.487</b>

Fonte: PLOA 2014.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública. Para o ano de 2014, excluindo as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 8,37 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 42,65 bilhões, contra R\$ 37,91 bilhões previstos em 2013, crescimento de R\$ 4,74 bilhões, 12,5% maior.

Quanto ao ICMS Total (ICMS com a inclusão de multas, juros e Dívida Ativa), que é o principal tributo estadual, estima-se, para 2014, uma arrecadação de R\$ 25,96 bilhões, contra R\$ 23,34 bilhões previstos para 2013, crescimento nominal de R\$ 2,62 bilhões, 11,2% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2014 estima um montante de R\$ 1,65 bilhão, 5,6% maior que o projetado em 2013.



Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2014

AGREGADOS DAS RECEITAS	LOA 2013	PLOA 2014	PLOA 2014 - LOA 2013	% PLOA 2014 / LOA 2013
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>43.689.423.641</b>	<b>49.368.318.735</b>	<b>5.678.895.094</b>	<b>13,0</b>
1.1 ICMS TOTAL	23.340.954.015	25.958.156.279	2.617.202.264	11,2
1.2 IPVA TOTAL	2.087.956.887	2.296.111.599	208.154.712	10,0
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.363.731.467	1.522.414.808	158.683.341	11,6
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.963.815.011	2.277.611.222	313.796.211	16,0
1.5 PATRIMONIAL	821.563.446	1.011.824.746	190.261.300	23,2
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.778.026.186	1.759.097.695	-18.928.491	-1,1
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	582.121.614	434.853.576	-147.268.038	-25,3
1.9 LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	259.167.723	242.488.934	-16.678.789	-6,4
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	3.571.682.029	3.723.606.753	151.924.724	4,3
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	4.796.262.881	6.417.820.097	1.621.557.216	33,8
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	7.348.190.146	8.367.527.001	1.019.336.855	13,9
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-4.224.047.764	-4.643.193.975	-419.146.211	9,9
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.564.129.956</b>	<b>1.651.513.752</b>	<b>87.383.796</b>	<b>5,6</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.027.673.320	1.254.006.636	226.333.316	22
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	495.836.236	369.470.053	-126.366.183	-25
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	40.620.400	28.037.063	-12.583.337	-31
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>51.019.832.487</b>	<b>5.766.278.890</b>	<b>12,7</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS SEM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>4.746.942.035</b>	<b>12,5</b>

Fonte: LOA 2013 e PLOA 2014.



## 5.2 A Fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2014

A estimativa da despesa dotada para o exercício de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, apresentada de forma sucinta na Tabela adiante, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações.

Despesas Públicas Consolidadas Dotadas para o Exercício de 2014

DESPESAS DOTADAS NA PLOA 2013	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	33.456.982.952	12.180.987.161	851.650.811	46.489.620.924
DESPESAS DE CAPITAL	3.341.761.834	693.464.796	117.023.540	4.152.250.170
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	314.651.570	63.309.822		377.961.392
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>37.113.396.356</b>	<b>12.937.761.779</b>	<b>968.674.351</b>	<b>51.019.832.486</b>

Fonte: PLOA 2014.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados das despesas dotadas. Para o ano de 2014, excluindo as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 8,37 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 42,65 bilhões, 12,5% maior do que o previsto para 2013, de R\$ 37,91 bilhões.

A previsão das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias" é de R\$ 20,31 bilhões. O gasto com "Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias" alcança R\$ 16,22 bilhões. Destacam-se as "Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios", de R\$ 7,75 bilhões; o "Serviço da Dívida", de R\$ 3,27 bilhões; os "Investimentos Amplos", de R\$ 2,47 bilhões; e a "Reserva Orçamentária", de R\$ 380,0 milhões.



Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2014

<b>AGREGADOS DAS DESPESAS</b>	<b>LOA 2013</b>	<b>PLOA 2014</b>	<b>PLOA 2014 - LOA 2013</b>	<b>% PLOA 2014 / LOA 2013</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>17.686.295.489</b>	<b>20.308.412.208</b>	<b>2.622.116.719</b>	<b>14,8</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>14.634.896.994</b>	<b>16.220.611.716</b>	<b>1.585.714.722</b>	<b>10,8</b>
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	7.045.428.231	7.750.135.436	704.707.205	10,0
Demais "Outras Despesas Correntes"	7.589.468.763	8.470.476.280	881.007.517	11,6
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)</b>	<b>2.857.454.440</b>	<b>3.271.888.806</b>	<b>414.434.366</b>	<b>14,5</b>
<b>INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>2.438.877.671</b>	<b>2.473.431.364</b>	<b>34.553.693</b>	<b>1,4</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>287.838.857</b>	<b>377.961.392</b>	<b>90.122.535</b>	<b>31,3</b>
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	7.322.846.223	8.344.798.968	1.021.952.745	14,0
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	25.343.923	22.728.032	-2.615.891	-10,3
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>51.019.832.486</b>	<b>5.766.278.889</b>	<b>12,7</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>4.746.942.035</b>	<b>12,5</b>

Fonte: LOA 2013 e PLOA 2014.

## 6. A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

A Tabela adiante retrata a distribuição das despesas entre as diversas áreas da Administração Estadual. O gasto público total fixado na proposta de 2014, descontados os Encargos Financeiros, a Reserva de Contingência, as despesas intraorçamentárias, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, totaliza R\$ 25,97 bilhões, 50,9% do bolo orçamentário. Os gastos do Poder Executivo serão direcionados para quatro áreas. A área de Infraestrutura, 5,6% do total dos recursos, totalizando R\$ 1,46 bilhão. A área Econômica deverá contar com 4,4% das dotações, equivalente a R\$ 1,15 bilhão, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 10,98 bilhões, equivalente a 42,3%. Por fim, à área Social caberão R\$ 12,38 bilhões, o que equivale a 47,7% do total distribuído.

Observe-se que, do total da proposta orçamentária de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, os Encargos Financeiros absorvem 23,3% (R\$ 11,88 bilhões), a Reserva de Contingência, 0,7% (R\$ 380 milhões), as Despesas Intraorçamentárias, 16,4% (R\$ 8,37 bilhões) e os demais Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, 8,7% (R\$ 4,43 bilhões). O orçamento do Estado para o exercício de 2014, sem as despesas de transferências intraorçamentárias, injetará na economia gaúcha, aproximadamente, 12,0% de seu PIB total.

Distribuição das despesas dotadas na PLOA 2014 entre as áreas da Administração Pública Consolidada

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PLOA 2014	% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL
Infraestrutura	1.455.436.422	5,6	2,9
Econômica	1.148.093.738	4,4	2,3
Administrativa	10.980.196.427	42,3	21,5
Social	12.381.608.676	47,7	24,3
<b>SUBTOTAL</b>	<b>25.965.335.263</b>	<b>100,0</b>	<b>50,9</b>
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	4.432.194.625	-	8,7
Encargos Financeiros do Estado	11.876.814.207	-	23,3
Reserva Orçamentária	377.961.392	-	0,7
Despesas Intraorçamentárias (Dupla Contagem Contábil)	8.367.527.001	-	16,4
<b>TOTAL DA PLOA 2014</b>	<b>51.019.832.487</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: PLOA 2014.

## 7. OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS

O orçamento de investimento das sociedades de economia mista, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria das ações com direito a voto, acompanha a Proposta da Lei Orçamentária Anual da Administração Pública estadual direta, suas Autarquias e Fundações, em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, § 5º, I, bem como cumpre o prazo legal de 15 de setembro de cada ano, para o envio à Assembleia Legislativa da peça orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, III, da Constituição do Estado.

A Tabela adiante apresenta a evolução do patrimônio líquido das principais estatais gaúchas, entre 2006 e 2012. Em 2012, destacam-se o crescimento do BANRISUL, da CORSAN, da CRM e do BADESUL. Nos últimos anos, a maioria das estatais gaúchas melhorou seu desempenho graças à modernização administrativa, à gestão voltada aos resultados, à racionalização de despesas, à melhoria de processos e ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Patrimônio líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
BANRISUL	1.295.079	2.792.013	3.079.139	3.408.462	3.855.239	4.399.511	4.894.211
CORSAN	525.284	562.215	738.173	603.698	749.638	1.079.048	1.179.076
CEEE-D	9.683	15.982	24.870	1.623.544	1.428.810	1.225.918	1.055.154
CEEE-GT	228.749	304.902	434.781	1.889.542	2.051.413	2.168.734	2.265.143
SULGÁS	73.244	76.804	79.160	128.687	140.085	124.787	113.820
CRM	139.081	143.480	126.145	135.412	130.955	113.516	277.118
PROCERGS	28.927	35.977	43.547	40.352	38.829	38.777	53.218
BADESUL	348.571	369.018	392.435	431.680	502.738	561.004	681.936

Fonte: Balanço Anual das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.



A Tabela seguinte traz o lucro líquido das principais estatais gaúchas. Em 2012, apesar da crise econômica, destacam-se os bons resultados do BANRISUL, da CORSAN, da SULGÁS e da CRM.

Lucro líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
BANRISUL	361.659	916.381	590.873	541.096	741.242	904.349	818.590
CORSAN	31.427	53.351	211.966	251.149	197.693	231.280	182.466
CEEE-D	(14.020)	6.299	15.908	1.598.785	-194.734	-202.892	-308.680
CEEE-GT	(47.274)	76.153	123.896	1.343.100	152.766	88.173	-130.256
SULGÁS	37.682	71.196	47.109	70.209	88.769	78.472	63.323
CRM	15.585	10.323	7.117	12.710	3.424	-16.929	23.937
BADESUL	32.932	38.137	46.027	40.985	72.324	77.593	11.232

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A Tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2012.

Demonstrativo dos investimentos executados pelas estatais gaúchas - R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007 Executado</b>	<b>2008 Executado</b>	<b>2009 Executado</b>	<b>2010 Executado</b>	<b>2011 Executado</b>	<b>2012 Executado</b>
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	201.085	198.580
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	196.241	238.420
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	16.955	16.200
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	24.938	36.200
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	198.735	251.800
DEMAIS ESTATAIS	9.493	8.863	26.153	33.101	7.022	14.800
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>452.410</b>	<b>481.973</b>	<b>716.398</b>	<b>836.643</b>	<b>644.976</b>	<b>756.000</b>

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas e SEPLAG/RS.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição (CEEE-D) e a CEEE Geração e Transmissão (CEEE-GT).

O Estado do Rio Grande do Sul possui 14 estatais, divididas em setor produtivo e financeiro. O setor produtivo é composto por dez Companhias, que se dedicam à prestação de serviços, produção industrial e extração mineral. Já o setor financeiro é composto por quatro Companhias, voltadas à atividade de intermediação financeira e fomento ao desenvolvimento. **Em 2014, as estatais projetam executar investimentos na ordem de R\$ 1.184,7 milhões.**

As empresas do setor produtivo alocaram, no orçamento de 2014, R\$ 1.147,6 milhões, sendo R\$ 451,2 milhões com recursos próprios, R\$ 662,4 milhões por meio de operações de crédito e R\$ 34,0 milhões através de outras fontes de recursos. As empresas do setor bancário (grupo BANRISUL e BADESUL) apropriaram, no orçamento de 2014, um montante de R\$ 37,1 milhões, com recursos próprios, conforme se pode visualizar na Tabela adiante.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Fonte de Recursos

EMPRESAS ESTATAIS GAÚCHAS	FONTE DE RECURSOS			
	PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	INVESTIMENTOS TOTAIS
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. – BANRISUL	33.026.021	-	-	33.026.021
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS – BAC	-	-	-	-
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO - BCV	-	-	-	-
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO – BADESUL	4.022.000	-	-	4.022.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	3.100.000	-	30.000	3.130.000
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	42.865.332	-	-	42.865.332
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.500.000	-	-	10.500.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D	129.260.887	320.795.661	-	450.056.548
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	57.721.303	174.234.231	-	231.955.534
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS – CORAG	5.120.000	-	-	5.120.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM	23.444.399	-	-	23.444.399
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	175.182.031	161.375.158	34.009.728	370.566.917
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS – BAGERGS	4.000.000	6.000.000	-	10.000.000
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS - EGR	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS</b>	<b>488.241.973</b>	<b>662.405.050</b>	<b>34.039.728</b>	<b>1.184.686.751</b>

Fonte: PLOA 2014.



A Tabela seguinte aloca os recursos das empresas estatais, em três grandes áreas: a de Infraestrutura, R\$ 1.118,9 milhões; a Econômica, R\$ 50,2 milhões; e a Administrativa, R\$ 15,6 milhões.

8.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área

<b>ÁREA DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>1.118.888.730</b>
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	42.865.332
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	450.056.548
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	231.955.534
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	23.444.399
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	370.566.917
<b>ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>50.178.021</b>
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	33.026.021
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	10.000.000
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	4.022.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	3.130.000
<b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>15.620.000</b>
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.500.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	5.120.000
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DAS DIVERSAS ÁREAS</b>	<b>1.184.686.751</b>

Fonte: PLOA 2014.

A seguir, o demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas, classificados por Função. A Função Administração apropriou R\$ 10,5 milhões; a de Saneamento, R\$ 370,6 milhões; a da Agricultura, R\$ 3,1 milhões; a da Indústria, R\$ 5,1 milhões; a do Comércio e Serviços, R\$ 47,1 milhões; e a de Energia, R\$ 748,3 milhões, totalizando R\$ 1.184,7 milhões em investimentos.

Demonstrativos dos investimentos das estatais gaúchas por Função

<b>FUNÇÃO</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>
ADMINISTRAÇÃO	10.500.000	0,9
SANEAMENTO	370.566.917	31,3
AGRICULTURA	3.130.000	0,3
INDÚSTRIA	5.120.000	0,4
COMÉRCIO E SERVIÇOS	47.048.021	4,0
ENERGIA	748.321.813	63,2
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.686.751</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PLOA 2014.

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre a **matriz insumo-produto**, desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, em 2014, de R\$ 1,185 bilhão, caso se realizem na sua totalidade, terão significativo impacto multiplicador, pois se estima um incremento de 0,33% no PIB estadual, acompanhado da criação de 29.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em R\$ 1,5 bilhão.

A Tabela seguinte mostra os investimentos das estatais gaúchas por Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí receberá a maior fatia dos investimentos, com R\$ 341,5 milhões, seguido pelo COREDE Sul, com R\$ 237,9 milhões, e pelo COREDE Fronteira Oeste, com R\$ 83,3 milhões. Desse modo, os investimentos das estatais contribuem para reequilibrar os fluxos de renda entre as regiões do Estado. Não foram regionalizados R\$ 98,1 milhões, por se tratar de valores alocados para a modernização da infraestrutura nos centros administrativos das Companhias.





Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por COREDE

<b>COREDE</b>	<b>VALOR</b>
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	330.260
ALTO JACUÍ	68.014.360
CAMPANHA	31.049.809
CELEIRO	330.260
CENTRAL	11.847.368
CENTRO SUL	29.899.717
FRONTEIRA NOROESTE	79.682.668
FRONTEIRA OESTE	83.321.182
HORTÊNSIAS	27.855.221
JACUÍ CENTRO	17.714.486
LITORAL	29.554.150
MÉDIO ALTO URUGUAI	14.069.803
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	341.520.845
MISSÕES	4.084.348
NORDESTE	330.260
NOROESTE COLONIAL	3.418.928
NORTE	660.520
PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	2.077
PRODUÇÃO	21.361.703
SERRA	47.683.824
SUL	237.853.798
VALE DO CAÍ	330.422
VALE DO RIO DOS SINOS	32.208.607
VALE DO RIO PARDO	2.460.355
VALE DO TAQUARI	990.780
A DEFINIR	98.111.001
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.686.751</b>

Fonte: PLOA 2014.

## 8. AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2014

O processo de decisão das demandas da participação popular, incluídas no Projeto da Lei Orçamentária Estadual de 2014, foi constituído de cinco etapas, tendo como base os programas do PPA Participativo 2012-2015. A primeira etapa, a das **Audiências Regionais**, abertas à participação de toda a sociedade, foi realizada nas 28 regiões em que se divide o Estado, foram eleitas as áreas temáticas de políticas públicas prioritárias, apresentado o Mapa de Investimentos do Governo e eleita a Coordenação Regional. Mais de 6.000 pessoas participaram, representando, em sua maioria, diversos Movimentos Sociais, Associações, Cooperativas, COREDES, COMUDES, Administrações Municipais e Instituições Regionais.

Na segunda etapa, além das centenas de reuniões preparatórias, com participação em torno de 4.000 pessoas, as 490 **Assembleias Municipais** reuniram mais de 80.000 participantes em todo Estado. Nessa etapa, a comunidade local apresentou as suas demandas para inclusão na cédula de votação regional e elegeu representantes para o Fórum Regional. A terceira etapa, a do **Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã**, realizou a síntese das assembleias municipais, elencando os Projetos que constituíram a cédula de votação de prioridades. Em torno de 2.000 delegados e COREDES representaram os municípios no debate. A quarta etapa, a da **Votação de Prioridades**, submeteu a toda a cidadania gaúcha as demandas discutidas e indicadas nas três etapas anteriores, o que ocorreu na eleição nos dias 6 e 7 de julho.

No processo da escolha de prioridades votaram 1.125.159 pessoas, de três formas – internet, celular e urna manual. Na quinta e última etapa, ocorreu o **Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã**, com o objetivo de debater e validar a matriz orçamentária estadual.

No campo dois da cédula foi incluída, pelo segundo ano consecutivo, a votação de projetos denominados de **Prioridades Estratégicas Regionais**. Essas prioridades, elencadas pelas regiões, são objeto de análise e inclusão no Projeto da Lei Orçamentária, de acordo com a possibilidade e a capacidade de cada Órgão. É uma iniciativa que visa aumentar o número de demandas com característica regional e, cada vez mais, dialogar e decidir os investimentos e a construção das políticas públicas com a participação da sociedade gaúcha.

Além das demandas com a garantia de recursos vinculados, decididas pela população e identificadas na peça orçamentária com código orçamentário específico, na ordem de R\$ 165 milhões, ainda há um conjunto de prioridades que estão incluídas pelos Órgãos no presente Projeto de Lei, que segue para apreciação na Casa Legislativa Estadual.

A novidade da votação de prioridades foi a inclusão de um novo campo de votação denominado de **Reforma Política em Consulta**. Essa iniciativa da Coordenação Estadual do processo de participação teve como objetivo oportunizar à sociedade gaúcha manifestar opinião acerca de um dos temas da realidade nacional, aproveitando um instrumento conhecido e consolidado que é a votação de prioridades do ciclo orçamentário anual. Ao total, foram 540 mil votantes que responderam as perguntas relacionadas a essa temática.

Portanto, foram mais de 1 milhão de votantes no terceiro ano consecutivo, atingindo este Governo a maior média de participação popular no processo, desde que foi iniciado. Na gestão de 2004 a 2006, primeiros três anos em que a votação foi criada, sob a denominação de Consulta Popular, a média foi de 661 mil votantes. Na gestão passada, de 2007 a 2010, a média foi de 755 mil eleitores participando. Esses números, aliados ao número de participantes nas audiências públicas, fóruns regionais e assembleias municipais, consolidam o processo com forte representatividade na sociedade gaúcha e como importante instrumento de democratização das estruturas do Estado na sua relação com a sociedade.

Convém destacar que a participação nas decisões orçamentárias é uma das dimensões do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã. Outros meios e formas de participação são oportunizados à sociedade gaúcha cotidianamente, possibilitando o diálogo permanente entre governo e sociedade. Por tudo isso, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu o primeiro lugar no Prêmio "Nações Unidas ao Serviço Público" com o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã.

No orçamento de 2014, foi disponibilizado um mínimo de R\$ 165,32 milhões para as demandas da Votação de Prioridades na Participação Popular e Cidadã, considerando três fatores: o mínimo de 20% igual para todas as 28 regiões, a população da região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Como resultado de todo esse processo, a tabela adiante mostra a distribuição dos recursos para cada uma das regiões.



Distribuição dos recursos da Participação Popular e Cidadã para a PLOA 2014, por Regiões de COREDES

REGIÕES DE COREDES	VALORES APROPRIADOS
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPANHA	3.739.829
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
CELEIRO	3.848.529
CENTRAL	5.876.170
CENTRO SUL	4.954.843
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
HORTÊNSIAS	3.133.443
JACUÍ CENTRO	3.885.799
LITORAL	6.002.961
MÉDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
MISSÕES	4.464.114
NORDESTE	3.120.173
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
NORTE	4.556.002
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
PRODUÇÃO	5.283.641
RIO DA VÁRZEA	3.387.403
SERRA	9.270.019
SUL	13.930.888
VALE DO CAÍ	3.449.432
VALE DO JAGUARI	3.003.410
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
VALE DO TAQUARI	5.937.118
<b>TOTAL</b>	<b>165.320.000</b>

Fonte: SEPLAG/RS



Demonstrativo de votantes no processo de Participação Popular e Cidadã

<b>REGIÕES DE COREDES</b>	<b>VOTANTES CÉDULAS MANUAIS</b>	<b>VOTANTES INTERNET</b>	<b>TOTAL VOTANTES</b>
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	13.998	6.062	20.060
ALTO JACUÍ	38.738	2.374	41.112
CAMPANHA	17.580	5.676	23.256
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	8.941	956	9.897
CELEIRO	37.480	5.160	42.640
CENTRAL	40.616	5.412	46.028
CENTRO SUL	22.325	1.202	23.527
FRONTEIRA NOROESTE	36.229	4.488	40.717
FRONTEIRA OESTE	76.916	8.468	85.384
HORTÊNSIAS	13.066	3.922	16.988
JACUÍ CENTRO	28.758	4.059	32.817
LITORAL	27.668	3.532	31.200
MEDIO ALTO URUGUAI	28.789	6.971	35.760
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	123.114	12.046	135.160
MISSÕES	41.667	3.412	45.079
NORDESTE	20.767	4.805	25.572
NOROESTE COLONIAL	17.345	4.872	22.217
NORTE	19.470	7.407	26.877
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	47.189	1.382	48.571
PRODUÇÃO	32.009	6.223	38.232
RIO DA VÁRZEA	20.696	5.567	26.263
SERRA	39.621	12.558	52.179
SUL	29.623	11.532	41.155
VALE DO CAÍ	18.108	1.507	19.615
VALE DO JAGUARI	17.191	3.045	20.236
VALE DO RIO DOS SINOS	73.363	10.667	84.030
VALE DO RIO PARDO	52.561	8.023	60.584
VALE DO TAQUARI	23.782	6.221	30.003
<b>TOTAL DE VOTANTES</b>	<b>967.610</b>	<b>157.549</b>	<b>1.125.159</b>

Fonte: SEPLAG/RS

## 9. AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo atende a disposição constitucional federal, em seu art. 165, § 6º:

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também exige a apresentação do demonstrativo das estimativas das desonerações fiscais, em seu art. 149, § 5º, V:

O orçamento geral da administração direta será acompanhado do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia.

Cumpra-se ainda o normativo da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus artigos 4º, § 2º, V e 5º, II. Recentemente, a Lei Complementar Estadual nº 13.452, de 26/04/2010, art. 6º, V, prevê a elaboração de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita. As tabelas e as notas técnicas que acompanham o trabalho foram elaboradas pela Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Ressalva-se que, desde o ano de 2008, o portal da Secretaria da Fazenda passou a fornecer todas as informações sobre as desonerações fiscais de forma detalhada e explicativa.

As desonerações fiscais, também chamadas de gastos tributários, são as disposições existentes na legislação tributária que reduzem a arrecadação potencial de impostos com variados objetivos, podendo ser econômicos, ecológicos, culturais, sociais, de saúde, assistência social e outros<sup>2</sup>. Em síntese, as desonerações fiscais ou os gastos tributários referem-se a um tipo de gasto do governo realizado por meio do sistema tributário.

---

<sup>2</sup>As designações para as desonerações fiscais (ou tributárias) são diversas, incluindo gastos tributários, renúncias fiscais, benefícios, incentivos e outras denominações, diferindo quanto à abrangência e ao objetivo. Para detalhes sobre a classificação das desonerações, ver: ROSA, José Rui Gonçalves (1995). **Demonstrativos de Benefícios Tributários**. Tributação em Revista, nº 13 – Julho a Setembro. Brasília: UNAFISCO Sindical.

Com a utilização de uma nova base de dados e com um tratamento metodológico mais adequado, foi possível obter estimativas desagregadas das renúncias fiscais do principal tributo estadual - o ICMS - tanto pela natureza jurídica do benefício como pela sua finalidade. O resultado desse avanço foi demonstrado já na peça da Lei Orçamentária de 2008, referente às desonerações de 2006, constituindo-se em ferramenta de transparência das finanças estaduais, pioneira no Brasil.

A cada ano, a nova metodologia "desagregada" vem sendo objeto de aperfeiçoamento, tanto na coleta de dados como na sistematização das informações. Dessa forma, foi possível revisar os valores estimados de exercícios anteriores, reconstruindo uma série histórica desde 2003. Também se avançou no método contemplando outros tipos de desoneração anteriormente embutidos no demonstrativo da metodologia global. Foi o caso, já no demonstrativo das renúncias de 2007, da inclusão do item "não-estorno de créditos". Os casos de manutenção de créditos que, em princípio, deveriam ser estornados. Os valores obtidos pelos dois métodos (global e desagregado) são aproximados, servindo mutuamente como teste de consistência metodológica.

É importante frisar que este trabalho tem como objetivo apresentar as informações sobre as desonerações fiscais, suas características, tipologias e finalidades, sem entrar no mérito quanto a sua adequação ou oportunidade. É importante destacar que a renúncia estimada em um exercício diz respeito à apropriação financeira do benefício, não se relacionando, necessariamente, no ano em que foi concedido formalmente. Em outras palavras, o ato de concessão pode ocorrer em um determinado exercício, e a fruição efetivada, em outro(s) exercício(s). Assim, o fato de que em um exercício ocorra um percentual maior ou menor de comprometimento da receita potencial não reflete, necessariamente, uma política ou restrição de renúncias fiscais por parte do governo, nesse exercício específico.

Além do ICMS, o demonstrativo inclui as estimativas de desoneração do IPVA e do ITCD, contemplando todo o universo dos impostos de competência estadual. As desonerações do ITCD já refletem o novo patamar do imposto em função do ajuste de alíquotas (3% nas doações e 4% no *causa mortis*). A série do IPVA, apesar de não ter havido mudanças no método, também foi revisada.

Em termos de restrições ainda existentes, cabe enfatizar que, no caso do ITCD, em relação à transmissão *causa mortis*, o demonstrativo abrange apenas o constante no art. 7, IX, da Lei nº 8.821/89 (faixa de isenção por quinhão). Ressalte-se, entretanto, que os demais valores não passíveis de serem apurados não são significativos. Em relação ao ICMS e ao IPVA, todos os itens de desoneração constantes da legislação tributária estão contemplados no demonstrativo.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação das desonerações dos impostos foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Receita Estadual. No caso do ICMS, a extração dos dados é feita a partir das Guias de Informação e Apuração do imposto (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Pode-se, então, observar que a mensuração da receita potencial, que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais, não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação), uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes.

É necessário destacar que o universo de contribuintes abrangido por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais. Em função das limitações das fontes de dados, as desonerações aqui demonstradas estão, portanto, subestimadas. Além disso, algumas informações prestadas pelos contribuintes carecem de maior consistência, o que demanda um tratamento metodológico e estatístico contínuo de adequação ou simplesmente a adoção dos dados com certa restrição.

Em função das omissões e inconsistências existentes nas informações prestadas pelos contribuintes do ICMS, a abertura dos valores de cada tipo de desoneração fica prejudicada. Não obstante, em alguns casos - como nos créditos presumidos, tipologia em que ocorre a atuação mais efetiva do Estado no campo da política tributária<sup>3</sup> - o detalhamento de informações alcança grande parte dos códigos de desoneração.

Por fim, é importante ressaltar que, em alguns tipos de créditos presumidos, também não foi possível a demonstração dos valores de forma desagregada, por item de renúncia, pois poderiam permitir a identificação do contribuinte, e, com isso, ferir o sigilo fiscal (vedação do Código Tributário Nacional, art. 198, da Lei nº 5.172/66, com nova redação dada pela LC 104/2001)<sup>4</sup>. As exceções estão tipificadas nos parágrafos 1º a 3º, do referido artigo.

---

<sup>3</sup> A execução da política tributária envolve a utilização de variadas formas de desonerações fiscais. Algumas são de iniciativa legislativa federal (constitucional ou infraconstitucional), outras são harmonizadas coletivamente pelos Estados no âmbito do CONFAZ e outras, finalmente, são de iniciativa estadual.

<sup>4</sup> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.



### **9.1 A Classificação das Desonerações Fiscais**

As desonerações fiscais são realizadas levando em conta várias finalidades: o incentivo ao setor agropecuário, a viabilização de operações no âmbito do setor público, o desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas e as preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, as desonerações objetivam propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.

As desonerações do ICMS que representam subtração de receita, ou perda tributária, são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar de "guerra fiscal", nem tampouco aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O elenco dessas desonerações, objeto deste demonstrativo, é constituído pelas não incidências, em especial a imunidade das exportações; pelas isenções; pelos créditos presumidos; pelas reduções de base de cálculo; pela manutenção de créditos fiscais instituídos às microempresas e às empresas de pequeno porte, hoje reunidos no Simples Nacional e no chamado Simples Gaúcho, que voltou a ter vigência no exercício de 2009.

Já as desonerações fiscais, que não representam subtração de receitas, no entanto, podem significar perdas financeiras ao erário, tendo em vista a postergação da entrada de recursos no caixa do Tesouro, reúnem as tipologias do diferimento, com ou sem substituição tributária, a suspensão e as transferências de saldo credor.

Existem desonerações que, embora intrinsecamente representem subtração de receita – não ocorre a materialização da receita para o Tesouro do Estado – na prática, seu efeito tributário final não resulta em prejuízo ao Estado. São os casos das desonerações enquadradas na finalidade operacional-administrativa, que têm por objetivo resolver problemas administrativos e operacionais do próprio imposto. Como exemplo, as saídas e os retornos de embalagens ou as saídas e retornos de bens para feiras ou exposições. Nesses casos, a ocorrência da tributação, eliminando a desoneração fiscal, geraria débitos, pelas saídas e créditos, pelos retornos, que se compensariam, anulando o saldo de imposto a pagar. Eventualmente, essas desonerações podem determinar uma perda de natureza financeira, a exemplo dos casos de diferimento, suspensão e transferência de saldo credor.

A classificação das desonerações fiscais deste demonstrativo não segue integralmente a definição estipulada pelo parágrafo 1º, do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000, cuja redação, entre outras particularidades, mistura efeitos redutórios sobre a arrecadação normal e sobre a constituição de créditos tributários pela autoridade fiscal:

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Sobre as alterações de alíquotas, merece registro que as desonerações fiscais são aferidas a partir de uma estrutura de referência do imposto, que contempla a base de incidência e a alíquota aplicável. Nessa linha, as reduções de alíquotas, exceto a figura da alíquota zero, não existente na legislação estadual, não são consideradas renúncias tributárias e sim uma nova definição da estrutura de referência do imposto (modificação da alíquota aplicável).

Adiante, enumeram-se as desonerações fiscais sob a natureza jurídica, encontradas na legislação dos impostos gaúchos:

- a) **Não-incidência:** retirada do campo de incidência do imposto;
- b) **Imunidade:** decorre de uma disposição constitucional que impede a incidência do tributo;
- c) **Isenção:** dispensa do pagamento do imposto devido;
- d) **Base de cálculo reduzida:** dispensa parcial do pagamento do imposto devido, mediante a redução, em pontos percentuais, da base de cálculo do valor da mercadoria ou do serviço sobre o qual incidirá a alíquota aplicável para se obter o imposto a pagar;
- e) **Crédito fiscal presumido:** todo o contribuinte tem direito a creditar-se, nos termos da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), do valor do imposto pago na etapa anterior (compras de mercadorias ou aquisição de serviços a serem utilizados diretamente em sua atividade produtiva, no caso do ICMS), em razão do princípio da não-cumulatividade. O crédito fiscal presumido consiste na atribuição de um valor adicional a título de crédito fiscal independentemente do crédito a que o contribuinte tem direito pelas suas aquisições normais de mercadorias ou serviços;

- f) **Não-estorno do crédito fiscal:** conforme mandamento constitucional, a operação isenta ou não-tributada acarreta a anulação do crédito fiscal correspondente à entrada da mercadoria no estabelecimento. Com esse benefício, o contribuinte fica dispensado da anulação, aumentando, portanto, o valor dos seus créditos, e, conseqüentemente, diminuindo o imposto a pagar;
- g) **Estatutos da microempresa e da empresa de pequeno porte:** tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados. É o caso atual do SIMPLES NACIONAL, através da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Já as situações fiscais que não representam subtração de receita, podendo representar, no entanto, perda financeira, reúnem as seguintes tipologias:

- a) **Diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- b) **Diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- c) **Suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses (casos restritos, especialmente em relação a operações interestaduais);
- d) **Transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado, resultado da diferença de créditos e débito de ICMS, para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar.



## 9.2 As Tabelas das Desonerações Fiscais do Estado do RS em 2012

Adiante, apresentam-se tabelas relacionadas às desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, relativas às informações do exercício de 2012.

Desonerações fiscais do Rio Grande do Sul, por imposto - Exercício de 2012

Imposto	Valor Nominal	% do Total	% do Imposto Potencial
ICMS	11.057.014.860	94,35%	34,09%
IPVA	600.613.380	5,13%	23,98%
ITCD	61.425.122	0,52%	20,89%
<b>Total</b>	<b>11.719.053.362</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,26%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa - Exercício de 2012

Desonerações do ICMS	Valor	% DA DESONERAÇÃO
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não Incidências, incluindo Exportações)	4.559.879.181	41,2%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL (Isenções, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	6.497.135.679	58,8%
<b>Total das desonerações do ICMS no RS</b>	<b>11.057.014.860</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo analítico das desonerações fiscais do Rio Grande do Sul – Exercício de 2012

ESTIMATIVA DESONERAÇÕES ICMS	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Regulamento do ICMS)	VALOR NOMINAL 2012	% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES DE ICMS	% SOBRE O ICMS POTENCIAL
<b>NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações:</b>	<b>Livro I, art. 11</b>	<b>471.909.908</b>	<b>4,27%</b>	<b>1,45%</b>
<b>Cultural (social)</b>		<b>54.918.946</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,17%</b>
	LIVRO I,11,I- PAPEL P/JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS LIVRO I,11,II- JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS LIVRO I,11,XVI- CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIODICOS E LIVROS			
<b>Operacional</b>		<b>416.990.962</b>	<b>3,77%</b>	<b>1,29%</b>
	LIVRO I,11,III- ENERG ELET,PETROLEO,COMB- INTERESTADUAL LIVRO I,11,IV- OURO COMO ATIVO FINANCEIRO LIVRO I,11,VI- MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS LIVRO I,11,VII- TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ESTABELECIMENTO LIVRO I,11,VIII- ALIENACAO FIDUCIARIA EM GARANTIA LIVRO I,11,IX- ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I,11,X- SALVADOS DE SINISTRO LIVRO I,11,XI- DEPÓSITO EM ARMAZÉM-GERAL LIVRO I,11,XII- DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE LIVRO I,11,XIII- DEVOLUÇÃO ARMAZÉM-GERAL E DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO LIVRO I,11,XIV- MERCADORIAS DE TERCEIROS LIVRO I,11,XV- BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO			
<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>Livro I, art 11, V</b>	<b>4.087.969.273</b>	<b>36,97%</b>	<b>12,60%</b>
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>Livro, I arts. 9º e 10</b>	<b>1.709.818.123</b>	<b>15,46%</b>	<b>5,27%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>842.450.986</b>	<b>7,62%</b>	<b>2,60%</b>
	LIVRO I,9º,I- REPRODUTORES OU MATRIZES - RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,II- REPRODUTORES OU MATRIZES LIVRO I,9º,III- EMBRIOES OU SEMEM CONGEL OU RESFRIADO LIVRO I,9º,IV- EQUINOS LIVRO I,9º,VIII- INSUMOS AGROPECUARIOS LIVRO I,9º,IX- PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICACAO RACAO LIVRO I,9º,X- BULBOS DE CEBOLA LIVRO I,9º,XI- POS- LARVA DE CAMARAO LIVRO I,9º,XVIII- FLORES NATURAIS LIVRO I,9º,XXXVI- FOGUETES ANTIGRANIZO- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,CXXIV- MACAS E PERAS LIVRO I,9º,CLIV - CARNE E PROD. COMEST. DE ABATES DE SUÍNOS PRODUZIDOS NO RS LIVRO I,9º,CLV -SUINOS VIVOS LIVRO I,9,CLXXIV.GEN.AL.REG.P/MER.ESC.-PRONAF LIVRO I, 9º, CLXXIX - TRIGO EM GRÃO, DE 06/12/11 A 31/03/12 LIVRO I, 9º, CLXXXIII - GADO VACUM P/ TESTES DE VACINAS P/ FEBRE AFTOSA, A/C. 30/01/12 LIVRO I,10,VI- TRANSPORTE DE CALCARIO			
<b>Alimentação (social)</b>		<b>196.259.184</b>	<b>1,77%</b>	<b>0,61%</b>
	LIVRO I,9º,XV- FORNECIMENTO DE REFEICOES LIVRO I,9º,XVII- OVOS			



	LIVRO 1,9º,XIX- HORTIFRUTIGRANJEIROS LIVRO 1,9º,XX- LEITE FLUIDO LIVRO 1,9º,XXI- PESCADO LIVRO 1,9º,CXXV- PAO FRANCES LIVRO 1, 9º, CLXXX - ARROZ BENEFICIADO P/A CONAB E P/PROG. MUNDIAL DE ALIMENTOS			
<b>Assistência Social</b>		<b>38.498.002</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,12%</b>
	LIVRO 1,9º,XXXIX- CADEIRA RODAS, PRÓTESES,AP. AUDICAO LIVRO 1,9º,XL- VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIENCIA LIVRO 1,9º,XLIX- DOACAO ENTIDAD GOVERN OU ASSISTENCIAIS LIVRO 1,9º,L- DOACOES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL LIVRO 1,9º,LIII- DOAÇÃO PROD.IMP. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVI- REMÉDIOS PARA A APAE-RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LIX- MERC.DOADAS ORG. INTERN. ASSISTÊNCIA SOCIAL- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXII- TRAVA- BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR LIVRO 1,9º,LXV- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA LIVRO 1,9º,LXVI- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA- RECEB. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXVIII- INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUC LIVRO 1,9º,LXXII- DOACAO A SUDENE LIVRO 1,9º,XCII- DOACOES P/ASSISTENCIA VITIMAS LIVRO 1,9º,XCVII- MENSAGEIRO DA CARIDADE LIVRO 1,9º,CXI- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/BANCO DE ALIMENTOS LIVRO 1,9º,CXII- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/PESSOAS CARENTES LIVRO 1,9º,CXVI- FOME ZERO LIVRO 1,9º,CXXI- MERC DE PROD. PROP PROM POR COOPERATIVAS SOCIAIS LIVRO 1,9º,CXXVII- SUBVENCAO DE ENERGIA ELETTRICA "BAIXA RENDA" LIVRO 1,9º,CXXX NAS SAÍDAS DE SANDUÍCHES "BIG MAC" LIVRO 1,9º,CXLVI- PROINFO - UM COMPUTADOR POR ALUNO LIVRO 1,9º,CLXVI - FUNDAÇÃO O PAO DOS POBRES DE SANTO ANTONIO LIVRO 1, 9º, CLXXXIV - RAÇÕES ANIMAIS E SEUS INSUMOS P/ DESTINAT. DE MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO EM SITUAÇÃO DE EMERG.			
<b>Cultural (social)</b>		<b>4.269.881</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,01%</b>
	LIVRO 1,9º,XXXII- OBRAS DE ARTE LIVRO 1,9º,LXVII- OBRAS DE ARTESANATO LIVRO 1,9º,XCIII- EQUIP. UNIVERSIDADES, PESQUISADORES E CIENT.- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,CXLI- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MIN EDUCACAO LIVRO 1,9º,CXLII- EQUIP SEGURANCA P/ XV JOGOS PAN-AMERICANOS LIVRO 1,9º,CLVI - COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014 LIVRO 1,9º,CLX.MAT.E EQUIP.USO DOS ESCOTEIROS LIVRO 1,9º,CLXIV.MERC.DEST.OBRAS B-RIO E ARENA LIVRO 1,10º,XI- COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014			
<b>Ecológico</b>		<b>6.271.448</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,02%</b>
	LIVRO 1,9º,XXVII- OLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO LIVRO 1,9º,LXXXV- EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EOLICAS LIVRO 1,9º,CVIII- EMB.VAZIAS DE AGROTOX. E TAMPAS LIVRO 1,9º,CXXXVIII- PILHAS E BATERIAS USADAS LIVRO 1,9º,CXXXVII- CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO LIVRO 1,9º,CLVIII.PNEUS USADOS P/RECICLAGEM LIVRO 1, 9º, CLXXXVI - CINZAS DE CASCA DE ARROZ, A/C. 01/09/12			
<b>Econômico</b>		<b>119.800.023</b>	<b>1,08%</b>	<b>0,37%</b>
	LIVRO 1,9º,XXV- ZONA FRANCA DE MANAUS LIVRO 1,9º,XXVI- AREAS DE LIVRE COMERCIO			



	<p>LIVRO 1,9º,XXVIII- EMBARCACOES  LIVRO 1,9º,XXIX- PROD P/CONSUM EM EMBARC/AERONAVES  LIVRO 1,9º,XXX- COMBUSTIVEIS P/ EMBARC E AERONAVES  LIVRO 1,9º,XXXI- PROGRAMAS DE COMPUTADOR  LIVRO 1,9º,LXXIX- TAXI  LIVRO 1,9º,LXXXII- MERC.PROJETO GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS  LIVRO 1,9º,LXXXVI- "FREE SHOPS"  LIVRO 1,9º,LXXXVIII- OLEO DIESEL P/EMBARC PESQUISA  LIVRO 1,9º,LXXXIX- PROJ INT EXPL AGR PEC IND RORAIMA  LIVRO 1,9º,XXXV- PROGRAMA BEFIEX  LIVRO 1,9º,XCVI- ZONAS PROCESSAMENTO EXPORTACAO - ZPE  LIVRO 1,9º,CXIX- CERVEJAS,REFRIG,SUCOS E AGUA MINERAL  LIVRO 1,9º,CXXII- GUINDASTE MOVEI PORTUARIO  LIVRO 1,9º,CXXIII- REPORTO- IMPORT.AT.IMOBILIZADO  LIVRO 1,9º,CXXVI- TIJOLOS DE CERAMICA  LIVRO 1,9º,CXXXI NAS SAÍDAS DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO  LIVRO 1,9º,CXXXIII REGIME ESPECIAL DE DEPÓSITO AFIANÇADO  LIVRO 1,9º,CXXXIV- REPORTO SAIDAS INTERNAS P/ATIVO IMOBILIZADO  LIVRO 1,9º,CXXXV- PROD P/A MANUTENCAO DO GASODUTO BRASIL- BOLIVIA  LIVRO 1,9º,CXXXVI- OPERACOES C/EMISSAO DE CDA E WARRANT  LIVRO 1,9º,CXL- BENS ATIVO IMOBILIZADO DE EMPRESA PORTUARIA  LIVRO 1,9º,CXLIII- IMPORTACAO MAQ, EQUIP E ACES P/EMP RADIODIFUSAO  LIVRO 1,9º,CXLVII - ÓLEO COMESTÍVEL USADO PARA INSUMO INDUSTRIAL  LIVRO 1,9º,CLXVII - IMPORTAÇÃO DE PÓS-LARVAS DE CAMARÃO E DE REPRODUTORES SPF  LIVRO 1,9º,CLXVIII - REPRODUTORES DE CAMARAO MARINHO  LIVRO 1, 9º, CLXIX - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA  LIVRO 1, 9º, CLXX - RECEBIMENTOS MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA - DIF. DE ALÍQ.  LIVRO 1, 9º, CLXXI - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLOR PETRÓLEO E GN - REPETRO  LIVRO 1,9,CLXXII.BENS/MERC.ATV.EXP.PET./GAS NAT.  LIVRO 1, 9º, CLXXIII - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLORAÇÃO PETRÓLEO E GN  LIVRO 1, 9º, CLXXV - RECEBIMENTOS MÁQ E EQUIP. P/ATIVO FIXO DE IND. DE SEMICONDUTORES  LIVRO 1, 9º, CLXXVI - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP. P/ATIVO FIXO IND. DE BUTADIENO  LIVRO 1, 9º, CLXXVII - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP.P/ATIVO FIXO IND. DE PNEUMÁTICOS  LIVRO 1, 9º, CLXXXI - MERCADORIAS P/CONSTR., CONSERV. E REPARO DE EMBARCAÇÕES  LIVRO 1, 9º, CLXXXII - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP. INDS. E OUTROS P/ATIVO PERMANENTE IND.  LIVRO 1, 9º, CLXXXV - MÁQ., APARELHOS E EQUIP. INDS. P/ CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS  LIVRO 1, 9º, PARÁGRAFO ÚNICO- MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS- DIF. ALÍQUOTA  LIVRO 1,10,IV- DIFUSAO SONORA  LIVRO 1,10,V- TAXI  LIVRO 1,10,VII- TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA</p>			
<b>Saúde (social)</b>		<b>36.386.315</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,11%</b>
	<p>LIVRO 1,9º,XXXVII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR  LIVRO 1,9º,XXXVIII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS  LIVRO 1,9º,XLI- MEDICAMENTOS QUIMIOTERAPICOS  LIVRO 1,9º,XLV, "c"- MEDICAMENTOS PESSOA FÍSICA- RECEBIMENTOS EXTERIOR</p>			



	LIVRO 1,9º,LI- MERC. PROCESSO INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANGUE- REC.EXTERIOR LIVRO 1,9º,LII- EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXIII- PRODUTOS FARMACEUTICOS LIVRO 1,9º,LXXXIV- PRESERVATIVOS LIVRO 1,9º,LXXXVII- EQUIP DIDAT,CIENT,MEDICO- HOSPITALARES LIVRO 1,9º,XCV- PRODUTOS PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,XCVIII- EQUIP.PRESTACAO SERV.SAUDE LIVRO 1,9º,CIV- EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAUDE LIVRO 1,9º,CXIV- MEDICAMENTOS LIVRO 1,9º,CXV- FARMACOS E MEDICAMENTOS PARA ORGAOS DA ADM PUBLICA DIRETA LIVRO 1,9º,CXXIX NAS SAÍDAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DA FIOCRUZ LIVRO 1,9º,CXLIV- REAGENTE P/DIAGNOSTICO DE DOENCA DE CHAGAS LIVRO 1,9º,CLIII - PROD. IMPORT. COMBATE DENGUE, MALARIA E FEBRE AMARELA LIVRO 1,9º,CLXI - PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL LIVRO 1,9º,CLXII - IMPORTAÇÃO APARELHOS DE DIAGNOSTICO PARA MAMOGRAFIA LIVRO 1, 9º, CLXXVIII - FÁRMACOS/MEDICAMENTOS DERIVADOS DO PLASMA HUMANO			
<b>Operacional</b>		<b>375.639.407</b>	<b>3,40%</b>	<b>1,16%</b>
	LIVRO 1,9º,V- AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VALOR COMERCIAL LIVRO 1,9º,VI- EXPOSICOES OU FEIRAS- SAIDAS LIVRO 1,9º,VII- EXPOSICOES OU FEIRAS- RETORNO LIVRO 1,9º,XII- VASILHAMES,RECIP E EMBALAG- SAIDA LIVRO 1,9º,XIII- VASILHAMES,RECIP,EMBALAG- RETORNO LIVRO 1,9º,XIV- BOTOIJOS VAZIOS DE GLP LIVRO 1,9º,XXII- "DRAWBACK"- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,XXIII- "DRAWBACK"- SAIDAS P/BENEFICIAMENTO LIVRO 1,9º,XXIV- "DRAWBACK"- RETORNO BENEFICIAMENTO LIVRO 1,9º,XLII- MERCADORIA EXPORTADA- RETORNOS, DEVOLUÇÕES, CONSIGNAÇÃO LIVRO 1,9º,XLIII- AMOSTRAS SEM VALOR COMERCIAL- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLIV- BENS DE BAGAGEM VIAJANTE- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLV, "a"- MERCADORIAS RECEBIDAS COM DEFEITO- RECEB. EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLV, "b"- ENCOMENDAS ATÉ US\$ 50,00- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLVI- DIFERENÇA TAXA CAMBIAL IMPORTAÇÃO SIMPLIFICADA DE MERCADORIAS LIVRO 1,9º,XLVII- MERC.REGIME TRIBUTAÇÃO SIMPLES ISENTAS DO IPI- REC.EXTERIOR LIVRO 1,9º,XCI- RETORNO REMESSAS PARA EXPOSIÇÃO OU FEIRA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,CI- IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO LIVRO 1,9º,CIII- MERCADORIAS EM PENHORA LIVRO 1,9º,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO 1,9º,CXXXVIII- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS.SUB EM GARANTIA LIVRO 1,9º,CXLV- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS EM GARANTIA LIVRO 1,9º,CLI- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS P/FABR. DE PROD. AERONAUTICOS LIVRO 1,9º,CLII - PECAS NOVAS EM SUBST. AS DEFEIT., P/PROD. AERONAUTICOS LIVRO 1,10,IX- TRANSP CARGA A CONTR.INSC NO CGCTE			
<b>Setor Público</b>		<b>90.242.877</b>	<b>0,82%</b>	<b>0,28%</b>
	LIVRO 1,9º,XLVIII- ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMATICA LIVRO 1,9º,LIV- ATIVO PERMANENTE/USO OU CONSUMO DA ADM. PÚB.- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LV- EQUIP.CIENTIFICOS INFORMÁTICA DA ADM. PÚBLICA-REC.DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVII- BENS PARA CORSAN RECURSOS DO BANCO MUNDIAL- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVIII- EQUIPAMENTOS PESQUISA CIENTÍFICA EMBRAPA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LX- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- SAIDA LIVRO 1,9º,LXI- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- RETORNO LIVRO 1,9º,LXIX- VEIC P/FISCALIZACAO DE TE E PM LIVRO 1,9º,LXX- DOACAO A SECRETARIA DA EDUCACAO			





	LIVRO 1,9º,LXXI- CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI LIVRO 1,9º,LXXIII- VEIC P/CORPOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS LIVRO 1,9º,LXXIV- CAVALOS DOADOS A BRIGADA MILITAR LIVRO 1,9º,LXXV- PROMOFAZ LIVRO 1,9º,LXXVI- VEICULOS DE BOMBEIROS LIVRO 1,9º,LXXVII- ENERG ELET P/ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO 1,9º,LXXXI- AMPLIAÇÃO SISTEMA INF.DA SEFA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS INTERNAS LIVRO 1,9º,LXXXIII- COLETORES ELETRONICOS DE VOTO LIVRO 1,9º,XC- ATIVO IMOBILIZADO- EMBRAPA LIVRO 1,9º,CII- VEICULOS P/DEP.POLICIA FEDERAL LIVRO 1,9º,CIX- VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL LIVRO 1,9º,CXVII- VEÍCULOS P/O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL LIVRO 1,9º,CXX- PRODUTOS PARA ENTIDADES DA ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO 1,9º,CXXXII NAS SAÍDAS DE SELOS DE CONTROLE FEDERAL LIVRO 1,9º,CXLVIII - ALCÂNTARA CYCLONE SPACE LIVRO 1,9º,CLVII.VEIC.COMB.E SUAS PARTES LIVRO 1,9º,CLIX.EQUIP.DE SEGURANCA ELETRONICA LIVRO 1,9º,CLIV.- IMPORTAÇÃO DE PEÇAS, PARTES E EQUIPAMENTOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA LIVRO 1,10,I- TELECOMUNICACAO P/ ADM PUBLICA LIVRO 1,10,II- TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMATICAS LIVRO 1,10,VIII- TRANSPORTE DE MERCADORIA- PROMOFAZ LIVRO 1,10,X- INTERNET PROGR GOV. ELETRÔNICO DE SERV DE ATEND DO CIDADÃO - GESAC			
<b>REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO:</b>	<b>Livro, I arts. 23 e 24</b>	<b>829.459.891</b>	<b>7,5017%</b>	<b>2,5573%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>191.148.974</b>	<b>1,7288%</b>	<b>0,5893%</b>
	LIVRO 1,23,V- TRIGO EM GRAO LIVRO 1,23,IX- INSUMOS AGROPECUARIOS LIVRO 1,23,X- ALIMENTACAO ANIMAL/FABRICACAO RACA0 LIVRO 1,23,XIV- MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LIVRO 1,23,XXXI- MEL PURO LIVRO 1,23,XLIV - TRIGO EM GRÃO LIVRO 1,23,XLV- FEIJAO LIVRO 1,23,LIII.SAIDAS INTERNAS DE UREIA. LIVRO I, 23, LX - ERVA-MATE, A/C. 03/12/12 LIVRO I, 23, LXII - EMBALAGENS P/ ERVA-MATE, A/C. 03/02/12			
<b>Alimentação (social)</b>		<b>155.514.223</b>	<b>1,4065%</b>	<b>0,4795%</b>
	LIVRO 1,23,II- CESTA BASICA DE ALIMENTOS LIVRO I 23,XXX- EMBALAG P/MERC QUE COMPOEM CESTA BASICA LIVRO I, 23, LXIII - BEBIDAS ALIMENTARES À BASE DE SOJA, DE 01/09/12 A 30/06/14			
<b>Ecológico</b>		<b>802.340</b>	<b>0,0073%</b>	<b>0,0025%</b>
	LIVRO 1,23,XLVI,SACOLAS PLAST.P/ACOND.MERC.			
<b>Econômico</b>		<b>404.818.222</b>	<b>3,6612%</b>	<b>1,2481%</b>
	LIVRO 1,23,III- OLEO EM BRUTO/EMBALAGENS LIVRO 1,23,VI- REFEICOES- RESTAURANTES LIVRO 1,23,VII- AGUA NATURAL CANALIZADA LIVRO 1,23,XII- BEFIEX LIVRO 1,23,XIII- MAQ.EQUIPAM APARELHOS,INDUSTRIAIS LIVRO 1,23,XV- AERONAVES, PECAS E ACESSORIOS LIVRO 1,23,XVI- PROD ACABADOS DE INFORMATICA E AUTOMACAO			



	LIVRO I,23,XVII- FERROS E ACOS NAO-PLANOS LIVRO I,23,XVIII- TIJ,TELHA,TUBO,MANILHA,TAPA-VIGA LIVRO I,23,XXI- VEICULOS AUTOMOTORES LIVRO I,23,XXIV- BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO LIVRO I,23,XXV- VEICULOS DE DUAS RODAS LIVRO I,23,XXIX- MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA LIVRO I,23,XXXII- VEICULOS,MAQ,APARELHOS LIVRO I,23,XXXIII- PNEUMATICOS, CAMARAS DE AR LIVRO I,23,XXXV- PEDRA BRITADA E DE MAO LIVRO I,23,XXXIX ESCADAS E TAPETES ROLANTE LIVRO I,23,XL- CARNE AVES,LEPORIDEOS E GADO BOVINO LIVRO I,23,XLI- TERMINAIS PORTATEIS TELEFONIA LIVRO I,23, XLIX.MAQ./APAR.IMP.APEND.XXXVI LIVRO I,23, L.MAQ.APR.APEND.XXXVII LIVRO I,23, LI - IMPORT P/MANUT DE INSTALACOES DE TRANSMISSAO DE ENERGIA OU DADOS C/ANEEL LIVRO I,23,LII. MERC.IND.TEXTIL LIVRO I,ART.23,LIV. CAMINHOES-GUINDASTES LIVRO I,ART.23,LV. CAM.-GUIND/GUIND. IMPORTADOS LIVRO I,ART.23,LVI.MERC.AP.XXXVIII.A.P.TERMOEL.CV. LIVRO I, 23, LVII - IMPORTAÇÕES P/ INSTALAÇÕES DE PROD. PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO. LIVRO I, ART. 23, LVII - IMPORTAÇÕES P/ INSTALAÇÕES DE PROD. PETRÓLEO E GN - REPETRO LIVRO I, 23, LIX - MERCADORIAS DE ESTABELECIMENTO DE COOPERATIVA QUE NÃO PODE OPTAR PELO SN LIVRO I, 23, LXI - PRODUTOS DE FERRO E AÇO RELACIONADOS, A/C. 24/05/12 LIVRO I, 23, LXIV - PRODUTOS TÊXTEIS E ARTS. DE VESTUÁRIO, DE 01/10/12 A 31/12/13 LIVRO I,24,I- TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS LIVRO I,24,II- TELEVISAO POR ASSINATURA LIVRO I,24,III- RADIOCHAMADA LIVRO I,24,IV- ACESSO ONEROSO A INTERNET LIVRO I,24,V- TELEFONIA FIXA A EMP DE CALL CENTER LIVRO I,24,VI- MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEÍCULO DE CARGA			
<b>Operacional</b>		<b>76.402.556</b>	<b>0,6910%</b>	<b>0,2356%</b>
	LIVRO I,23,I- MERCADORIAS USADAS LIVRO I,23,XXVII- IMP MERC OU BENS SOB REGIME ESP ADUAN ADM TEMP			
<b>Saúde (social)</b>		<b>537.846</b>	<b>0,0049%</b>	<b>0,0017%</b>
	LIVRO I,23,VIII- CESTA BASICA DE MEDICAMENTOS LIVRO I,23, XLVII - IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LIVRO III,105,§1º- DÉBITO RESP. PRODUTOS FARMACÉUTICOS LIVRO III,105,§2º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS SIMILARES LIVRO III,105,§3º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS GENÉRICOS			
<b>Setor Público</b>		<b>235.729</b>	<b>0,0021%</b>	<b>0,0007%</b>
	LIVRO I,23, XLVII.MERCADORIAS PARA UMS			
<b>CRÉDITOS PRESUMIDOS:</b>	<b>Livro I, art. 32</b>	<b>2.455.377.089</b>	<b>22,21%</b>	<b>7,57%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>42.629.117</b>	<b>0,3855%</b>	<b>0,1314%</b>
	LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATARIOS DE MAÇAS LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS LIVRO I,32,CVII - LEITE DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PRODUTOR RURAL, DE 02/07/10 A 30/06/11	- - - 42.629.117	- - - 0,3855%	- - - 0,1314%



<b>Assistência Social</b>		<b>4.801.128</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,01%</b>
	LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	4.801.128	0,0434%	0,0148%
<b>Cultural (social)</b>		<b>22.473.404</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,07%</b>
	LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRAFICOS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS	22.473.404	0,2033%	0,0693%
	LIVRO I, 32,LXX - BOLSA DE ESTUDO PARA PROFESSORES	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32, CXXXVIII - PROGRAMA PRÓ-ESPORTE/RS, A PARTIR DE 01/11/12	-	0,0000%	0,0000%
<b>Ecológico</b>		<b>127.702.934</b>	<b>1,15%</b>	<b>0,39%</b>
	LIVRO I, 32,LXXXVIII - BIODIESEL B-100	127.702.934	1,1549%	0,3937%
<b>Econômico</b>		<b>1.278.296.061</b>	<b>11,56%</b>	<b>3,94%</b>
	LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	2.288.190	0,0207%	0,0071%
	LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	170.013.067	1,5376%	0,5242%
	LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	60.071.163	0,5433%	0,1852%
	LIVRO I, 32,XI, "a" - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	85.219.160	0,7707%	0,2627%
	LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS	1.072.364	0,0097%	0,0033%
	LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	272.652.981	2,4659%	0,8406%
	LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ	6.696.216	0,0606%	0,0206%
	LIVRO I, 32,XVI - EQUIPAM. EMISSOR CUPOM FISCAL (ECF)	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XIX - INDUSTRIA VINICOLA	18.406.824	0,1665%	0,0567%
	LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	35.683.585	0,3227%	0,1100%
	LIVRO I, 32,XXXI, "b" - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	457.188	0,0041%	0,0014%
	LIVRO I, 32,XXXII - FDI/RS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	70.189.055	0,6348%	0,2164%
	LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGÜIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	32.222.043	0,2914%	0,0993%
	LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PO	43.095.359	0,3898%	0,1329%
	LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	955.598	0,0086%	0,0029%
	LIVRO I, 32,XXXIX - PRIN - CARTA CONSULTA	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL	-	0,0000%	0,0000%
	LV.I,art.32,XLIII - FITEC/RS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR	895.096	0,0081%	0,0028%
	LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU	1.791.841	0,0162%	0,0055%
	LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	4.091.191	0,0370%	0,0126%
	LIVRO I, 32,L - ALHO	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XI, "c" - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	79.581.109	0,7197%	0,2454%
	LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	2.302.738	0,0208%	0,0071%
	LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO	1.804.560	0,0163%	0,0056%
	LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	809.384	0,0073%	0,0025%
	LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	80.134	0,0007%	0,0002%
	LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	18.108.017	0,1638%	0,0558%
	LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	7.764.906	0,0702%	0,0239%
	LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	100.635.213	0,9101%	0,3103%
	LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PESSEGO	752.193	0,0068%	0,0023%
	LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	4.042.790	0,0366%	0,0125%
	LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	13.771.215	0,1245%	0,0425%



LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES	45.000.231	0,4070%	0,1387%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	47.410.906	0,4288%	0,1462%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	2.994.062	0,0271%	0,0092%
LIVRO I, 32,LXXVIII - VINHO	10.762.379	0,0973%	0,0332%
LIVRO I, 32,LXXIX - GELÉIAS DE FRUTAS	2.830.644	0,0256%	0,0087%
LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	5.883.187	0,0532%	0,0181%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	64.251.808	0,5811%	0,1981%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	10.100.660	0,0914%	0,0311%
LIVRO I, 32,LXXXIX - TOMATES PREPARADOS OU CONSERVADOS, "KETCHUP" E MOLHOS	2.877.787	0,0260%	0,0089%
LIVRO I, 32,XCI - TUBOS DE AÇO SEM COSTURA	1.893.084	0,0171%	0,0058%
LIVRO I, 32,XCII - COPOLÍMEROS (SAN E ABS)	1.631.634	0,0148%	0,0050%
LIVRO I,32,XCIII - ÓLEO REFINADO DE SOJA, CANOLA E GIRASSOL	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,XCIV - SUCOS DE UVA	1.978.659	0,0179%	0,0061%
LIVRO I,32,XCVI - PAPEL	2.115.693	0,0191%	0,0065%
LIVRO I,32,CI - EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,CVI - LEITE DESTINADO À PRODUÇÃO DE QUEIJOS, A PARTIR DE 02/07/10	3.753.654	0,0339%	0,0116%
LIVRO I,32,CVIII - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE DE AVES	7.206.680	0,0652%	0,0222%
LIVRO I,32,CIX - PLACAS-MÃE DE IMPRESSORA DE GRANDE PORTE-TRAÇADOR GRÁFICO E CIRCUITOS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CX - COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, A PARTIR DE 30/07/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXI - FABRICANTES DE GRANOLA EM BARRA, "COOKIES" E GOTAS DE "COOKIES"	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXII - RECICLADORES NAS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUST. NA FORMA DE FLOCOS, GRANULADOS	5.780.754	0,0523%	0,0178%
LIVRO I,32CXIV - FARELO DE SOJA, A PARTIR DE 06/12/10	2.137.427	0,0193%	0,0066%
LIVRO I,32,CXVIII - TRANSPORTADORES DE GRANÉIS, E CARREGADORES E DESCARREGADORES DE NAVIOS	29.161	0,0003%	0,0001%
LIVRO I,32,CXIX - FABRICANTES DE RAPADURAS-AQUISIÇÕES INTERNAS DE MELADO E DE AÇUCAR MASCAVO	-	0,0000%	0,0000%
CXX - FABRICANTES DE PNEUMÁTICOS - FUNDOPEM/RS, A PARTIR DE 11/03/11	-	0,0000%	0,0000%
CXXIII - INDÚSTRIAS DE ETANOL - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS, A PARTIR DE 21/10/11	-	0,0000%	0,0000%
CXXIV - FABRICANTES DE CHOCOLATES, ACHOCOLATADOS, CAMELOS E CEREAIS	-	0,0000%	0,0000%
LV.I,art.32,CXXVI-CARNES E PROD.COMEST.ABAT.AVES	13.946.724	0,1261%	0,0430%
LV.I,ART.32,CXXX - FAB.CALÇADOS ARTEFATOS COURO	1.551.473	0,0140%	0,0048%
L.I,ART.32,CXXXII.FUNDOVINOS	347.106	0,0031%	0,0011%
L.I,ART.32,CXXXIII.ABATEDORES - SUINOS	2.986.413	0,0270%	0,0092%
L.I,ART.32,CXXXV.FAB.PROD.TEXTEIS/VESTUARIO.	5.372.753	0,0486%	0,0166%
LIVRO I,32,CXXXIX - FABRICANTES DE SORO DE LEITE EM PÓ, ALBUMINAS E ALBUMINATOS E COMPOSTO LÁCTEO	-	0,0000%	0,0000%
<b>Operacional</b>	<b>23.425.723</b>	<b>0,21%</b>	<b>0,07%</b>
LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	23.425.346	0,2119%	0,0722%
LIVRO I, 32,XXII - PREST. SERVIÇO TRANSPORTE AÉREO	377	0,000003%	0,000001%
<b>OUTROS OU COM SIGILO FISCAL</b>	<b>956.048.723</b>	<b>8,6465%</b>	<b>2,9476%</b>
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS			
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR			
LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS			
LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			



	LIVRO I, 32, XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS LIVRO I, 32, LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I, 32, LVI - REATORES ELETRÔNICOS LIVRO I, 32, LVIII - EMPANADOS DE AVES LIVRO I, 32, LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS LIVRO I, 32, LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL LIVRO I, 32, LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO LIVRO I, 32, LXXXV - MILHO DE PIPOCA LIVRO I, 32, LXXXVI - MUNIÇÕES LIVRO I, 32, XC - MÁQUINAS E EQUIP PARA ENVASAR BEBIDAS E ALIMENTOS LÍQUIDOS E PASTOSOS LIVRO I, 32, CXVI - MÓDULOS E CIRCUITOS DE MEMÓRIA, E CIRCUITOS INTEGRADOS, A PARTIR DE 24/12/10 LIVRO I, 32, XCVII - RESERVATÓRIOS DE FIBRA DE VIDRO LIVRO I, 32, XCVIII - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO USO DA CASCA DE ARROZ PARA GERAÇÃO DE E ELÉTRICA LIVRO I, 32, XCIX - SÍLICA DE ORIGEM VEGETAL, OBTIDA A PARTIR DA QUEIMA DE CASCA DE ARROZ LIVRO I, 32, CII - EMPRESAS DO PROGRAMA PRÓ-INOVAÇÃO/RS LIVRO I, 32, CIII - PNEUMÁTICOS, PROTETORES DE BORRACHA E CÂMARAS DE AR, A PARTIR DE 11/06/10 LIVRO I, 32, CIV - MÁQUINAS E APARELHOS IMPORTADOS DO EXTERIOR, RELACIONADOS NO APÊNDICE XXXVI LIVRO I, 32, CV - ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES LIVRO I, 32, CXIII - PRODUTOS CERÂMICOS, A PARTIR DE 01/11/10 LIVRO I, 32, CXV - POLIESTIRENO CRISTAL, POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E ESTIRENO LIVRO I, 32, CXVII - FABRICANTES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS CXXI - GUINDASTES E CAMINHÕES-GUINDASTES, A PARTIR DE 12/04/11 CXXII - IMPORTADORAS DE PNEUMÁTICOS, A PARTIR DE 04/10/11 LIVRO I, 32, CXXV - FABRICANTES DE ESTIRENO - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS, A PARTIR DE 12/01/12 LIVRO I, 32, CXXVII - FABRICANTES DE ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS... LIVRO I, 32, CXXVIII - IMPORTAÇÕES DE COBRE E AQUISIÇÕES INTERNAS DE SUCATA DE COBRE... LIVRO I, 32, CXXIX - FABRICANTES DE TELHAS DE CONCRETO, A PARTIR DE 01/07/12 LIVRO I, 32, CXXXI - FABRICANTES DE MERCADORIAS PARA USO NAVAL E "OFFSHORE", A PARTIR DE 20/07/12 LIVRO I, 32, CXXXIV - FABRICANTES DE TORRES E PÓRTICOS, A PARTIR DE 10/09/12 LIVRO I, 32, CXXXVI - EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LIVRO I, 32, CXXXVII - FABRICANTES DE TRANSFORMADORES NOVOS, A PARTIR DE 01/11/12			
<b>MICRO E EPP</b>	<b>"SIMPLES GAUCHO" - Lei 10.045/93, alterada pela Lei 12.410/05 e "SIMPLES NACIONAL" - Lei Complementar 123/06.</b>	<b>996.874.298</b>	<b>9,02%</b>	<b>3,07%</b>
<b>MANUTENÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b>	<b>Livro I, art. 35 e Livro III, art. 3º</b>	<b>505.606.278</b>	<b>4,57%</b>	<b>1,56%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS</b>		<b>11.057.014.860</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,09%</b>
<b>ICMS</b>		<b>21.378.208.631</b>	<b>-</b>	<b>65,91%</b>
<b>ICMS POTENCIAL</b>		<b>32.435.223.490</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>



ESTIMATIVA DESONERAÇÕES IPVA	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.815/85 e Decreto 32.144/85, com alterações posteriores)	VALOR NOMINAL 2012	% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES IPVA	% SOBRE O IPVA POTENCIAL
<b>IMUNIDADES</b>		<b>30.694.368</b>	<b>5,1104%</b>	<b>1,2254%</b>
	VEÍCULOS OFICIAIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	26.985.419	4,49%	1,08%
	TEMPLOS	1.342.958	0,22%	0,05%
	PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES	6.537	0,00%	0,00%
	SINDICATOS DE TRABALHADORES	510.454	0,08%	0,02%
	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.849.001	0,31%	0,07%
<b>ISENÇÕES</b>		<b>436.923.861</b>	<b>72,7454%</b>	<b>17,4426%</b>
	CORPOS DIPLOMÁTICOS	66.518	0,01%	0,00%
	MAQ.AGRIC.TERRAPLAN.TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUE, CICLOMOTORES	237.368.971	39,52%	9,48%
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO	18.213	0,00%	0,00%
	PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS	120.014.118	19,98%	4,79%
	PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS	5.086.559	0,85%	0,20%
	DEFICIENTE FÍSICO E PARAPLÉGICOS	7.709.070	1,28%	0,31%
	TAXI (CATEGORIA ALUGUEL)	11.490.886	1,91%	0,46%
	ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA	9.113.920	1,52%	0,36%
	TAXI-LOTACÃO	700.895	0,12%	0,03%
	TRANSPORTE ESCOLAR	2.366.989	0,39%	0,09%
	LEILÃO DO FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso)	76.356	0,01%	0,00%
	PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO	42.903.367	7,14%	1,71%
	COPA DO MUNDO FIFA (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.255, de 09/10/09)	1.052	0,00%	0,00%
	ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.658, de 11/01/11)	6.948	0,00%	0,00%
<b>DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA - Lei 11.400/99, alterada pela Lei 11.644/01</b>		<b>97.828.132</b>	<b>16,2878%</b>	<b>3,9054%</b>
<b>DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO - Lei 8115/85, art 11, combinado c/ Dec. 32.144/85, art 14, I, "b"</b>		<b>35.173.966</b>	<b>5,8563%</b>	<b>1,4042%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>		<b>600.620.328</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,98%</b>
<b>IPVA ARRECADADO</b>		<b>1.904.310.134</b>	<b>-</b>	<b>76,02%</b>
<b>IPVA POTENCIAL</b>		<b>2.504.930.462</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>

ESTIMATIVA DESONERAÇÕES ITCD	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.821/89)	VALOR NOMINAL 2012	% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES ITCD	% SOBRE O ITCD POTENCIAL
<b>IMUNIDADES:</b>		<b>2.159.520</b>	<b>3,52%</b>	<b>0,73%</b>
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	1.827.559	2,98%	0,62%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	183.992	0,30%	0,06%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	0	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	147.969	0,24%	0,05%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	0	0,00%	0,00%
<b>NAO-INCIDÊNCIA:</b>		<b>1.804.203</b>	<b>2,94%</b>	<b>0,61%</b>
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	-	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	282.772	0,46%	0,10%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	150	0,00%	0,00%



	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	1.521.281	2,48%	0,52%
<b>ISENÇÕES:</b>		<b>57.461.399</b>	<b>93,55%</b>	<b>19,54%</b>
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	920.429	1,50%	0,31%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	149.364	0,24%	0,05%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	921.659	1,50%	0,31%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASCENDENTE, DESCENDENTE ...	680.042	1,11%	0,23%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIEDADE	7.667	0,01%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	4.769.727	7,77%	1,62%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	508.448	0,83%	0,17%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VIII - ROUPAS, DE UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS DE USO MANUAL...	987	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	49.499.310	80,58%	16,83%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. X - VALOR DO ITCD INFERIOR A 4 UPFs	3.766	0,01%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. XI - Relacionada à Copa do Mundo da FIFA 2014 e Confederações 2013	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>		<b>61.425.122</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,89%</b>
<b>ITCD ARRECADADO</b>		<b>232.619.981</b>	-	<b>79,11%</b>
<b>ITCD POTENCIAL</b>		<b>294.045.103</b>	-	<b>100,00%</b>
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES FISCAIS TOTAIS DO RIO GRANDE DO SUL</b>		<b>VALOR NOMINAL 2012</b>	<b>% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES FISCAIS</b>	<b>% SOBRE IMPOSTOS POTENCIAIS</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RS</b>		<b>11.719.060.310</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,26%</b>
<b>IMPOSTOS ARRECADADOS</b>		<b>23.515.138.746</b>	-	<b>66,74%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>		<b>35.234.199.055</b>	-	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

### 9.3 A Evolução das Desonerações Fiscais do Estado do RS

As tabelas seguintes demonstram a evolução das desonerações fiscais do Estado.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ICMS, entre 2003 e 2012

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ICMS Potencial</b>	<b>Desoneração/ ICMS Potencial</b>
2003	8.988.842.934	5.042.114.517	14.030.957.451	35,94%
2004	9.637.938.267	6.614.355.334	16.252.293.601	40,70%
2005	11.382.937.672	6.249.296.694	17.632.234.366	35,44%
2006	11.813.299.091	6.567.080.586	18.380.379.677	35,73%
2007	12.257.685.274	7.543.124.331	19.800.809.606	38,10%
2008	14.825.153.675	9.181.726.954	24.006.880.628	38,25%
2009	15.086.670.972	8.514.259.063	23.600.930.035	36,08%
2010	17.893.312.783	9.484.125.010	27.377.437.793	34,64%
2011	19.502.930.376	10.903.435.420	30.406.365.796	35,86%
2012	21.378.208.631	11.057.014.860	32.435.223.491	34,09%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA, entre 2003 e 2012

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>IPVA Potencial</b>	<b>Desoneração/ IPVA Potencial</b>
2003	623.841.203	147.287.025	771.128.228	19,10%
2004	623.681.781	178.483.043	802.164.824	22,25%
2005	707.129.668	215.446.717	922.576.385	23,35%
2006	796.162.951	240.416.313	1.036.579.264	23,19%
2007	895.639.360	274.152.820	1.169.792.180	23,44%
2008	1.040.427.308	317.575.014	1.358.002.322	23,39%
2009	1.518.319.262	388.466.879	1.906.786.141	20,37%
2010	1.501.498.548	447.141.817	1.948.640.365	22,95%
2011	1.679.225.874	519.939.437	2.199.165.311	23,64%
2012	1.904.310.134	600.620.328	2.504.930.462	23,98%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.





Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD, entre 2003 e 2012

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ITCD Potencial</b>	<b>Desoneração/ ITCD Potencial</b>
2003	62.320.772	20.918.983	83.239.754	25,13%
2004	63.756.325	21.706.002	85.462.327	25,40%
2005	65.048.630	22.652.376	87.701.006	25,83%
2006	62.576.448	22.929.629	85.506.077	26,82%
2007	66.661.619	24.489.345	91.150.964	26,87%
2008	70.504.894	23.221.949	93.726.842	24,78%
2009	87.276.807	23.877.336	111.154.143	21,48%
2010	281.097.159	97.397.742	378.494.900	25,73%
2011	250.288.403	71.977.076	322.265.479	22,33%
2012	232.619.981	61.425.122	294.045.103	20,89%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações totais dos impostos do RS, entre 2003 e 2012

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação de Impostos</b>	<b>Desonerações</b>	<b>Arrecadação Potencial</b>	<b>% Desoneração sobre Potencial</b>
2003	9.675.004.909	5.210.320.524	14.885.325.433	35,00%
2004	10.325.376.373	6.814.544.379	17.139.920.752	39,80%
2005	12.155.115.970	6.487.395.787	18.642.511.756	34,80%
2006	12.672.038.490	6.830.426.528	19.502.465.018	35,00%
2007	13.219.986.253	7.841.766.496	21.061.752.749	37,20%
2008	15.936.085.876	9.522.523.917	25.458.609.793	37,40%
2009	16.692.267.040	8.926.603.278	25.618.870.319	34,80%
2010	19.675.908.489	10.028.664.569	29.704.573.059	33,80%
2011	21.432.444.652	11.495.351.934	32.927.796.586	34,91%
2012	23.515.138.746	11.719.060.310	35.234.199.056	33,26%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das estimativas das desonerações totais dos impostos, por natureza jurídica, entre 2006 e 2010

Especificação	2009			2010			2011			2012		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
ISENÇÕES	1.017.245.194	11,9%	4,3%	1.255.371.054	13,2%	4,6%	1.593.757.072	14,6%	5,2%	1.709.818.123	15,5%	5,3%
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	1.086.748.623	12,8%	4,6%	1.044.000.520	11,0%	3,8%	525.129.381	4,8%	1,7%	471.909.908	4,3%	1,5%
EXPORTAÇÕES (Lei Kandir)	3.477.678.216	40,8%	14,7%	3.378.650.412	35,6%	12,3%	4.293.842.858	39,4%	14,1%	4.087.969.273	37,0%	12,6%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	459.618.769	5,4%	1,9%	556.397.965	5,9%	2,0%	821.483.315	7,5%	2,7%	829.459.891	7,5%	2,6%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	1.729.490.544	20,3%	7,3%	2.206.149.489	23,3%	8,1%	2.393.171.182	21,9%	7,9%	2.455.377.089	22,2%	7,6%
NÃO ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	316.972.588	3,7%	1,3%	410.493.514	4,3%	1,5%	467.960.531	4,3%	1,5%	505.606.278	4,6%	1,6%
MICROEMPRESAS E EPPs	426.505.129	5,0%	1,8%	633.062.057	6,7%	2,3%	808.091.081	7,4%	2,7%	996.874.298	9,0%	3,1%
<b>TOTAL das Desonerações de ICMS</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,1%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,6%</b>	<b>10.903.435.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,9%</b>	<b>11.057.014.860</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,1%</b>
<b>ICMS Arrecadado</b>	<b>15.086.670.972</b>	-	<b>63,9%</b>	<b>17.893.312.783</b>	-	<b>65,4%</b>	<b>19.502.930.376</b>	-	<b>64,1%</b>	<b>21.378.208.631</b>	-	<b>65,9%</b>
<b>ICMS Potencial</b>	<b>23.600.930.035</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>27.377.437.793</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>30.406.365.796</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>32.435.223.491</b>	-	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Especificação	2009			2010			2011			2012		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
IMUNIDADES	23.993.501	6,2%	1,3%	25.625.466	5,7%	1,3%	27.728.957	5,3%	1,3%	30.694.368	5,1%	1,2%
ISENÇÕES	263.240.471	67,8%	13,8%	321.796.667	72,0%	16,5%	375.226.376	72,2%	17,1%	436.923.861	72,7%	17,4%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA	73.799.147	19,0%	3,9%	73.457.026	16,4%	3,8%	86.568.047	16,6%	3,9%	97.828.132	16,3%	3,9%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO	27.433.761	7,1%	1,4%	26.262.657	5,9%	1,3%	30.416.057	5,8%	1,4%	35.173.966	5,9%	1,4%
<b>TOTAL das Desonerações de IPVA</b>	<b>388.466.879</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,4%</b>	<b>447.141.817</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,9%</b>	<b>519.939.437</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,6%</b>	<b>600.620.327</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,0%</b>
<b>IPVA Arrecadado</b>	<b>1.518.319.262</b>	-	<b>79,6%</b>	<b>1.501.498.548</b>	-	<b>77,1%</b>	<b>1.679.225.874</b>	-	<b>76,4%</b>	<b>1.904.310.134</b>	-	<b>76,0%</b>
<b>IPVA Potencial</b>	<b>1.906.786.141</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>1.948.640.365</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>2.199.165.311</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>2.504.930.461</b>	-	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Especificação	2009			2010			2011			2012		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
Desonerações do ITCD												
IMUNIDADES:	1.183.077	5,0%	1,1%	3.790.429	3,9%	1,0%	3.335.925	4,6%	1,0%	2.159.520	3,5%	0,7%
NÃO-INCIDÊNCIA:	660.141	2,8%	0,6%	1.300.175	1,3%	0,3%	849.930	1,2%	0,3%	1.804.203	2,9%	0,6%
ISENÇÕES:	22.034.118	92,3%	19,8%	92.307.138	94,8%	24,4%	67.791.222	94,2%	21,0%	57.461.399	93,6%	19,5%
<b>TOTAL das Desonerações do ITCD</b>	<b>23.877.336</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,5%</b>	<b>97.397.742</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>71.977.077</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,3%</b>	<b>61.425.122</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,9%</b>
ITCD Arrecadado	87.276.807	-	78,5%	281.097.159	-	74,3%	250.288.403	-	77,7%	232.619.981	-	79,1%
ITCD Potencial	111.154.143	-	100,0%	378.494.900	-	100,0%	322.265.480	-	100,0%	294.045.103	-	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Especificação	2009			2010			2011			2012		
	R\$	% Des.	% Imp. Pot.	R\$	% Des.	% Imp. Pot.	R\$	% Des.	% Imp. Pot.	R\$	% Des.	% Imp. Pot.
Desonerações dos Impostos Estaduais (ICMS, IPVA e ITCD)												
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES</b>	<b>8.926.603.278</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,8%</b>	<b>10.028.664.569</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,8%</b>	<b>11.495.351.934</b>	<b>100%</b>	<b>34,9%</b>	<b>11.719.060.309</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,3%</b>
ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS*	16.692.267.040	-	65,2%	19.675.908.489	-	66,2%	21.432.444.653	-	65,1%	23.515.138.746	-	66,7%
IMPOSTOS POTENCIAIS	25.618.870.319	-	100,0%	29.704.573.058	-	100,0%	32.927.796.587	-	100,0%	35.234.199.055	-	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

**Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa, entre 2008 e 2012**

DESONERAÇÕES DO ICMS	2008		2009		2010		2011		2012	
	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não-Incidências, incluindo Exportações)	4.960.281.315	54,0%	4.564.426.839	53,6%	4.422.650.932	46,6%	4.818.972.239	44,2%	4.559.879.181	41,2%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL: (Isenções, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	4.221.445.639	46,0%	3.949.832.224	46,4%	5.061.474.079	53,4%	6.084.463.181	55,8%	6.497.135.679	58,8%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO RS</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.903.435.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.057.014.860</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das desonerações fiscais do ICMS, por finalidade, entre 2009 e 2012

FINALIDADE	2009			2010			2011			2012		
	Valor Nominal	% ICMS Potencial	% Total Desonerações	Valor Nominal	% ICMS Potencial	% Total Desonerações	Valor Nominal	% ICMS Potencial	% Total Desonerações	Valor Nominal	% ICMS Potencial	% Total Desonerações
Agropecuário	580.564.256	2,5%	6,8%	635.214.271	2,3%	6,7%	994.923.959	9,1%	3,3%	1.076.229.077	9,7%	3,3%
Alimentação (social)	229.448.174	1,0%	2,7%	303.500.434	1,1%	3,2%	326.886.112	3,0%	1,1%	351.773.407	3,2%	1,1%
Assistência Social	21.589.309	0,1%	0,3%	23.489.873	0,1%	0,2%	33.655.511	0,3%	0,1%	43.299.130	0,4%	0,1%
Cultural (social)	42.529.249	0,2%	0,5%	46.124.119	0,2%	0,5%	59.919.165	0,4%	0,2%	81.662.231	0,7%	0,3%
Ecológico	54.981.223	0,2%	0,6%	85.236.603	0,3%	0,9%	121.331.053	1,1%	0,4%	134.776.722	1,2%	0,4%
Econômico	1.860.563.358	7,9%	21,9%	2.366.588.612	8,6%	25,0%	1.707.247.601	15,7%	5,6%	1.802.914.306	16,3%	5,6%
Operacional	1.434.124.724	6,1%	16,8%	1.527.856.564	5,6%	16,1%	2.032.123.671	18,6%	6,7%	1.848.507.371	16,7%	5,7%
Saúde (social)	16.071.290	0,1%	0,2%	18.409.151	0,1%	0,2%	25.867.289	0,2%	0,1%	36.924.161	0,3%	0,1%
Setor Público	53.231.549	0,2%	0,6%	55.499.401	0,2%	0,6%	31.586.589	0,3%	0,1%	90.478.606	0,8%	0,3%
Exportações	3.477.678.216	14,7%	40,8%	3.378.650.412	12,3%	35,6%	4.293.842.858	39,4%	14,1%	4.087.969.273	37,0%	12,6%
Manutenção de Crédito	316.972.588	1,3%	3,7%	410.493.514	1,5%	4,3%	467.960.531	4,3%	1,5%	505.606.278	4,6%	1,6%
Microempresas e EPPs	426.505.129	1,8%	5,0%	633.062.057	2,3%	6,7%	808.091.081	7,4%	2,7%	996.874.298	9,0%	3,1%
<b>TOTAL DESONERAÇÕES</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>36,1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>34,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.903.435.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,9%</b>	<b>11.057.014.860</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,1%</b>
<b>ICMS ARRECADADO</b>	<b>15.086.670.972</b>	<b>63,9%</b>	-	<b>17.893.312.783</b>	<b>65,4%</b>	-	<b>19.502.930.376</b>	-	<b>64,1%</b>	<b>21.378.208.631</b>	-	<b>65,9%</b>
<b>ICMS POTENCIAL</b>	<b>23.600.930.035</b>	<b>100,0%</b>	-	<b>27.377.437.793</b>	<b>100,0%</b>	-	<b>30.406.365.796</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>32.435.223.491</b>	-	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

## 10 Alguns Dados Estatísticos sobre a Economia do Estado do Rio Grande do Sul

Adiante, tabela que demonstra a evolução das exportações e das importações gaúchas e brasileiras, a partir de 1996.

Balança Comercial em US\$ 1.000 FOB

ANO	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO				SALDO COMERCIAL	
	RS	%	BRASIL	%	RS	%	BRASIL	%	RS	BRASIL
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	3.361.241	-	53.345.767	-	2.302.399	-5.599.039
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	2.545.101	-6.764.501
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	1.296.803	-6.623.614
1999	4.998.905	-11,2	48.012.790	-6,1	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	1.715.619	-1.288.768
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	1.759.270	-731.743
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	2.301.856	2.684.835
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	2.852.208	13.195.999
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	3.836.686	24.877.655
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	4.611.531	33.841.881
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	3.783.513	44.928.808
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	7.949.208	18,8	91.350.841	24,1	3.852.871	46.456.629
2007	15.017.674	27,2	160.649.073	16,6	10.168.245	27,9	120.617.446	32,0	4.849.429	40.031.627
2008	18.385.264	22,4	197.942.443	23,2	14.524.823	42,8	172.984.768	43,4	3.860.441	24.957.675
2009	15.236.062	-17,1	152.994.742	-22,7	9.470.130	-34,8	127.722.343	-26,2	5.765.932	25.272.399
2010	15.381.598	1,0	201.915.276	32,0	13.275.021	40,2	181.768.427	42,3	2.106.577	20.146.849
2011	19.427.095	26,3	256.039.366	26,8	15.662.160	18,0	226.245.898	24,5	3.764.935	29.793.468
2012	17.385.706	-10,5	242.579.776	-5,3	15.370.350	-1,9	223.154.429	-1,4	2.015.356	19.425.347
<b>2012 (1º semestre)</b>	<b>8.514.892</b>	<b>-</b>	<b>117.213.688</b>	<b>-</b>	<b>6.920.081</b>	<b>-</b>	<b>110.151.736</b>	<b>-</b>	<b>1.594.811</b>	<b>7.061.952</b>
<b>2013 (1º semestre)</b>	<b>11.150.210</b>	<b>30,9</b>	<b>114.424.132</b>	<b>-2,4</b>	<b>7.908.032</b>	<b>14,3</b>	<b>117.515.809</b>	<b>6,7</b>	<b>3.242.178</b>	<b>-3.091.677</b>

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A tabela seguinte mostra o emplacamento de novos de veículos no RS, a partir de 2002 até junho de 2013. Veja que no primeiro semestre de 2013, em relação a 2012, o crescimento foi de 4,9%, com 159.522 novos veículos nas estradas gaúchas.



Emplacamento de novos veículos no Estado do Rio Grande do Sul

Mês	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-Jun)	2013 -2012	% 2013 / 2012
jan	9.632	11.972	13.859	12.361	13.509	15.821	18.400	19.194	20.411	20.945	24.325	30.582	6.257	25,7
fev	8.643	11.354	11.629	11.655	12.577	14.459	18.737	19.033	19.499	21.625	21.515	19.584	(1.931)	-9,0
mar	11.975	11.826	15.565	15.075	15.777	18.964	22.298	24.372	27.030	25.918	27.027	27.695	668	2,5
abr	12.047	11.891	13.615	13.640	13.460	17.063	24.063	22.529	23.395	23.787	24.282	27.166	2.884	11,9
mai	11.607	12.764	12.515	12.528	14.481	18.294	23.796	23.194	20.180	26.080	24.447	27.088	2.641	10,8
jun	10.234	10.541	13.311	13.248	13.476	17.539	23.107	24.001	20.933	25.272	30.450	27.407	(3.043)	-10,0
jul	11.109	12.572	14.275	12.826	14.069	17.790	26.096	22.777	23.653	26.299	30.296			
ago	12.954	12.632	12.821	13.211	15.371	20.474	24.323	21.068	24.538	26.416	35.517			
set	11.769	13.294	13.731	12.561	15.277	19.525	24.025	26.007	24.525	26.534	24.796			
out	14.468	17.135	15.884	13.738	16.615	22.949	23.824	25.287	27.420	26.526	28.796			
nov	13.940	15.977	14.135	15.269	17.774	23.245	19.834	21.585	25.869	28.343	27.891			
dez	14.357	19.186	21.360	20.004	21.263	26.039	21.870	25.250	33.281	33.324	26.308			
<b>Total</b>	<b>142.735</b>	<b>161.144</b>	<b>172.700</b>	<b>166.116</b>	<b>183.649</b>	<b>232.162</b>	<b>270.373</b>	<b>274.297</b>	<b>290.734</b>	<b>311.069</b>	<b>325.650</b>	<b>159.522</b>	<b>7.476</b>	<b>4,9</b>

Fonte: DETRAN/RS.

A tabela adiante traz a frota ativa de veículos no RS, a partir de 2002 até junho de 2013. Em junho de 2013, havia mais de 5,5 milhões de veículos em circulação no Estado, ou seja, um veículo para cada dois habitantes.

Frota total ativa de veículos no Estado do Rio Grande do Sul

Mês	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-Jun)	2013 - 2012	% 2013 / 2012
jan	3.223.686	3.378.508	3.069.138	3.263.297	3.444.039	3.632.913	3.875.255	4.157.957	4.435.639	4.730.853	5.055.710	5.404.062	348.352	6,9
fev	3.234.072	3.391.400	3.082.714	3.276.815	3.457.204	3.648.229	3.894.762	4.177.472	4.453.986	4.753.292	5.078.339	5.424.928	346.589	6,8
mar	3.247.136	3.405.016	3.100.996	3.290.365	3.474.226	3.666.330	3.918.034	4.203.850	4.483.084	4.779.798	5.106.022	5.453.090	347.068	6,8
abr	3.262.025	3.417.741	3.116.058	3.309.730	3.487.325	3.684.659	3.943.442	4.226.174	4.505.426	4.803.932	5.130.446	5.481.312	350.866	6,8
mai	3.275.720	3.431.106	3.129.753	3.322.765	3.503.001	3.703.105	3.966.525	4.247.794	4.525.363	4.830.913	5.155.775	5.506.402	350.627	6,8
jun	3.283.282	2.952.323	3.145.328	3.337.104	3.516.030	3.720.760	3.992.143	4.272.968	4.547.457	4.856.554	5.188.180	5.532.795	344.615	6,6
jul	3.297.253	2.966.749	3.160.463	3.351.457	3.530.577	3.740.144	4.020.226	4.294.709	4.570.518	4.882.122	5.219.958			
ago	3.309.662	2.979.556	3.176.415	3.364.597	3.546.588	3.760.626	4.043.489	4.317.141	4.594.873	4.911.137	5.257.687			
set	3.322.075	2.997.310	3.192.642	3.377.796	3.560.683	3.780.102	4.069.023	4.344.058	4.620.313	4.939.244	5.282.590			
out	3.335.500	3.016.364	3.209.058	3.393.297	3.578.022	3.804.917	4.093.300	4.369.013	4.645.888	4.967.366	5.313.490			
nov	3.348.890	3.033.792	3.223.521	3.408.197	3.595.030	3.829.566	4.112.490	4.390.432	4.674.932	4.997.208	5.344.017			
dez	3.364.720	3.053.985	3.243.893	3.429.910	3.616.839	3.855.215	4.138.550	4.417.646	4.709.614	5.031.931	5.376.302			

Fonte: DETRAN/RS.



As Tabelas seguintes mostram a venda de combustíveis, em metros cúbicos. Ao se comparar o consumo em 2012, em relação a 2000, o crescimento acumulado foi de 25,1%. Em 2013 (Jan-Jun), houve um crescimento de 4,0%

Venda de Combustíveis no Estado do Rio Grande do Sul

<b>Período</b>	<b>Vendas em m3</b>	<b>Variação sobre Ano Anterior</b>	<b>% Variação sobre Ano Anterior</b>
2000	6.155.998	-	-
2001	6.140.407	(15.591)	-0,3
2002	6.073.101	(67.306)	-1,1
2003	5.829.180	(243.921)	-4,0
2004	6.109.242	280.062	4,8
2005	5.761.480	(347.762)	-5,7
2006	5.686.108	(75.372)	-1,3
2007	5.940.587	254.479	4,5
2008	6.378.694	438.107	7,4
2009	6.522.475	143.781	2,3
2010	7.041.865	519.390	8,0
2011	7.378.416	336.551	4,8
2012	7.697.782	319.366	4,3
2012 (Jan-Jun)	3.777.101	-	-
2013 (Jan-Jun)	3.926.321	149.220	4,0

Fonte: ANP.

Venda de Combustíveis no primeiro semestre de 2013 – RS e Brasil

<b>Especificação</b>	<b>RS</b>	<b>% Variação Anual</b>	<b>BRASIL</b>	<b>% Variação Anual</b>	<b>% RS / BRASIL</b>
Etanol Hidratado	54.133	(3,5)	4.835.622	2,1	1,1
Gasolina	1.566.872	6,2	19.807.906	3,8	7,9
Gasolina de Aviação	4.645	40,8	38.726	2,1	12,0
GLP	418.350	3,1	6.399.115	0,7	6,5
Óleo Combustível	59.990	(11,8)	2.843.511	66,8	2,1
Óleo Diesel	1.733.541	4,0	27.972.836	5,9	6,2
Querosene de Aviação	88.020	(11,7)	3.519.899	(3,5)	2,5
Querosene Iluminante	771	(27,9)	5.178	(18,9)	14,9
<b>Total</b>	<b>3.926.321</b>	<b>4,0</b>	<b>65.422.793</b>	<b>5,5</b>	<b>6,0</b>

Fonte: ANP.

## **11 A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013**

A regionalização do Orçamento público está prevista na Constituição Estadual, no art. 149, § 8º:

Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Segundo os preceitos constitucionais, a regionalização é um instrumento de controle da distribuição de renda. Além disso, a equidade ou a justa partição dos recursos públicos deve ser o critério orientador do gestor para as ações públicas. Dessa forma, a combinação de critérios de equidade e justiça é uma boa maneira de programar métodos de distribuição dos recursos, no intuito de reduzir as desigualdades regionais existentes. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) menos desenvolvidos devem receber maior fatia de recursos da carga de tributos, em relação aos COREDEs com melhor nível de riqueza.

A regionalização das receitas e despesas do Orçamento Público Estadual de 2014 é apresentada por Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Trata-se de um nível de agregação regional que permite uma melhor análise da distribuição dos recursos. Assim, os dados que munem as informações são capturados e agrupados por municípios que compõem os 28 COREDEs.

É importante ressaltar que nem todas as receitas ou despesas são passíveis de regionalização. Numa operação de crédito, por exemplo, não há uma origem identificável da receita. Já na despesa, torna-se difícil identificar o destino do pagamento do serviço da dívida, uma vez que a maior parte das amortizações encontra-se securitizada junto à União, sendo impossível identificar os recebedores diretos e indiretos, fruto de seu pagamento.



## 11.1 A População Gaúcha e o Produto Interno Bruto

A distribuição da população de uma unidade administrativa guarda, normalmente, uma estreita relação com as atividades produtivas e, conseqüentemente, com a geração de riquezas, influenciando sobre os critérios de alocação dos produtos e serviços ofertados pelas diversas esferas governamentais.

Segundo a estimativa do IBGE, em 2012, o Rio Grande do Sul possuía uma população de 10.770.603 habitantes. A distribuição da população dos 28 COREDEs varia de 98.687 habitantes (Campos de Cima da Serra) a 2.438.632 habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí). Dentre os COREDEs, 12 possuem menos de 200 mil habitantes e apenas 5 têm mais de 500 mil habitantes, sendo que 2 possuem mais de 1 milhão de habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos).

Já o Produto Interno Bruto (PIB) dos COREDEs, de 2012, de R\$ 296,3 bilhões - que foi ajustado com base no PIB municipal 2010 e na estimativa preliminar do PIB do Rio Grande do Sul de 2012, da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS) - varia de R\$ 1,74 bilhão (Alto da Serra do Botucaraí) a R\$ 79,8 bilhões (Metropolitano Delta do Jacuí). Considerando a participação percentual da população dos COREDEs e a participação percentual do PIB dos COREDEs, no total do RS, pode-se observar que, na medida em que aumenta a participação percentual da população no total do RS, aumenta também a participação percentual do PIB.

No entanto, há COREDEs que produzem proporcionalmente mais PIB com menos população. É o caso dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, sendo os valores do PIB *per capita* mais elevados do que os demais. Entre os 28 Conselhos, os valores de PIB *per capita* variam de R\$ 15.839 (COREDE Litoral) a R\$ 36.853 (COREDE Serra), ou seja, a diferença entre o maior e o menor PIB *per capita* (PIBpc) é superior a duas vezes.

A tabela adiante retrata os COREDEs, no tocante à população de 2012 e o percentual em relação ao total dos COREDEs, o Produto Interno Bruto e o percentual em relação ao total dos COREDEs e o PIB *per capita*.

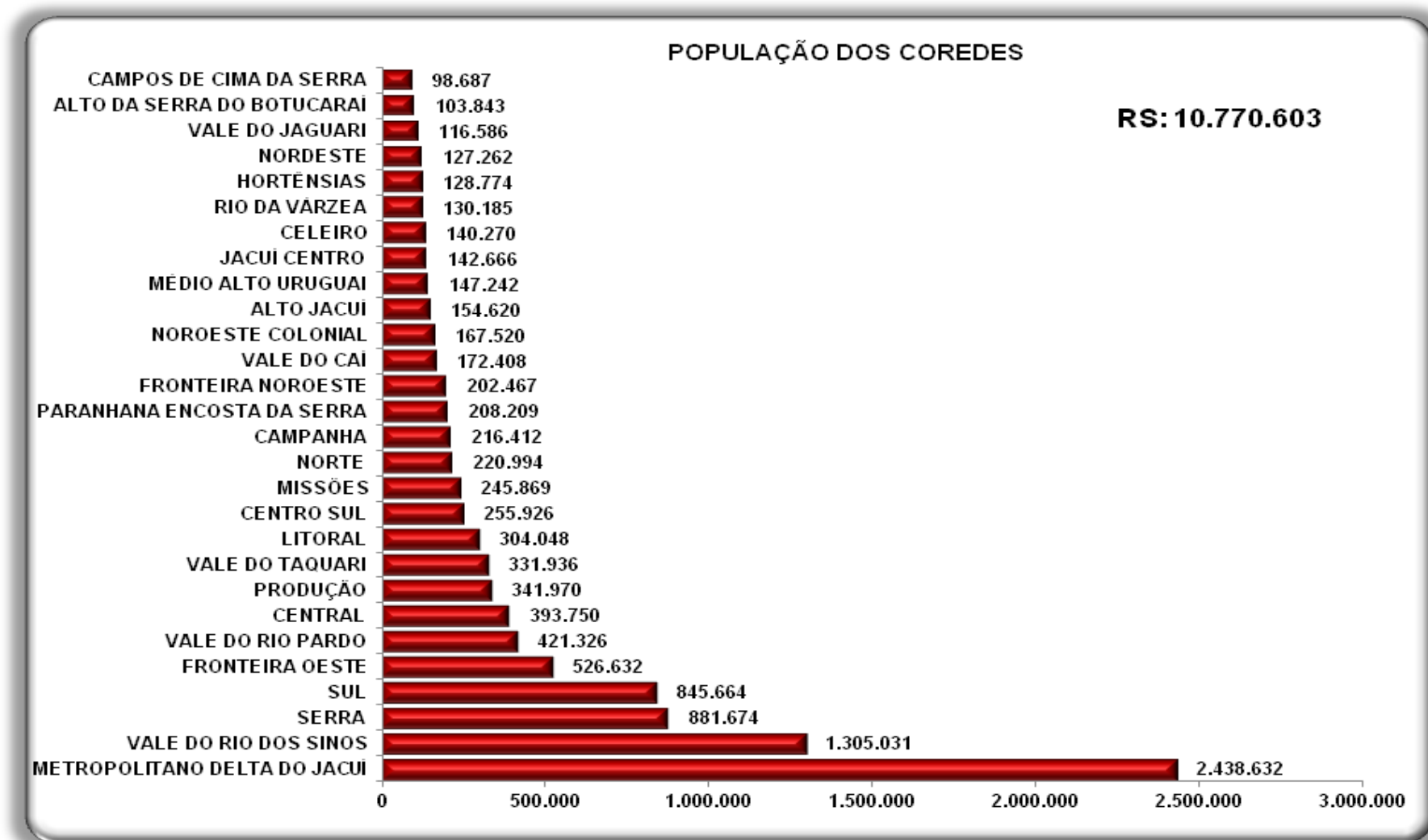


Distribuição por municípios, por população e por PIB nos COREDES

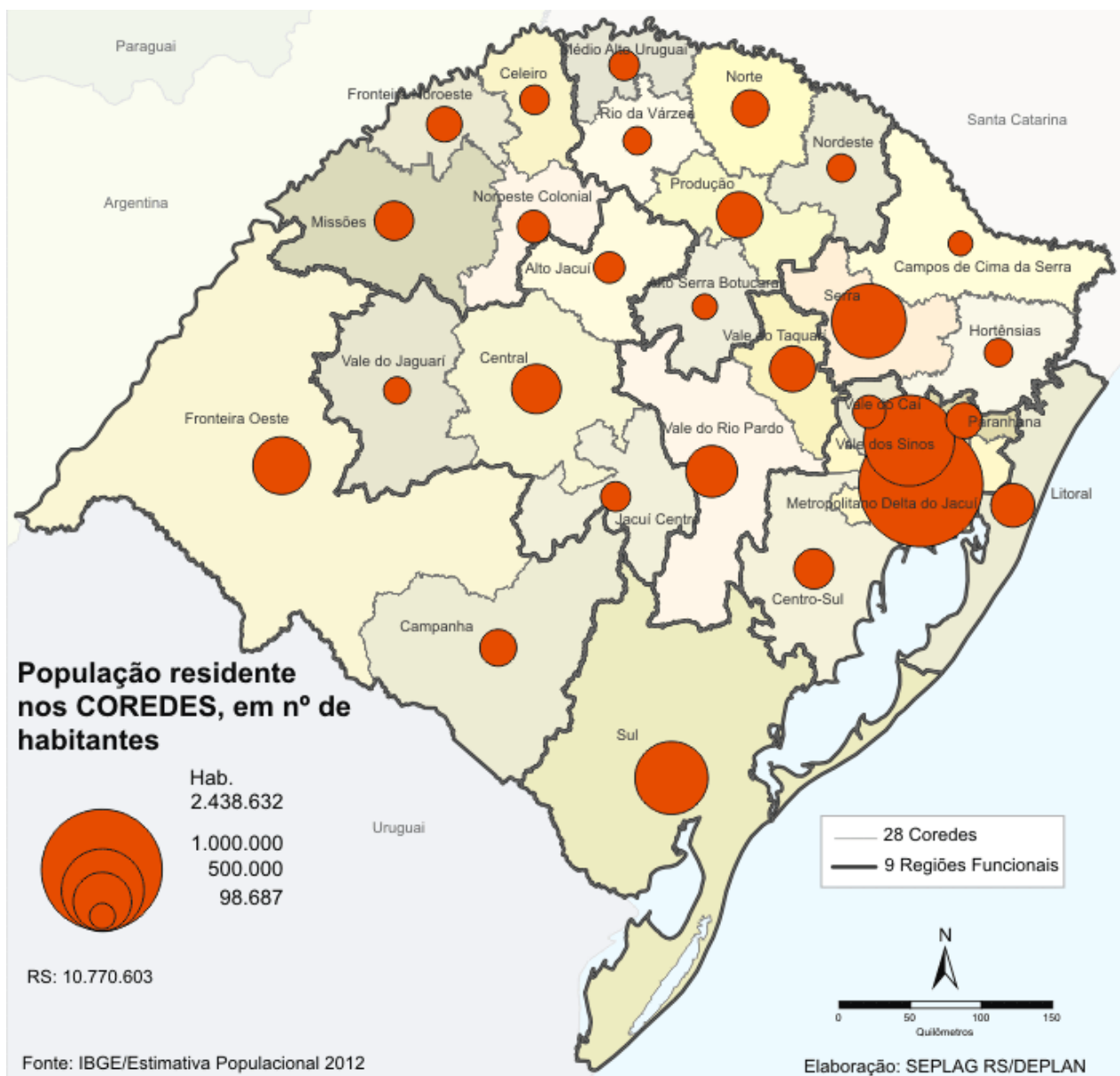
RF	COREDE	QUANTIDADE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2012	% POPULAÇÃO SOBRE O TOTAL	PIB 2012 (R\$)	PIB PER CAPITA 2012 (R\$/PC)	% PIB SOBRE O TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	16	103.843	0,96	1.736.121.368	16.719	0,59
8	ALTO JACUÍ	14	154.620	1,44	4.943.601.286	31.973	1,67
6	CAMPANHA	7	216.412	2,01	3.936.940.848	18.192	1,33
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	10	98.687	0,92	2.673.016.644	27.086	0,90
7	CELEIRO	21	140.270	1,30	2.453.677.950	17.493	0,83
8	CENTRAL	19	393.750	3,66	7.682.944.006	19.512	2,59
1	CENTRO SUL	17	255.926	2,38	4.852.052.470	18.959	1,64
7	FRONTEIRA NOROESTE	20	202.467	1,88	5.088.924.439	25.135	1,72
6	FRONTEIRA OESTE	13	526.632	4,89	11.427.592.933	21.699	3,86
3	HORTÊNSIAS	7	128.774	1,20	2.512.974.584	19.515	0,85
8	JACUÍ CENTRO	7	142.666	1,32	2.602.639.734	18.243	0,88
4	LITORAL	21	304.048	2,82	4.815.849.235	15.839	1,63
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	22	147.242	1,37	2.777.305.186	18.862	0,94
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10	2.438.632	22,64	79.835.199.499	32.738	26,94
7	MISSÕES	25	245.869	2,28	5.431.826.747	22.092	1,83
9	NORDESTE	19	127.262	1,18	3.032.376.742	23.828	1,02
7	NOROESTE COLONIAL	11	167.520	1,56	4.563.151.409	27.239	1,54
9	NORTE	32	220.994	2,05	5.729.960.934	25.928	1,93
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	10	208.209	1,93	4.174.769.332	20.051	1,41
9	PRODUÇÃO	21	341.970	3,18	9.810.999.477	28.690	3,31
9	RIO DA VÁRZEA	20	130.185	1,21	2.776.053.434	21.324	0,94
3	SERRA	32	881.674	8,19	32.492.211.646	36.853	10,96
5	SUL	22	845.664	7,85	19.511.962.578	23.073	6,58
1	VALE DO CAÍ	19	172.408	1,60	4.448.898.613	25.804	1,50
8	VALE DO JAGUARI	9	116.586	1,08	1.863.730.523	15.986	0,63
1	VALE DO RIO DOS SINOS	14	1.305.031	12,12	44.270.915.800	33.923	14,94
2	VALE DO RIO PARDO	23	421.326	3,91	11.695.175.371	27.758	3,95
2	VALE DO TAQUARI	36	331.936	3,08	9.201.692.875	27.721	3,11
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>497</b>	<b>10.770.603</b>	<b>100,00</b>	<b>296.342.565.663</b>	<b>27.514</b>	<b>100,00</b>

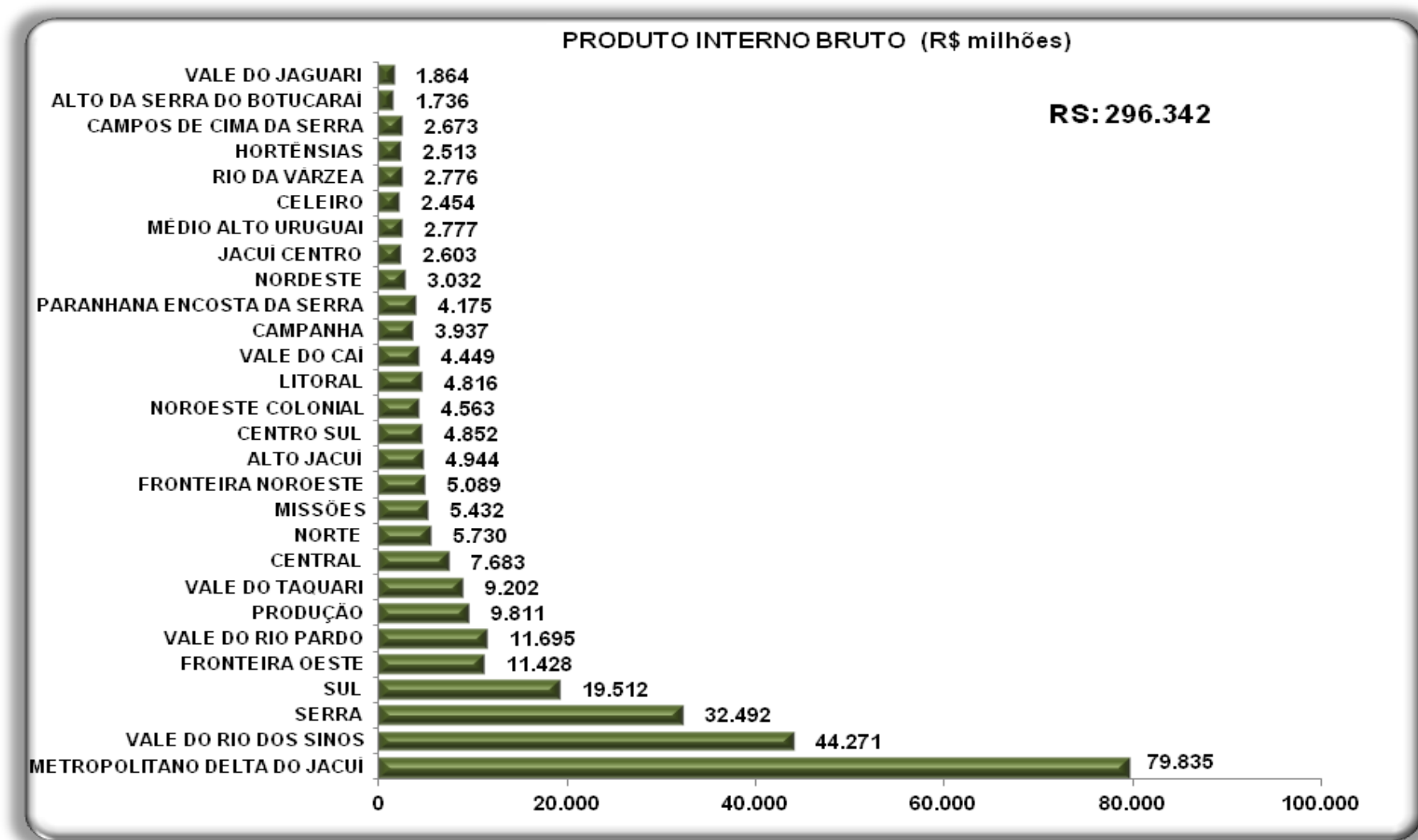
Fontes de dados brutos: IBGE e FEE/RS.

Nota: O Produto Interno Bruto (PIB) dos COREDEs de 2012 foi ajustado com base no PIB municipal 2010 e na estimativa preliminar do PIB do Rio Grande do Sul de 2012, da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

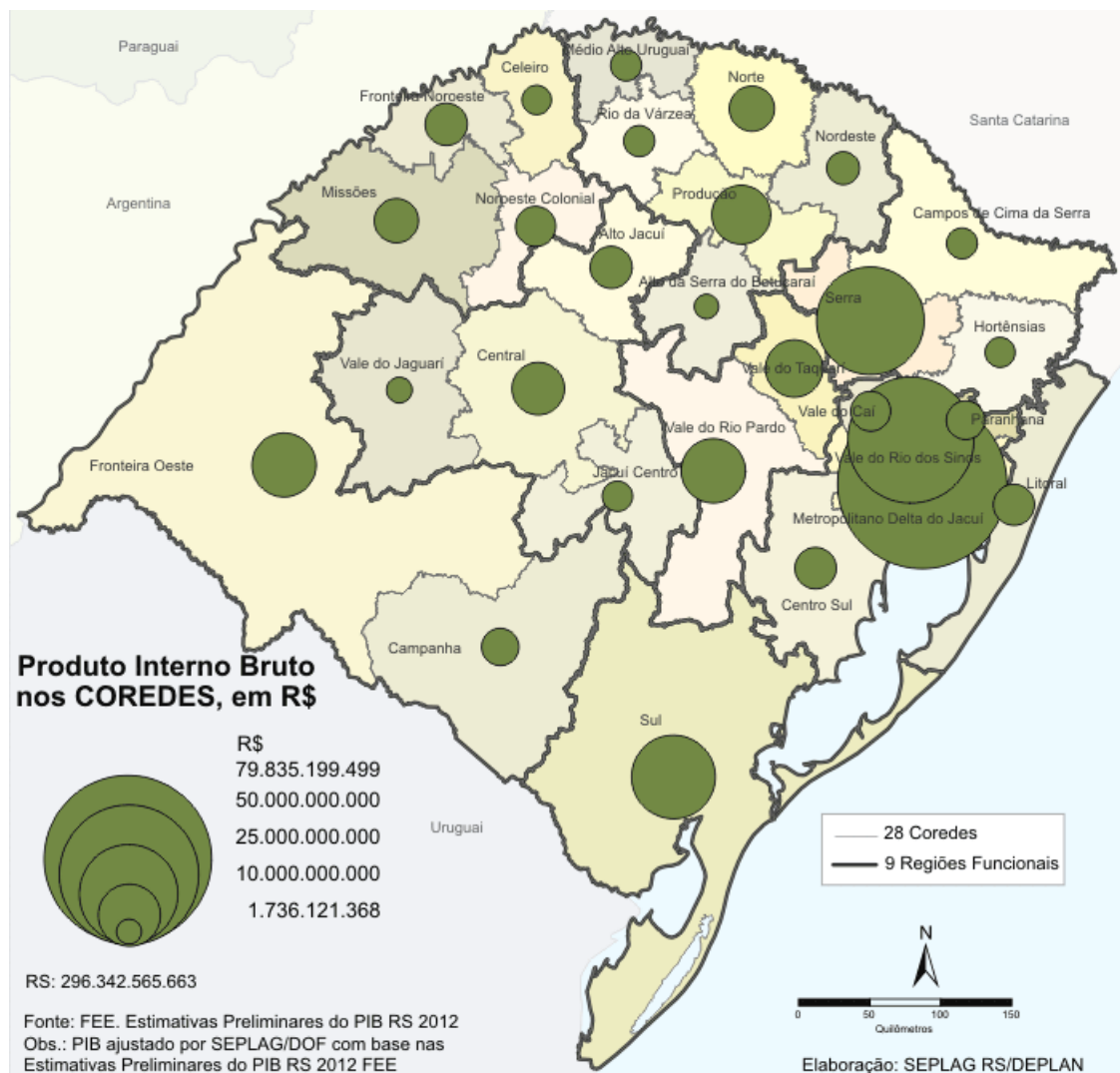


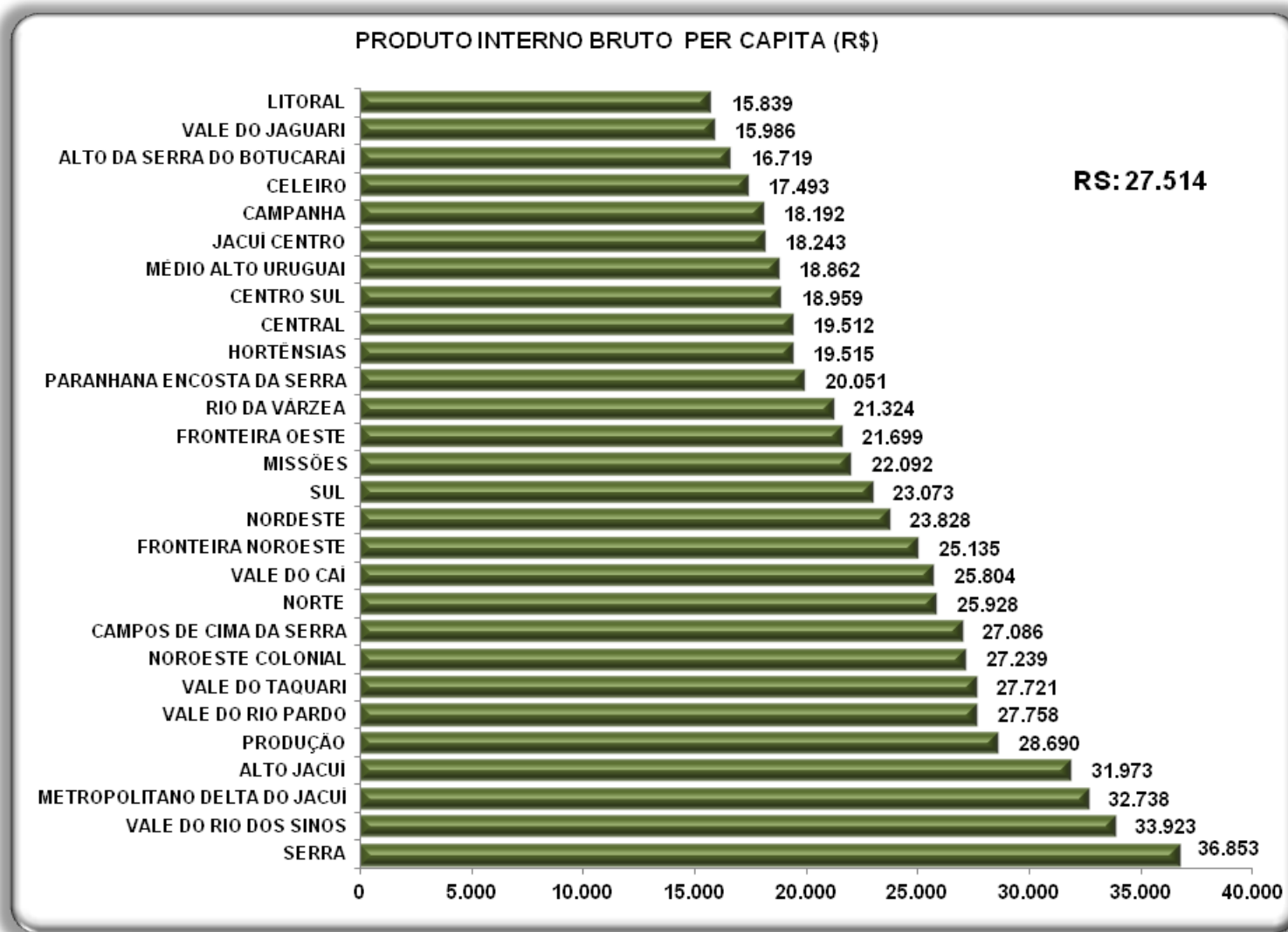
Fonte: IBGE Estimativa Populacional 2012.





Fonte de dados brutos: FEE/RS.





Fonte de dados brutos: FEE/RS.

## **11.2 A Regionalização da Receita Pública Estadual**

As receitas da proposta orçamentária de 2014 atingem o montante de R\$ 42,65 bilhões, já deduzidas as Receitas Correntes Intraorçamentárias, que é dupla contagem contábil, de R\$ 8,37 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 9,11 bilhões (R\$ 7,46 bilhões das Demais Receitas Correntes e R\$ 1,65 bilhão das Receitas de Capital).

As receitas são os recursos arrecadados pelo Estado, que serão utilizados no pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, na promoção do desenvolvimento, na redistribuição da renda, bem como em suas atividades típicas, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços públicos.

O ICMS é o principal tributo arrecadado pelo Estado, representando 60,9% da receita total, sendo que 25% dos recursos são transferidos aos Municípios e 20% para o fundo da educação básica (FUNDEB). O IPVA representa 5,4 da receita total, sendo que 50% da sua arrecadação pertencem aos municípios e 20% para o FUNDEB. O Imposto de Renda totaliza 3,6% e as Contribuições 5,3% da receita total.

A fórmula de regionalização do ICMS e do IPVA tomou por base os mesmos índices de retorno desses impostos aos municípios, efetivado em 2012. Já o Imposto de Renda e a Receita de Contribuições foram distribuídos proporcionalmente à previsão de despesas de Pessoal em cada um dos municípios do Estado. Os valores dessas rubricas foram calculados para os 497 municípios gaúchos e, finalmente, agregados aos 28 COREDEs estaduais.

A maior parte da receita está concentrada nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Juntos representam 73,25% de toda a receita arrecadada regionalizada. Nesses três COREDEs concentram-se 81,0% da arrecadação de ICMS e de 52,5% da participação na arrecadação de IPVA, Imposto de Renda e Contribuições.

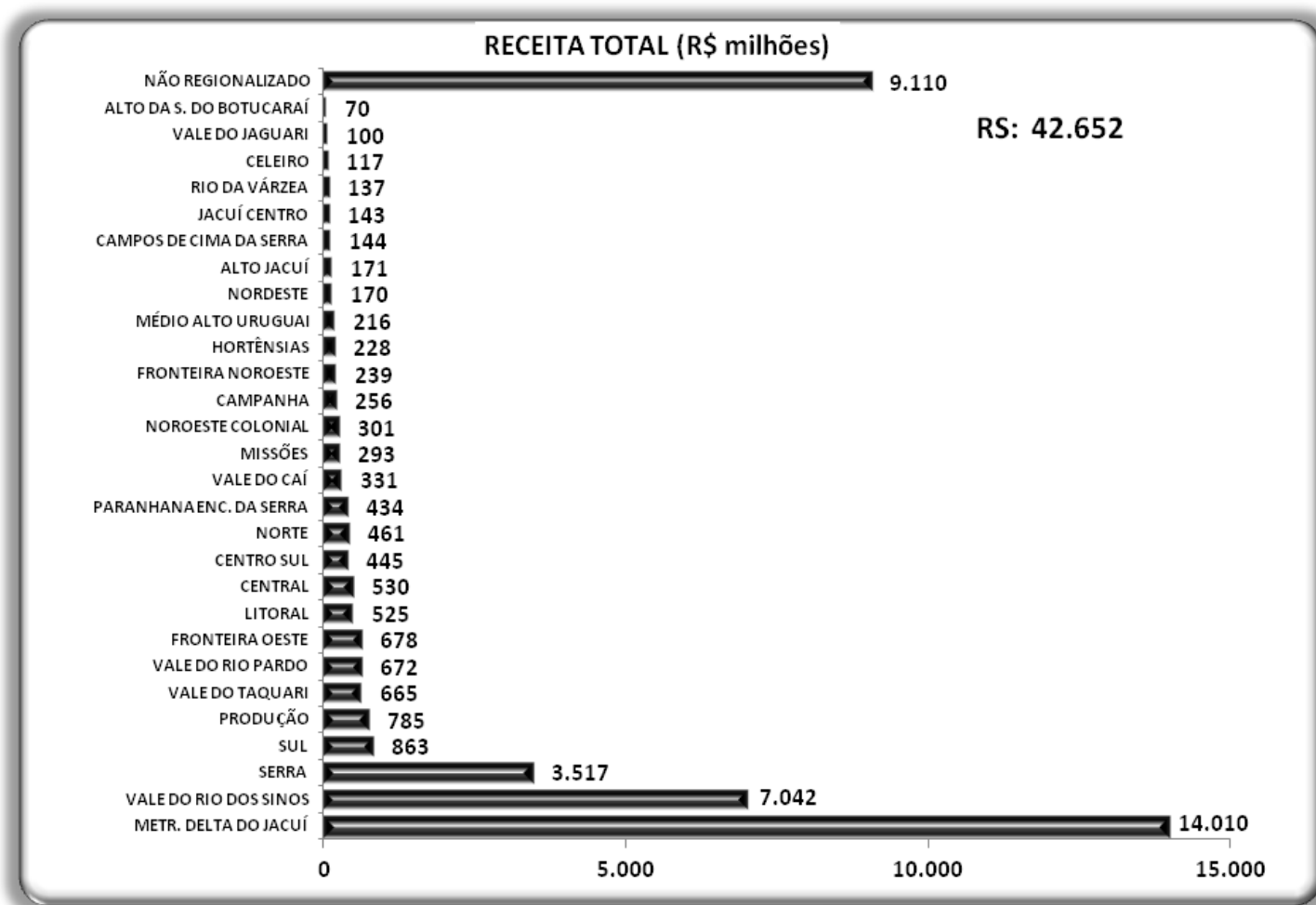




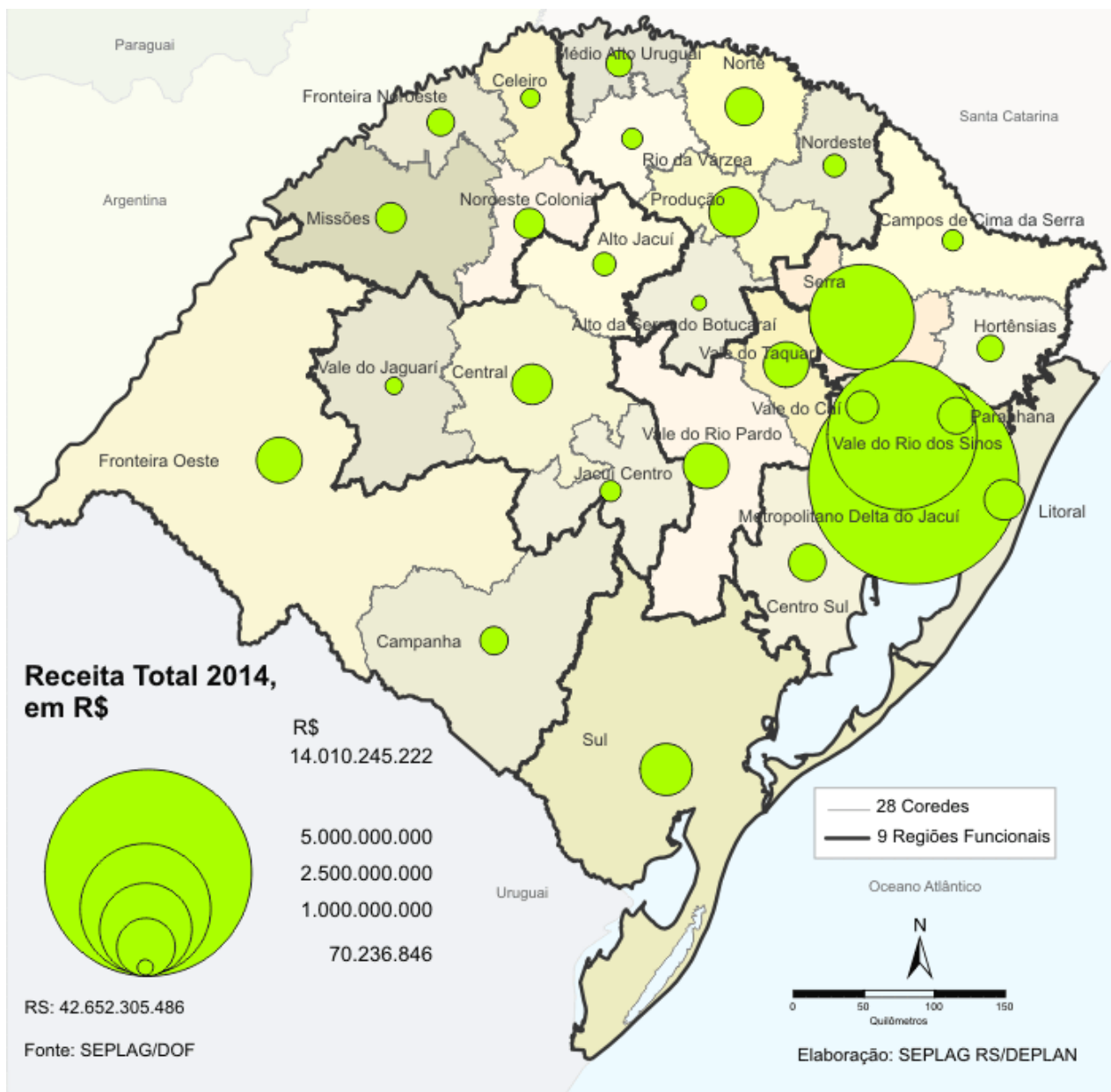
Receita Total da PLOA 2014

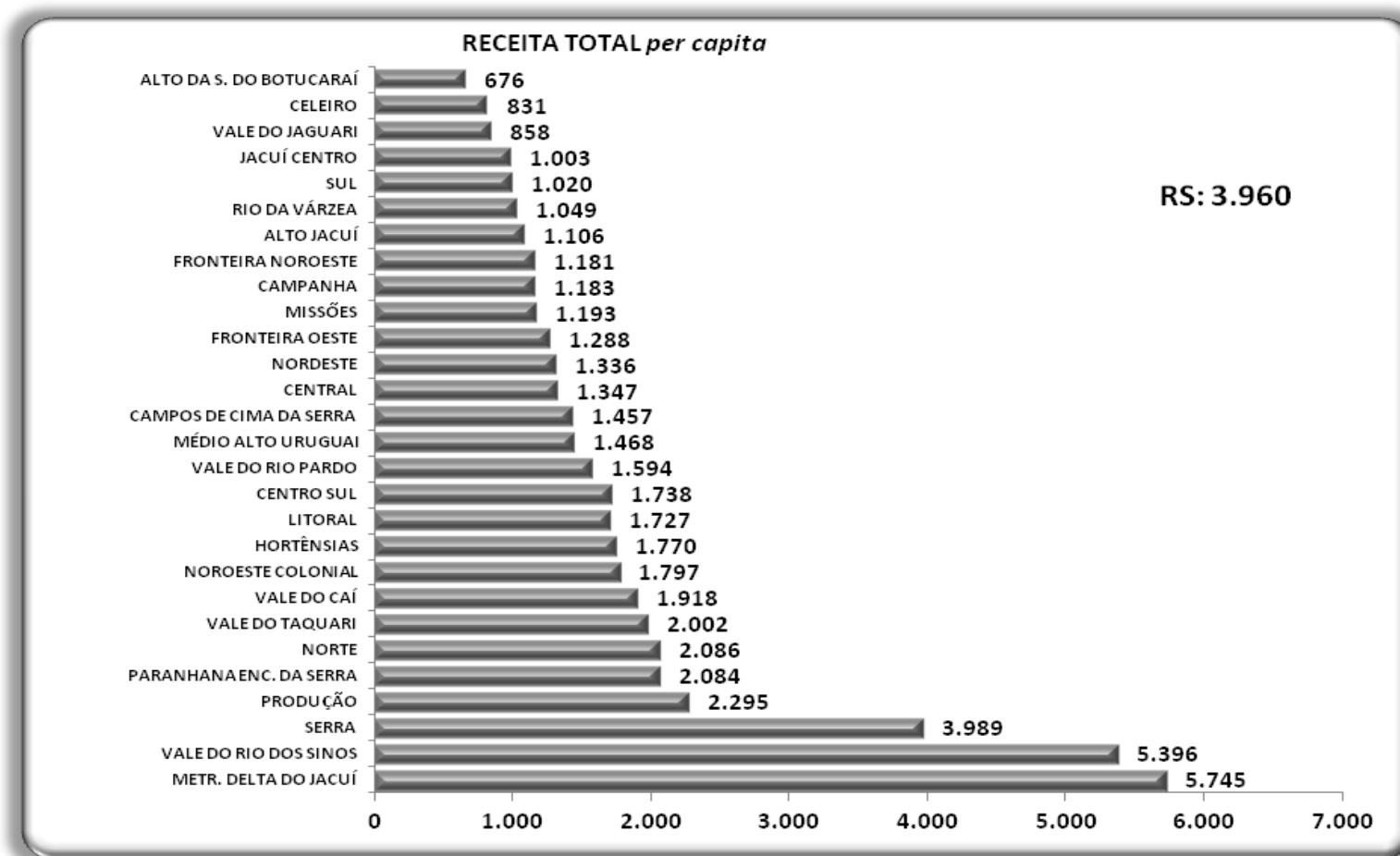
RF	COREDE	ICMS	IPVA	IR	CONTRIBUIÇÕES	IPI	SUS	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	14.870.745	14.749.305	11.730.850	17.549.957	4.253.317	7.082.674	-	-	70.236.847	676
8	ALTO JACUÍ	64.398.515	32.668.315	18.179.391	27.197.308	8.532.257	20.012.195	-	-	170.987.981	1.106
6	CAMPANHA	97.571.836	31.383.149	28.345.722	42.406.665	7.564.661	48.675.115	-	-	255.947.148	1.183
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	87.316.790	17.841.778	13.053.015	19.527.986	5.571.537	450.663	-	-	143.761.770	1.457
7	CELEIRO	39.296.280	17.712.011	15.618.419	23.365.961	5.920.660	14.643.783	-	-	116.557.115	831
8	CENTRAL	231.292.438	80.477.106	66.367.103	99.288.616	11.787.486	41.037.244	-	-	530.249.994	1.347
1	CENTRO SUL	322.366.975	31.520.726	23.101.158	34.560.527	9.534.626	23.823.630	-	-	444.907.643	1.738
7	FRONTEIRA NOROESTE	117.059.391	36.363.323	23.372.627	34.966.658	8.843.895	18.438.425	-	-	239.044.321	1.181
6	FRONTEIRA OESTE	336.079.425	72.526.320	67.680.617	101.253.700	18.481.802	82.062.616	-	-	678.084.480	1.288
3	HORTÊNSIAS	158.964.349	31.281.731	11.130.418	16.651.680	4.674.042	5.267.506	-	-	227.969.727	1.770
8	JACUÍ CENTRO	64.977.629	20.054.254	19.712.413	29.490.789	4.838.637	4.039.049	-	-	143.112.772	1.003
4	LITORAL	297.781.684	55.702.504	41.261.278	61.729.004	12.596.235	56.119.430	-	-	525.190.135	1.727
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	122.191.308	21.944.882	19.228.231	28.766.427	5.751.747	18.277.190	-	-	216.159.786	1.468
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	11.564.458.827	620.393.054	662.738.537	991.491.098	87.220.680	83.943.026	-	-	14.010.245.222	5.745
7	MISSÕES	122.948.709	38.705.911	34.369.035	51.417.852	10.002.023	35.823.794	-	-	293.267.324	1.193
9	NORDESTE	94.309.094	26.089.736	14.324.849	21.430.714	6.841.685	7.031.871	-	-	170.027.949	1.336
7	NOROESTE COLONIAL	150.447.835	35.466.202	18.126.147	27.117.653	7.706.740	62.128.635	-	-	300.993.211	1.797
9	NORTE	272.823.854	49.858.127	27.673.864	41.401.531	12.166.841	57.075.211	-	-	460.999.428	2.086
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	339.561.535	37.527.654	10.550.316	15.783.818	6.123.276	24.342.779	-	-	433.889.378	2.084
9	PRODUÇÃO	393.728.430	91.906.023	46.052.965	68.897.616	14.353.586	169.915.249	-	-	784.853.869	2.295
9	RIO DA VÁRZEA	60.894.493	21.983.260	14.598.246	21.839.730	6.047.403	11.190.933	-	-	136.554.065	1.049
3	SERRA	3.018.953.852	277.999.843	65.629.593	98.185.262	52.355.446	3.966.944	-	-	3.517.090.940	3.989
5	SUL	407.879.350	133.805.656	80.414.419	120.304.125	23.572.973	96.838.687	-	-	862.815.209	1.020
1	VALE DO CAÍ	223.115.451	39.022.925	17.270.122	25.836.995	9.513.114	15.946.274	-	-	330.704.879	1.918
8	VALE DO JAGUARI	19.673.794	16.157.416	18.518.143	27.704.099	4.250.671	13.698.667	-	-	100.002.790	858
1	VALE DO RIO DOS SINOS	6.445.474.468	292.200.895	77.952.233	116.620.569	52.910.497	56.646.681	-	-	7.041.805.343	5.396
2	VALE DO RIO PARDO	462.441.420	71.767.419	42.967.261	64.281.243	16.920.692	13.370.667	-	-	671.748.702	1.594
2	VALE DO TAQUARI	427.277.801	79.002.073	32.447.834	48.543.636	16.517.049	60.857.443	-	-	664.645.836	2.002
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>25.958.156.279</b>	<b>2.296.111.599</b>	<b>1.522.414.808</b>	<b>2.277.611.222</b>	<b>434.853.576</b>	<b>1.052.706.382</b>	-	-	<b>33.541.853.866</b>	
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		-	-	-	-	-	-	<b>7.458.937.868</b>	<b>1.651.513.752</b>	<b>9.110.451.620</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>25.958.156.279</b>	<b>2.296.111.599</b>	<b>1.522.414.808</b>	<b>2.277.611.222</b>	<b>434.853.576</b>	<b>1.052.706.382</b>	<b>7.458.937.868</b>	<b>1.651.513.752</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>3.960</b>

Fonte: SEPLAG/DOF



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2012.

### **11.3 A Regionalização da Despesa Pública Estadual**

#### **11.3.1 As Despesas Totais**

O gasto fixado na proposta orçamentária de 2014 atinge a cifra de R\$ 42,65 bilhões, já descontadas as Despesas Correntes Intraorçamentárias, que é uma dupla contagem contábil, de R\$ 8,37 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 9,11 bilhões (R\$ 7,46 bilhões de Demais Despesas Correntes e R\$ 1,65 bilhões das Receitas de Capital).

As receitas da proposta orçamentária de 2014 atingem o montante de R\$ 42,65 bilhões, já deduzidas as Receitas Correntes Intraorçamentárias, que é dupla contagem contábil, de R\$ 8,37 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 9,11 bilhões (R\$ 7,46 bilhões das Demais Receitas Correntes e R\$ 1,65 bilhão das Receitas de Capital).

As rubricas passíveis de regionalização são as de Pessoal e Encargos Sociais, as despesas com a manutenção e custeio da máquina pública, as transferências da Gestão Plena do SUS e as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, além dos gastos com os investimentos amplos.

A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Os recursos da Gestão Plena do SUS e as transferências aos municípios foram apropriados segundo o critério de repartição efetivada em 2012. Os valores dos investimentos amplos referem-se aos investimentos e as inversões financeiras, que já são regionalizados por ocasião da elaboração da peça orçamentária. Ressalva-se que, os investimentos previstos pelas estatais, em 2014, estão alocados e regionalizados em capítulo separado.

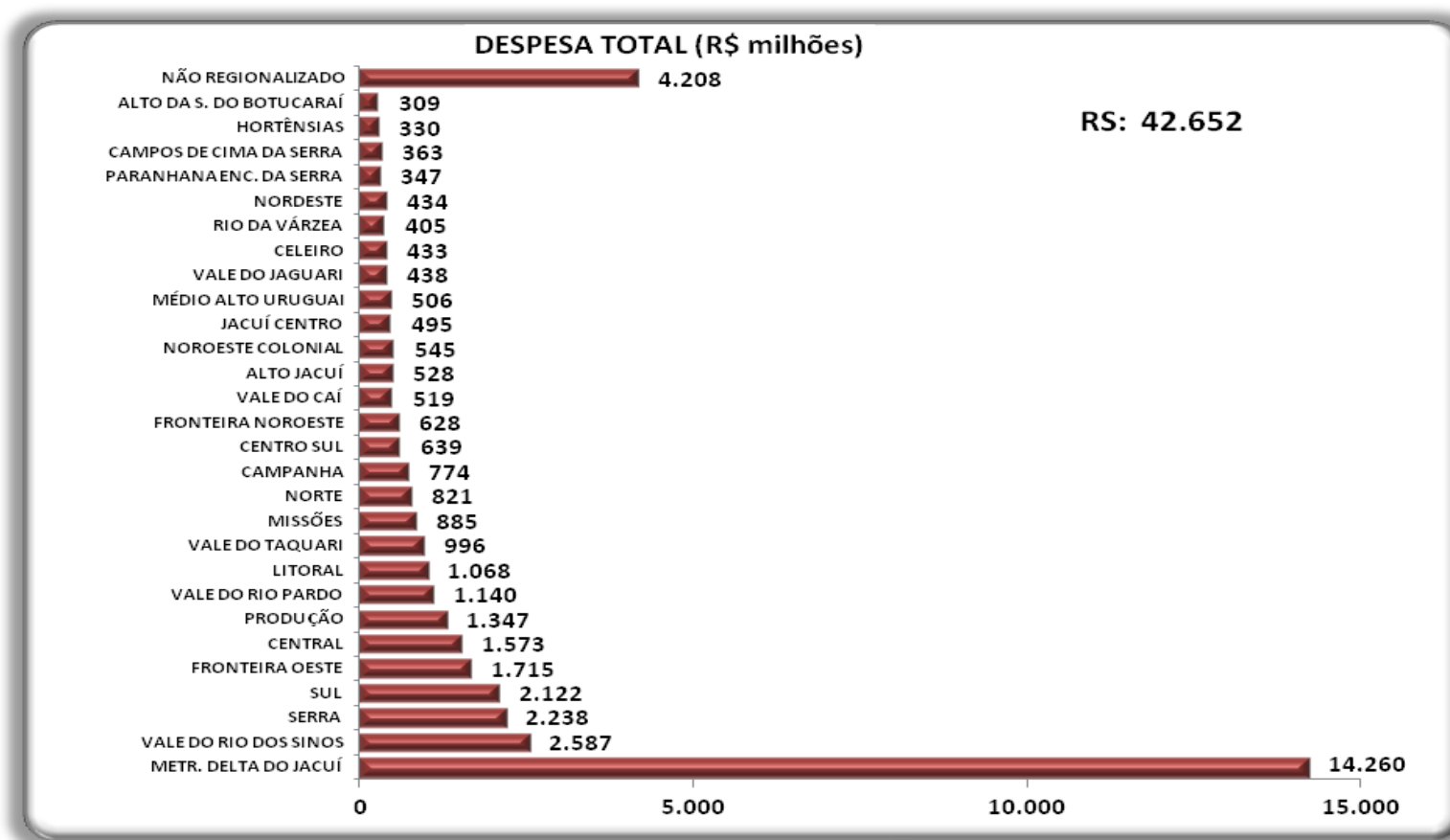
Tendo em vista que a sede administrativa do Estado estar localizada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí recebe parte maior dos recursos alocados no orçamento, tanto no pessoal, manutenção e custeio da máquina pública, transferências constitucionais e investimentos.



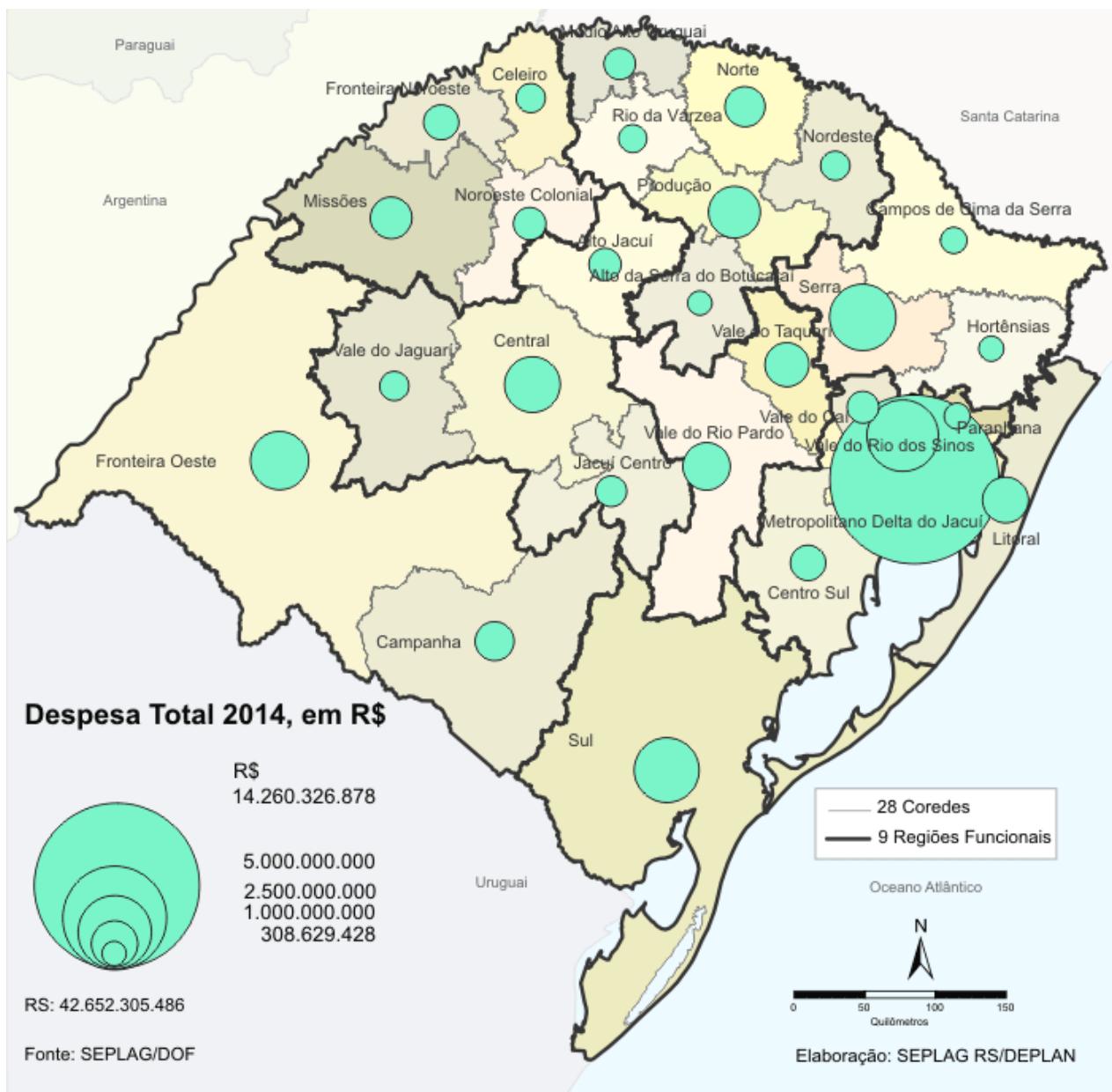
Despesa Total – R\$

RF	COREDE	PESSOAL	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	GESTÃO PLENA SUS	MANUTENÇÃO E CUSTEIO	INVESTIMENTOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	RESERVA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA TOTAL	DESPESA TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	156.484.902	71.913.426	7.082.674	57.186.543	15.961.884	-	-	308.629.428	2.972
8	ALTO JACUÍ	242.505.893	145.796.217	20.012.195	88.622.439	30.907.236	-	-	527.843.981	3.414
6	CAMPANHA	378.120.732	130.474.348	48.675.115	138.182.133	78.335.790	-	-	773.788.119	3.576
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	174.122.070	93.460.632	450.663	63.631.949	31.128.331	-	-	362.793.645	3.676
7	CELEIRO	208.343.537	98.693.691	14.643.783	76.137.995	35.673.105	-	-	433.492.110	3.090
8	CENTRAL	885.310.944	219.097.016	41.037.244	323.531.995	104.373.689	-	-	1.573.350.888	3.996
1	CENTRO SUL	308.160.327	160.435.683	23.823.630	112.615.490	33.620.000	-	-	638.655.130	2.495
7	FRONTEIRA NOROESTE	311.781.618	152.371.339	18.438.425	113.938.870	31.286.415	-	-	627.816.668	3.101
6	FRONTEIRA OESTE	902.832.697	316.700.742	82.062.616	329.935.223	83.665.483	-	-	1.715.196.761	3.257
3	HORTÊNSIAS	148.475.379	86.561.077	5.267.506	54.259.507	35.693.091	-	-	330.256.562	2.565
8	JACUÍ CENTRO	262.955.810	83.448.098	4.039.049	96.095.748	48.346.377	-	-	494.885.082	3.469
4	LITORAL	550.409.155	219.005.400	56.119.430	201.143.986	40.920.885	-	-	1.067.598.855	3.511
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	256.497.008	98.241.776	18.277.190	93.735.415	38.801.148	-	-	505.552.537	3.433
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	8.840.670.313	1.633.654.797	83.943.026	3.230.774.137	471.284.605	-	-	14.260.326.878	5.848
7	MISSÕES	458.469.350	171.115.207	35.823.794	167.545.092	51.646.179	-	-	884.599.622	3.598
9	NORDESTE	191.087.827	116.855.798	7.031.871	69.831.991	48.991.493	-	-	433.798.981	3.409
7	NOROESTE COLONIAL	241.795.642	134.667.357	62.128.635	88.362.882	17.975.985	-	-	544.930.500	3.253
9	NORTE	369.158.420	209.546.269	57.075.211	134.906.906	50.262.458	-	-	820.949.264	3.715
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	140.737.047	111.673.738	24.342.779	51.431.577	18.475.331	-	-	346.660.472	1.665
9	PRODUÇÃO	614.328.369	263.747.414	169.915.249	224.502.909	74.356.961	-	-	1.346.850.902	3.939
9	RIO DA VÂRZEA	194.734.835	102.750.731	11.190.933	71.164.770	25.148.119	-	-	404.989.388	3.111
3	SERRA	875.472.848	933.391.232	3.966.944	319.936.717	105.096.014	-	-	2.237.863.755	2.538
5	SUL	1.072.696.580	424.637.466	96.838.687	392.011.041	136.092.524	-	-	2.122.276.298	2.510
1	VALE DO CAÍ	230.376.603	163.855.623	15.946.274	84.189.857	24.823.367	-	-	519.191.724	3.011
8	VALE DO JAGUARI	247.024.715	72.576.296	13.698.667	90.273.818	14.728.142	-	-	438.301.638	3.759
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.039.851.998	948.883.784	56.646.681	380.008.169	162.002.701	-	-	2.587.393.333	1.983
2	VALE DO RIO PARDO	573.166.297	292.631.361	13.370.667	209.460.457	51.840.633	-	-	1.140.469.415	2.707
2	VALE DO TAQUARI	432.841.289	290.121.746	60.857.443	158.179.458	54.102.937	-	-	996.102.872	3.001
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>20.308.412.206</b>	<b>7.746.308.263</b>	<b>1.052.706.382</b>	<b>7.421.597.073</b>	<b>1.915.540.884</b>	-	-	<b>38.444.564.808</b>	
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		-	-	-	-	<b>557.890.480</b>	<b>3.271.888.806</b>	<b>377.961.392</b>	<b>4.207.740.678</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>20.308.412.206</b>	<b>7.746.308.263</b>	<b>1.052.706.382</b>	<b>7.421.597.073</b>	<b>2.473.431.364</b>	<b>3.271.888.806</b>	<b>377.961.392</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>3.960</b>

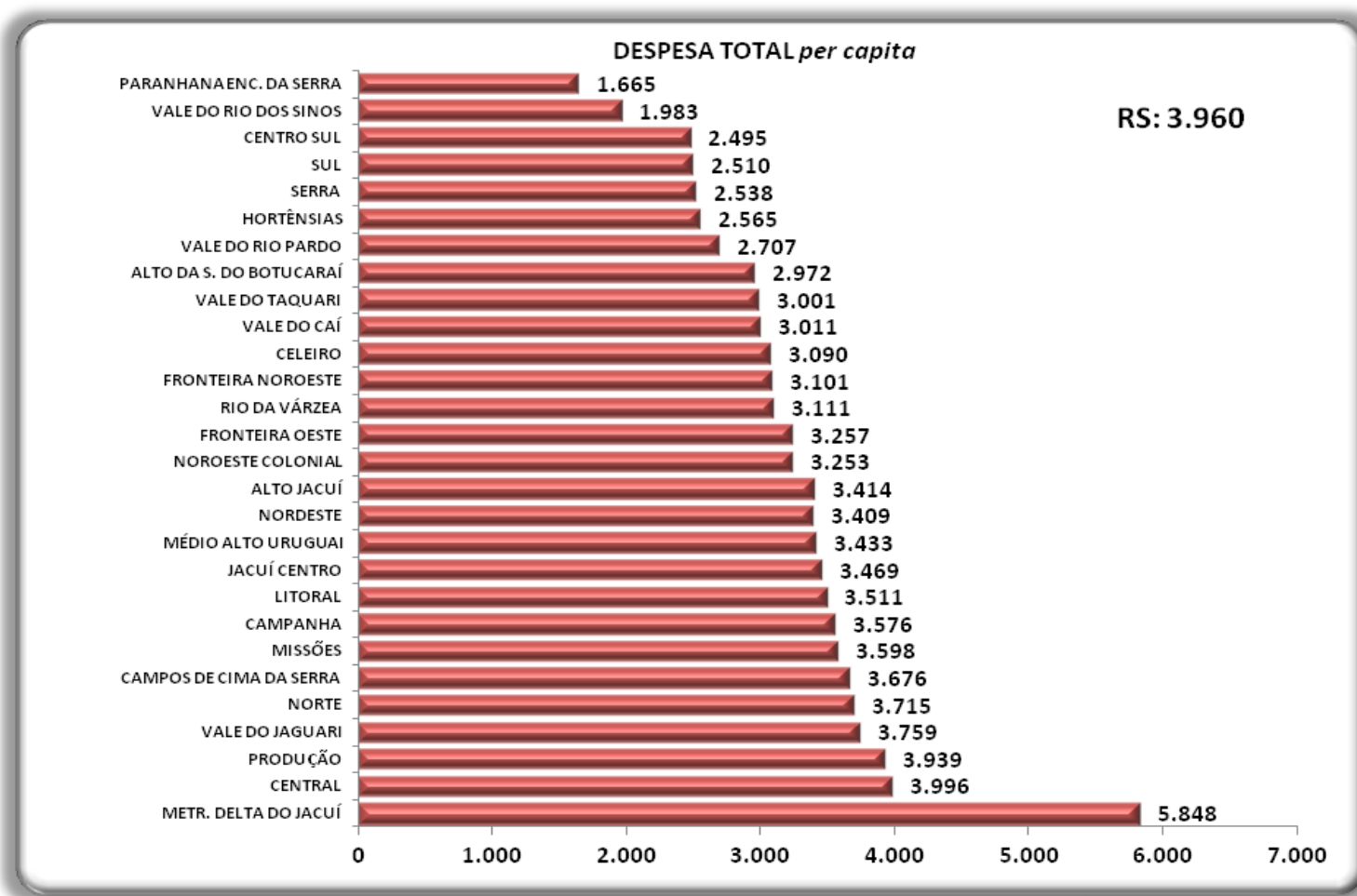
Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010.



Fonte: SEPLAG/DOF.







Fonte: SEPLAG/DOF.

### **11.3.2 As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**

As despesas do grupo de pessoal são apresentadas pelos totais de cada COREDE e aberta por servidores ativos e inativos, representando 52,65% de ativos e 47,35% de inativos. A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho.

O COREDE com maior despesa nominal é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 8,84 bilhões, 4,5% do total do grupo. Ressalva-se, novamente, que a fatia é elevada porque a sede administrativa estadual está localizada nesse COREDE. O COREDE com menor despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 140,7 milhões, que representa 0,7% do total. Já o COREDE Rio da Várzea é aquele que apresenta o maior percentual de despesa com servidores ativos em relação ao grupo de Pessoal, com 62,9%. Já o COREDE Campanha é o que tem o maior percentual de despesa com servidores inativos em relação ao grupo de Pessoal, com 54,3%.

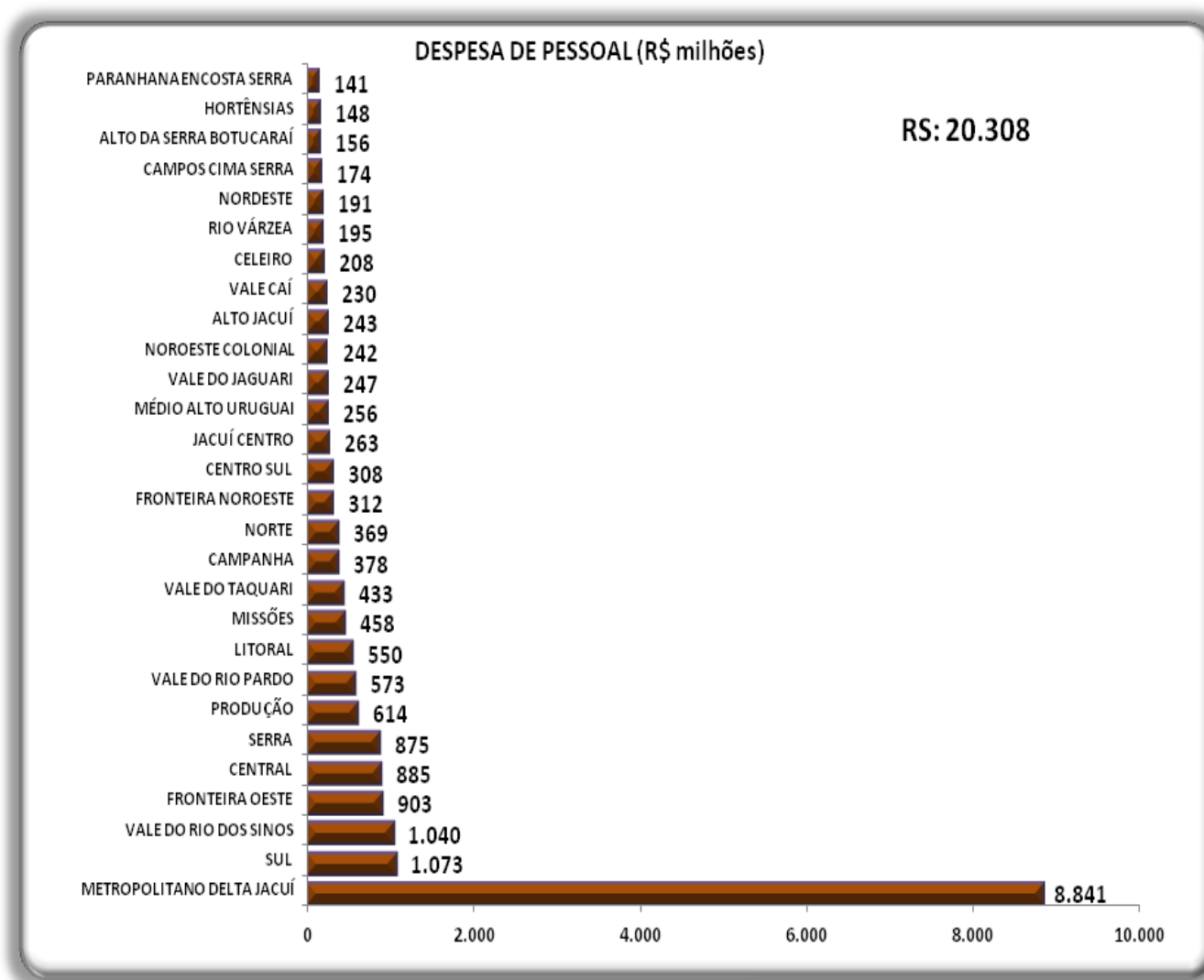


Despesa com Pessoal Total, Ativo e Inativo

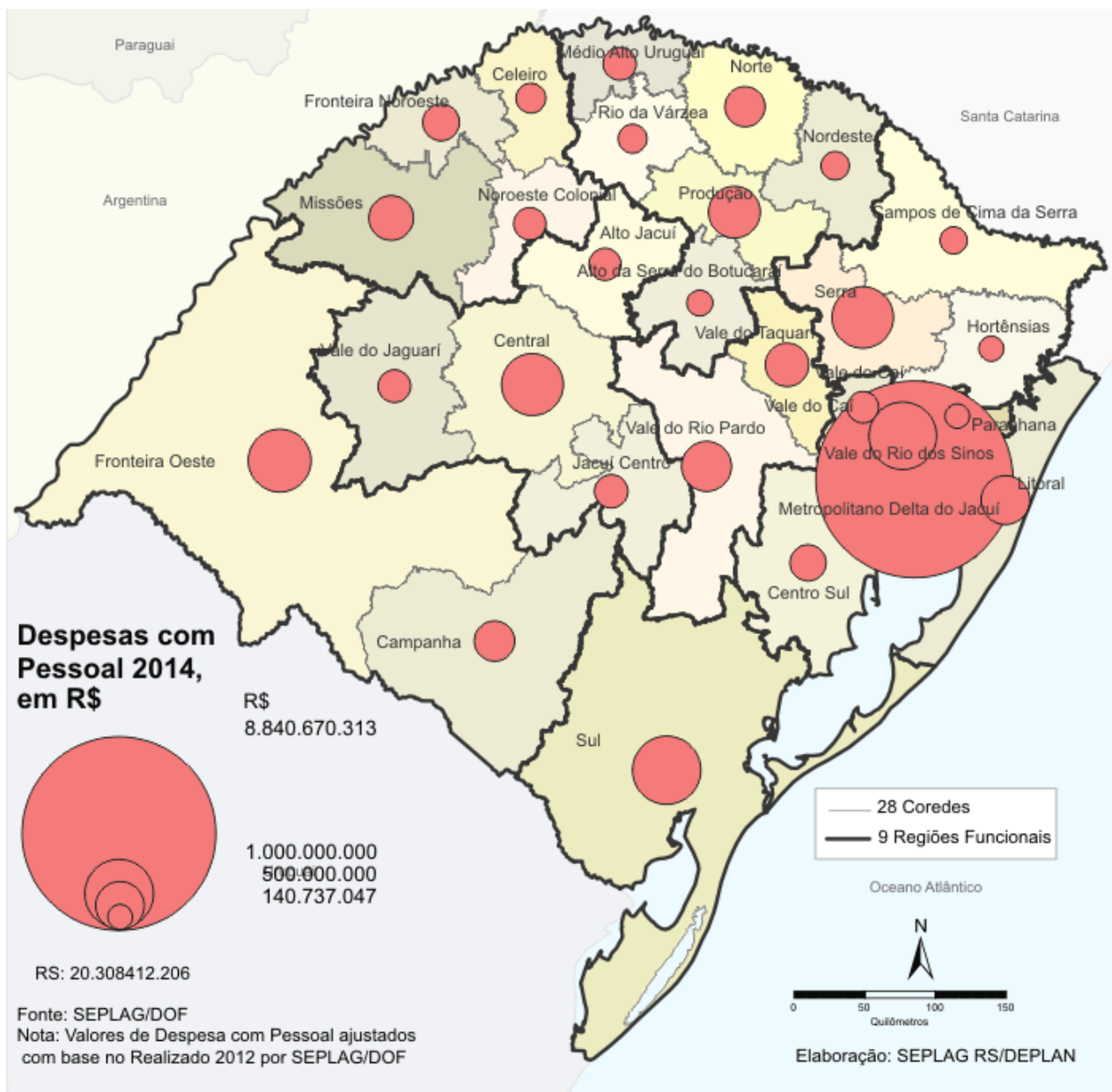
	COREDE	PESSOAL TOTAL	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	% DESPESA PESSOAL ATIVO	% DESPESA PESSOAL INATIVO
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	156.484.902	85.566.090	70.918.811	54,68	45,32
8	ALTO JACUÍ	242.505.893	139.315.971	103.189.923	57,45	42,55
6	CAMPANHA	378.120.732	172.755.466	205.365.266	45,69	54,31
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	174.122.070	86.964.002	87.158.068	49,94	50,06
7	CELEIRO	208.343.537	127.488.169	80.855.368	61,19	38,81
8	CENTRAL	885.310.944	408.909.817	476.401.127	46,19	53,81
1	CENTRO SUL	308.160.327	185.048.157	123.112.170	60,05	39,95
7	FRONTEIRA NOROESTE	311.781.618	173.215.543	138.566.076	55,56	44,44
6	FRONTEIRA OESTE	902.832.697	481.548.752	421.283.945	53,34	46,66
3	HORTÊNSIAS	148.475.379	76.618.028	71.857.351	51,60	48,40
8	JACUÍ CENTRO	262.955.810	124.739.554	138.216.255	47,44	52,56
4	LITORAL	550.409.155	270.539.828	279.869.326	49,15	50,85
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	256.497.008	154.525.330	101.971.678	60,24	39,76
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	8.840.670.313	4.701.542.858	4.139.127.455	53,18	46,82
7	MISSÕES	458.469.350	263.515.731	194.953.619	57,48	42,52
9	NORDESTE	191.087.827	99.029.452	92.058.375	51,82	48,18
7	NOROESTE COLONIAL	241.795.642	147.493.885	94.301.757	61,00	39,00
9	NORTE	369.158.420	201.919.972	167.238.448	54,70	45,30
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	140.737.047	76.542.082	64.194.965	54,39	45,61
9	PRODUÇÃO	614.328.369	314.447.432	299.880.937	51,19	48,81
9	RIO DA VÁRZEA	194.734.835	122.452.332	72.282.503	62,88	37,12
3	SERRA	875.472.848	433.850.967	441.621.880	49,56	50,44
5	SUL	1.072.696.580	507.441.029	565.255.552	47,31	52,69
1	VALE DO CAÍ	230.376.603	116.782.590	113.594.013	50,69	49,31
8	VALE DO JAGUARI	247.024.715	123.598.721	123.425.994	50,03	49,97
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.039.851.998	566.174.942	473.677.056	54,45	45,55
2	VALE DO RIO PARDO	573.166.297	309.943.102	263.223.195	54,08	45,92
2	VALE DO TAQUARI	432.841.289	220.882.362	211.958.926	51,03	48,97
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>20.308.412.206</b>	<b>10.692.852.165</b>	<b>9.615.560.041</b>	<b>52,65</b>	<b>47,35</b>

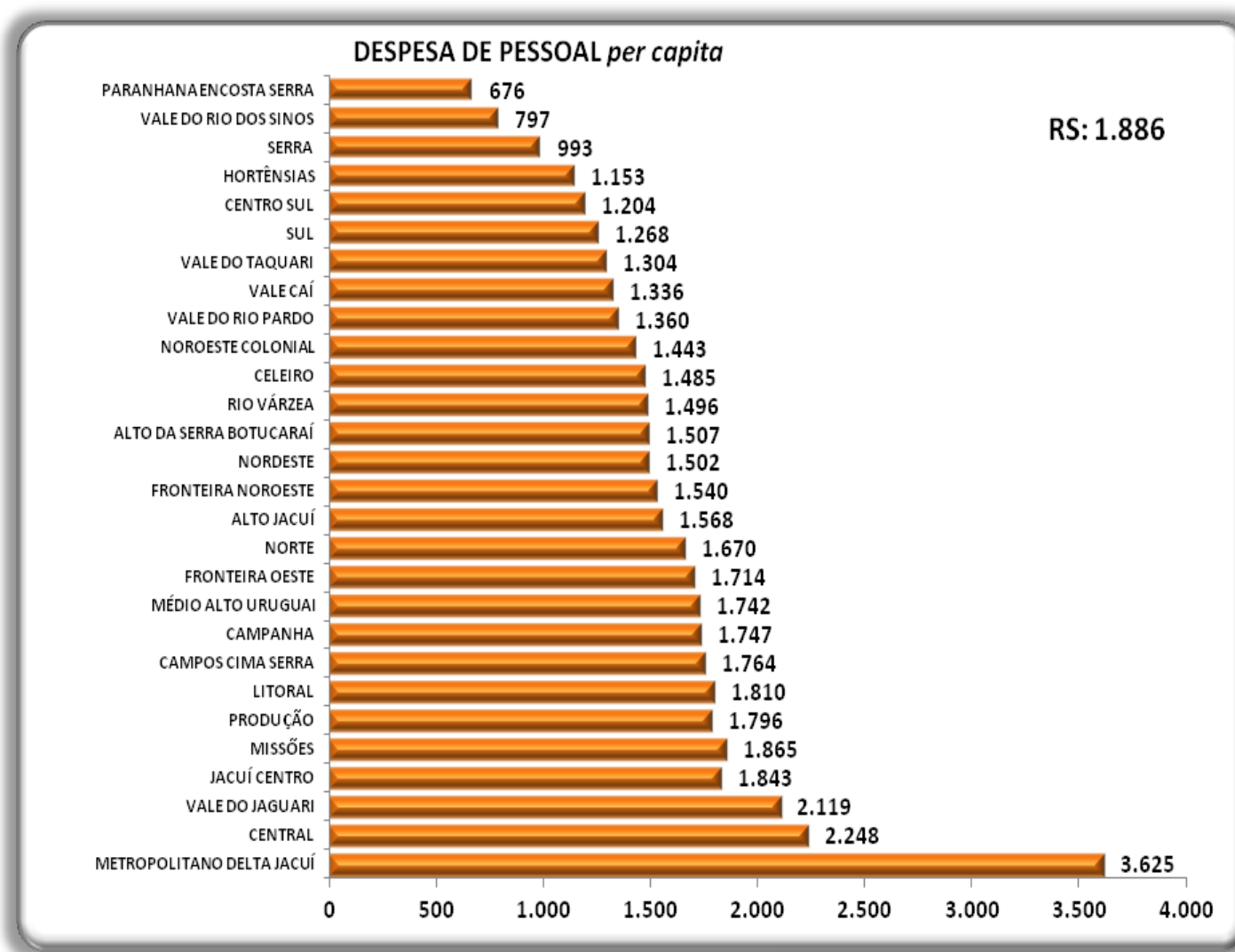
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa 2012

Nota: Valores de Despesa com Pessoal ajustados com base no Realizado 2012 por SEPLAG/DOF

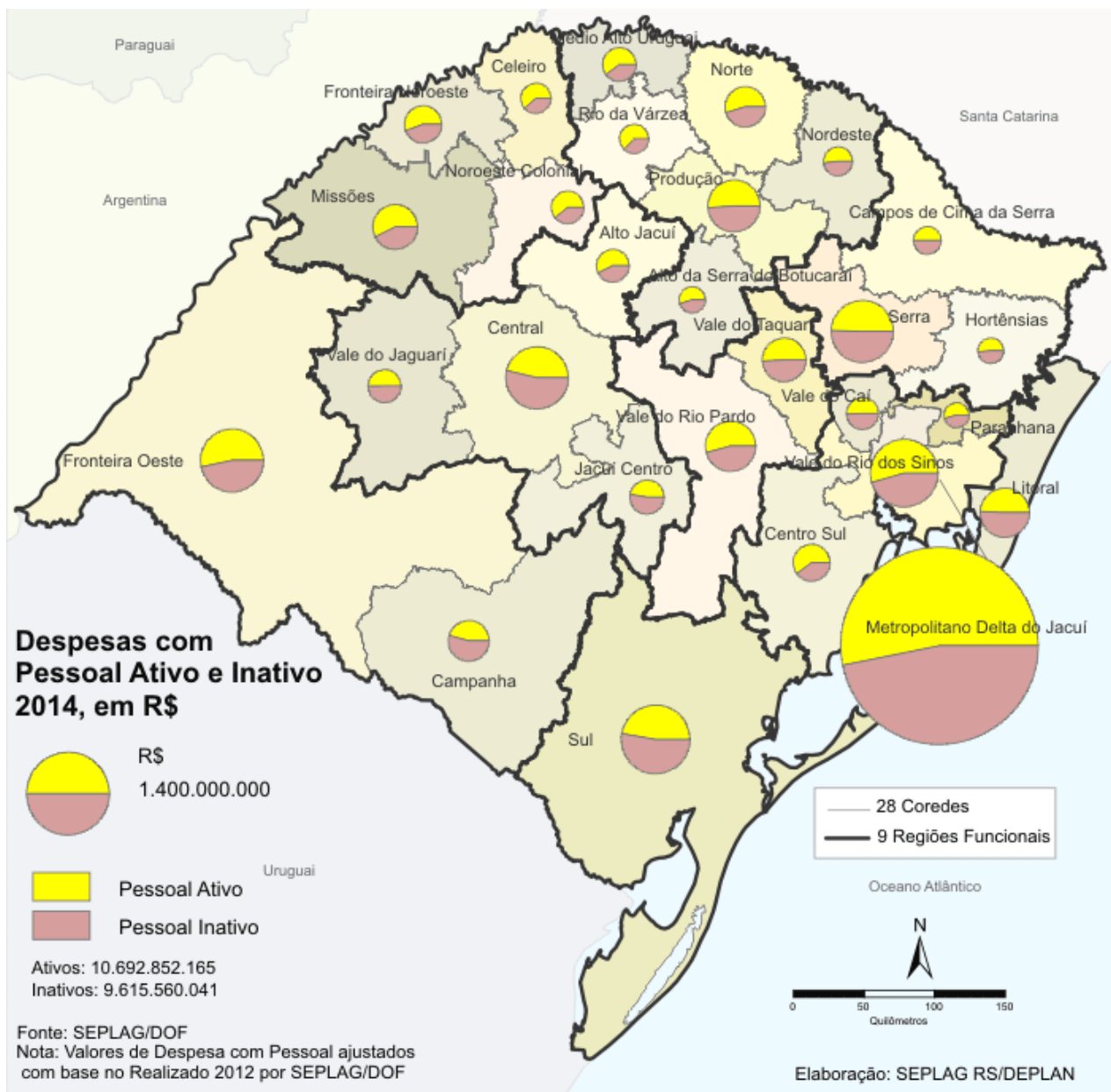


Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2012.



### **11.3.3 As despesas com manutenção e custeio da máquina pública**

A despesa com manutenção e custeio da máquina pública também é apresentada pelos totais de cada COREDE e pelo total per capita. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Dentre as despesas com a manutenção e custeio estão os gastos com a alimentação dos presos, a compra de medicamentos e de combustível para as viaturas policiais.

O COREDE com maior despesa com manutenção e custeio é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 3,231 bilhões, com 43,5% do total. O COREDE com menor despesa com manutenção e custeio é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 71,2 milhões, com 0,7% do total.



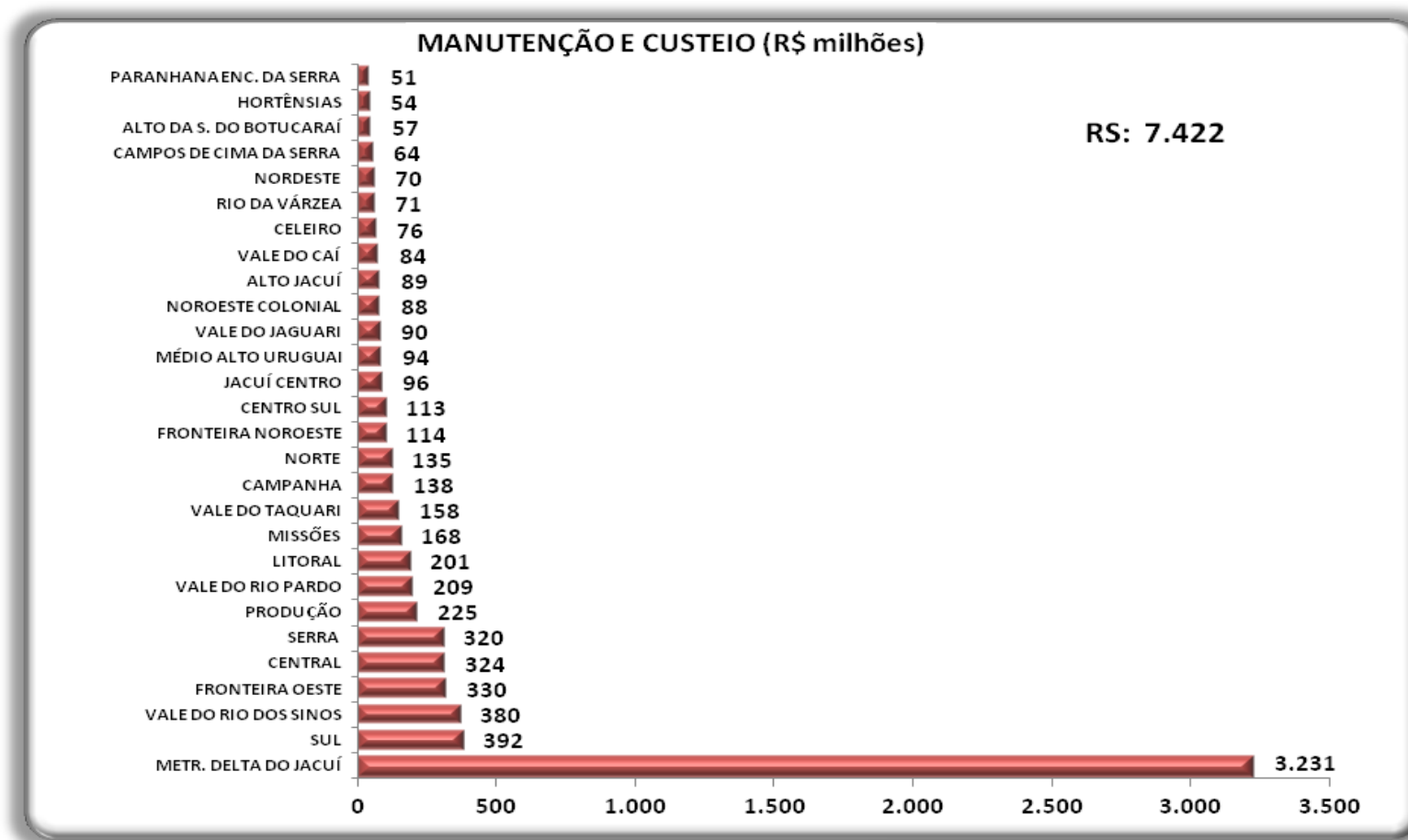


Manutenção e Custeio – R\$

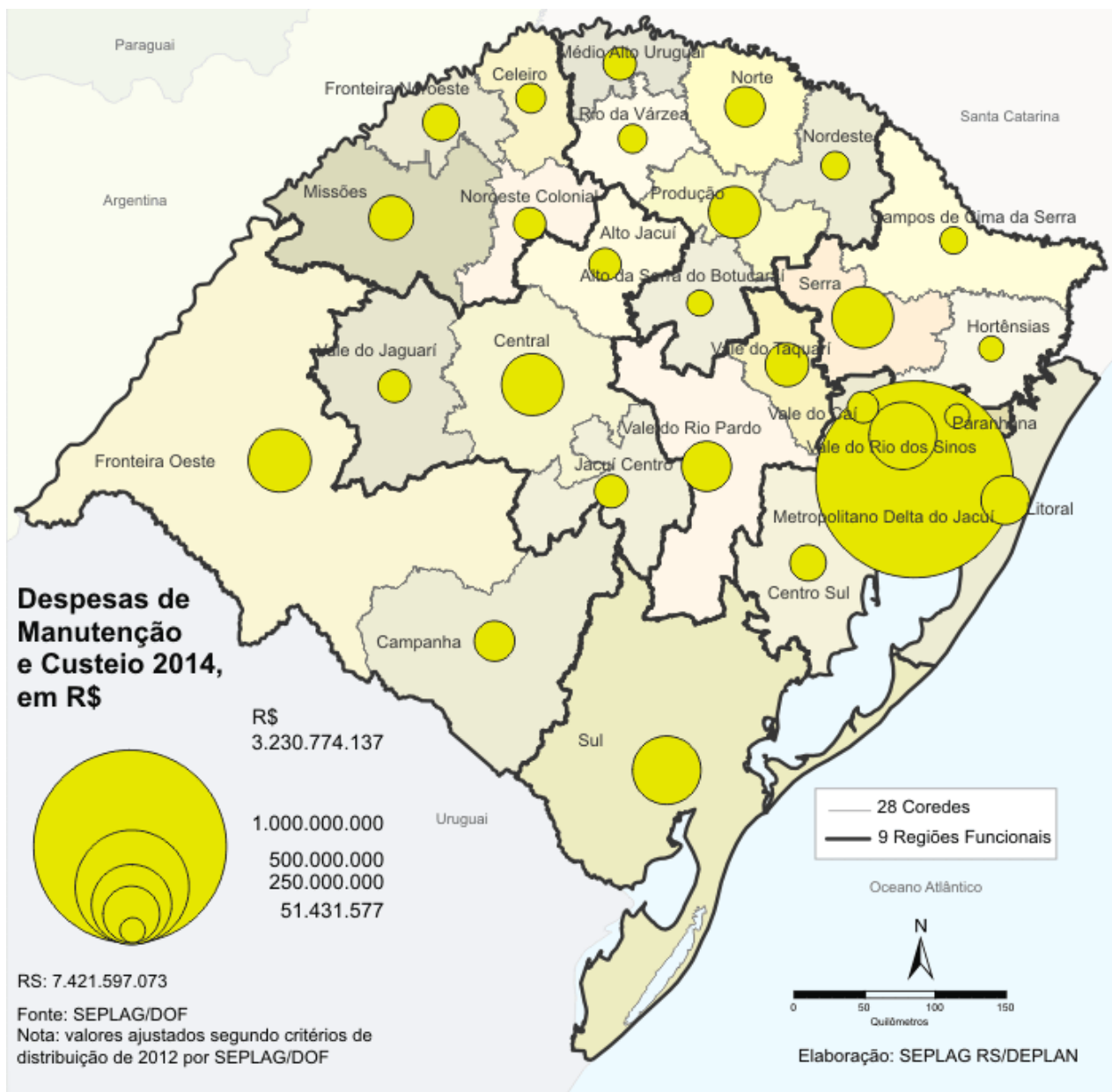
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	57.186.543	551
8	ALTO JACUÍ	88.622.439	573
6	CAMPANHA	138.182.133	639
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	63.631.949	645
7	CELEIRO	76.137.995	543
8	CENTRAL	323.531.995	822
1	CENTRO SUL	112.615.490	440
7	FRONTEIRA NOROESTE	113.938.870	563
6	FRONTEIRA OESTE	329.935.223	627
3	HORTÊNSIAS	54.259.507	421
8	JACUÍ CENTRO	96.095.748	674
4	LITORAL	201.143.986	662
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	93.735.415	637
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	3.230.774.137	1.325
7	MISSÕES	167.545.092	681
9	NORDESTE	69.831.991	549
7	NOROESTE COLONIAL	88.362.882	527
9	NORTE	134.906.906	610
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	51.431.577	247
9	PRODUÇÃO	224.502.909	656
9	RIO DA VÁRZEA	71.164.770	547
3	SERRA	319.936.717	363
5	SUL	392.011.041	464
1	VALE DO CAÍ	84.189.857	488
8	VALE DO JAGUARI	90.273.818	774
1	VALE DO RIO DOS SINOS	380.008.169	291
2	VALE DO RIO PARDO	209.460.457	497
2	VALE DO TAQUARI	158.179.458	477
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.421.597.073</b>	<b>689</b>

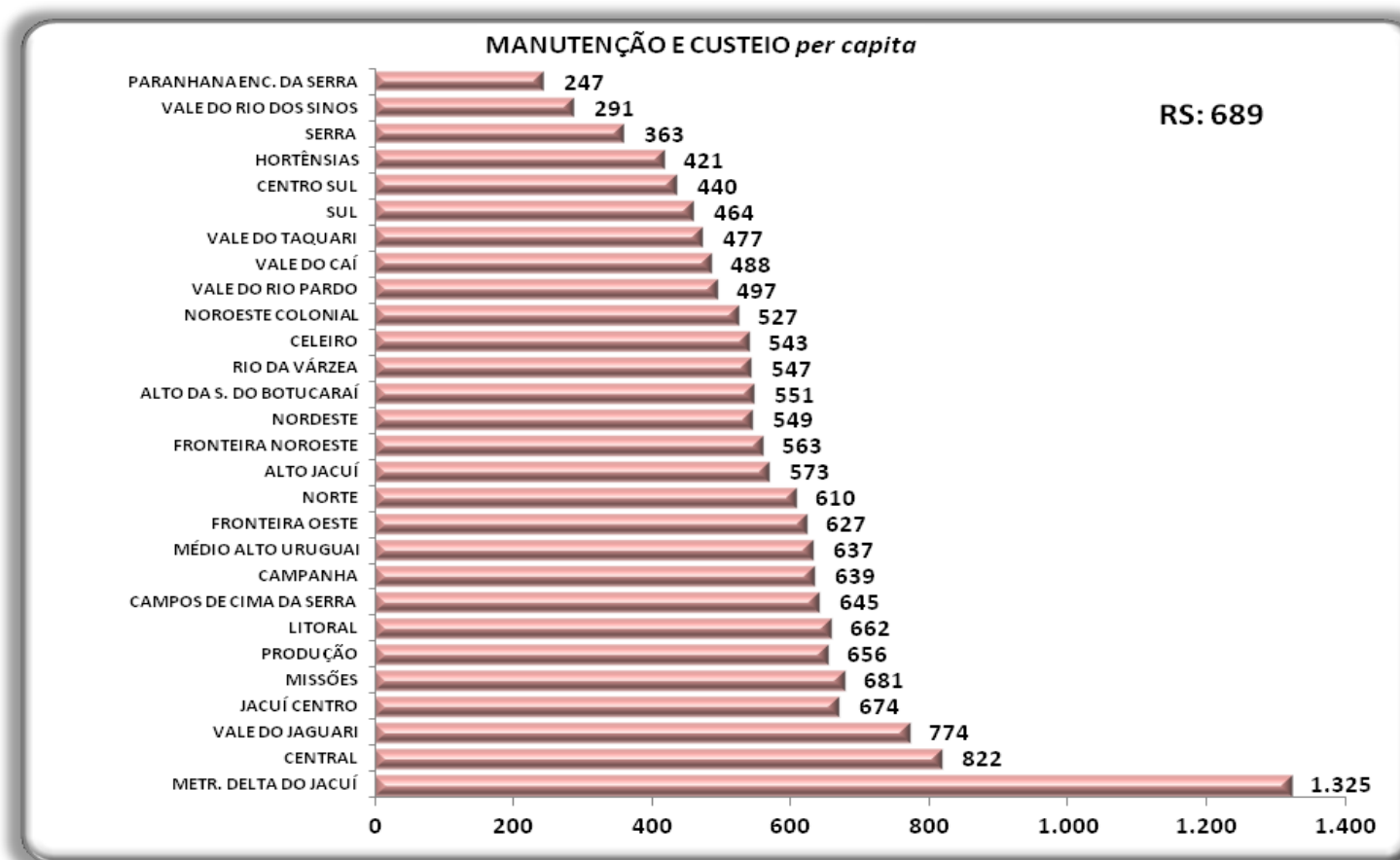
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa 2012

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2012 por SEPLAG/DOF



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2012.



**11.3.4 As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios**

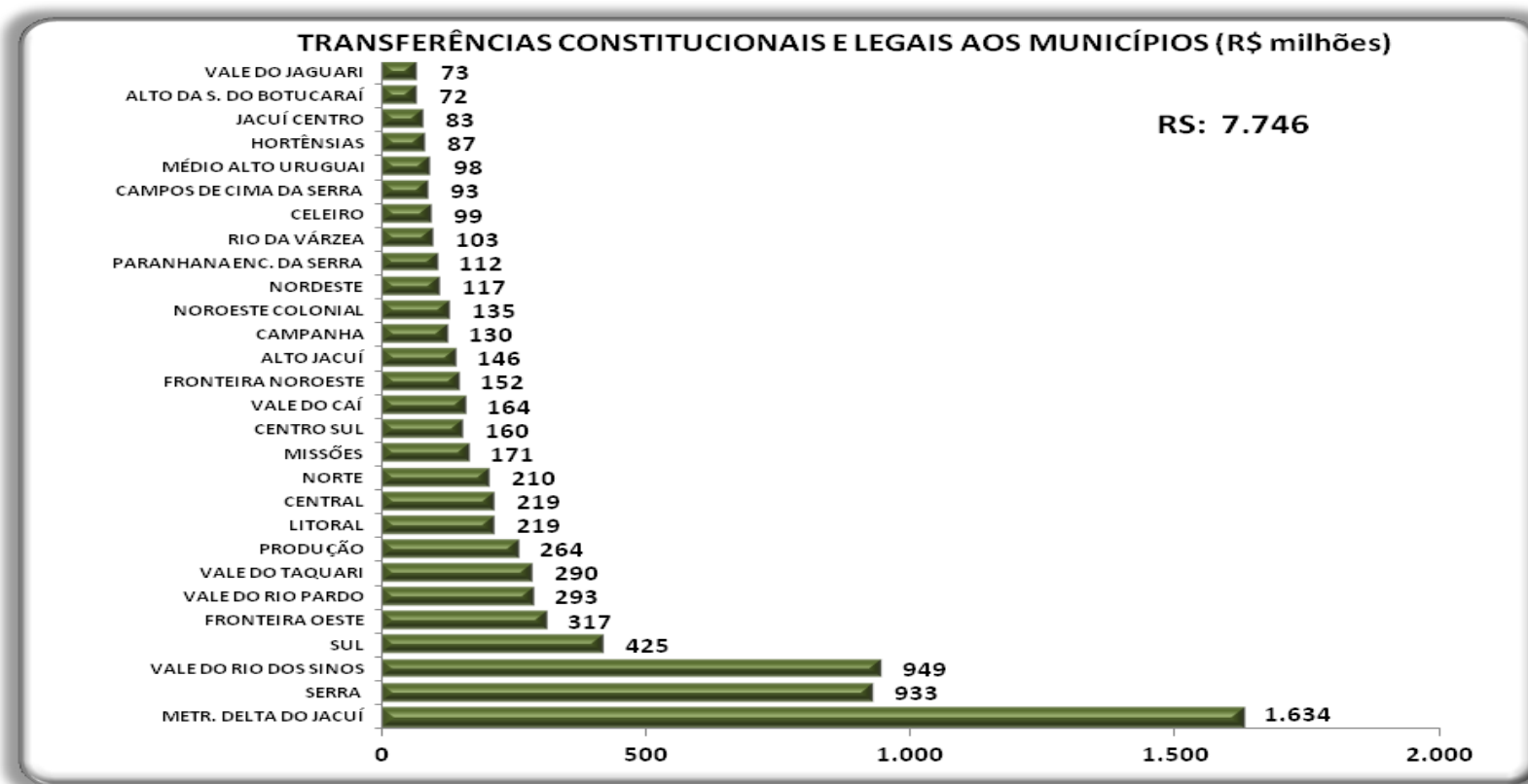
A arrecadação de ICMS, IPVA e IPI-Exportação gera a obrigação para o Estado transferir parte desses tributos aos Municípios. A despesa com as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios é apresentada pelo repasse de 25% do ICMS, 50% do IPVA e 25% do IPI-Exportação.

Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – em R\$

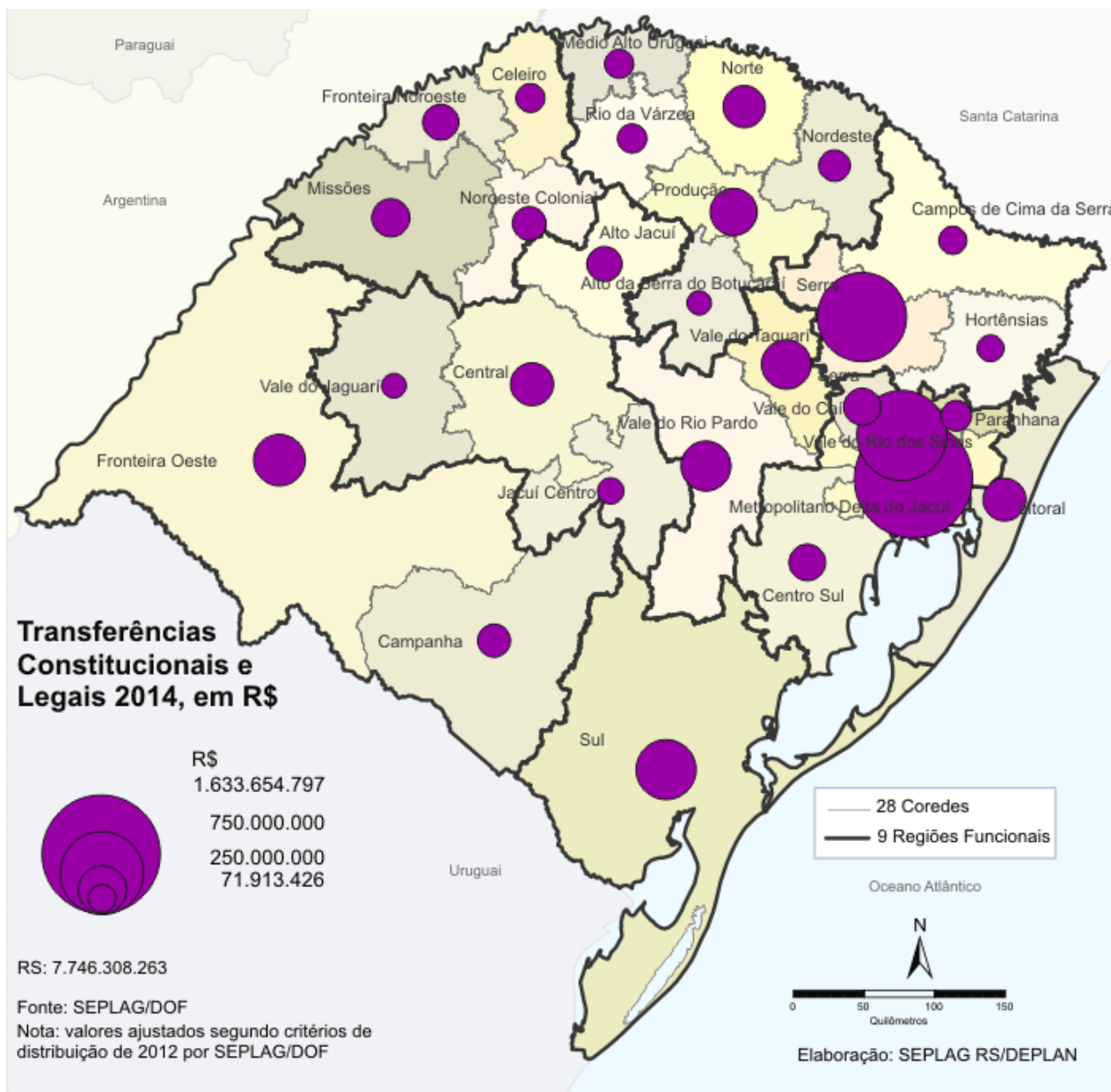
RF	COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	63.475.444	7.374.652	0	1.063.329	71.913.426	693
8	ALTO JACUÍ	127.328.995	16.334.158	0	2.133.064	145.796.217	943
6	CAMPANHA	112.891.608	15.691.575	0	1.891.165	130.474.348	603
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	83.146.858	8.920.889	0	1.392.884	93.460.632	947
7	CELEIRO	88.357.520	8.856.006	0	1.480.165	98.693.691	704
8	CENTRAL	175.911.591	40.238.553	0	2.946.872	219.097.016	556
1	CENTRO SUL	142.291.663	15.760.363	0	2.383.657	160.435.683	627
7	FRONTEIRA NOROESTE	131.978.703	18.181.662	0	2.210.974	152.371.339	753
6	FRONTEIRA OESTE	275.817.132	36.263.160	0	4.620.450	316.700.742	601
3	HORTÊNSIAS	69.751.701	15.640.866	0	1.168.511	86.561.077	672
8	JACUÍ CENTRO	72.211.312	10.027.127	0	1.209.659	83.448.098	585
4	LITORAL	188.005.089	27.851.252	0	3.149.059	219.005.400	720
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	85.831.398	10.972.441	0	1.437.937	98.241.776	667
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.301.653.100	310.196.527	0	21.805.170	1.633.654.797	670
7	MISSÕES	149.261.746	19.352.955	0	2.500.506	171.115.207	696
9	NORDESTE	102.100.509	13.044.868	0	1.710.421	116.855.798	918
7	NOROESTE COLONIAL	115.007.571	17.733.101	0	1.926.685	134.667.357	804
9	NORTE	181.575.496	24.929.063	0	3.041.710	209.546.269	948
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	91.379.092	18.763.827	0	1.530.819	111.673.738	536
9	PRODUÇÃO	214.206.006	45.953.011	0	3.588.397	263.747.414	771
9	RIO DA VÁRZEA	90.247.251	10.991.630	0	1.511.851	102.750.731	789
3	SERRA	781.302.449	138.999.921	0	13.088.862	933.391.232	1.059
5	SUL	351.841.395	66.902.828	0	5.893.243	424.637.466	502
1	VALE DO CAÍ	141.965.882	19.511.462	0	2.378.278	163.855.623	950
8	VALE DO JAGUARI	63.434.920	8.078.708	0	1.062.668	72.576.296	623
1	VALE DO RIO DOS SINOS	789.555.712	146.100.447	0	13.227.624	948.883.784	727
2	VALE DO RIO PARDO	252.517.478	35.883.710	0	4.230.173	292.631.361	695
2	VALE DO TAQUARI	246.491.447	39.501.036	0	4.129.262	290.121.746	874
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.489.539.070</b>	<b>1.148.055.800</b>	<b>0</b>	<b>108.713.394</b>	<b>7.746.308.263</b>	<b>719</b>

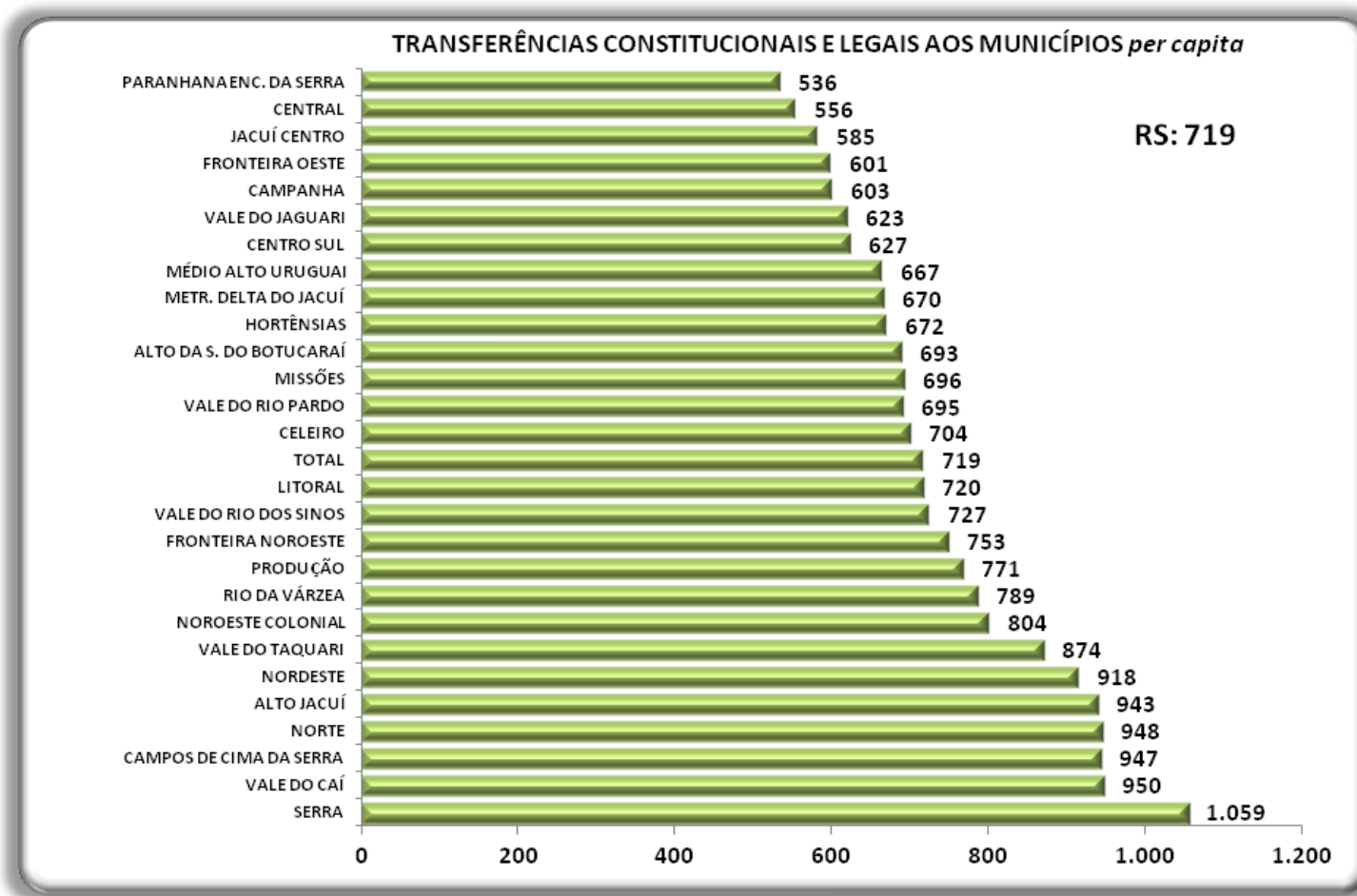
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa 2012.

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2012 por SEPLAG/DOF.



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2012.





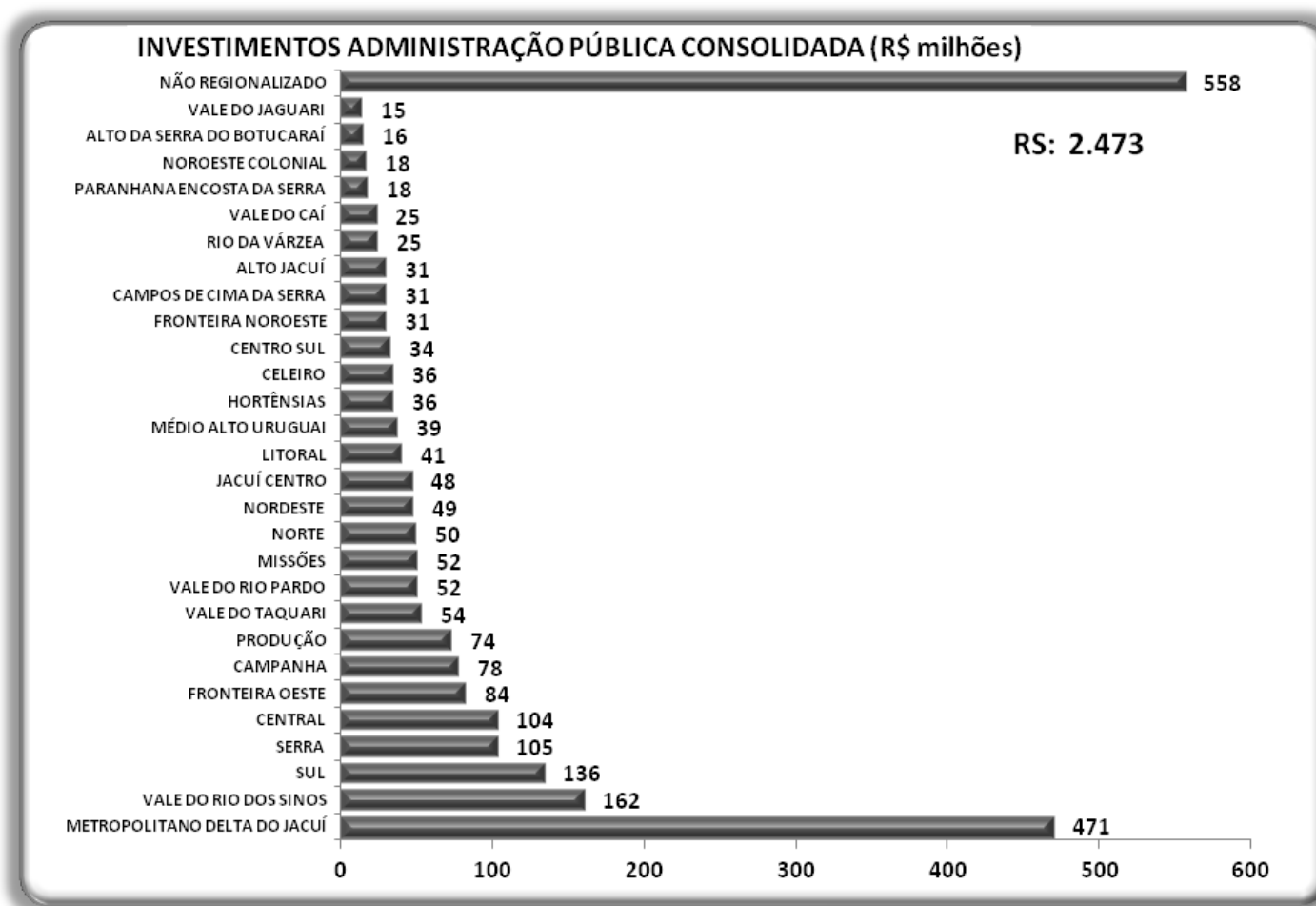
## **11.4 A Regionalização dos Investimentos Amplos**

Os investimentos amplos são a soma das despesas de investimentos e inversões financeiras. Em outro item, em separado, foram discriminados os investimentos das estatais gaúchas por COREDE. Adiante, apresenta-se o investimento total, que é a soma dos investimentos da Administração Pública consolidada mais os das estatais.

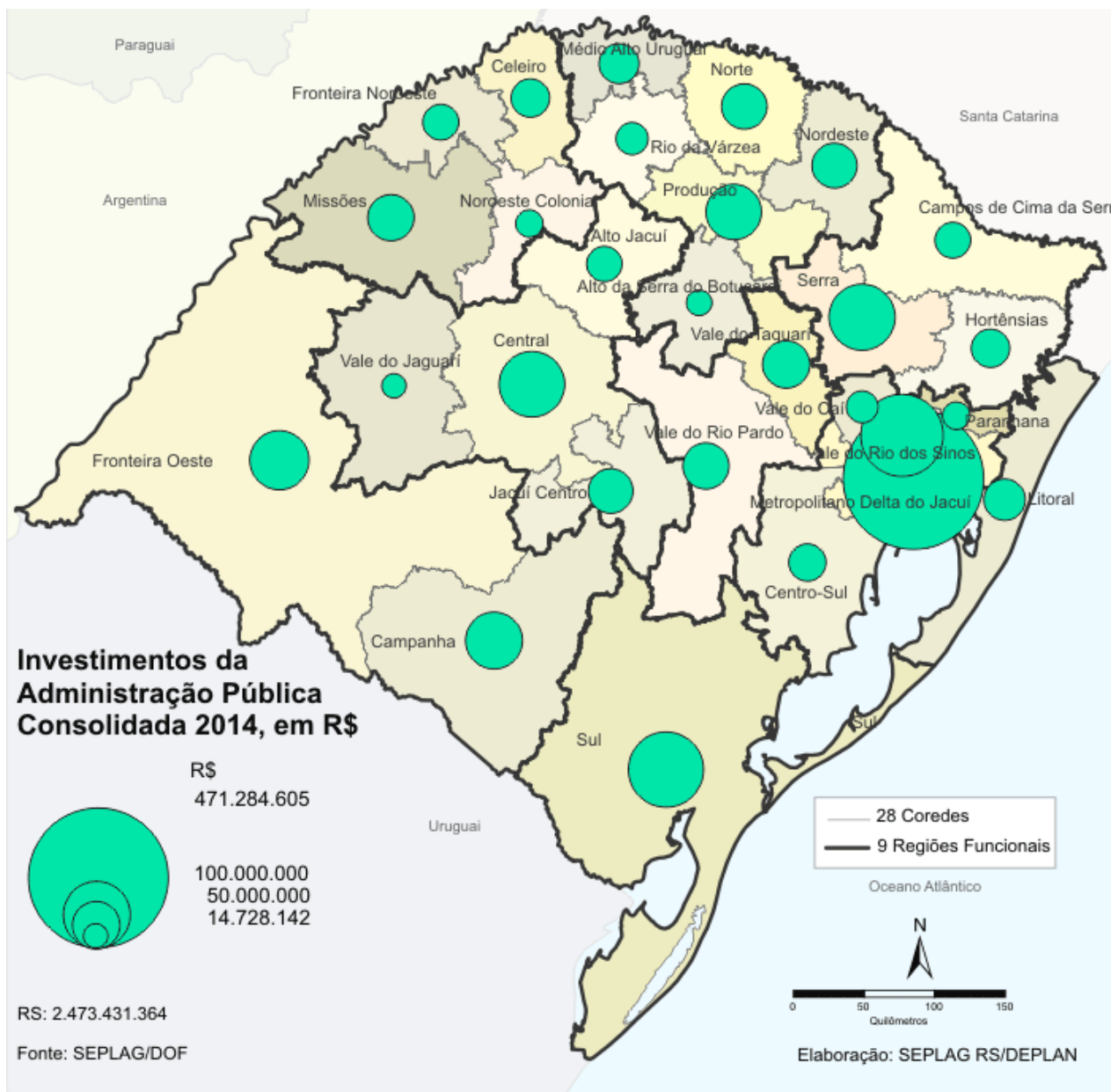
### **11.4.1 Os Investimentos da Administração Pública Consolidada**

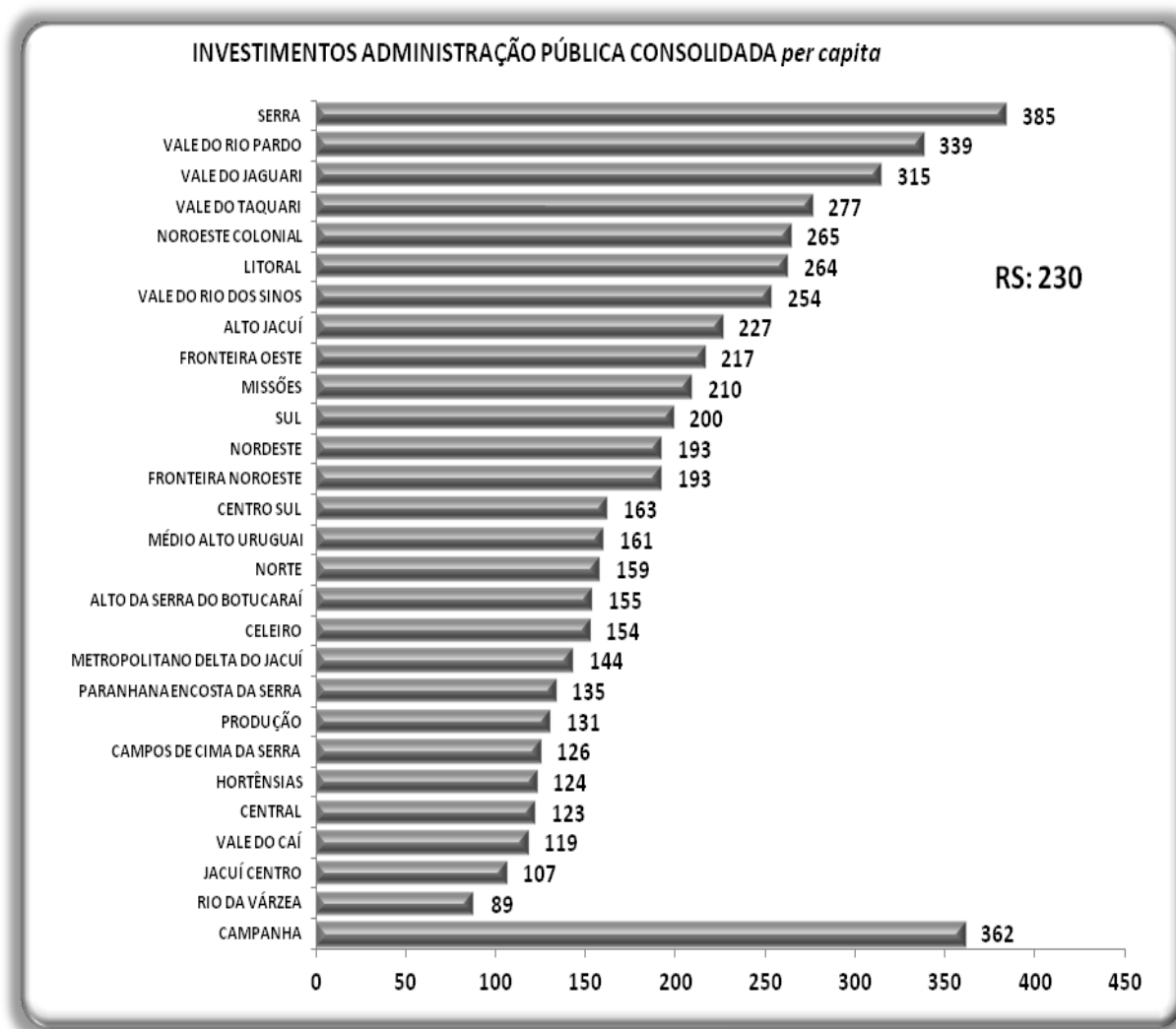
<b>RF</b>	<b>COREDE</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA</b>
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	15.961.884	154
8	ALTO JACUÍ	30.907.236	200
6	CAMPANHA	78.335.790	362
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	31.128.331	315
7	CELEIRO	35.673.105	254
8	CENTRAL	104.373.689	265
1	CENTRO SUL	33.620.000	131
7	FRONTEIRA NOROESTE	31.286.415	155
6	FRONTEIRA OESTE	83.665.483	159
3	HORTÊNSIAS	35.693.091	277
8	JACUÍ CENTRO	48.346.377	339
4	LITORAL	40.920.885	135
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	38.801.148	264
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	471.284.605	193
7	MISSÕES	51.646.179	210
9	NORDESTE	48.991.493	385
7	NOROESTE COLONIAL	17.975.985	107
9	NORTE	50.262.458	227
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	18.475.331	89
9	PRODUÇÃO	74.356.961	217
9	RIO DA VÁRZEA	25.148.119	193
3	SERRA	105.096.014	119
5	SUL	136.092.524	161
1	VALE DO CAÍ	24.823.367	144
8	VALE DO JAGUARI	14.728.142	126
1	VALE DO RIO DOS SINOS	162.002.701	124
2	VALE DO RIO PARDO	51.840.633	123
2	VALE DO TAQUARI	54.102.937	163
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>1.915.540.884</b>	
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		<b>557.890.480</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.473.431.364</b>	<b>230</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2012.



Fonte: SEPLAG/DOF.





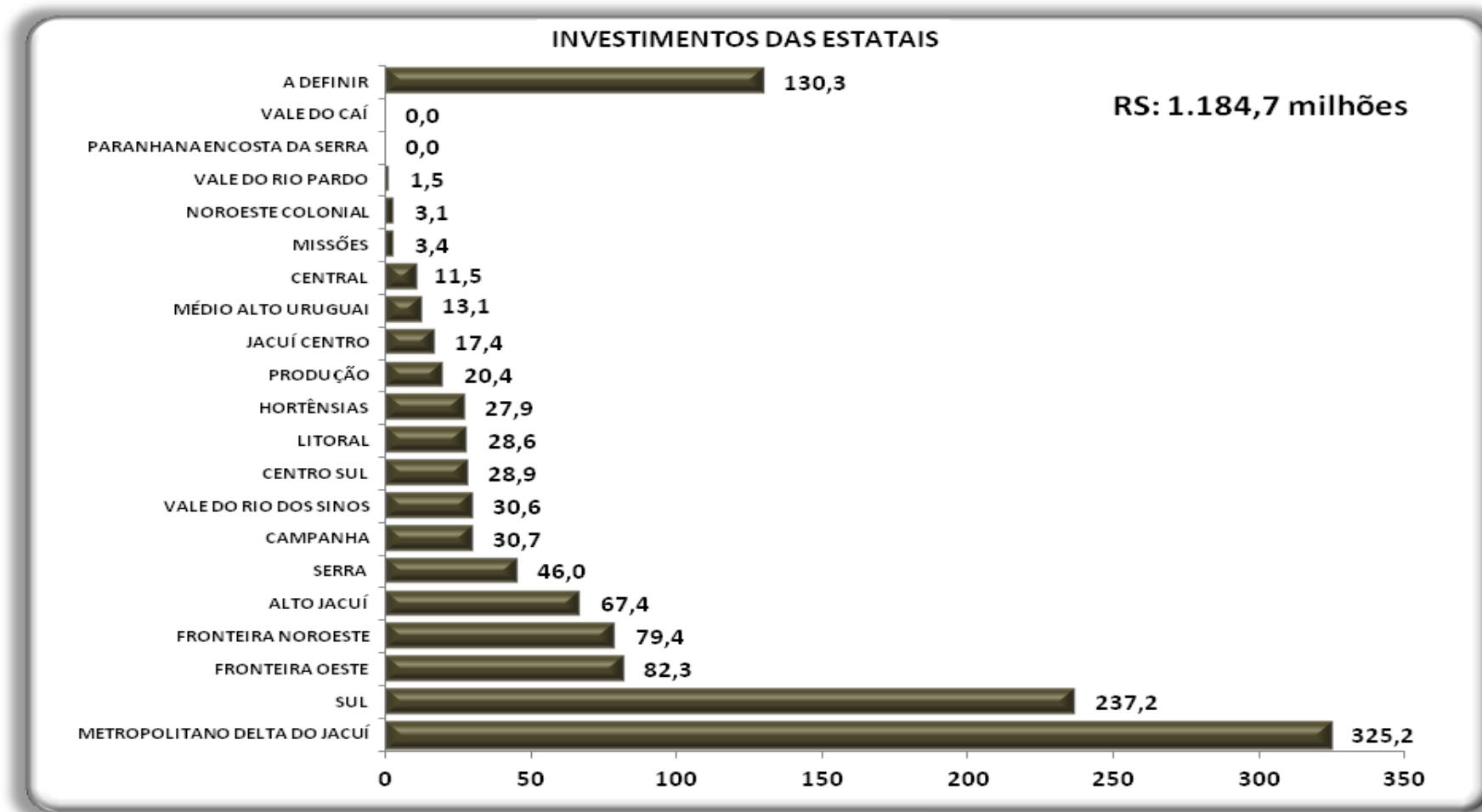
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2012.



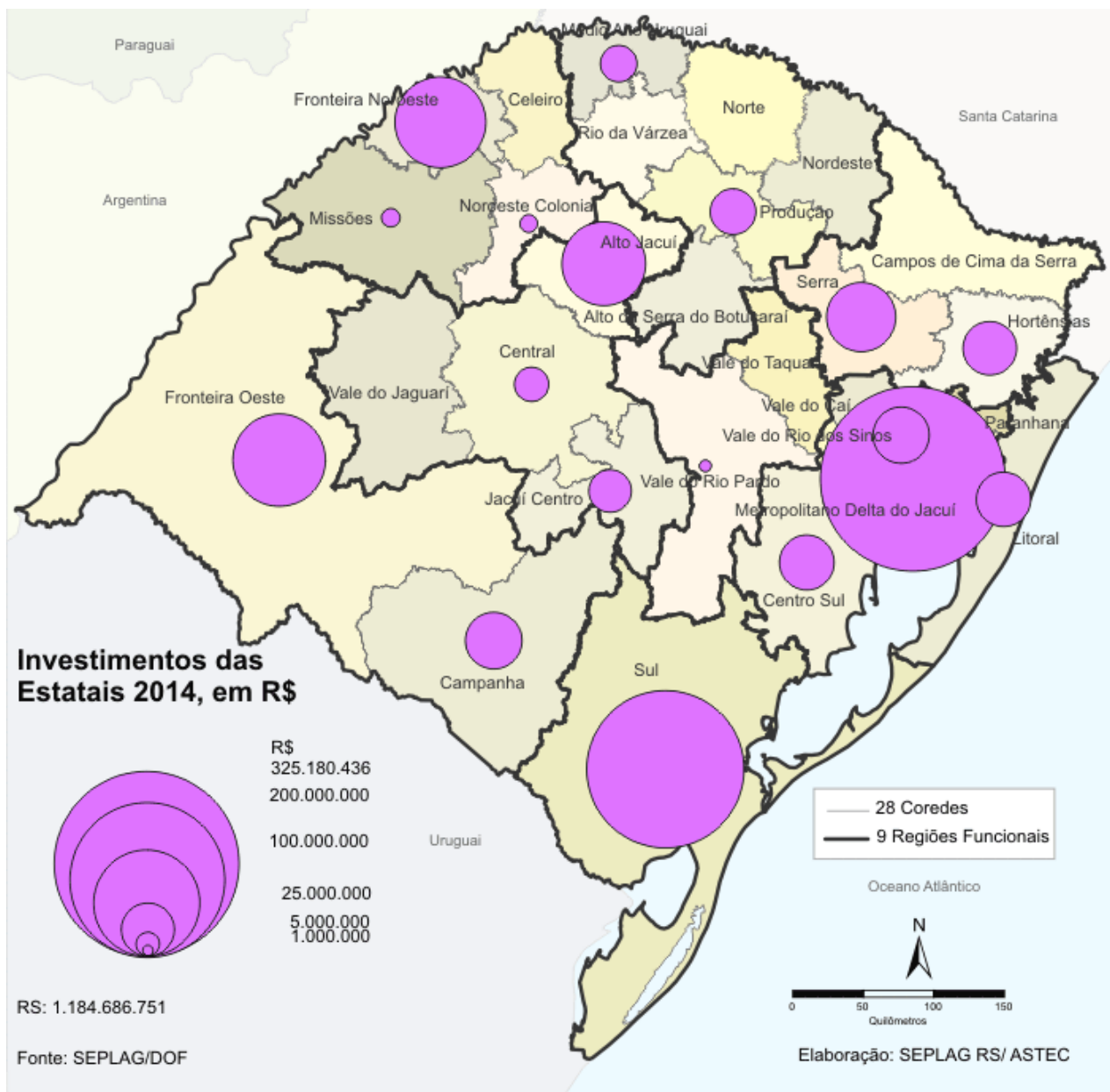
**11.4.2 Investimentos das Estatais Gaúchas em R\$**

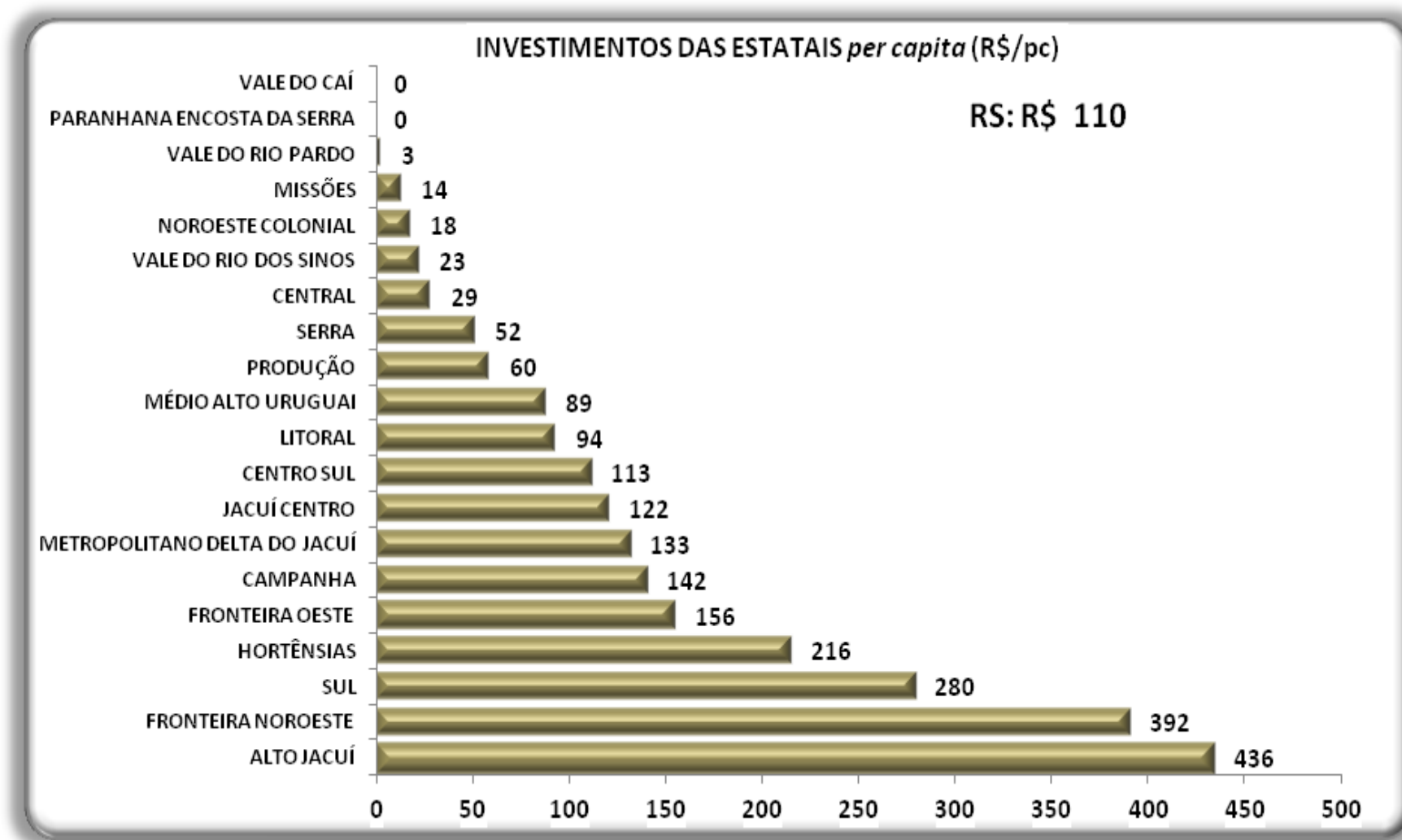
RF	COREDE	BADESUL	BANRISUL	BAGERGS	CEASA	CEEE	CORAG	CORSAN	CRM	PROCERGS	SULGAS	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI											0	0,0
8	ALTO JACUÍ					67.353.840						67.353.840	435,6
6	CAMPANHA					10.543.152			20.176.397			30.719.549	141,9
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA											0	0,0
7	CELEIRO											0	0,0
8	CENTRAL					11.517.108						11.517.108	29,2
1	CENTRO SUL					27.825.373			1.068.000		15.563	28.908.936	113,0
7	FRONTEIRA NOROESTE					3.423.828		75.928.580				79.352.408	391,9
6	FRONTEIRA OESTE					13.695.311		68.635.090				82.330.402	156,3
3	HORTÊNCIAS					493.233		27.361.935			53	27.855.221	216,3
8	JACUÍ CENTRO							16.184.225	1.200.002			17.384.226	121,9
4	LITORAL					28.563.370						28.563.370	93,9
9	MÉDIO ALTO URUGUAI					13.079.022						13.079.022	88,8
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.791.000				197.155.478		73.678.177		10.500.000	41.055.781	325.180.436	133,3
7	MISSÕES					3.423.828						3.423.828	13,9
9	NORDESTE											0	0,0
7	NOROESTE COLONIAL							3.088.669				3.088.669	18,4
9	NORTE											0	0,0
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA										2.078	2.078	0,0
9	PRODUÇÃO							20.370.923				20.370.923	59,6
9	RIO DA VÁRZEA											0	0,0
3	SERRA					6.997.656		39.000.539			34.329	46.032.524	52,2
5	SUL					212.826.783		24.366.494				237.193.278	280,5
1	VALE DO CAÍ										162	162	0,0
8	VALE DO JAGUARI											0	0,0
1	VALE DO RIO DOS SINOS					6.847.656		21.952.284			1.757.367	30.557.307	23,4
2	VALE DO RIO PARDO					1.469.574						1.469.574	3,5
2	VALE DO TAQUARI											0	0,0
	A DEFINIR	1.231.000	33.026.021	10.000.000	3.130.000	76.796.868	5.120.000		1.000.000			130.303.889	12,1
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.022.000</b>	<b>33.026.021</b>	<b>10.000.000</b>	<b>3.130.000</b>	<b>682.012.081</b>	<b>5.120.000</b>	<b>370.566.917</b>	<b>23.444.399</b>	<b>10.500.000</b>	<b>42.865.333</b>	<b>1.184.686.751</b>	<b>110,0</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa 2012.



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF.



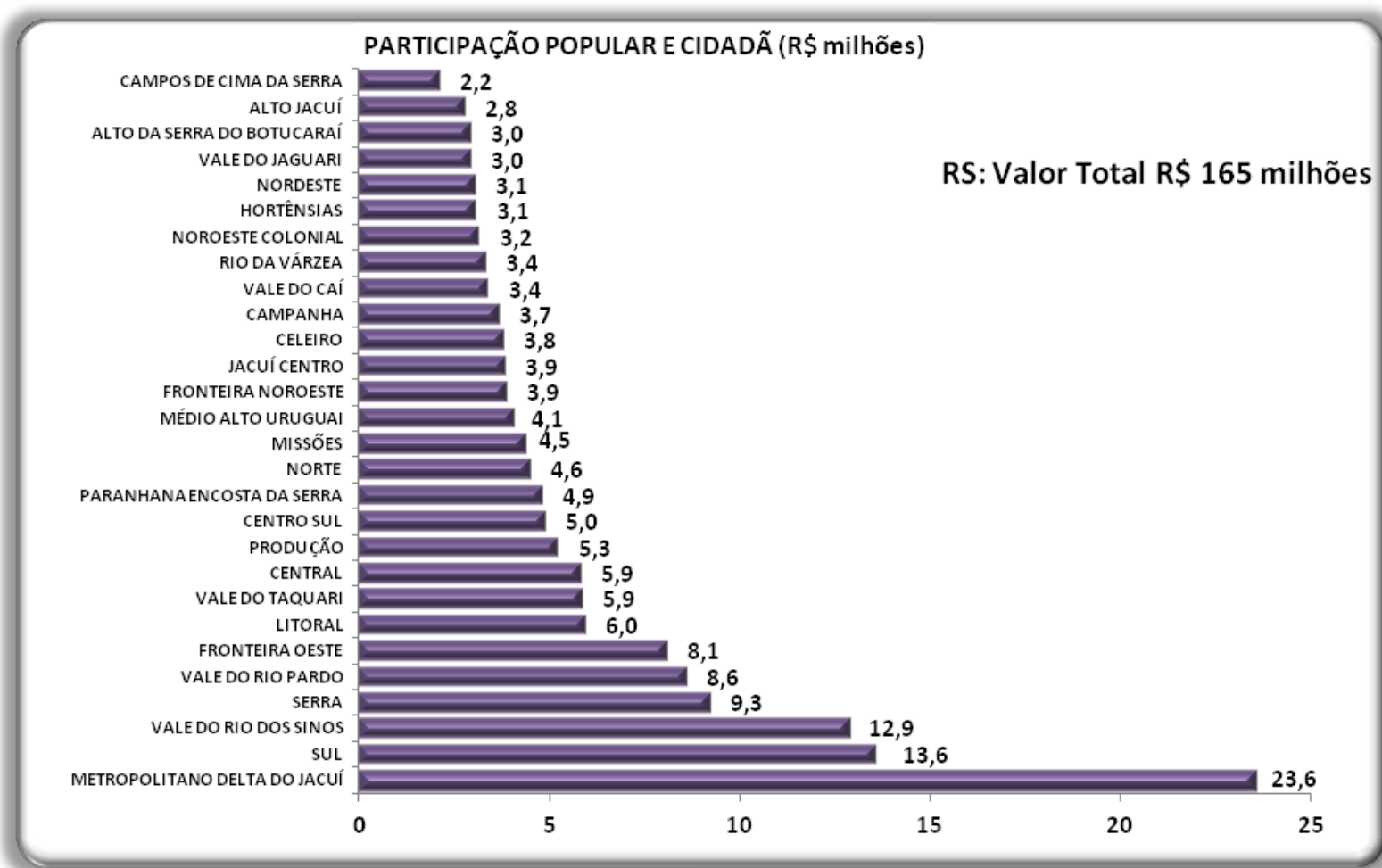
### 11.5 Recursos da Votação de Prioridades do Sistema de Participação Popular e Cidadã

Os recursos da votação de prioridades do Sistema de Participação Popular e Cidadã estão apresentados por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), através de votação presencial e pela internet. Essa ferramenta de participação popular permite aos cidadãos incidir diretamente sobre a aplicação de recursos. Em 2014, serão alocados R\$ 165 milhões, sendo que o COREDE Alto da Serra do Botucaraí ficou com a maior média *per capita*, de R\$ 28,85. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí ficou com a menor média *per capita*, de R\$ 9,67.

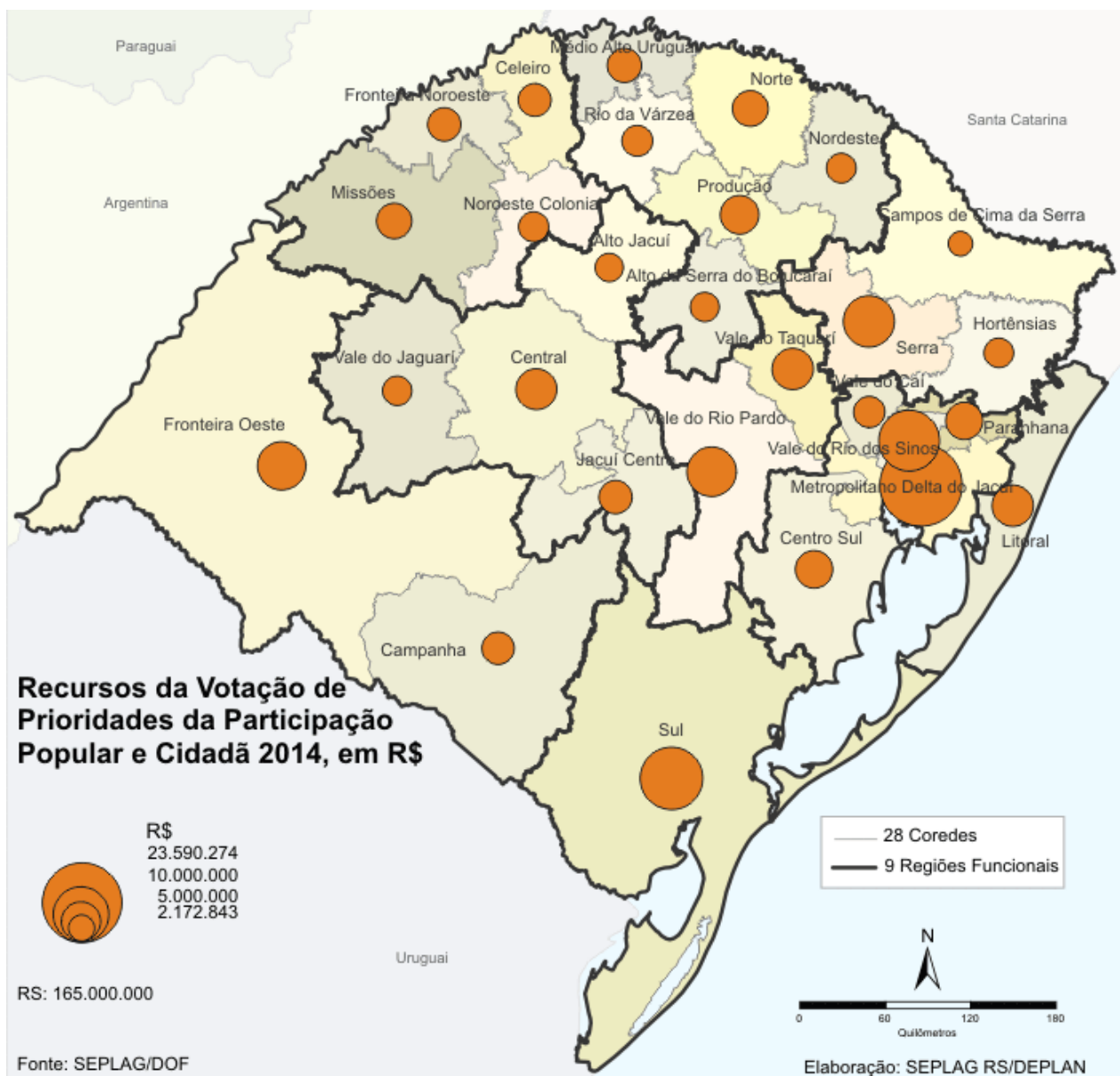
Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã (R\$)

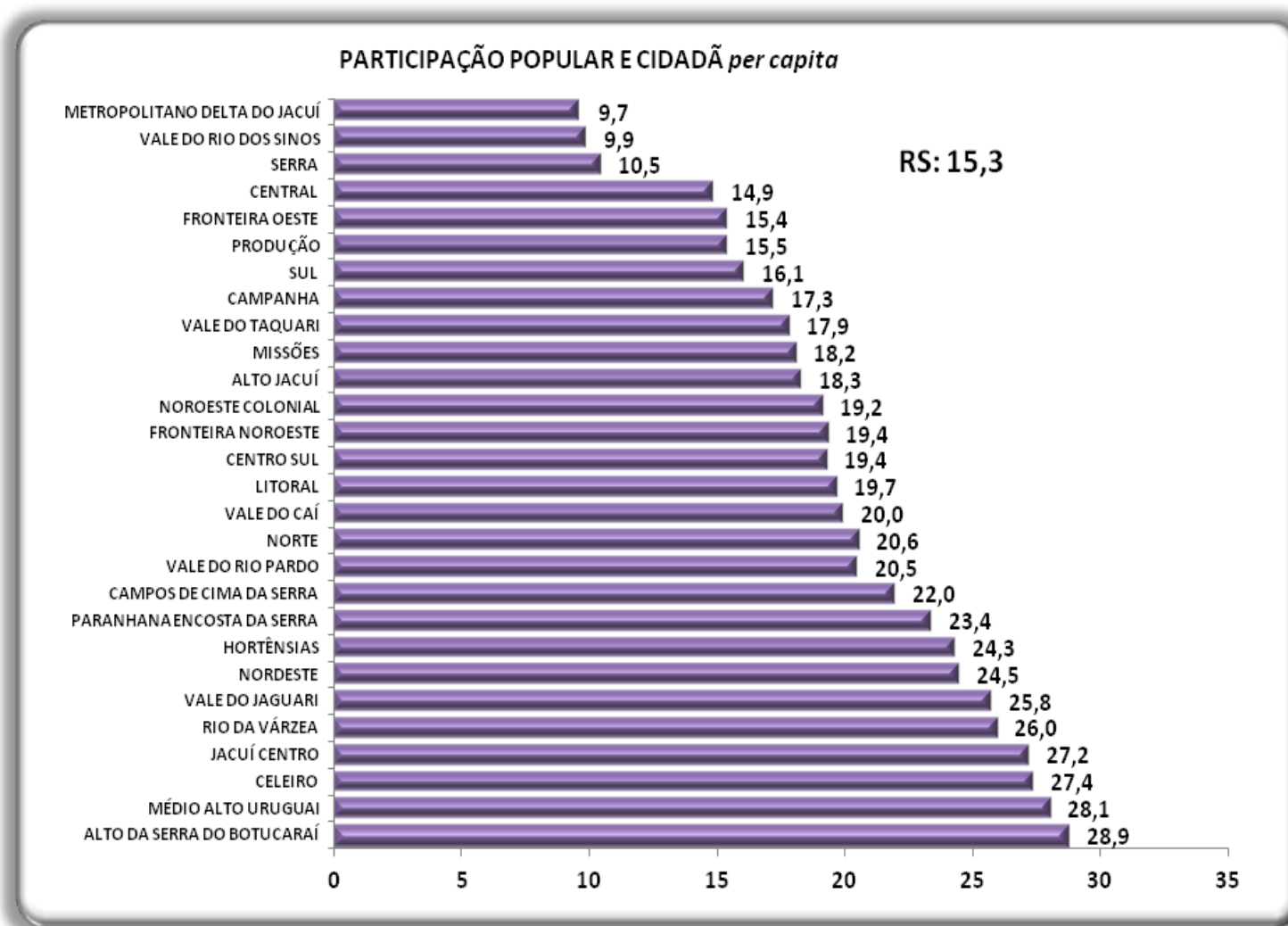
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072	28,85
8	ALTO JACUÍ	2.835.832	18,34
6	CAMPANHA	3.739.829	17,28
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843	22,02
7	CELEIRO	3.848.529	27,44
8	CENTRAL	5.876.170	14,92
1	CENTRO SUL	4.954.843	19,36
7	FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798	19,41
6	FRONTEIRA OESTE	8.131.975	15,44
3	HORTÊNSIAS	3.133.443	24,33
8	JACUÍ CENTRO	3.885.799	27,24
4	LITORAL	6.002.961	19,74
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	4.137.236	28,10
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274	9,67
7	MISSÕES	4.464.114	18,16
9	NORDESTE	3.120.173	24,52
7	NOROESTE COLONIAL	3.215.548	19,20
9	NORTE	4.556.002	20,62
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	4.878.041	23,43
9	PRODUÇÃO	5.283.641	15,45
9	RIO DA VÁRZEA	3.387.403	26,02
3	SERRA	9.270.019	10,51
5	SUL	13.610.888	16,09
1	VALE DO CAÍ	3.449.432	20,01
8	VALE DO JAGUARI	3.003.410	25,76
1	VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858	9,92
2	VALE DO RIO PARDO	8.646.749	20,52
2	VALE DO TAQUARI	5.937.118	17,89
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>165.000.000</b>	<b>15,32</b>

Fonte de dados brutos: SEPLAG/DEPARCI e IBGE/Estimativa Populacional 2012.



Fonte: SEPLAG/DEPARCI.





Fonte de dados brutos: SEPLAG/DEPARCI e IBGE/Estimativa Populacional 2012.

## 11.6 Relação entre o Valor Arrecadado (VA) e o Valor Retornado (VR)

A análise da regionalização do orçamento parte do pressuposto de que, por uma razão de equidade e justiça, a distribuição dos recursos públicos deve favorecer as regiões mais deprimidas do Estado, nesse caso, os COREDEs menos desenvolvidos.

Para se medir o nível de desenvolvimento econômico de cada um dos COREDEs, utiliza-se o principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), que exprime o valor da produção realizada dentro da fronteira geográfica representada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Em outras palavras, o PIB sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os habitantes residentes nos limites geográficos de cada COREDE.

Para poder realizar a comparação adequada da riqueza entre os 28 COREDEs, oportuniza-se o indicador PIB *per capita*, que informa a quantidade média em reais, de riquezas correspondentes, de cada habitante. Tendo em vista não ter sido finalizado o valor oficial do PIB por município de 2012, utiliza-se o PIB municipal 2010 vezes o PIB do Estado de 2012, dividido pelo PIB do Estado de 2010. Basicamente, a previsão do PIB municipal de 2012 é equivalente ao valor do PIB municipal de 2010, atualizado pelo valor do PIB estadual de 2012. Para o cálculo do PIB *per capita* do COREDE, somou-se o PIB projetado de todos os municípios que os compõem e dividiu-se pela sua população, conforme o Censo do IBGE de 2012.

Para a análise da equidade na distribuição dos recursos públicos do orçamento, os COREDEs foram ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB *per capita* e separados em três terços, de acordo com o PIB *per capita*: elevado, médio e baixo, conforme mostrado na tabela seguinte, que trata da relação entre o valor arrecadado por cada COREDE e o valor retornado para cada COREDE.

Assim, espera-se que a relação entre o percentual do valor retornado (serviços e investimentos), em relação à despesa total do Estado; e o percentual sobre o valor arrecadado (impostos e contribuições), em relação à receita total do Estado, para os COREDEs que fazem parte do terço superior (elevado PIB *per capita*) seja inferior a um (1). Para os COREDEs do terço médio (médio PIB *per capita*), o valor esperado para aquela relação é que seja bastante próximo de um (1). Já para os COREDEs do terço inferior (baixo PIB *per capita*), a relação deve ser maior do que um (1).



Demonstrativo da Relação entre o Valor Arrecadado e o Valor Retornado por COREDES

TERÇO	COREDE	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	VA (% sobre Valor Arrecadado Total)	Valor Retornado (R\$)	VR (% sobre Valor Retornado Total)	VR/VA
Terço Superior Elevado PIB <i>per capita</i>	SERRA	36.853	3.517.090.940	10,49	2.237.863.755	5,82	0,64
	VALE DO RIO DOS SINOS	33.923	7.041.805.343	20,99	2.587.393.333	6,73	0,37
	METR. DELTA DO JACUÍ	32.738	14.010.245.222	41,77	14.260.326.878	37,09	1,02
	ALTO JACUÍ	31.973	170.987.981	0,51	527.843.981	1,37	3,09
	PRODUÇÃO	28.690	784.853.869	2,34	1.346.850.902	3,50	1,72
	VALE DO RIO PARDO	27.758	671.748.702	2,00	1.140.469.415	2,97	1,70
	VALE DO TAQUARI	27.721	664.645.836	1,98	996.102.872	2,59	1,50
	NOROESTE COLONIAL	27.239	300.993.211	0,90	544.930.500	1,42	1,81
	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	27.086	143.761.770	0,43	362.793.645	0,94	2,52
Terço Médio Médio PIB <i>per capita</i>	NORTE	25.928	460.999.428	1,37	820.949.264	2,14	1,78
	VALE DO CAÍ	25.804	330.704.879	0,99	519.191.724	1,35	1,57
	FRONTEIRA NOROESTE	25.135	239.044.321	0,71	627.816.668	1,63	2,63
	NORDESTE	23.828	170.027.949	0,51	433.798.981	1,13	2,55
	SUL	23.073	862.815.209	2,57	2.122.276.298	5,52	2,46
	MISSÕES	22.092	293.267.324	0,87	884.599.622	2,30	3,02
	FRONTEIRA OESTE	21.699	678.084.480	2,02	1.715.196.761	4,46	2,53
	RIO DA VÁRZEA	21.324	136.554.065	0,41	404.989.388	1,05	2,97
	PARANHANA ENC. DA SERRA	20.051	433.889.378	1,29	346.660.472	0,90	0,80
HORTÊNSIAS	19.515	227.969.727	0,68	330.256.562	0,86	1,45	
Terço Inferior Baixo PIB <i>per capita</i>	CENTRAL	19.512	530.249.994	1,58	1.573.350.888	4,09	2,97
	CENTRO SUL	18.959	444.907.643	1,33	638.655.130	1,66	1,44
	MÉDIO ALTO URUGUAI	18.862	216.159.786	0,64	505.552.537	1,32	2,34
	JACUÍ CENTRO	18.243	143.112.772	0,43	494.885.082	1,29	3,46
	CAMPANHA	18.192	255.947.148	0,76	773.788.119	2,01	3,02
	CELEIRO	17.493	116.557.115	0,35	433.492.110	1,13	3,72
	ALTO DA S. DO BOTUCARAÍ	16.719	70.236.847	0,21	308.629.428	0,80	4,39
	VALE DO JAGUARI	15.986	100.002.790	0,30	438.301.638	1,14	4,38
	LITORAL	15.839	525.190.135	1,57	1.067.598.855	2,78	2,03

Fonte: SEPLAG/DOF.

### 11.6.1 Análise do Terço Superior, Terço Médio e Terço Inferior

São nove COREDEs que compõem o terço superior, com elevado PIB *per capita*, dos quais dois deles (Serra e Vale do Rio dos Sinos) apresentam a situação esperada, tendo em vista o seu elevado PIB *per capita*, fazendo com que a relação entre os percentuais da despesa (retornado pelo Estado) e a receita (arrecadado pelo Estado) seja inferior a 1. Por outro lado, os COREDEs Metroplitano Delta do Jacuí, Alto Jacuí, Produção, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Noroeste Colonial e Campos de Cima da Serra apresentam a relação VR/VA maior do que 1, o que, do ponto de vista da equidade da distribuição dos recursos públicos do orçamento não deveria ocorrer.

No terço médio, o COREDE Paranhama da serra exhibe relação VR/VA próxima de 1, encontrando-se na situação esperada. Por outro lado, os COREDEs Missões, Rio da Várzea e Fronteira Noroeste apresentam a relação VR/VA, significativamente, maior do que 1. Finalmente, dos COREDEs do terço inferior, que apresentam o PIB *per capita* mais baixo e deveriam apresentar a relação VR/VA maior do que 1. Todos estão nessa situação desejada.

### 11.6.2 Conclusão

De acordo com as análises feitas na tabela acima, a relação entre o valor arrecadado e o valor retornado, parte somente se encontram na situação esperada, levando-se em consideração os pressupostos estabelecidos quanto aos valores arrecadados e retornados, ficando estabelecidas para as condições de equidade na distribuição dos recursos públicos provenientes do orçamento público estadual. Contudo, a justiça na distribuição dos recursos deve ser melhorada, tornando-se o principal critério na valorização das ações públicas na programação dos métodos de distribuição dos recursos públicos.



**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**João Constantino Pavani Motta**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO  
CIDADÃ - SEPLAG

**CLÁUDIA CONZATTI DAL POZZO**

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA SEPLAG

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPLAG**

ADI COLLAZIOL  
ADONI-ZEDEQUE R. DE ALENCAR  
ALESSANDRO CASTILHOS MARTINS  
ANA ALAÍDES VARGAS LEONARDI  
ANDRÉ CARLOS DENARDIN  
ANDREI FELIPE DA SILVA NUNES  
CARLOS EDUARDO GRINGS  
CAROLINA GYENES  
FABIANO SCHARDOSIM SCHWANCK  
HERBERT KLARMANN  
JOSÉ NILSON DA CUNHA MAIA  
LEILA VERENA RIVAS DOS SANTOS  
PAULO CESAR SANTOS CHIECHELSKI  
ROBERTA HANSEL DE MORAES  
ROBERTO DIAS TORRES  
ROBSON DIEGO FERREIRA  
VINICIUS BRUSCH DE FRAGA

**DEPARTAMENTO DE PARCIPAÇÃO CIDADÃ - SEPLAG**

AMANDA FERREIRA DA SILVA  
ANDRESSA DA SILVA SEVERO  
ANGELINA SABINO BAINY  
ARLETE LUIZA MAZZO  
CESAR RENATO GOTTFRIED DA CRUZ  
DAVI LUIZ SCHMIDT  
DÉCIO ALOISIO SCHAUREN  
EDUARDO ANDRÉ DA CRUZ WALBROHEL  
ITAMAR ANTÔNIO SPANHOL  
JOEL ADRIANO CAVALHEIRO  
JORGE AIRTON RODRIGUES FERRARI  
LUIS CARLOS XAVIER VOLCAN  
MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP  
NELSON CÚNICO  
NILTON NOAL  
PAULO AUGUSTO COELHO DE SOUZA  
PAULO ROSADO TELLES  
RENATA ADRIANA CARLINO PINHEIRO  
RÔMULO MESSIAS KIPPER

**COLABORAÇÃO ESPECIAL**

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS  
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA SEPLAG/RS  
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DA SEPLAP/RS